

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)
Programa de Pós- Graduação em História (PPGH)



Universidade Federal Fluminense

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso

A greve de 1980 no porto de Santos e o processo de transição política:
repressão estatal e contrarrevolução democrática

Niterói

2018

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso

A greve de 1980 no porto de Santos e o processo de transição política:
repressão estatal e contrarrevolução democrática

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação
em História da Universidade Federal do Fluminense, como
requisito para o grau de Mestre em história.

Orientador (a): Tatiana Silva Poggi de Figueiredo

Niterói

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

C268g Cardoso, Pedro

A greve de 1980 no porto de Santos e o processo de transição política: repressão estatal e contrarrevolução democrática / Pedro Cardoso; Tatiana POGGI, orientadora. Niterói, 2018.
189 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

1. Ditadura militar. 2. Trabalhadores. 3. Transição. 4. Contrarrevolução. 5. Produção intelectual. I. Título II. POGGI, Tatiana, orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

Folha de Aprovação

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso

A greve de 1980 no porto de Santos e o processo de transição política: repressão estatal e contrarrevolução democrática

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em História da Universidade Federal do Fluminense, como requisito para o grau de Mestre em história.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Tatiana Poggi- orientadora (UFF)

Prof Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ)

Prof Dr. Demian Bezerra de Melo (UFF)

Agradecimentos

Inicialmente agradeço à minha orientadora Tatiana Poggi que me aceitou de braços abertos e sempre esteve presente. Ao professor Demian Melo, meus sinceros agradecimentos pela importante contribuição teórica nesse trabalho. Sou muito grato a ambos por esses 2 anos pela atenção e contribuição para esta dissertação. Em seguida agradeço a participação do professor Cezar Honorato, com todo seu conhecimento sobre o porto e a cidade de Santos, sendo fundamental para a concretização dessa dissertação. Um agradecimento especial ao professor Renato Lemos (UFRJ) que me acompanha desde a graduação e que me ajudou desde o início da minha caminhada no Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política, cuja influência para esse trabalho é notória.

Agradeço a todos os colegas que desde a graduação contribuíram de alguma maneira para este trabalho e especialmente ao amigo Thiago Campos que me ajudou no acompanhamento da pesquisa e na leitura dos textos originais.

Aos funcionários das instituições dos acervos consultados- Biblioteca Nacional, Arquivo da Marinha, Museu Casa Benjamin Constant e Arquivo Nacional- um agradecimento especial e também aos funcionários do PPGH da Universidade Federal Fluminense.

Por fim agradeço a minha família, pois sem ela nada seria possível.

Apesar de todas essas contribuições, a realização deste trabalho é de toda a minha responsabilidade.

A greve de 1980 no porto de Santos e o processo de transição política: repressão estatal e contrarrevolução democrática

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso

Resumo

O tema da dissertação é a repressão ao movimento grevista protagonizado pelos portuários no porto de Santos, em 1980. O objetivo dessa pesquisa é entender como a violência contra o movimento grevista está relacionado a caracterização da transição política(1974-1988). A repressão era uma prática institucional no período de mudança de regime político, e no nosso objeto de estudo é um exemplo de como que os militares estavam preparados para desarticular qualquer tipo de oposição. O trabalho visa demonstrar que a premissa do ‘inimigo interno’ aplicado pela Doutrina de Segurança Nacional não foi apenas usada para a violência, mas também para garantir os interesses do bloco multinacional associado que, segundo René Dreifuss, assumiu o Estado após 1964.

Palavras- chaves: portuários, repressão, contrarrevolução.

The 1980 strike at the port of Santos and the process of political transition: state repression and democratic counterrevolution

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso

Abstract

The purpose of this research is to understand how violence against the strike movement is related to the characterization of the political transition (1974-1988). Repression was an institutional practice in the period of change of political regime, and our object of study is an example of how the military was prepared to disrupt any kind of opposition. The work aims to demonstrate that the premise of the 'internal enemy' applied by the National Security Doctrine was not only used for violence but also to secure the interests of the multinational associated bloc that, according to René Dreifuss, took over the state after 1964.

Keywords: port, repression, counterrevolution.

Lista de abreviaturas:

ABI- Associação brasileira de imprensa

ADESG- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ADP- Ação Democrática Parlamentar

AI-2-Ato institucional nº 2

AI-5- Ato Institucional nº-5

AIB-Ação Integralista Brasileira

ANL- Aliança Nacional Libertadora

APESP- Arquivo Público do Estado de São Paulo

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CECOSE- Centro Comunitário de Vigilância

CENIMAR- Centro de Informações da Marinha

CGT- Comando Geral dos Trabalhadores

CIA- Agência Central de Inteligência

CIEX- Centro de Informações do Exército

CISA- Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV- Comissão Nacional da Verdade

CODESP- Companhia de Docas do Estado de São Paulo

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

CS- Convergência Socialista

CSN- Companhia de Siderúrgica Nacional

CT- Comissão Trilateral

CUT-Central Única dos Trabalhadores

DEOPS- Departamento Estadual de Ordem e Política Social de São Paulo

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DINA- Dirección de Inteligência Nacional

DOI-CODI- Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS- Departamento de Ordem Política e Social

DSN- Doutrina de Segurança Nacional

ECEME-Escola de Comando do Estado Maior do Exército

ESG- Escola Superior de Guerra

ENE- Encontros Nacionais dos Estudantes

ESNI- Escola Nacional de Informações

EUA- Estados Unidos da América

FAB- Força Aérea Brasileira

FEB- Força Expedicionária Brasileira

FEMAB- Federação de Amigos de Bairros

FFAA- Forças Armadas

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIESP- Federação das Indústrias de São Paulo

FIRJAN- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FMI- Fundo Monetário Internacional

FPN- Frente Parlamentar Nacionalista

FSD- Fórum Sindical de Debates

FUSPS - Frente Única Sindical e Popular de Santos

GLO- Garantia da Lei e da Ordem

IADESIL- Instituto Americano de Desenvolvimento de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre

IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IC- Internacional Comunista

INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPEAC- Instituto de Pesquisas Estudos e Assessoria do Congresso

IPES- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MAB- Movimento Amigos de Bairro

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MFPA- Movimento Feminino pela Anistia

MIA- Movimento Intersindical contra o Arrocho

MNR- Movimento Nacional Revolucionário

MSD- Movimento Sindical Democrático

MUT- Movimento Unificador dos Trabalhadores

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN- Operação Bandeirante

OEA- Organização dos Estados Americanos

OSMP- Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

PASEB- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PCB- Partido Comunista do Brasil

PCP- Partido Comunista Português

PDS- Partido Democrático Social

PIS- Programa de Integração Social

PIB- Produto Interno Bruto

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PST- Partido Socialista dos Trabalhadores

PUA- Pacto de Unidade e Ação

PUI- Pacto de Unidade Intersindical

SES- Sindicato dos Estivadores de Santos

SNI- Serviço Nacional de Informações

STF- Supremo Tribunal Federal

STM- Superior Tribunal Militar

TRT- Tribunal Regional do Trabalho

UDN- União Democrática Nacional

UFSC- Universidade Federal de São Carlos

UNE-União Nacional dos Estudantes

UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas

USOMS - União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1-O movimento operário em Santos (1889-1964).....	17
1. A atuação do movimento dos trabalhadores portuários de Santos na 1ª República (1889-1930)	17
2. A Era Vargas (1930-1945) e o movimento portuário em Santos.....	24
3.O movimento sindical em Santos durante o período democrático (1946-1964).....	31
4. Medidas após o golpe de 1964.....	45
Capítulo 2- A Contrarrevolução Democrática: Institucionalização e repressão política (1974-1979).....	53
1. A Contrarrevolução Democrática (1974-1979).....	55
2. A formulação da transição.....	60
2.1 Os conflitos militares.....	60
2.2 A Comissão Trilateral e o início da distensão política.....	65
3. A Institucionalização das instituições: fortalecimento eleitoral, a ‘seleção’ de lideranças e a reforma partidária.	71
4. A repressão durante a transição.....	80
4.1 Conflitos militares e a violência política.....	81
4.1.1 Os conflitos militares, a atuação da extrema-direita militar e a ‘autonomia’ dos órgãos de repressão.....	88
4.1.2 O caso DOI CODI do II Exército <i>versus</i> hierarquia militar.....	90
4.1.3.O caso Silvio Frota.....	92
4.1.4 A eleição de 1978.....	93
4.1.5. O caso do Superior Tribunal Militar.....	95

4.1.6. Mudanças no Alto Comando Militar.....	95
5)A repressão política como uma prática institucional durante a transição(1974-1979)..	96
5.1 Atuação da esquerda.....	102
5.2. A repressão entre 1974-1977.....	104
5.3. A repressão entre 1977-1979.....	114
Capítulo 03- A repressão política contra a greve no porto de Santos em 1980.....	122
1. A reentrada dos trabalhadores na cena política.....	123
1.1. O ‘novo sindicalismo’.....	128
2. A greve dos portuários em Santos (1980).....	136
2.1.Causas para a greve.....	136
2.2. Os dirigentes sindicais, os sindicatos e a greve.....	137
3. Repressão à greve de Santos em 1980.....	139
3.1.A doutrina de segurança nacional, desenvolvimento econômico e os interesses do grande capital.	140
3.2. O movimento grevista como o ‘inimigo interno’.....	147
3.3.Repressão às greves no ABCD Paulista em 1978 e 1979.....	151
3.4. Repressão à greve no porto de Santos.....	155
4.O revisionismo e a ‘ditadura cronológica’.....	164
Conclusão.....	176
Bibliografia.....	179

Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar a repressão contra o movimento grevista protagonizado pelos portuários da cidade de Santos em 1980¹, durante o período de transição da ditadura para a democracia no Brasil.

A paralisação dos portuários foi motivada pela campanha de aumento salarial de 15%, logo rechaçada pela Companhia de Docas de Santos². Um dos argumentos usados pelos trabalhadores era a expansão da produtividade anual, enquanto os reajustes salariais continuavam baixos³. Após a recusa da empresa e do governo em não ceder à remuneração almejada, os portuários decidiram pela greve no porto⁴. De acordo com a imprensa santista, a greve foi uma das maiores que aconteceram no porto que contou com uma alta taxa de adesão dos trabalhadores⁵.

A repressão foi desencadeada pelos fuzileiros navais no porto para conter os operários em greve. Acreditamos que esse fato não foi simplesmente uma reação e sim um planejamento de Estado. Essa hipótese se baseia em fontes oficiais como, a Revista Marítima Brasileira⁶, e a interpreto como uma estratégia preventiva, uma vez que a Marinha do Brasil já estava realizando treinamentos em diversos portos (Vitória, Santos, Ilha Grande e Rio de Janeiro), desde 1977, para atuar na possibilidade de paralisação.

As declarações citadas abaixo, através da imprensa, indicam que o movimento sindical era um ‘inimigo’ a ser combatido pelo Estado. O jornal ‘A Tribuna’, em novembro de 1977, descreveu que uma das tarefas dos militares era capturar os ‘subversivos’⁷; o ‘Estado de São Paulo’ apontou que a meta era proteger o porto contra a ‘guerrilha’⁸ e o comandante do 1º Distrito Naval, Vice Almirante Paulo de Bonoso Duarte Pinto, declarou que o objetivo era ‘prevenir a interrupção da atividade portuária em caso de greve’⁹.

¹ É importante realçar que a greve de 1980 foi a primeira no porto de Santos desde o golpe de 1964.

² Empregadora da mão de obra no porto.

³ *A Tribuna* 06/03/1980.

⁴ *A Cidade de Santos* 17/03/1980.

⁵ Segundo dados do jornal entraram em greve 35 mil trabalhadores que pertenciam a 24 categorias profissionais no porto. Cf *A Tribuna* 18/03/1980.

⁶ A revista é uma publicação oficial da Marinha do Brasil.

⁷ *A Tribuna* 29/11/1977.

⁸ *O Estado de São Paulo* 30/11/1977.

⁹ *O Estado de São Paulo* 11/08/1978.

A interferência castrense contra a greve dos portuários de Santos em 1980 aconteceu após essa ter sido declarada como ‘ilegal¹⁰’ pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e, não coincidentemente, os mesmos fuzileiros navais do 1º Distrito Naval que tinham realizado regularmente os adestramentos três anos antes, invadiram e ocuparam o devido porto, demonstrando claramente o seu propósito. Apesar de não ter ocorrido confronto físico e prisões durante a greve, defendo que a presença dos fuzileiros navais, apesar da negativa oficial¹¹, pode ser vista como um instrumento para coagir e desestabilizar o movimento grevista.

Após aceitarem a proposta de reajuste salarial e aumento por produtividade a greve foi encerrada tendo durado cinco dias¹². Um dado interessante e que indica a estratégia de desmobilização da greve por parte do governo, é que um dia anterior ao término do movimento, o Ministro do Trabalho Murilo Macedo ameaçou intervir no sindicato e alertou que muitos portuários poderiam ser demitidos se a paralisação prosseguisse¹³.

O mesmo princípio prosseguiu durante a década de 80, nas 11 greves que sucederam no mesmo porto e igualmente de outras categorias que interromperam as suas atividades. Em referência a esse último aspecto, em função das diversas intervenções das Forças Armadas em movimentos grevistas, a década de 80 ficou conhecida como a ‘Era Urutu’¹⁴.

A abordagem desse estudo é diferente de outros trabalhos¹⁵ que estudam o mesmo objeto, porque relaciona a intervenção militar com a forma da transição política que ocorreu no Brasil. Além do mais, a intervenção interna das Forças Armadas é um assunto atual e, portanto, uma das relevâncias é contribuir para o entendimento de que a repressão continua

¹⁰ A ilegalidade se justifica porque o porto estava enquadrado como um setor essencial e, portanto a paralisação do trabalho era ilegal. Cf BRASIL. Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional, Brasília, DF, agosto de 1978. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1632.htm>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

¹¹ O argumento oficial era de que a presença dos fuzileiros se justificava para dar segurança as instalações portuárias e proteger os portuários (“fura greve”) não envolvidos no movimento paredista.

¹² *Folha de São Paulo* 22/03/1980.

¹³ *O Estado de São Paulo* 21/03/1980.

¹⁴ Urutu é um veículo que transporta tropas militares. Sobre as intervenções militares em movimentos grevistas no período Cf GRACIOLLI, Edilson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro de 1988*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994. (Anexo 4)

¹⁵ Outros textos indicam o impacto da ditadura no movimento operário após 1964 e as transformações a partir do ‘novo sindicalismo’. Cf GRACIOLLI, op.cit., 1994. GRANDA, Marcos Aurélio Ramalho. *Cidade vermelha do aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.

sendo uma política de Estado devido à manutenção da mentalidade militar em relação ao ‘inimigo interno’. No regime democrático vigente as Forças Armadas atuam com respaldo da Constituição de 1988¹⁶ que manteve a sua função de repressão interna garantida pela Lei Complementar nº 97(1999), pelo Decreto 3897(2001) e pela ‘Garantia da Lei e da Ordem’(GLO), publicada em 2014, pelo Ministério da Defesa. Suas atuações recentes foram à ocupação do Complexo do Alemão, das favelas da Maré e na repressão contra as greves dos trabalhadores na Usina Hidrelétrica Belo Monte¹⁷. No nosso objeto de estudo, a Marinha do Brasil realizou há pouco tempo diversas operações com os fuzileiros navais no porto de Santos para garantir a segurança e as operações do terminal portuário, defendendo-o em caso de uma invasão ou de algum perigo que impeça as atividades¹⁸.

Outra relevância desse trabalho é ampliar o conhecimento sobre a dinâmica da repressão aos trabalhadores durante a ditadura. Em 2014 o assunto ficou em evidência devido à publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que indicou as diversas práticas repressivas da ditadura. Esse presente texto tem como colaboração acrescentar que existia uma articulação prévia, através dos treinamentos militares para atuar contra as greves no porto de Santos.

O primeiro capítulo tem como meta descrever o movimento dos trabalhadores no porto santista. Tento demonstrar que desde as origens, no início do período republicano, a categoria dos portuários de Santos teve uma atuação combativa contra o Estado e a sua empregadora. Além de descrever a gênese das greves, busco indicar como essa categoria teve uma atuação de destaque na ‘crise dos anos 60’, durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964) e como foi atingida e desarticulada pelos militares após o golpe empresarial- militar de 1964. Utilizo periódicos de Santos, fontes secundárias, alguns documentos da Companhia de Docas de Santos, disponíveis no Arquivo Nacional e a documentação do Museu Casa Benjamin Constant.

¹⁶ Artigo 142 da Constituição afirma o seguinte: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Cf BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF, outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em 28 de junho de 2017.

¹⁷ Para uma discussão sobre a o atual regime de dominação classista e a atuação do aparato policial ver LEMOS, Renato. A transitividade da transição: da ditadura à democracia GLO. Disponível em <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=2442>>. Publicado em: 25 de julho de 2014. Acessado em 30/04/2016.

¹⁸Forças Terrestres - Corpo de Fuzileiros navais embarca para Santos. Disponível em <<http://www.forte.jor.br/2013/03/17/corpo-de-fuzileiros-navais-embarca-para-santos>>. Acessado em 05 de agosto de 2016.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), que correspondeu à etapa inicial da transição política. Iremos demonstrar que a saída da ditadura foi planejada pelos militares e pautada no fortalecimento das instituições e pela repressão contra os setores críticos (socialistas, estudantes, políticos do partido de oposição e grevistas). A sua relevância é justamente indicar as características da redemocratização e explicar, a partir disso, a repressão contra os portuários na greve em 1980 em Santos. Utilizo, nesse capítulo, fontes secundárias e relatórios do aparato repressivo para discutir o tema.

No terceiro capítulo o assunto central é a repressão ao movimento grevista no porto de Santos em março de 1980. Indicamos que essa ação foi realizada de forma preventiva, pois antes da paralisação do trabalho no porto, os fuzileiros navais já estavam realizando inúmeros treinamentos para coibir atividades grevistas. Esse capítulo inicialmente contextualiza a conjuntura no final dos anos 70 caracterizada pela retomada do movimento paredista em 1978, com destaque para as greves no ABCD Paulista e pela coerção estatal, tendo como um dos seus pilares a Doutrina de Segurança Nacional, uma medida institucional do Estado que naquele momento estava realizando a transição da ditadura para a democracia. Por fim, há uma reflexão em torno do revisionismo acadêmico sobre o término do regime ditatorial. Utilizo nesse capítulo fontes secundárias e fontes primárias tais como: relatórios do DEOPS de São Paulo e de Santos, jornais santistas e a Revista Marítima Brasileira, essas últimas fontes estão localizadas no Arquivo da Marinha, no Rio de Janeiro.

O movimento operário em Santos (1889-1964)

Ao longo da história a cidade de Santos ficou conhecida por diversos nomes tais como: “porto maldito”, “Centro Sindical nº 1 do Brasil”, “Barcelona Brasileira”, “Montecarlo do café”, “Porto Vermelho” e “República sindicalista”¹⁹. Uma das explicações para alguns desses epítetos foi a resistência dos trabalhadores dessa cidade²⁰. O objetivo desse capítulo é descrever sucintamente a atuação do movimento dos trabalhadores do porto de Santos desde os primeiros anos do período republicano até o início dos anos 60 e apontar os impactos do golpe empresarial - militar em 1964. Desse modo, esse capítulo inicial é importante para indicar que historicamente a ação dos trabalhadores do porto de Santos foi um sinônimo de incômodo para o Estado devido às greves e pela sua atuação política. A contribuição dessa parte para o trabalho como um todo é destacar a resistência dos portuários de Santos e a violência por parte do Estado, pois no terceiro capítulo iremos abordar os treinamentos dos fuzileiros navais nos anos 70 e a intervenção da Marinha durante a greve de 1980. Esse capítulo irá retratar a história dos trabalhadores do porto, com base em fontes secundárias, na seguinte ordem cronológica: o movimento operário na 1ª República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945), o período democrático (1946-1964) e as medidas realizadas pelos militares em Santos após o golpe empresarial- militar em 1964.

1. A atuação do movimento dos trabalhadores portuários de Santos na 1ª República (1889-1930)

Esse tópico irá abordar a história do porto de Santos a partir da segunda metade do século XIX e os movimentos grevistas ocorridos durante a 1ª República (1889-1930).

Em 1859 iniciou-se a construção da ferrovia Jundiaí – Santos para transportar café produzido no oeste paulista até o porto de Santos. Um dos desdobramentos dessa obra foi de que Santos se tornou uma das principais saídas do principal produto de exportação do Brasil²¹. O aumento da quantidade de cargas de café sinalizou que a estrutura do porto não era suficiente já que, por exemplo, havia desnível entre as embarcações e os trapiches, os quais estavam em péssimas condições, e isso gerou problemas como roubo das mercadorias

¹⁹TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *A “moscouzinha” brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954)*. São Paulo: Associação Editorial Humanas: Fapesp, 2007.

²⁰ Ibidem.

²¹GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.p.15.

acumuladas nas ruas e atraso nas entregas²². Era preciso criar um complexo portuário capitalista, porque a estrutura do porto colonial não era mais satisfatória e o cais necessitava de armazéns, grandes guindastes, ferrovias, ou seja, obras de engenharia o que implicava uma grande quantidade de capital²³.

Logo a solução desse problema era reformular o porto, contudo o complexo portuário capitalista exigia uma tecnologia em que a administração pública não possuía, restando apenas buscar no mercado quem apresentasse tal capacidade. Nesse sentido, esse novo empreendimento portuário acarretava a instauração de uma lógica capitalista de gestão²⁴. A transformação de um porto de tipo pré- capitalista em um porto capitalista demandava alterar o processo produtivo e adequar o espaço a uma nova lógica. Nesse processo de transformação historiador o Cezar Honorato afirma:

O complexo portuário capitalista assume tais características por articular, com base na lógica do capital, um conjunto variado de atividades que têm como objetivo principal a racionalização do escoamento de mercadorias a serem realizadas nos mercados nacional e internacional²⁵.

Em 1886 o governo Imperial abriu uma concessão para a realização de novas obras e um grupo de empresários composto por José Pinto de Oliveira, Cândido Gaffrée, Eduardo Palacin Guinle, João Gomes Ribeiro de Avellar, Alfredo Camilo Valdetaro e Benedito Antônio da Silva e Barros, ganhou a licitação e a Gaffrée Guinle²⁶ e Cia, assumiu desta forma as obras e o controle do porto de Santos²⁷. A montagem do porto capitalista pode ser caracterizada pela monopolização²⁸ de seus serviços (desembarque e embarque de mercadorias, armazéns, transportes, conserto de navios e abastecimento de energia elétrica) por uma burguesia que se desenvolveu por intermédio do Estado²⁹. Assim a atuação estatal foi importante no processo de fortalecimento da Companhia Docas de Santos porque através da sua autorização, a empresa conseguiu o prolongamento do cais, desmontou os trapiches,

²² GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.p.16; TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.30-31.

²³ HONORATO, Cezar Teixeira. *O Polvo e o Porto: A Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. 2. ed. Curitiba: Prismas, 2016.p.105

²⁴ Ibidem. p.106.

²⁵ Ibidem. p.156.

²⁶ Em 1892 a Gaffrée Guinle e Cia passou a ser chamada de Companhia de Docas de Santos.

²⁷ GITAHY, op.cit., p.16.

²⁸ O termo 'polvo' é referente a monopolização das atividades do porto pela Companhia de Docas de Santos. HONORATO, op.cit., p.159.

²⁹ Ibidem.

aumentou o tempo de concessão de 39 para 90 anos e além, do auxílio das forças policiais na repressão aos movimentos grevistas³⁰.

Ao mesmo tempo para a ampliação da área portuária também era indispensável que ocorresse transformações na cidade de Santos. Uma das áreas modificadas foi na saúde pública em que a Comissão Sanitária, existente desde 1893, ampliou o combate a epidemias, infecções, controlou o quantitativo de cortiços, eliminou focos de peste e implementou uma política de vacinações³¹. É importante chamar a atenção para o fato de que um dos desdobramentos das epidemias foram o afastamento e a diminuição do fluxo de navios³². Destacou-se também a Comissão de Saneamento, em que estabeleceu uma rede de esgoto e sete canais de irrigação, cuja contribuição foi significativa para a melhoria da saúde e na urbanização.

Nesse sentido o aumento das exportações de café e as obras para a ampliação do porto acarretou em inúmeras modificações urbanas em Santos, segundo Nanci Novo e Trigueiros:

No centro, antigo local de moradia, firmaram-se as atividades de comércio, guardando estreita proximidade com o porto, a Alfândega, a Bolsa de Café, as Casas Importadoras e Exportadoras, as Casas Bancárias e de Câmbio. Os bairros de Paquetá e Valongo perderam a tranquilidade e decaíram como local de moradia das famílias abastadas. Ao lado oposto da ilha, na orla marítima, formaram-se grandes chácaras servidas, após 1887, por bondes puxados a burro. Para lá, mudaram-se as famílias mas tradicionais de Santos. O operariado fixou residência entre essas duas áreas, a partido do centro. O bairro de Vila Mathias, sediando os escritórios e a garagem dos bondes que, a partir de 1909 foram substituídos pelos movidos à eletricidade, desenvolveu-se como área de moradia de operários, existindo ali bares e restaurantes que aos funcionários dos bondes destacando-se, entre eles, o restaurante Almeida³³.

Nesse contexto em que a cidade sofria inúmeras ampliações e mudanças na área portuária, em 1909 o cais atingiu a sua total extensão planejada e possuía 25 armazéns internos, 1 armazém frigorífico, 23 pátios cobertos, 15 armazéns externos e 2 tanques para guardar óleo combustível³⁴. A razão para essa transformação era a necessidade do porto santista em se articular ao mercado internacional devido ao incremento das exportações de

³⁰ HONORATO, Cezar Teixeira. *O Polvo e o Porto: A Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. 2. ed. Curitiba: Prismas, 2016.p.162-163.

³¹ GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1983.p.26-27.

³² Segundo Cezar Honorato em 1898, foram descarregados 572.977.981 quilos de mercadorias enquanto em 1899, com a proliferação de doenças esse número caiu para 505.774.517 quilos. Cf HONORATO, op.cit.,p.137

³³ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.35.

³⁴ GITAHY, op.cit., p.34.

café³⁵. No início do século XX, no período de ampliação e da modernização do porto pela Companhia de Docas de Santos, o Estado teve atuação fundamental, já que na esfera estadual houve a criação de órgãos responsáveis que visavam melhorar a saúde da cidade, a realização de obras de infraestrutura, reorganização de bairros para que os operários pudessem morar e reestruturação das forças policiais³⁶. Portanto, todo esse processo de ampliação do porto e a sua administração pela Companhia de Docas de Santos teve como consequência a reorganização do trabalho e do espaço da cidade que se adequaram a eficiência e a disciplina capitalista.

Como dissemos no início, desde a Primeira República (1889-1930), a cidade de Santos tem sido um referencial de luta dos trabalhadores devido às inúmeras greves do movimento operário³⁷. Do ponto de vista simbólico a urbe de Santos tem sua importância atribuída ao fato de ter se comemorado pela primeira vez no Brasil o dia do trabalhador (1º de maio) em 1894 e foi um lugar de vanguarda do marxismo no país devido à atuação de Silvério Fontes³⁸, considerado um dos pioneiros do socialismo em terras brasileiras e responsável pela fundação do jornal “A Questão socialista” e do “Centro Socialista de Santos”, em 1895³⁹.

A cientista política Ingrid Sarti indica dois fatores estruturais que esclarecem a luta do proletariado da enseada santista. A primeira causa é atribuída à posição e importância econômica do porto de Santos, já que desde 1894 passou a ter hegemonia em relação à movimentação de mercadorias quando ultrapassou o porto do Rio de Janeiro. Segundo essa mesma autora, esse fato favoreceu a organização de um movimento operário combativo mesmo em períodos de poucas greves. O outro motivo era o monopólio exercido pela Companhia de Docas de Santos, companhia privada que controlava a força de trabalho⁴⁰. No livro de Ingrid Sarti isso fica claro quando os operários santistas, devido ao local estratégico onde exercem o seu trabalho, barganharam para conseguir as suas reivindicações e por isso a sucessão de vários embates entre a Companhia de Docas de Santos e os portuários. Nas palavras da autora:

³⁵ GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1983.p.35.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Além dos portuários de Santos, destacam-se os metalúrgicos da Baixada Santista. Cf ARAÚJO, Braz José de. *Operários em luta. Metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³⁸ Cf PEREIRA, Astrogildo. “*Silvério Fontes: Pioneiro no Marxismo no Brasil*”. Estudos Sociais. 1962.

³⁹ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.81-82.

⁴⁰ Ibidem. p.83-84.

a posição econômica do porto e a exploração sistemática da força de trabalho unida num único local de trabalho e sob o controle de um mesmo empregador, parecem ser as características fundamentais para a explicação do processo de lutas do proletariado santista⁴¹.

O período entre 1897 e 1905 foi marcado por várias greves iniciadas pelos estivadores que lutavam por melhores salários e condições de trabalho. Em 1897 teve início um movimento grevista causado por um acidente de trabalho⁴² no vapor ‘Salinas’ que incluiu vários trabalhadores do porto, destacando-se os carregadores de café e trapicheiros que reivindicavam: diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários e maior segurança durante o deslocamento de cargas no porto⁴³. Esse movimento foi reprimido através da demissão de trabalhadores e o envio de tropas do Exército e da Marinha para assegurar o trabalho no porto⁴⁴. A frase do ex- presidente Washington Luís “a questão social é um caso de polícia” é usada para caracterizar a postura dos governos da 1ª República (1889-1930) em relação aos movimentos sociais. Aqui podemos ampliar essa frase, devido à participação da Marinha e do Exército, em que a “questão social era um caso de polícia e das Forças Armadas”.

Na mudança do século XIX para o XX, a movimentação dos trabalhadores, principalmente no porto de Santos e do Rio de Janeiro permaneceu atuante, tanto que em 1904 em Santos surgiu a ‘Sociedade Primeiro de Maio’ e a ‘Sociedade Internacional União dos Operários’, e segundo Maria Lucia Gitahy, essas organizações, lideradas por trabalhadores das docas e estivadores, foram importantes porque conduziram as greves⁴⁵.

Nesse novo momento a partir do surgimento dessas organizações, destaco a greve de 1905 quando o mestre- estivador chamado Porfírio Amazonas não quis pagar o salário de seus trabalhadores equivalente aos demais. Após esse fato, a Companhia de Docas de Santos pediu para que os trabalhadores furassem a paralisação e isso fez com que os portuários em solidariedade não realizassem os seus trabalhos⁴⁶. A sede da Sociedade Internacional União dos Operários foi invadida e a diretoria foi presa e nesse contexto de greve e de repressão, o movimento grevista se alastrou por todos os trabalhadores de Santos e, inclusive, os

⁴¹ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.85.

⁴² Nesse acidente 12 estivadores ficaram feridos e 1 estivador morreu.

⁴³ GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.p.69.

⁴⁴ Ibidem. p.70

⁴⁵ Ibidem. p.74-75.

⁴⁶ GITAHY, op.cit., p.81-82.

portuários da cidade do Rio de Janeiro também paralisaram as suas atividades⁴⁷. No Rio de Janeiro outras categorias também se solidarizaram com os portuários santistas, como por exemplo, os trabalhadores do depósito de gás, foguistas e carpinteiros, e em São Paulo houve a adesão dos trabalhadores das gráficas⁴⁸. Após oito dias de greve, o movimento paredista de 1905 fracassou devido à prisão de lideranças grevistas e o envio de tropas para Santos.

Outra greve marcante no período da Primeira República (1889-1930) ocorreu em 1908, esta marcada pela luta dos trabalhadores em limitar a jornada de trabalho em 8 horas diárias. Essa reivindicação está relacionada à resolução do Congresso Operário de 1906⁴⁹ que estabeleceu o alcance dessa medida até maio de 1907. Antes da greve dos portuários santistas, outras categorias como, por exemplo, carpinteiros, pedreiros e pintores, operários da tecelagem e latoeiros tinham iniciado greves reivindicando 8 horas de trabalho por dia⁵⁰. Os trabalhadores do porto de Santos iniciaram a paralisação por essa demanda no segundo semestre de 1908 e contou com a solidariedade da Federação Operária de São Paulo e dos trapicheiros do Rio de Janeiro. O movimento grevista se espalhou por toda a cidade, contudo não teve o reconhecimento da Companhia de Docas de Santos. A jornada de trabalho nas docas oficialmente eram 10 horas por dia, mas os trabalhadores ficavam mais tempo e, portanto, obrigados a trabalhar além desse horário, sem receber nada além da diária. Acrescenta-se o fato de que com os descontos salariais forçados nos feriados e domingos, o salário no final do mês era corroído e as condições de trabalho eram péssimas já que não havia nenhum tipo de segurança para os trabalhadores o que favorecia, por exemplo, a proliferação de doenças, como a tuberculose⁵¹. Além da articulação repressiva contra essa paralisação entre o Estado e a Companhia de Docas de Santos, Maria Lucia Gitahy discute dois pontos que contribuíram para a derrota do movimento: a ausência de greve dos ferroviários e o retorno ao trabalho por parte dos trabalhadores. A adesão dos ferroviários na

⁴⁷ GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.p.81-82.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ A sua importância está atribuída ao fato de ter sido o primeiro congresso organizado pelos operários e tinham um caráter nacional. Várias resoluções foram aprovadas para melhorar as condições de trabalho, entre as quais se destacou a luta pela jornada de 8 horas de trabalho por dia. Cf. Edilene TOLEDO. Primeiro Congresso Operário Brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵⁰ GITAHY, op.cit., p.99.

⁵¹ Ibidem. p.136.

greve era central para os trabalhadores do porto porque a mercadoria sequer chegaria ao porto⁵². Desta forma os grevistas tiveram que retornar ao trabalho.

O período da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) representou um declínio da movimentação de cargas no porto, segundo a Companhia de Docas de Santos e mesmo com o término do conflito, a situação só regularizou em 1924⁵³. As consequências desse quadro foram o corte de empregados do porto e aumento da intensidade da exploração da mão de obra, como mostra a carta de um empregado mensalista da Companhia de Docas de Santos:

alega que agora não tem serviço; no entanto, trabalha-se quase todas as noites nos armazéns, tendo o escritório central trabalhado extraordinariamente depois de declarada a guerra e das 5 até as 7 da noite, aos domingos e feriados, durante cerca de três anos, havendo terminado esse serviço, há dois meses, seguramente. E diz que a Companhia que o serviço nas Docas só é excedido das condições normais em casos excessivamente raros⁵⁴.

Contudo, essa ‘crise’ no porto pode ser relativizada já que somente em 1917 é que se verificou uma grande queda quando a Inglaterra, por exemplo, restringiu a importação do café brasileiro⁵⁵ e como demonstrou a carta, a exploração da mão de obra aumentou consideravelmente. Devido às demissões esse momento era de ‘incerteza’ para os trabalhadores do porto e também para outras categorias que estavam envolvidas e vinculadas ao movimento portuário⁵⁶.

O ano de 1917 foi um ano importante para o movimento grevista devido à decretação da ‘Greve Geral’ iniciada em São Paulo⁵⁷. Na cidade de Santos os operários da construção civil declararam greve de solidariedade aos companheiros grevistas da capital paulista, em julho de 1917⁵⁸. Particularmente, entre os portuários não houve qualquer tipo de apoio a esse movimento, mas os ferroviários da São Paulo Railway aderiram à greve e o ministro da Marinha autorizou o deslocamento do navio ‘Mato Grosso’ para Santos⁵⁹. Os trabalhadores reivindicavam aumento salarial de 20% e a empresa reagiu demitindo os trabalhadores e a

⁵² GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.p.197.

⁵³SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000. p.238.

⁵⁴ Ibidem. p.239.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem. p.242.

⁵⁷ Esse ano foi marcado pela Revolução Russa. As manchetes dos jornais de várias partes do país, após a Revolução de Fevereiro, indicavam a possibilidade de greve. Vale ressaltar que essas notícias eram distorcidas, vinham de agências internacionais e refletiam as posições de classe. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho : a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil* . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.p.50-73.

⁵⁸SILVA, op.cit., p.243.

⁵⁹ Ibidem.

greve acabou devido à promessa de reajuste de salário. O ponto relevante é de que Eduardo Guinle, proprietário da Companhia de Docas de Santos, mesmo os portuários não paralisando os trabalhos solicitou a presença do navio de guerra à Marinha e isso foi justificado segundo o mesmo como uma medida preventiva em vista da greve de São Paulo:

para mim foi uma surpresa essa greve em São Paulo, onde tem-se cometido depredações e crimes; isto só serve para demonstrar que não há justificação para uma tal greve; espero que não se estenderá até Santos⁶⁰.

A postura da Companhia de Docas de Santos pode ser caracterizada, em meio ao contexto da greve geral de 1917 realizada em São Paulo, como uma medida preventiva para evitar qualquer tipo de greve no porto e inclusive houve o aumento de 15% de salários para os trabalhadores portuários. Assim, foram poucas categorias relacionadas ao transporte portuário que paralisaram o trabalho no porto à exceção dos carroceiros e os trabalhadores dos armazéns de café⁶¹.

Podemos perceber que o movimento dos portuários em Santos no período da 1ª República (1889-1930) pode ser caracterizado pela sua intensa atividade grevista reivindicando melhores salários e condições de trabalho, e por outro lado, a constante coerção policial- militar articulada entre o Estado e a Companhia de Docas de Santos contra os trabalhadores.

2. A Era Vargas (1930-1945) e o movimento portuário em Santos

Nesse tópico iremos relacionar a Era Vargas (1930-1945) com o movimento portuário em Santos e destacaremos: a fundação do sindicato dos estivadores de Santos (SES), a luta pelo ‘closed shop’, a influência do Partido Comunista do Brasil no sindicato e o período de repressão política aos trabalhadores.

Durante a 1ª República (1889-1930) a Companhia de Docas de Santos teve bastante apoio do poder público no controle e na repressão contra o movimento dos trabalhadores. No início da Era Vargas (1930-1945), em dezembro de 1930⁶², os portuários obtiveram uma

⁶⁰SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.p.244.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Em outubro de 1930 o presidente Washington Luís foi deposto pelos militares. Após esse fato, Getúlio Vargas ficou à frente do governo provisório. No mês seguinte, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para interferir e controlar os sindicatos que seriam criados.

grande vitória devido ao reconhecimento oficial do ‘Centro dos Estivadores de Santos’ que englobava toda a categoria dos trabalhadores do porto santista⁶³.

O primeiro ponto importante é a relação entre a fundação do “Centro dos Estivadores de Santos⁶⁴” em 1930 e a participação do líder tenentista Miguel Costa. A formação do sindicato foi um processo inovador no Brasil porque era o primeiro a se constituir independente da Companhia de Docas e estava disposto a agenciar a própria mão de obra⁶⁵. Um dos motivos para o apoio de Miguel Costa aos estivadores do porto de Santos foi o interesse de que os portuários deveriam garantir a continuidade dos trabalhos e, portanto, o fim dos movimentos grevistas. Isso só foi possível em função da aproximação da corrente tenentista em que estava incluído Miguel Costa, que tinha como objetivo obter o apoio do movimento operário, estrategicamente localizado, para pressionar o interventor de São Paulo João Alberto⁶⁶.

Uma das principais lutas dos trabalhadores de Santos, na década de 30, foi pelo ‘closed shop⁶⁷’. A primeira resolução sobre o assunto, que não contou com a participação dos trabalhadores, regulamentou que o sindicato não poderia contratar mão de obra para o porto, nesse sentido o limite dos trabalhadores nas docas seria determinado pela Capitania dos Portos e o sindicato manteria o trabalho no porto⁶⁸. Essa resolução prejudicava os trabalhadores, já que o sindicato almejava o controle exclusivo do trabalho e isso implicava na eliminação da Companhia de Docas de Santos e de intermediários na contratação de mão de obra. Os portuários defendiam que esta função deveria ser executada pelo sindicato junto as Companhias de Navegação⁶⁹. Os estivadores reagiram a tal determinação, paralisaram os trabalhos e postaram-se em grande número em frente aos navios para pressionar os outros trabalhadores, contudo ao invés de conflitos contra os doqueiros, estes se solidarizaram com os colegas em greve⁷⁰. Posteriormente se recusaram a fazer serviço em navios subordinados a Companhia de Docas de Santos e o sindicato distribuiu os trabalhos em 12 navios para os seus

⁶³ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.73

⁶⁴ Depois recebeu o nome de Sindicato dos Estivadores de Santos.

⁶⁵ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.92.

⁶⁶ Ibidem. p.93.

⁶⁷ O termo significa que o sindicato poderia coordenar o trabalho no porto. O sindicato queria escalar por conta própria os seus associados sem interferência para atuar no trabalho de carga e descarga dos navios.

⁶⁸SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000. p.198-199.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem. p.200.

350 associados⁷¹. Após o início do movimento e com a presença de forças policiais no cais, o secretário de segurança pública de São Paulo, Miguel Costa, retirou o aparato policial e os trabalhadores regressaram ao trabalho⁷². Em 1933 foi firmado um acordo que atribuía ao sindicato fiscalizar os serviços, apresentar queixas ao Ministério do Trabalho e permitir a contratação dos serviços da associação dos portuários com Empresas de Navegação, sem a presença de intermediários⁷³. Isso só foi possível devido à pressão proporcionada através da paralisação dos trabalhos no porto pelos trabalhadores.

Essa conquista foi fundamental tanto que devido ao controle do sindicato na escolha dos trabalhadores, estes ficaram conhecidos como ‘operários sem patrões’. Em 1934 o sindicato assinou um acordo com a ‘Lloyd Brasileiro’ em que estabeleceu que todos os serviços dos navios dessa companhia seriam realizados pelos associados⁷⁴. O ‘closed shop’ acabou agradando os armadores devido à redução de custo e em 1939 o presidente Getúlio Vargas, pela primeira vez, reconheceu o controle do sindicato nos seguintes termos:

Art 1º- os serviços de estiva nos portos da República serão executados sempre sob a responsabilidade dos sindicatos profissionais devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, mediante contrato com as empresas de navegação⁷⁵.

Art 2º- Para os efeitos do artigo anterior, é vedada às empresas de navegação, ou seus representantes, a admissão nos trabalhos de estiva, da interferência de elementos estranhos aos sindicatos profissionais de estivadores⁷⁶.

Esse anteprojeto de lei datado de 1939 entregava de forma definitiva ao sindicato dos estivadores a prerrogativa de contratação e escalação da mão de obra no porto. As razões para a institucionalização do ‘closed shop’ foram a redução de custos para os armadores e a pretensão do governo federal⁷⁷ em fazer do sindicato um órgão colaboracionista⁷⁸. A Companhia de Docas de Santos reagiu a tal medida tanto que preocupado com o poder dos estivadores, Guilherme Guinle descreveu isso como uma situação de “anarquia e altos

⁷¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.p.200.

⁷² Ibidem. p.201.

⁷³ Ibidem. p.205.

⁷⁴ Ibidem. p.206-207.

⁷⁵ Ibidem. p.208.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Com a chegada do grupo de Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930 novas regras para a regulamentação de sindicatos foram criadas. A partir de 1931, só poderia existir um único sindicato para cada categoria na mesma área de representação. Os sindicatos passaram a ser órgãos colaboracionistas com o Estado, proibindo qualquer tipo de manifestação política ou ideológica. Cf Maria Hermínia TAVARES. *Sindicalismo*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁷⁸ SILVA, op.cit., p.209.

custos”, contudo os intermediários jamais voltariam a operar no setor que a partir daquele momento ficou sob o controle dos estivadores⁷⁹. Por fim, em 1943 a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), reconheceu de forma definitiva o controle do mercado de trabalho pelo sindicato⁸⁰.

A influência do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Santos no início da década de 30 era bastante irrisória⁸¹. Segundo o documento “Situação geral do movimento operário em Santos”, o partido contava com poucos trabalhadores e apenas um núcleo na Companhia de Docas de Santos⁸². Devido à fraca atuação do PCB em São Paulo e em Santos, o partido nos primeiros meses de 1932, abandonou a sua política de atuar somente nos sindicatos ‘comunistas’ e passou a exercer influência nos sindicatos oficiais para ampliar a luta contra a orientação governista⁸³. Nesse sentido, a perspectiva era realizar um trabalho de oposição e conseguir a diretoria dos sindicatos. Essa flexibilidade inicial do partido permitiu o seu crescimento dentro do movimento sindical e conseguiu a adesão dos seguintes sindicatos em 1932: União dos Trabalhadores da Construção Civil, Sociedade Beneficente dos Ferroviários, Sindicato dos Motoristas da Marinha Mercante e Centro Beneficente dos Empregados em Padarias⁸⁴. Nesse momento de mudança de orientação, destacaram-se greves ocorridas em maio devido à crise econômica e a não regulamentação das leis trabalhistas. Os trabalhadores da ‘São Paulo Railway’, com apoio da Sociedade Beneficente dos Ferroviários, entraram em greve e o escoamento de mercadorias entre São Paulo e Santos estagnou⁸⁵. Vários militantes do Partido Comunista foram presos e a greve terminou sob intensa repressão policial⁸⁶. Essas paralisações foram importantes, pois ratificaram e oficializaram a política de atuação do PCB nos sindicatos ‘oficiais’.

Nesse contexto de repressão aos comunistas após as greves de maio de 1932, o momento foi favorável para o fortalecimento do projeto sindical corporativista. Uma das razões foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933 que envolveu muitos

⁷⁹SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.p.212.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Vale ressaltar que naquele momento o partido tinha apenas 10 anos de existência e logo após a sua criação em 1922 ficou proibido de funcionar.

⁸² “Situação Geral do movimento operário em Santos”. São Paulo, 20/11/1932. Prontuário 561, volume 1. Citado In SILVA, op.cit., p.396.

⁸³ Ibidem. p.397.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem. p.399-400.

⁸⁶ Ibidem.

trabalhadores em função da representação classista⁸⁷. Uma das condições para a participação dos sindicatos era a sua associação ao Ministério do Trabalho e em Santos várias organizações sindicais se mobilizaram em torno da representação classista que deu origem ao ‘Comitê Regional Operário Pró Constituinte’, uma organização anticomunista⁸⁸. Os comunistas a partir dessa política confirmaram a sua posição de atuação nos sindicatos oficiais e ampliaram a luta no seu interior, contudo não abandonaram a sua posição crítica a dirigentes que seguiam as orientações ‘ministerialistas’⁸⁹. A eleição da constituinte funcionaria da seguinte maneira:

Acontece que a constituinte teria, em acordo com a visão corporativista dominante no governo, além de representantes eleitos pelo voto direto, um grupo menor de deputados escolhidos apenas pelos associados dos sindicatos (oficiais, é claro) de trabalhadores e empresários: a ‘bancada classista’⁹⁰.

Em 1934 ocorreram greves entre os meses de julho e setembro que envolveu várias categorias como: os bancários, padeiros, trabalhadores em hotéis, carroceiros e os trabalhadores da construção civil. Fernando Teixeira da Silva chama a atenção para o fato de que os comunistas foram bem sucedidos nesses movimentos⁹¹ e em 1935, o Partido Comunista do Brasil (PCB) alterou a sua linha política de acordo com as diretrizes da Internacional Comunista (IC) que estabeleceu o fim da bandeira de ‘classe contra classe’ e que os partidos comunistas deveriam se alinhar aos sociais- democratas e reformistas⁹². Na década de 30 a prioridade era a formação de frentes contra o nazifascismo e o imperialismo, assim na área sindical os comunistas teriam que se unir com os socialistas, reformistas e ministerialistas. Fernando Teixeira da Silva ilustra a situação do partido naquele momento:

Assim, no final de 1934 o PCB lançou a proposta de uma Frente Única Sindical que englobasse todos os sindicatos, reconhecidos ou não pelo Ministério do Trabalho, para lutar contra a repressão, pelo direito de greve e liberdade de propaganda. O resultado foi tão extraordinário, pois nunca o PCB havia sido tão expressivo em São Paulo e Santos como a partir desse momento. O partido decidiu intensificar a sua atuação nos sindicatos oficiais e deixou de combater os reformistas para incluí-los em sua plataforma de unidade⁹³.

Nessa conjuntura, os comunistas fundaram em janeiro de 1935 a Frente Única Sindical e Popular de Santos (FUSPS). No seu manifesto de fundação havia itens sobre as

⁸⁷SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.p.405.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.66

⁹¹ Ibidem. p.407.

⁹² SILVA, op.cit., p.411.

⁹³Ibidem. p.412.

reivindicações trabalhistas e considerações sobre o imperialismo e a lei de segurança nacional de 1935⁹⁴. A relação entre essa instituição e o movimento sindical era tão forte que os seus manifestos eram subscritos pelo Sindicato dos operários da Companhia de Docas, dos condutores de veículos, trabalhadores da construção civil, ferroviários, padeiros e pelos metalúrgicos. Contudo, a organização que mais se destacou no movimento operário santista foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁹⁵ e a sua principal base de sustentação na Baixada Santista eram os diversos sindicatos reunidos na Federação Sindical de Santos⁹⁶. Segundo Fernando Teixeira da Silva, o grande apoio à ANL, pode ser explicado pelo alto grau de mobilização de diversas camadas da população através do seu programa⁹⁷. Os discursos de seus militantes apresentavam os problemas do país indicando as suas origens e meio de superá-los. O conteúdo do programa da ANL era baseado na crítica ao Imperialismo, latifúndio e fascismo que formavam uma tríade de exploração e de desintegração nacional, além do discurso, os enfrentamentos com os fascistas, a presença de alguns membros do movimento tenentista que trazia certa moralidade para a causa e a incorporação de várias demandas como direitos das mulheres, o custo de vida, questões estudantis, reivindicações dos trabalhadores e liberdade de imprensa, também explicam os fatores que causaram adesão à ANL⁹⁸.

Em julho de 1935 a ANL foi posta oficialmente na ilegalidade pelo governo Vargas. Após esse fato a organização sofreu um esvaziamento devido a não concordância de seus militantes à radicalização ideológica e também pela repressão política⁹⁹. Após o fracasso do levante comunista, ocorrido em novembro de 1935, que ocasionou na prisão de Luís Carlos Prestes, a violência se acentuou através da intervenção nos sindicatos, prisão dos comunistas e

⁹⁴ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.p.412.

⁹⁵ Foi uma organização política fundada oficialmente em março de 1935. Constitui-se como uma frente ampla que reunia diversos segmentos políticos tais como: socialistas, comunistas e democratas. Esses setores tinham em comum um amplo programa que se baseava na luta contra o fascismo, imperialismo e o latifúndio. Seu presidente de honra era Luís Carlos Prestes. Cf Alzira Alves de ABREU. A Aliança Nacional Libertadora. In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁹⁶A Federação Sindical de Santos era composta pelas entidades de classe dos operários da construção civil, condutores de veículos, ferroviários, padeiros, tintureiros, metalúrgicos, condutores de veículos, bancários e operários da Companhia de Docas de Santos. SILVA, op.cit., p.414.

⁹⁷ Ibidem. p.416.

⁹⁸Ibidem. p.415.

⁹⁹ Ibidem. p.418.

de líderes sindicais. Acrescenta-se o fato de que alguns membros dessa organização foram processados pela Lei de Segurança Nacional de 1935 e o estado de sítio foi prolongado¹⁰⁰.

No final da ditadura do Estado Novo, o PCB ainda mantinha a sua força política em Santos¹⁰¹. A partir de 1943, o movimento operário recuperou espaço para a atuação política através da fundação do Movimento Unificador dos Trabalhadores¹⁰² (MUT), realizada pelo PCB e articulado pelo Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários e pelo Sindicato dos estivadores¹⁰³. A iniciativa da criação do MUT tinha como objetivo dar maior autonomia para as organizações dos trabalhadores e fundar uma central sindical¹⁰⁴. Um dos argumentos que atestam a força política do PCB em Santos foi o desempenho dos candidatos do partido nas eleições de 1945, tanto para a presidência, senado e câmara federal configurando desta maneira, uma situação diferenciada do restante do país. O engajamento político dos trabalhadores foi notório nas eleições de 1945, tendo o candidato do PCB Yedo Fiúza à presidência da República como o mais votado em Santos com 45,06% dos votos. No senado, Luís Carlos Prestes o mais votado com aproximadamente 21 mil votos e Osvaldo Pacheco da Silva, liderança entre os estivadores santistas conseguiu uma vaga na Câmara Federal, tendo mais de 15 mil votos¹⁰⁵.

Portanto, entre o final da ditadura varguista e o início do período democrático, na cidade de Santos o PCB demonstrava reorganização política e amplo respaldo eleitoral.

¹⁰⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000. p.420.

¹⁰¹ A perspectiva do PCB naquele momento era a convivência pacífica com os Estados Unidos e os demais países capitalistas. O partido defendia paz e tranquilidade para acabar com os resquícios do fascismo e diminuir as desigualdades sociais. A aliança entre o operariado e a burguesia era fundamental. Segundo Luís Carlos Prestes a única alternativa para o Brasil naquele momento era a luta pela democracia no sistema capitalista. Especificamente em Santos, após o período de intensa repressão após o levante comunista de 1935, foi um lugar onde vários membros do PCB de outras cidades foram e alguns deles foram colocados em posição de destaque na organização do movimento operário local. Por esse motivo foi possível manter durante algum tempo as atividades clandestinas do PCB e restabelecer algumas células, como a Juventude Comunista e reorganizar ao mesmo tempo o movimento operário. Portanto, pode-se supor que a perspectiva do PCB em lutar pela democracia e a manutenção da atividade política sindical em Santos foram importantes para o resultado nas eleições de 1945. Cf Alzira Alves de ABREU. Partido Comunista Brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁰² Foi uma organização intersindical de trabalhadores no âmbito nacional, criada em abril de 1945, sem o consentimento do Ministério do Trabalho e era controlada pelos comunistas. Em setembro de 1946 foi substituído pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Cf Monica KORNIS. Movimento Unificador dos Trabalhadores. In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁰³ SILVA, loc. cit.

¹⁰⁴ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.75.

¹⁰⁵ Ibidem. p.76.

3.O movimento sindical em Santos durante o período democrático (1946-1964)

Ao abordar o movimento grevista no período entre 1930 e 1964 é necessário realçar o debate historiográfico envolvendo o tema do populismo. Alguns estudiosos, durante a década de 60 e 70, como Francisco Weffort e Octavio Ianni estudaram o processo de incorporação das massas populares no processo político brasileiro pós 30 e em síntese defendiam o seguinte:

o movimento operário privado de autonomia sindical e politicamente desviado por suas direções, teria se tornado, desde a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, um importante apoio social para um Estado que buscava acomodar os interesses das frações da classe dominante em um momento de crise de hegemonia aberto com a crise do sistema oligárquico agroexportador¹⁰⁶.

Um dos questionamentos colocados por Francisco Weffort é sobre como ocorreu a participação política dos setores populares, estando esta condicionada pelos grupos dominantes, e de que modo esses setores dominados serviram de base para um regime em que são controlados¹⁰⁷. O motivo para a inserção da classe trabalhadora urbana foi a instabilidade do equilíbrio no poder após a Revolução de 30 e essa incorporação das massas só foi possível porque foi um processo de ‘cima para baixo’¹⁰⁸. Um dos pontos do texto de Francisco Weffort é a noção de que o populismo, sendo um instrumento de dominação de classe, é uma antecipação às massas populares na participação política, e nesse sentido, as classes dominantes é quem iriam inserir esses setores, principalmente, através da legislação trabalhista quando pela primeira vez tiveram acesso à cidadania e direitos¹⁰⁹. Em síntese, essa participação popular nos termos de Francisco Weffort era ‘condicionada’ em uma conjuntura instável para as classes dominantes, nas palavras do autor:

A promoção das massas dependerá das novas condições especificamente da incapacidade manifestada por todas as forças sociais que compunham a Aliança Liberal de estabelecer de maneira sólida as bases de uma nova estrutura de Estado¹¹⁰.

Essa ‘crise’ se manifestou quando a oligarquia paulista, deslocada do poder, se rebelou na chamada ‘Revolução Constitucionalista de 1932’. A atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e de setores de extrema- direita que faziam parte da Ação Integralista

¹⁰⁶DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.128.

¹⁰⁷WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.11

¹⁰⁸Ibidem. p.65

¹⁰⁹Ibidem. p.66

¹¹⁰Ibidem. p.68.

Brasileira (AIB) também contribuíram para essa instabilidade¹¹¹. A ausência de hegemonia se explica porque nesse contexto de crise as classes dominantes não tiveram qualquer condição de promover os seus interesses particulares. A incapacidade de construir a hegemonia, articulando dominantes e dominados, é a gênese dos principais elementos do populismo tais como: a personalização do poder, a imagem da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas e a elevação do chefe do Estado na posição de ‘árbitro’¹¹².

A manipulação, uma das principais características do populismo, é explicada pela incapacidade das classes dominantes em legitimar a dominação, na sua própria divisão interna e na inépcia de assumir as responsabilidades do Estado. Em virtude dessa situação as classes dominantes precisaram de intermediários, como Getúlio Vargas e os líderes populistas da etapa democrática seguinte¹¹³. Sobre o elemento da manipulação, em que os benefícios trabalhistas tinham como objetivo garantir apoio político da classe trabalhadora deve ser relativizado porque isso não ocorreu de forma absoluta¹¹⁴ como explicaremos adiante. Era uma aliança entre setores de diferentes classes sociais, em que os setores dominantes estavam interessados em manter a hegemonia, contudo para que isso ocorresse teria que atender a algumas aspirações básicas das classes populares tais como: a reivindicação de emprego e maior possibilidade de consumo¹¹⁵.

Atualmente ocorre um revisionismo sobre o populismo. Um dos campos revisionistas é constituído por pesquisas acadêmicas vinculadas aos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas¹¹⁶ (UNICAMP). A metodologia dessa corrente consiste em utilizar uma vasta documentação escrita como, por exemplo, publicações operárias e atas sindicais; além disso, entrevistas e depoimentos de ex - ativistas. Essa documentação demonstrou que as inúmeras manifestações da classe trabalhadora acabaram extrapolando os limites impostos aos sindicatos e desse modo foram muito além do ‘colaboracionismo’. Essas pesquisas tiveram como mérito expor a capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora e como a legislação trabalhista foi usada para combater os instrumentos de

¹¹¹ WEFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.p.68.

¹¹² Ibidem. p.69

¹¹³ Ibidem. p.71

¹¹⁴ Ibidem. p.62

¹¹⁵ Ibidem. p.75-76.

¹¹⁶ Os componentes dessa corrente são: Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes.

controle sobre os trabalhadores¹¹⁷. Em síntese, Felipe Demier indica que essa perspectiva admitiu a tutela do Estado populista sobre as organizações de classe, mas por outro lado esse entrave foi superado diversas vezes¹¹⁸. A questão central é de que essa corrente concorda que o Estado varguista tinha amplos instrumentos para a dominação de classe caracterizada “por meio da criação e legitimação de uma ampla esfera pública, de natureza eminentemente jurídica e ideológica, que conferiu cidadania à classe trabalhadora”, contudo conseguiu demonstrar como os trabalhadores usaram a própria legislação trabalhista e dos direitos sociais ‘concedidos’ pelo Estado para exigir a aplicação dos dispositivos legais¹¹⁹. Nesse raciocínio as lideranças sindicais, tanto do PTB/ PCB não ficaram completamente subordinadas aos instrumentos de coerção e ideológicos do Estado populista¹²⁰. Portanto, a noção de ‘sindicalismo populista’ foi relativizada a partir do momento em que os próprios instrumentos de dominação estatal como o Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho foram utilizados pelos trabalhadores na sua luta por direitos¹²¹.

Em 1945 o Sindicato dos Estivadores de Santos (SES) passou a ser liderado pela liderança conciliadora de Manoel Cabeças. No início essa administração enfrentou a greve de protesto contra Francisco Franco, que consistiu na recusa dos operários em transportar mercadorias de navios espanhóis no porto. Essa greve se destacou porque foi um movimento que fugiu do controle do sindicato e não foi isolada, porque em várias partes do mundo houve greves contra o ditador espanhol em função da sua colaboração com o nazismo¹²². Os estivadores atenderam as orientações da Federação Sindical Mundial e paralisaram os trabalhos no porto e a greve foi marcada pela repressão através de prisões e a intervenção no sindicato. Oswaldo Pacheco¹²³, deputado pelo PCB, defendeu na câmara dos deputados a ação

¹¹⁷DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.131.

¹¹⁸ Ibidem. p.132-133.

¹¹⁹ Ibidem. p.137.

¹²⁰ O autor no fim do texto faz uma ressalva sobre essa corrente. O primeiro ponto é que a luta dos trabalhadores dentro da ordem capitalista são demasiadamente valorizadas e segundo, em nenhum momento questiona-se por que a classe trabalhadora brasileira não foi capaz de travar um sólido embate contra a dominação populista. Por que a plataforma política se encontrou limitada ao horizonte nacional- reformista? Quais foram os resultados a longo e médio prazo das lutas que ocorreram dentro dos instrumentos jurídicos e ideológicos trabalhistas? Qual a responsabilidade das direções do PTB/PCB pela facilidade com que as classes dominantes saíram vitoriosas em 1964? Cf Ibidem. p.142-143.

¹²¹ Ibidem. p.138.

¹²²SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 98-99.

¹²³ Teve destaque nos anos 30 como estivador no porto de Santos, nas greves contra o franquismo em que os estivadores se recusaram a movimentar cargas para navios da Espanha. Tornou-se uma das lideranças do sindicato dos estivadores, cujo cargo de presidente foi exercido até 1947. Em 1945 filiou-se ao PCB e foi eleito

dos estivadores santistas¹²⁴. Após o período de repressão o boicote acabou sendo suspenso e o trabalho nos navios espanhóis retornou sob a garantia das forças policiais¹²⁵.

Como vimos no tópico anterior, o PCB em 1945 teve um desempenho eleitoral satisfatório na cidade de Santos e durante o governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) foi duramente reprimido pelo governo federal. Uma das razões foi o alinhamento do governo brasileiro aos Estados Unidos na Guerra Fria e conseqüentemente, a decretação da ilegalidade do partido em 1947 e todos os parlamentares eleitos pelo PCB perderam os mandatos. Além disso, foi suspenso o funcionamento da Confederação de Trabalhadores e das Uniões Sindicais, e dessa forma, a maioria dos sindicatos em Santos foi atingida¹²⁶. Outra medida tomada pelo governo federal que veio prejudicar o desempenho eleitoral dos comunistas, foi a suspensão da autonomia política de Santos por se constituir como “porto militar de excepcional importância para a defesa externa do país”, isso fez com que os eleitores santistas não votassem para prefeito, tendo em vista a importância política do PCB na cidade¹²⁷. Contudo, mesmo o PCB estando na ilegalidade, o Partido Social Trabalhista (PST) serviu de legenda de aluguel para os candidatos comunistas nas eleições de 1947 para a Câmara Municipal de Santos. O partido conseguiu eleger 14 vereadores, o PSP 4, o PTB 3¹²⁸. Isso demonstrou a força política do PCB na cidade, mas os candidatos comunistas eleitos não puderam tomar posse.

No início dos anos 50, a conjuntura mudou com o retorno de Getúlio Vargas ao poder. Ao mesmo tempo o PCB retornou a atuar internamente nos sindicatos, dado que esse processo estava ocorrendo desde 1947 e teve como conseqüências o fortalecimento da oposição e o afastamento das direções pelegas das organizações sindicais¹²⁹. No caso dos estivadores de Santos, a direção governista teve a sua saída decretada em 1954 quando perdeu as eleições para a oposição mais combativa.

constituente representando o mesmo partido. Nos anos 50 foi presidente da Federação Nacional dos Portuários. Cf Marcelo COSTA. Oswaldo Pacheco. In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹²⁴ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.99.

¹²⁵ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.78

¹²⁶ *Ibidem*. p.80-81

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*. p.82

¹²⁹ *Ibidem*. p.83.

Um dos fatores que determinou a saída dos pelegos foi à entrada de novos membros – Laerte Carneiro da Silva e Domingos Garcia- no sindicato que foram fundamentais para a ‘estiva democrática’. Esses setores conseguiram articular um movimento oposicionista forte que teve como pauta a defesa do ‘sistema de rodízio’. Segundo Ingrid Sarti a vitória dessa pauta foi o primeiro passo para a ‘democratização da estiva’¹³⁰.

A atuação do SES pós 1955 foi caracterizada pela mobilização do quadro social devido ao alto grau de participação e discussão entre os próprios trabalhadores¹³¹. Esse elemento pode ser explicado pela saída da direção pelega:

Na medida em que desaparece o caráter da manipulação, a categoria é vista como um setor homogêneo e capaz de pressionar por conquistas de caráter econômico: sua aparente unidade em torno das reivindicações de uma liderança agressiva constituiu-se num elemento significativo de fortalecimento de seu poder de pressão¹³².

Nos anos 50 uma das principais organizações intersindicais, o Fórum Sindical de Debates, foi fundado em Santos. Para isso iremos retomar as origens dessa organização que contestava à legislação sindical herdada da Era Vargas. A conjuntura que favoreceu a fundação das intersindicais foi pautada a partir de movimentos contra a carestia e a favor de reajustes salariais¹³³. Nos anos de 1952 e 1953, os principais sindicatos de São Paulo convocaram manifestações que protestaram contra o aumento do custo de vida e iniciaram uma greve em março de 1953 com a participação de 500 mil pessoas, forçando o patronato a iniciar uma negociação¹³⁴. O movimento grevista crescia em São Paulo, tanto que em março de 1953 teve início a ‘greve dos 300 mil’, quando o Sindicato dos Metalúrgicos declarou greve e em seguida teve adesões de outras categorias, como os carpinteiros e gráficos. Esse movimento demonstrou que os trabalhadores não ficaram totalmente ‘manipulados’ pelo populismo e que alguns sindicatos estavam sob a influência do PCB. O Comando Intersindical de greve encaminhou as seguintes reivindicações: acordo salarial em conjunto para as categorias envolvidas, liberdade para todos os trabalhadores presos durante a greve,

¹³⁰ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 105.

¹³¹ Esse contexto é caracterizado pela retomada dos sindicatos das direções pelegas. Reitero a participação do PCB no fortalecimento das oposições sindicais e retirada das diretorias conciliadoras.

¹³² SARTI, op.cit., p. 107.

¹³³ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.97.

¹³⁴ *Ibidem*.

pagamento sem cortes nos dias de paralisação e que não houvesse represálias aos grevistas¹³⁵. Depois de um mês de duração os trabalhadores acabaram com a greve. O Comando Intersindical de greve foi o grupo que deu origem ao Pacto de Unidade Intersindical (PUI) em 1954 e naquele momento se tornou a principal intersindical do estado de São Paulo que tinha como objetivo representar alguns sindicatos e conduzir as campanhas salariais¹³⁶. A partir da luta dos trabalhadores de São Paulo, a PUI credenciou-se junto aos trabalhadores e sobre a sua importância Nanci Novo e Trigueiros afirma o seguinte:

A atuação do PUI na cidade de São Paulo inspirou a formação de outras intersindicais com o mesmo nome no ABC e em Sorocaba, que integraram o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo- CST-, do qual fazia parte o Fórum Sindical de Debates, em atuação em Santos e Baixada Santista¹³⁷.

Essas organizações intersindicais são fundamentais para compreender a dinâmica dos trabalhadores porque se constituíram como instrumentos que permitiram um maior poder de negociação com o Estado e os patrões¹³⁸. Uma das principais entidades intersindicais, o Fórum Sindical de Debates, foi fundado em 1956 por dirigentes sindicais da cidade de Santos o qual iremos falar mais adiante¹³⁹.

A partir dessa afirmação fica claro que o movimento operário em Santos, conforme colocado no debate historiográfico, não estava totalmente submetido ao sindicalismo populista. A legislação trabalhista não permitia manifestações expressivas dos sindicatos, contudo a atuação combativa do Fórum Sindical de Debates desconstrói essa tese. No porto de Santos a luta do sindicato é dividida com o Fórum Sindical de Debates (FSD), que atuou na cidade e passou a ser o símbolo da união do pensamento dos trabalhadores. Essa organização vai além, pois a nível nacional, os portuários e operários do setor de transporte se uniram na

¹³⁵ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.99.

¹³⁶ Nesse contexto vale destacar a organização do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIESE), no final de 1955. *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*. p.100

¹³⁸ Essas entidades eram consideradas 'paralelas' porque não estavam subordinadas ao Ministério do Trabalho.

¹³⁹ TRIGUEIROS, op.cit., p.115.

entidade chamada “Pacto de Unidade e Ação¹⁴⁰” (PUA), cuja atuação posteriormente foi feita pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)¹⁴¹.

A atuação dos portuários através das entidades paralelas era importante porque era um instrumento alternativo à estrutura sindical vigente¹⁴². Não é à toa em que aconteceu a emergência da democratização da estiva, acabou coincidindo com o surgimento dessas organizações¹⁴³. Em 1959 a direção combativa ganhou novamente as eleições e, identificada com o sindicalismo nacionalista, representou o início do grande momento de projeção da estiva nacionalista no Brasil. A primeira medida foi reintegrar aqueles membros afastados por motivos políticos ou perseguidos pela diretoria pelega, desta forma houve o retorno de Oswaldo Pacheco da Silva, eleito presidente da Federação Nacional dos Estivadores¹⁴⁴. Um dos pontos mais importantes colocados por Ingrid Sarti é de que o sindicato ultrapassou a pauta econômica e começou a reivindicar demandas políticas em conferências intersindicais e debater a realização de reformas¹⁴⁵ com ênfase na questão agrária e no sindicalismo rural. A estiva santista em nível nacional reivindicava as suas pautas econômicas, enquanto a nível regional colocava em evidência o caráter político das suas manifestações¹⁴⁶.

Para demonstrar a sua percepção política, a “Declaração de Princípios”, publicada pela estiva em 1960 durante o Terceiro Congresso Nacional¹⁴⁷, destacava os seguintes princípios: a defesa de liberdades democráticas, a favor da reforma da estrutura sindical, autonomia e liberdade com relação às entidades sindicais internacionais, contra o limite à greve, a favor da pauta nacionalista e pelo monopólio estatal do petróleo, contra a remessa de altos lucros para o estrangeiro, extensão da CLT aos trabalhadores no campo e a favor da reforma agrária¹⁴⁸.

¹⁴⁰O PUA foi formado no Rio de Janeiro e ocorreu após uma greve que reuniu marítimos, ferroviários e portuários cariocas que lutavam pela igualdade de vencimentos entre os funcionários públicos e militares, em 1960. Cf TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.100.

¹⁴¹ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.109.

¹⁴² Ibidem. p.109-110.

¹⁴³ Ibidem. p.111.

¹⁴⁴ Ibidem. p.115-116.

¹⁴⁵ Essas reformas foram propostas pela equipe do governo João Goulart. Compreendiam os seguintes setores: agrário, bancário, administrativo, eleitoral e urbano. Ver MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart e As Lutas Sociais No Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

¹⁴⁶ SARTI, loc. cit.

¹⁴⁷ Foi um congresso realizado pelos estivadores de Santos.

¹⁴⁸ SARTI, op.cit.,121-122.

Em 1960 nas eleições para a presidência da República, o candidato vencedor Jânio Quadros obteve 61% dos votos em Santos¹⁴⁹. Contudo, Jânio Quadros não conseguiu fazer que seu candidato vencesse as eleições para prefeito na cidade, em 1961. A eleição foi disputada entre Luiz La Scala Júnior, que tinha apoio de sindicalistas e militantes ligados ao PCB, e Mário Covas Júnior¹⁵⁰, apoiado pela UDN, PTN, PST e PR e por sindicalistas ligados a Jânio Quadros¹⁵¹. Luiz La Scala Júnior foi o vencedor da eleição.

Durante o governo Jânio Quadros (1961), a ala ‘janista’ do movimento sindical, ou seja, aliada ao presidente Jânio Quadros acabou assumindo a direção do sindicato dos estivadores em Santos. Uma das explicações para isso foi de que a direção mais combativa perdeu apoio dos trabalhadores devido à proposta da Federação Nacional dos Estivadores em conceder trabalho no porto de Santos para os portuários da região norte. A medida foi aprovada em assembleia e considerada “um belo gesto de solidariedade”. Porém, esse fato foi usado nas eleições pela oposição sob o argumento de que essa medida prejudicava os ‘filhos dos sócios’, ou seja, os trabalhadores vindos do norte estariam tomando o lugar dos filhos daqueles filiados ao sindicato¹⁵². A oposição usou esse fato, transformou em demanda política, acabou ganhando apoio e resultou na renúncia de um dos diretores do sindicato. Aproveitando essa crise, a ala ‘janista’ acabou vencendo a eleição¹⁵³. O breve período em que a direção janista esteve no poder pode ser caracterizado como um período instável na estiva. Faziam parte da corrente janista, elementos pelegos que se mobilizaram contra a liderança progressiva e democrática da estiva¹⁵⁴. A direção do sindicato foi exercida por Raimundo Soares.

A instabilidade se iniciou quando os estivadores se recusaram a trabalhar para uma agência de navegação que não seguia o regulamento em relação à remuneração. O Capitão dos Portos enviou um destacamento de fuzileiros para substituir os operários que se recusaram

¹⁴⁹ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.89.

¹⁵⁰ Era engenheiro da prefeitura de Santos e foi também secretário de obras na mesma cidade. Cf . Musa VELÁSQUEZ; Lorenzo ALDÉ; Harriete TEDESCHI. Mario Covas Júnior. In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁵¹ TRIGUEIROS, op.cit., p.90

¹⁵² SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.124.

¹⁵³ *Ibidem*. p.126.

¹⁵⁴ *Ibidem*. p.127-128.

a trabalhar¹⁵⁵. Os trabalhadores no porto se negaram a atuar ao lado de elementos estranhos e o presidente do sindicato acabou sendo preso e o porto ficou paralisado. Vale ressaltar que a direção do sindicato era a favor do governo federal e esse fato demonstrou o caráter ambíguo do governo Jânio Quadros¹⁵⁶. Sobre esse fato podemos descrever a seguinte situação:

Os estivadores, em 8 de agosto de 1961, paralisaram suas atividades nos porões e convés dos navios em protesto pelo não pagamento da taxa de movimentação. A Capitania dos Portos imediatamente enviou um pelotão de fuzileiros navais para substituir os estivadores. Os doqueiros que trabalhavam em terra, dando continuidade ao serviço dos estivadores, se solidarizaram com os estivadores e negaram-se a trabalhar, alegando riscos de acidentes. Waldemar Neves Guerra e Manoel de Almeida, do sindicato da Administração Portuária e dos Operários Portuários, respectivamente, foram presos. Em poucas horas, o porto foi totalmente paralisado até que seus dirigentes fossem libertados. Essa greve, inclusive, provocou uma crise entre Jânio Quadros e seu ministro do Trabalho, Castro Neves¹⁵⁷.

O quadro se agravou quando Jânio Quadros renunciou à presidência da República em agosto de 1961¹⁵⁸. No período que sucedeu a posse de Jango em 1961 foi caracterizada por grandes mobilizações do movimento operário através de greves em que defendiam a criação de um gabinete que fosse favorável às reformas de base. Um dos exemplos foi à primeira greve nacional dos trabalhadores que ocorreu em 1962.

Em julho de 1962 houve a primeira greve nacional¹⁵⁹ a qual possuía um caráter político e o seu intuito era apoiar o presidente João Goulart na composição de ministros do conselho parlamentarista. No momento em que foi decidida a deflagração da greve estavam presentes vários representantes sindicais, como por exemplo, Osvaldo Pacheco (líder dos estivadores de Santos). Um mês antes da greve geral, as lideranças da esquerda sindical tinham planejado apoiar o nome de San Tiago Dantas para compor o ‘gabinete nacionalista e

¹⁵⁵ Desde a Primeira República (1889-1930) era recorrente o envio de fuzileiros navais para acabar com os movimentos grevistas no porto.

¹⁵⁶SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 129-130.

¹⁵⁷ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.43.

¹⁵⁸ No momento da renúncia de Jânio Quadros, o vice- presidente João Goulart estava na China e segundo a constituição deveria assumir. Instalou-se uma crise porque os ministros militares não queriam que Jango assumisse e de forma provisória assumiu a presidência da república Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos deputados. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola formou o principal foco de resistência e promoveu a campanha à favor da ‘legalidade’, ou seja, segundo a constituição Jango deveria assumir. O III Exército, sob o comando do general Machado Lopes, se posicionou a favor dos legalistas e quase houve uma guerra civil. A solução foi a aprovação da emenda parlamentarista e assim João Goulart assumiu como presidente. Assim, a partir de setembro de 1961 o Brasil se tornou uma República Parlamentarista onde o poder executivo seria dividido entre o Primeiro – Ministro e o Presidente da República. Nessa situação João Goulart, em comparação com o presidencialismo teve menos poderes.

¹⁵⁹ A greve paralisou todo o estado do Rio de Janeiro, Baixada Santista, o porto de Paranaguá no Paraná, o Rio Grande do Sul e as principais capitais nordestinas. Cf MELO, D. B. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. *Revista Mundos do Trabalho* (online), v. 8, p. 131-147, 2017.

democrático' para que pudesse lutar a favor das reformas de base¹⁶⁰. Nesse sentido, a ideia original era forçar uma greve geral para dar apoio a San Tiago Dantas, contudo quando seu nome foi recusado pela Câmara, exceto em Salvador, não houve qualquer tipo de paralisação¹⁶¹. Após a não nomeação de San Tiago Dantas, Jango propôs indicar Auro de Moura Andrade (PSD) para o cargo de presidente do Conselho de Ministros e este, tinha sido aceito pelos deputados¹⁶². Em virtude da escolha política de Auro de Moura Andrade em governar independente do presidente da República e nomear possíveis adversários políticos, como por exemplo, de militares que não queriam a posse de Jango em 1961 e opositores da política externa independente, João Goulart decidiu pela renúncia de Auro de Moura Andrade e foi nesse contexto que foi convocado o Comando Geral de Greve em julho de 1962¹⁶³. Na Baixada Santista, a greve nacional teve adesão total dos trabalhadores e, por conseguinte o porto ficou paralisado, as fábricas, o funcionalismo público e a refinaria de Cubatão não funcionaram. Em Santos, durante a greve destacou-se a atuação do Fórum Sindical de Debates¹⁶⁴.

Analisando a greve geral de 1962, Demian Melo conclui que a paralisação nacional foi fundamental para a indicação do político gaúcho Brochado da Rocha, o qual tinha se destacado anteriormente na nacionalização das empresas estadunidenses no Rio Grande do Sul durante o governo Leonel Brizola, para presidir o Conselho de Ministros e isso fez com que tivesse um grupo de confiança, sendo primordial para o retorno do presidencialismo¹⁶⁵. Outro ponto importante em relação à contribuição da greve foi no nível de organização porque a partir da experiência daquele movimento foi formado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ¹⁶⁶. Após a sua formação, o Comando Geral dos Trabalhadores, em agosto de 1962, convocou uma greve em setembro também de cunho político para pressionar a aprovação de uma emenda à lei que instituiu o parlamentarismo, para a realização de um plebiscito em 06 de janeiro de 1963 para decidir sobre o retorno do presidencialismo ou a permanência do sistema parlamentarista¹⁶⁷. Portanto, a greve nacional em julho de 1962 e a posterior fundação do Comando Geral dos Trabalhadores foram fundamentais para que João Goulart pudesse governar de fato.

¹⁶⁰MELO, D. B.. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. *Revista Mundos do Trabalho (online)*, v. 8, p. 131-147, 2017.p.134.

¹⁶¹ Ibidem. p.135.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibidem. p.136.

¹⁶⁴ Ibidem. p.142-143.

¹⁶⁵ Ibidem. p.145

¹⁶⁶ Ibidem. p.146

¹⁶⁷ Ibidem.

Após a greve geral em julho de 1962, o comandante do II Exército, general Peri Bevilaqua emitiu uma nota para a imprensa que demonstrou a sua postura contrária à paralisação dos trabalhadores e advertiu que as tropas iriam atuar em caso de greve. Eis um trecho da nota:

Ao povo paulista, o Comandante do II Exército envia uma mensagem de tranquilidade e confiança na solução pacífica da presente crise nacional e afirma que as tropas sob o seu comando, em consonância com o governo estadual, estão vigilantes e em condições de manter a ordem e a segurança, em cumprimento pontual do seu dever, não permitindo quaisquer atentados à integridade física e moral da família, ao patrimônio/público e particular, bem como qualquer violação de direito de trabalho¹⁶⁸.

Posteriormente foi divulgada uma nota de instrução do Ministério da Guerra, datado de outubro de 1962, em que informava aos próprios militares em como lidar com greves. A nota de instrução se baseava em premissas da lei de greve de 1946 e reiterava que a paralisação de serviços essenciais é crime e por isso deveria tratar grevistas como criminosos. Na mesma nota ao criticar o movimento grevista, argumenta indicando os efeitos negativos da paralisação em alguns serviços como no caso do setor de transporte que acarreta “falta de alimentos, paralisação de outros serviços e atividades vitais para a população¹⁶⁹”. Essa postura do general Peri Bevilaqua é importante, pois como iremos demonstrar mais adiante, entrevistou no porto de Santos durante uma greve em 1963.

Voltando a abordar sobre o movimento operário em Santos, no início dos anos 60, iremos destacar a atuação da União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS) e do Fórum Sindical de Debates (FSD) em Santos. A USOMS foi uma entidade sindical criada para debater e colocar soluções para os problemas nas diversas categorias no porto¹⁷⁰ e inclusive as duas organizações participaram da greve geral em julho de 1962. Um dos méritos do Fórum Sindical de Debates foi ser um órgão representativo junto aos trabalhadores no encaminhamento de reivindicações e na defesa dos seus direitos¹⁷¹. É importante ressaltar que a USOM congregava os sindicatos do porto de Santos e o Fórum Sindical de Debates todos os sindicatos da Baixada Santista.

Para entender um dos elementos durante a crise do governo João Goulart (1961-1964) no porto de Santos e os acontecimentos em torno do golpe de 1964 em Santos, é preciso saber

¹⁶⁸ Nota para a imprensa. PCB-CM-24-007. Museu Casa de Benjamin Constant, IBRAM/Minc, 001/2018.

¹⁶⁹ Nota de instrução nº. 4-E3. PCB-CM-24-25. Museu Casa de Benjamin Constant, IBRAM/Minc, 001/2018.

¹⁷⁰ TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.p.120.

¹⁷¹ *Ibidem*. p.128

a dinâmica dos trabalhadores no porto. O estivador é aquele quem arruma e retira as mercadorias dos navios enquanto os doqueiros trabalham em terra. Isso tem relação com o fato do termo ‘estiva’ ser criado em oposição a Companhia de Docas, ou seja, os operários da companhia trabalhavam no porto (os doqueiros), enquanto aqueles que operavam nos navios se organizavam no sindicato como categoria de trabalhadores autônomos ou avulsos (estivadores)¹⁷².

Naquele momento existiam dois tipos de estivadores no porto: os operários sindicalizados e uma mão de obra dispersa, no caso os ‘bagrinhos’, que disputava com os primeiros o trabalho. O trabalho no porto de Santos beneficiava aquele trabalhador sindicalizado em detrimento da mão de obra dispersa. Essa hierarquização se demonstrava na prática pelo recrutamento do trabalhador no dia a dia quando a ‘carga’ era anunciada no ‘ponto’¹⁷³. O único critério que estabelecia o favoritismo do trabalhador ao escolher a carga, era o câmbio¹⁷⁴, só que na prática o que ocorria era a preferência pelos sindicalizados quando havia um ‘trabalho nobre’¹⁷⁵ e conseqüentemente esses trabalhadores dividiam entre si, as parcelas de uma jornada lucrativa. Por outro lado, o ‘trabalho não nobre’¹⁷⁶ e as ‘cargas a granel’ ficavam para os trabalhadores não sindicalizados. A partir dessa hierarquia, o sindicato exerceu o controle sobre o mercado de trabalho, quando este tinha a capacidade de indicar a participação dos não sindicalizados somente nas atividades pouco remuneradas. A partir dessa restrição, registra-se a origem do termo ‘bagrinhos’- aquele que se alimenta dos restos do ‘tubarão’- para se referir aos estivadores não sindicalizados¹⁷⁷.

Outra informação para compreender a crise dos anos 60 no porto de Santos está ligada a presença da figura do ‘intermediário’ nas relações de trabalho. A Entidade Estivadora, como determinado pela legislação, tinha como função administrar os serviços da estiva e representava os interesses do capital. Na sua função ela informava ao sindicato sobre o tipo de carga a ser transportada e a quantidade de homens para tal tarefa. Após o serviço ser executado a Entidade Estivadora recebia pelo seu papel intermediário e depois distribuía o

¹⁷² Consertadores, vigias, conferentes, arrumadores e ensacadores fazem parte dessa categoria.

¹⁷³ Entende-se o local na faixa do cais onde os trabalhadores são escolhidos para aquela jornada de trabalho.

¹⁷⁴ Ao ouvir a leitura da carga o trabalhador manifesta seu desejo de engajar e terá preferência se estiver no câmbio. O câmbio significa a seguinte situação: se hoje trabalha só terá direito de trabalhar de novo no terceiro dia. Cf SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.29.

¹⁷⁵ Entende quando a carga tem maior peso, menor risco à saúde e maior volume garantindo uma maior remuneração. Ibidem. p.23.

¹⁷⁶ Era a carga que oferece mais riscos à integridade física do estivador, uso de força física, necessidade de grande quantidade de mão de obra e baixa remuneração. Ibidem.

¹⁷⁷ Ibidem. p.30-31.

pagamento para a estiva, segundo Ingrid Sarti era “um órgão burocrático que encarece os serviços da estiva, particularmente se considera a cobrança arbitrária de fretes destinada às despesas de sua atuação intermediária¹⁷⁸”. Na realidade a sua função primordial era impedir que o sindicato tivesse o total controle das atividades estivadoras¹⁷⁹. Essa tutela da Entidade Estivadora trouxe sérios conflitos com o sindicato, já que este era contra a presença dessa Entidade, almejando o controle para si a execução dos serviços da estiva¹⁸⁰.

Essa pauta dos estivadores era tão importante que em 1956, os portuários, defenderam o ‘Projeto 850’ que teve grande relevância no início dos anos 60, o qual reivindicava o direito do sindicato estivador contratar os serviços da estiva sem a presença do intermediário. Essa questão permaneceu indefinida até o estabelecimento do primeiro governo do novo regime após o golpe de 1964, quando os militares decidiram pela inconstitucionalidade desse projeto¹⁸¹.

Durante o governo João Goulart (1961-1964), a questão envolvendo os “bagrinhos” foi usada pela União Democrática Nacional (UDN) e setores ligados ao capital multinacional associado¹⁸² para derrotar o “Projeto 850” e ao mesmo tempo atacar a direção combativa do SES.¹⁸³

A UDN promoveu a “campanha de proteção ao bagrinho” que contou com o apoio de parte do poder Legislativo para legitimar a sua ação. A favor desse partido estavam os setores que foram contra o intercâmbio com os portuários do norte e entendiam que a partir da sindicalização obrigatória, os ‘bagrinhos’ poderiam ser beneficiados. Nesse contexto atuou como liderança, a favor da UDN, o deputado federal Herbert Levy¹⁸⁴ e a bancada udenista em

¹⁷⁸ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.39.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*. p.44.

¹⁸² Setor da burguesia que conquistou o Estado após 1964. Iremos falar sobre isso no próximo tópico.

¹⁸³ SARTI, op.cit., p.137.

¹⁸⁴ Destacou-se na campanha contra João Goulart. Era membro da Ação Democrática Parlamentar (ADP), fazia parte do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e foi diretor de várias empresas ligadas ao mesmo instituto como, por exemplo: Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sanbra), a Sunbeam do Brasil Anticorrosivos e a Companhia Itaú Fertilizantes. O mais interessante é de que também estava ligada ao Movimento Sindical Democrático (MSD), organização de trabalhadores de orientação anticomunista, controlada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Não é coincidência o seu envolvimento com o MSD com a tentativa de enfraquecer os portuários santistas. Luís Otávio de SOUSA. Herbert Levy. In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Santos¹⁸⁵. Uma das estratégias de difamação usada pela UDN foi caracterizar o SES e os operários como ‘magnatas’ que exploravam os próprios companheiros (no caso os bagrinhos que não eram sindicalizados) e que os altos salários dos estivadores causavam grande prejuízo à economia nacional¹⁸⁶. O congestionamento no porto, algo normal, era também usado por parlamentares da UDN, que exigiam medidas contra aquela situação em Santos¹⁸⁷.

Nesse conflito, a UDN obteve apoio do delegado do Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo¹⁸⁸ (DEOPS) e da União Cívica Feminina, entidade que conspirou para a queda de João Goulart. Posteriormente foi realizada uma greve de fome dos ‘bagrinhos’ em novembro de 1962 e em meio à repercussão desse movimento a justiça julgou o processo a favor dos bagrinhos e a sua sindicalização no SES se tornou obrigatória¹⁸⁹. Esse quadro mudou devido à intervenção do Ministro do Trabalho João Paulo Pinheiro Neto e do Ministro da Marinha Pedro Paulo Suzano¹⁹⁰. O Ministro da Marinha determinou a suspensão das matrículas expedidas pela Delegacia do Trabalho Marítimo¹⁹¹ e com o intuito de defender o sindicato enviou um contratorpedeiro da Marinha de Guerra Brasileira com 900 fuzileiros navais a bordo¹⁹². O interessante é de que essa postura, em enviar militares para proteger o sindicato, foi totalmente diferente daquela ocorrida em 1961 quando a Marinha foi enviada para acabar com o movimento grevista. Isso pode ser explicado devido à relação entre o governo populista e os trabalhadores, pelo caráter conservador do governo de Jânio Quadros (1961) e, portanto, era um momento desfavorável aos setores populares¹⁹³.

Contra a sindicalização obrigatória dos bagrinhos houve a ameaça de greve para o dia 8 de julho de 1963. Nesse momento diante da ameaça de paralisação do porto, as tropas do II

¹⁸⁵SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.138.

¹⁸⁶ Ibidem. p.141.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Era um departamento da polícia civil que existia em vários estados brasileiros. O DEOPS era o nome dado ao órgão paulista.

¹⁸⁹ SARTI, op.cit., p.142.

¹⁹⁰ Quando foi Ministro da Marinha (1962-1963), Suzano apoiou a maioria das medidas nacionalistas do governo Goulart, como a Lei de Remessa de Lucros e a implantação das reformas de base. Após o golpe de 1964 foi transferido para a reserva pelo Ato nº 3 do Comando Supremo da Revolução. Cf Mônica KORNIS. Pedro Paulo de Araujo Suzano. In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁹¹ SARTI, op.cit., p.143-144.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ O ministério de Jânio Quadros, em sua maioria, era composto por políticos da UDN e nos principais cargos militares ficaram com membros da ‘ Cruzada Democrática’, que agrupava oficiais contra a política nacional-estatista. Sua política financeira foi austera devido a cortes nos subsídios de petróleo e trigo que causou aumento do custo de vida. Cf Jorge Miguel MAYER; Libânia XAVIER. Jânio Quadros In: ABREU, Alzira Alves de et al(coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Exército, comandadas pelo general Peri Belivaqua se movimentaram para ocupar atuar em Santos e o SES foi interdito. Após o fim da greve a matrícula dos bagrinhos no SES foi admitida por mandado de segurança¹⁹⁴. Após a repressão e intervenção ao movimento grevista em 1963¹⁹⁵, foi divulgada uma nota de instrução, pelo general Peri Belivaqua, em que reivindicava o combate e a adesão de soluções extra- legais para combater ‘a solidariedade’ entre as organizações intersindicais (CGT, PUA e FSD)¹⁹⁶.

O julgamento em torno dessa questão ficou para março de 1964 e a ditadura empresarial- militar obstruiu o ‘Projeto 850’ a favor das Entidades estivadoras e o sindicalismo nacionalista foi derrotado¹⁹⁷.

4. Medidas após o golpe de 1964

Antes de abordar as medidas após março de 1964 em Santos é importante indicar o sentido do golpe empresarial militar. Entre 1961 e 1964 instaurou-se uma crise na sociedade brasileira. Esse cenário pode ser explicado pela insuficiência do regime democrático, pautado na Constituição de 1946, para corresponder às demandas tanto do empresariado multinacional e associado quanto das classes trabalhadoras urbanas e rurais¹⁹⁸. Nesse contexto, destaca-se a influência da Revolução Cubana (1959) e o impacto do seu alinhamento ao bloco socialista (1961). Então através de uma estratégia preventiva contrarrevolucionária, integrantes do capital multinacional associado criaram uma atmosfera anti- João Goulart e Reformas de Base. Em síntese indicamos a seguinte ideia colocada por Renato Lemos:

Para as classes dominantes, que executaram o golpe em 1964, o problema transcendia o governo de Goulart, localizando-se no próprio regime político, ou seja, na forma de exercício da dominação de classe. Enquanto a democracia balizada pela Constituição de 1946 foi um jogo restrito aos seus representantes políticos, diretos ou indiretos, foi uma forma de dominação satisfatória. Ameaçada, contudo, pela crescente ativação popular nas ruas, nos campos e no Parlamento, as classes dominantes recorreram ao seu repertório de alternativas estratégicas, onde se destacava a democracia forte e elitista, mais conveniente às necessidades do capital

¹⁹⁴ SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.p.148.

¹⁹⁵Em carta datada de 02 de setembro de 1963 alguns setores da sociedade civil enviaram uma carta parabenizando a intervenção do general Peri Bevilacqua durante a greve dos portuários realizada em julho de 1963. Os remetentes foram: O clube dos lojistas de Santos, Centro de Navegação Transatlântico, Associação dos advogados de Santos, Associação Comercial de Santos, Sindicato da Indústria da construção de grandes estruturas de Santos, Rotary Clube de Santos e Associação Profissional das Entidades Estivadoras de Santos. Cf Carta endereçada ao general Pery Bevilacqua PCB-CM-24-582. Museu Casa de Benjamin Constant, IBRAM/Minc, 001/2018.

¹⁹⁶ Nota de instrução n°. 7-E3. PCB-CM-24-25. Museu Casa de Benjamin Constant, IBRAM/Minc, 001/2018.

¹⁹⁷ SARTI, op.cit., p.149.

¹⁹⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart e As Lutas Sociais No Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.p.10.

multinacional e associado e adequada a um mundo em que a ideia democrática era o referencial legitimador da dominação política aceitável. Para chegar a ela, contudo, foi necessário aceitar que, por meio do golpe em 1964, ajustassem contas com o governo forças políticas das mais diversas naturezas, todas integrantes da frente golpista: facções militares, candidatos civis a presidente nas eleições de 1965, entidades tradicionalistas, udenistas historicamente frustrados em suas ambições de poder¹⁹⁹.

A partir da afirmação acima, podemos afirmar que no início dos anos 60, a sociedade brasileira estava no auge da sua politização e nesse sentido, o golpe empresarial militar de 1964 significava a dominação efetiva e hegemônica do bloco multinacional associado através do regime ditatorial. A politização do lado da esquerda contava com o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista²⁰⁰ (FPN), dos trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e militares nacionalistas. Destaca-se a classe operária, através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que colaborou e apoiou as iniciativas políticas do governo Jango²⁰¹. Outro setor importante que se mobilizou foi o dos trabalhadores rurais, através das Ligas Camponesas²⁰² que almejavam a reforma agrária. É também importante ressaltar a atuação dos praças das Forças Armadas que tentaram ampliar os seus direitos políticos. Nessa questão realço o movimento dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília, no ano de 1963, quando estes protestaram contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que anulou a eleição de dois sargentos²⁰³. E por último a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) na frente contra o latifúndio e imperialismo²⁰⁴. Em contrapartida, a mobilização da direita²⁰⁵ reunia empresários, setores militares vinculados à Escola Superior de Guerra, a Igreja Católica e os latifundiários, os quais se organizaram para manter os seus interesses que estavam ameaçados pela ‘politização à esquerda’ e simultaneamente combater o avanço dos movimentos sociais de cunho nacionalista e de esquerda²⁰⁶.

¹⁹⁹ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.10

²⁰⁰ Era composta pela grande maioria dos políticos do PTB e do PSB e além de uma minoria representada por setores nacionalistas do PSD, UDN e PDC.

²⁰¹ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982.p.74-75

²⁰² As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco e posteriormente se espalhou para outras regiões do Brasil. Cf ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-bibliográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

²⁰³ TOLEDO, op.cit., p.80.

²⁰⁴ Ibidem. p.81

²⁰⁵ Ibidem. p.83.

²⁰⁶ Ibidem.

Tendo como base a crise de hegemonia²⁰⁷ e a luta política nos anos 60, o “regime instituído em 1964 era de fato uma contrarrevolução²⁰⁸”. Segundo Florestan Fernandes, o que se tratava naquela conjuntura, não era uma autodefesa da democracia contra o comunismo internacional, mas sim de impedir a mudança de uma democracia restrita para uma democracia ampliada, ou seja, uma forma de regime que poderia prejudicar os interesses da burguesia e do grande capital²⁰⁹. Portanto, o golpe empresarial militar de 1964 tinha como objetivo no curto prazo, impedir esse processo e eliminar a atuação política da classe trabalhadora²¹⁰. O jurista Fábio Konder Comparato nesse sentido afirma o seguinte:

O novo regime político fundou-se na aliança das Forças Armadas com os latifundiários e os grandes empresários, nacionais e estrangeiros. Esse consórcio político engendrou duas experiências pioneiras na América Latina: o terrorismo de Estado e o neoliberalismo capitalista. A partir do exemplo brasileiro, vários outros países latino-americanos adotaram nos anos seguintes, com explícito apoio dos Estados Unidos, regimes políticos semelhantes ao nosso²¹¹.

Nesse ponto de vista é importante salientar não apenas a campanha do bloco multinacional associado para depor o presidente João Goulart²¹², através do complexo IPES/IBAD²¹³, mas sim para o fato de que estes setores vieram a ocupar os principais postos estratégicos do Estado a partir de 1964. Nessa ideia René Dreifuss chama a atenção para o equívoco de rotular a administração pós 1964 apenas de ‘militar’²¹⁴, mas sim para a participação dos civis no poder. Esses ‘civis’ para Dreifuss, devem ser chamados de empresários ou tecno – empresários, pois esses indivíduos que ocuparam os principais setores

²⁰⁷ Segundo Gramsci é quando a classe dirigente fracassa na imposição do consenso nas grandes massas e estas passam a atuar politicamente e apresentar reivindicações que em seu conjunto desorganizado constituem uma revolução. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: volume 3: Maquiavel notas sobre o estado e a política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p.60.

²⁰⁸ FERNANDES, Florestan. *Revolução ou Contra Revolução*. *Contexto*, São Paulo, n. 5, p. 21, mar. 1978.p.21.

²⁰⁹ *Ibidem*.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ COMPARATO, Fábio Konder. *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro*. Brasil de Fato, São Paulo, 11 de março de 2014. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/27692/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2018.

²¹² No dia 2 de abril de 1964, o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente da República e assim assumiu o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli.

²¹³ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi uma organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962. Essa organização foi fundamental no planejamento e na derrubada do então presidente João Goulart. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi fundado em maio de 1959 por Ivan Hasslocher com o objetivo de combater a propagação do comunismo no Brasil. Intensificou suas atividades em 1962 através da Ação Democrática Popular (Adep), sua subsidiária, que interveio ativamente na campanha eleitoral daquele ano, patrocinando candidatos que faziam oposição ao presidente João Goulart. Ver DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

²¹⁴ *Ibidem*. p.417.

da administração do Estado eram os mesmos componentes do complexo IPES/IBAD que conspiraram para derrubar o presidente João Goulart²¹⁵.

Dessa forma a articulação desses setores não se limitou a uma ação golpista, mas direcionada para ocupar e administrar o Estado brasileiro de acordo com os seus interesses de classe. Para confirmar essa ideia as reformas estruturais e organizacionais do IPES, desenvolvidas entre 1961-1964, foram realizadas a partir de 1964²¹⁶. Essa sincronia só foi possível porque os tecno – empresários conseguiram ocupar os principais cargos públicos e assim direcionar o Estado brasileiro a atender as expectativas e projetos do bloco multinacional e associado²¹⁷. Para Dreifuss o bloco multinacional associado conseguiu o controle direto do aparelho do Estado e nesse sentido:

através dele , dos outros setores das classes dominantes e das classes dominadas da sociedade foi, se não a forma mais completa de levar à frente os interesses do grande capital, pelo menos a forma mais eficiente e segura à disposição dos interesses financeiro- industriais multinacionais e associados. Resumindo, após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro- industrial multinacional e associada²¹⁸.

Em relação ao nosso objeto de estudo, destaco a importância do complexo IPES/IBAD na retirada do presidente João Goulart do poder. O ‘Grupo de Publicações/ Editorial’ vinculado ao IPES, onde havia o estímulo da produção de propaganda que fosse convergente com os ideais do IPES, contava com a participação de Cândido Guinle de Paula Machado, (o proprietário da Companhia de Doca de Santos) dono da Editora Agir, que ajudava na divulgação dessas ideias²¹⁹. Outra informação importante e que atesta a participação da família Guinle tanto no IPES quanto na conspiração para o golpe de 64, é de que Cândido Guinle de Paula, encarregado do grupo de ação para assuntos sindicais, autorizou o pagamento mensal de 2.000.000 cruzeiros para a formação de ativistas sindicais de direita²²⁰. Outro exemplo é de que o IPES visando enfatizar valores como a iniciativa privada, produtividade e pluralidade política, através de filmes, cartuns e documentários, produziu o documentário comercial chamado ‘Portos Paralíticos, assim demonstrando uma propaganda antigrevista²²¹’.

²¹⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p.417.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ Ibidem. p.419.

²¹⁹ Ibidem. p.194-195.

²²⁰ Ibidem. p.310.

²²¹ Ibidem. p.251.

A cidade de Santos era um local estratégico para o complexo IPES/IBAD, em função do histórico combativo do movimento operário, pela força do Fórum Sindical de Debates e lá poderia ter ocorrido resistência ao golpe. Esse fato deve ser considerado como um dos argumentos para Santos ser o destino final da ‘Operação Brother Sam’²²².

A repressão contra o movimento operário em Santos na verdade era uma estratégia de desmobilização em todo o país. René Dreifuss indica que o Estado em 1964 foi conquistado pelo capital multinacional associado, que passou a administrá-lo de acordo com os seus interesses e um dos seus objetivos era enfraquecer e dominar a classe trabalhadora²²³. Podemos destacar algumas medidas pós golpe- empresarial de 1964 que vão ao encontro com essa finalidade: a proibição imediata da realização de greves²²⁴, a intervenção nas organizações sindicais²²⁵, o fim da estabilidade do emprego a partir da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço²²⁶ (FGTS) e a política de arrocho salarial²²⁷.

Esse preceito ocorreu em Santos, uma vez que após o golpe de 1964 houve a interferência estatal no Sindicato dos Operários Portuários, ocasionando prisões e a demissão dos trabalhadores e de várias lideranças sindicalistas na região da Baixada Santista ²²⁸, por terem relações políticas com o governo deposto. O periódico santista a “Tribuna”, sobre o assunto, se comportou na prática como um porta-voz das autoridades policiais. Em um balanço²²⁹ feito pelo próprio jornal, sobre o quantitativo de pessoas presas em Santos em 1964, tem o seguinte trecho:

Na verdade, desde o dia 1º de abril último até ontem mais de 250 pessoas foram detidas e muitas delas recolhidas ao xadrez, principalmente nos primeiros dias que se seguiram à vitória da revolução democrática. Todavia, após a triagem que foi sendo feita pelos delegados Benedito Lellis e Antonio Carlos de Almeida Ribeiro, respectivamente titular e adjunto da Delegacia de Ordem Política e Social, muitos dos detidos foram sendo postos em liberdade, na maioria comprovadamente alheios ao movimento de subversão da ordem que estava sendo executado pelo governo

²²² Era uma expedição naval vinda dos Estados Unidos em março de 1964 composta por porta aviões, destróieres, navios carregados de armas e soldados. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart e As Lutas Sociais No Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.p.174.

²²³ Sobre uma proposta de periodização sobre a Ditadura Militar e os trabalhadores ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, 2a. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2009.Especialmente as páginas 101-126.

²²⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p.439. Ver também BRASIL. Lei nº 4.330, de 01 de junho de 1964.

²²⁵ Cf ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.68-69-70.

²²⁶A legislação que estabeleceu o FGTS teve grande impacto na vida dos trabalhadores porque aumentou a sua insegurança econômica e estimulou uma maior rotatividade no emprego. DREIFUSS, op.cit., p.440.

²²⁷ Ver índices de salários mínimos em MENDONÇA, S.R & FONTES, V.M. *História do Brasil recente (1964-1980)* p.17-67 Apud MATTOS, op.cit., p.110.

²²⁸ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.50.

²²⁹ A Tribuna 02/04/1964.

federal e pelos comunistas, através dos sindicatos de classe e por influência de órgãos espúrios, como o CGT, o PUA, UNE e, especialmente na Baixada Santista, pelo tristemente Fórum Sindical de Debates e União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos²³⁰.

Nesse balanço o jornal santista indicou o quantitativo de 84 presos em Santos. Destacou-se a prisão e transferência para Santos, do líder do sindicato nacional dos Cozinheiros e Taifeiros marítimos Severino Francisco da Silva, considerado um dos principais responsáveis por deflagrar greves políticas na Baixada Santista, durante o governo João Goulart (1961-1964)²³¹. Vários líderes sindicais ficaram presos no navio prisão Raul Soares²³², símbolo da repressão em Santos pós 1964 usado como navio-prisão e local de tortura dos presos políticos²³³.

No acervo incompleto da Companhia de Docas de Santos, disponível no Arquivo Nacional, há um documento que indica a postura da empresa em demitir funcionários acusados de subversão. Com base no inquérito policial militar que apurou atividades subversivas dos funcionários, o inspetor geral da Companhia, J.M Berenguer enviou um ofício ao responsável pela Divisão pessoal da empresa em que pediu as seguintes medidas: demitir os funcionários indicados e amparados pela estabilidade, abrir inquéritos na Justiça do Trabalho para demitir os trabalhadores que tinham a estabilidade e afastar os mesmos do serviço até o julgamento dos processos. Em seguida há uma lista de nomes a serem dispensados. O interessante é que anexo a esse documento há um histórico político dos empregados a serem demitidos pela Companhia de Docas de Santos. O que podemos especular é uma possível troca de informações²³⁴ entre o DOPS de Santos e a empresa que administrava o porto em relação à vigilância sobre os trabalhadores. Não pode ser mera coincidência os portuários que estavam na lista de dispensados terem um registro das suas atividades políticas, e, portanto isso pode indicar a existência de uma vigilância anterior. Em um dos históricos, há o registro de que o portuário²³⁵ era fichado no DOPS como ‘comunista’ e um prontuário detalhado das suas atividades políticas, provavelmente feito pelo próprio

²³⁰ A Tribuna 02/04/1964.

²³¹ A Tribuna 02/04/1964.

²³² Segundo o jornal ‘a Tribuna’ estavam presos sargentos do Exército e os dirigentes portuários. Tribuna 02/04/1964.

²³³ Na época do golpe, uma figura de destaque na repressão em Santos era o Capitão dos Portos o Capitão de Mar e Guerra Júlio de Sá Bierrenbach.

²³⁴ Há outro documento do ano de 1979, com o timbre da Companhia de Docas de Santos, em que há uma troca de informação entre o DOPS e a empresa, sobre a distribuição de panfletos aos trabalhadores no porto.

²³⁵ O portuário no caso era Waldemar Neves Guerra. Entre outros registrados estavam: Carlos Silva, Valdomiro Vítor da Silva, Raimundo Nunes de Oliveira, José Reinaldo, José Ferreira Sampaio, Avelino Gomes de Azevedo, José Soares de Goes, José Alves Barros, Miguel Esteves, Nilton Augusto, Odair Mastro, Anatalino Souza Almeida e Waldemar Guimarães.

aparato policial²³⁶. Essa colaboração e interação entre as empresas públicas e privadas²³⁷ e o aparato repressivo foi um dos assuntos abordados nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que ocorreu entre 2012-2014, e nesse processo algumas empresas foram convocadas pela comissão para esclarecimentos²³⁸. Essas empresas enviavam informes ao DOPS sobre a participação de seus empregados em movimentos grevistas, espionavam as atividades dos mesmos dentro das fábricas, formavam ‘listas sujas’ com nome de empregados envolvidos em greves para que não fossem contratados por outros empregadores e a torturavam os trabalhadores dentro de suas dependências²³⁹.

Entre outras medidas pode-se citar que uma das lideranças mais importantes dos estivadores de Santos, Oswaldo Pacheco da Silva, estava na lista de cassados pelo Ato Institucional nº 1²⁴⁰. Após a intervenção no sindicato houve o retorno da figura do ‘pelego’ Manoel Cabeças que tinha exercido a direção entre 1946-1955 e alguns direitos foram retirados tais como: em junho de 1965 a Lei nº 56.420 anulou todos os direitos firmados entre a Federação Nacional dos Portuários e o Ministério do Trabalho, sob o pretexto de que a Companhia de Docas de Santos não havia feito parte dos acordos trabalhistas. Posteriormente, o decreto nº 5, de 1966, considerou vencidos os acordos estabelecidos há mais de dois anos. Dos direitos conquistados, permaneceu apenas o adicional por tempo de serviço e as “25 diárias”. Além disso, foi incluída uma taxa de 25% em diversos serviços perigosos e insalubres; redução do salário-família; fim dos extraordinários pagos à base de 70% a 290%, sendo as horas noturnas remuneradas com um acréscimo de apenas 20%; criação de dois turnos de trabalho (um durante o dia e outro à noite, com revezamento semanal); corte na cubagem para os serviços por produção, permanecendo somente a tonelagem, o que representou um corte salarial à base de 50% e redução do número de homens em cada terno de serviço²⁴¹.

Nesse sentido, René Dreifuss, sobre a relação do regime- empresarial militar com o proletariado demonstra que:

²³⁶ Arquivo Nacional. Fundo Companhia de Docas de Santos. Ofício de José Menezes Berenguer ao encarregado da Divisão Pessoal.

²³⁷ Podemos citar como exemplos: a Mercedes Benz, Volkswagen, Rapistan, CODESP, EMBRAER, Companhia do Metropolitano de São Paulo, Siemens, grupo Ultra e Ford.

²³⁸ <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/comissao-da-verdade-chama-volkswagen-e-embraer-para-depor>

²³⁹ Sobre o tema ver ‘Civis que colaboraram com a ditadura’. In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos- Brasília: CNV, 2014.p.314-338.

²⁴⁰ Brasil. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964. Pelo artigo nº 10 do Ato Institucional (AI-1), a Junta Militar poderia suspender direitos políticos e cassar mandatos. Oswaldo Pacheco da Silva era o décimo quinto da lista no total de 100 nomes.

²⁴¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *A Carga e a Culpa. Os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968)*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

A nova legislação trabalhista do governo serviu a três finalidades principais. Primeiramente, aumentou o controle direto dos sindicatos, impedindo-os de fornecer uma base organizacional para ataques da classe trabalhadora a políticas governamentais específicas, ao novo sistema político e contra as condições sociais que o sistema veio a preservar. A nova legislação trabalhista também procurou fortalecer os aspectos corporativos da estrutura sindicalista pelo seu papel na construção nacional e na manutenção da coesão social. Finalmente, sob o pretexto do controle da inflação, tentou transferir recursos para a indústria submetendo a classe trabalhadora a diversos tipos de programas de poupança forçada²⁴².

Por fim, a partir do que foi colocado acima é possível estabelecer relações entre a atuação da elite orgânica liderada pelo complexo IPES- IBAD com o golpe em Santos. O primeiro elemento foi a participação de elementos do bloco multinacional e associado contra o ‘ Projeto 850’ , tais como a UDN e a figura do deputado federal Herbert Levy, como dito era membro do IPES e do Movimento Sindical Democrático. A ‘Operação Brother Sam’ tinha como objetivo fornecer apoio logístico aos golpistas e intervir militarmente no Brasil. Seu destino final era a cidade de Santos, isso se explica pelo caráter combativo do movimento operário santista e os militares estadunidenses poderiam intervir se caso ocorresse resistência.

²⁴² DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.p.438-439.

Capítulo 02.

A Contrarrevolução Democrática: Institucionalização e repressão política (1974-1979)

Quando assumi a presidência, estabeleci que meu propósito era alcançar a normalização da situação no país, mas que essa operação tinha que ser feita com segurança. Não podia liberar o país e daí a pouco ter que voltar atrás. Era uma operação gradativa, lenta. Esse era mais ou menos o conceito que se tinha dentro das Forças Armadas. Não se poderia, de repente, estabelecer a liberalização de todos os problemas, porque as forças subversivas continuavam. Em menor ritmo, em menor escala, mas continuavam. Conspiração daqui, conspiração dali, movimento aqui, um roubo de banco ou de armas acolá, um assassinato etc²⁴³.

Esse presente capítulo se divide em duas partes e tem como objetivo caracterizar o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), que deu início ao processo de abertura política em direção ao regime democrático. Iremos discutir em um primeiro momento os fatores responsáveis pela saída dos militares e nesse sentido um dos questionamentos é se a transição ocorreu por uma “crise” econômica – social ou se foi uma antecipação dos setores dirigentes a uma possível tensão política. A partir disso, iremos indicar como a Comissão Trilateral (CT) contribuiu através do cientista político estadunidense Samuel Huntington na formulação do projeto de distensão e buscar possíveis relações entre as suas recomendações e as principais características desse processo. Na segunda parte o debate se concentra em discutir o sentido da repressão política no período de abertura. O principal questionamento é se havia ou não legalidade na prática da violência em um contexto de redemocratização. Para responder a essa pergunta, iremos discutir com a historiografia que não atribui diretamente ao governo à responsabilidade pela coerção.

A contribuição desse capítulo para entender a repressão contra os portuários de Santos em 1980 é na caracterização da transição no Brasil, já que a violência estatal tem vinculação com a natureza da política de abertura. Além disso, minha intenção é demonstrar que a repressão no período era uma política de Estado e que os treinamentos e a intervenção no porto de Santos durante a greve não foi isolada, dado que outros setores já tinham sido atingidos pela repressão.

²⁴³CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Ernesto Geisel*. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.p.259-260.

O conceito que permeia esse trabalho é o de ‘contrarrevolução’, usado para examinar o caráter contrarrevolucionário da ditadura e da transição ao regime democrático. Nesse primeiro momento demonstraremos brevemente que a teoria contrarrevolucionária tem relação com o fato de o Brasil ser um país de capitalismo dependente e atrasado e, por conseguinte, como a burguesia nacional exerceu um papel contrarrevolucionário.

O ponto de partida são as considerações de Leon Trotsky sobre a ‘lei do desenvolvimento desigual e combinado’²⁴⁴, que explicam o caráter singular dos países que se situam na periferia do sistema capitalista, dado o seu ‘atraso’ no desenvolvimento do capitalismo²⁴⁵. A característica específica desses países foi a combinação dos elementos arcaicos com formas mais modernas no desenvolvimento industrial²⁴⁶. Um dos desdobramentos desse tipo de desenvolvimento no caso da Rússia, segundo León Trotsky, foi à atuação da burguesia russa contra o interesse das classes populares e, portanto, não desempenhou um papel revolucionário em conjunto com os operários e os camponeses:

A incapacidade política da burguesia era diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Não era possível arrastar consigo os operários que elas se opunham rancorosamente na vida cotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos. Por outro lado a burguesia era igualmente incapaz de arrastar a classe camponesa porque estava enredada nas malhas de interesses comuns com os proprietários de terras e porque temia um abalo da propriedade sob qualquer forma em que se apresentasse²⁴⁷.

A partir disso, entendemos que a burguesia nacional nos países periféricos se comportou como verdadeiro agente contrarrevolucionário. Para pensar o Brasil²⁴⁸, a partir dessa perspectiva, é fundamental a relação entre a transformação capitalista e a dominação burguesa que se configuram em condições históricas, econômicas e sociais que não permitem uma ‘repetição’ da história²⁴⁹ tal como se dera nos países de capitalismo avançado. Pelo fato do Brasil ser um país de capitalismo dependente, atrasado e subdesenvolvido, a burguesia assumiu uma incumbência contrarrevolucionária na defesa da ordem, isto é, “a tarefa de

²⁴⁴ Felipe Demier ressalta que esse termo, nunca foi colocado nominalmente por Trotsky. O mesmo sempre se referiu como ‘lei do desenvolvimento combinado’. Foi George Novack, trotskista estadunidense, que batizou sob o nome de ‘Lei do Desenvolvimento desigual e combinado’. DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, São Paulo, v. 16, 2007.p.77.

²⁴⁵ TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.23-33.

²⁴⁶ Ibidem. p.28.

²⁴⁷ Ibidem. p.30

²⁴⁸ Uma visão predominante até 1964 era a perspectiva intitulada ‘ etapista’. Para um debate sobre o tema ver DEMIER, op.cit., 2007.

²⁴⁹ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.p.290.

construir as estruturas capitalistas se combinou com a de prevenir a revolução socialista²⁵⁰”. Florestan Fernandes defende a seguinte ideia sobre as burguesias nacionais:

Não estamos na era das burguesias conquistadoras. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore²⁵¹.

A contrarrevolução, em síntese, pode ser caracterizada como permanente, pois mesmo a ordem capitalista não estando ameaçada, é conservada de maneira preventiva²⁵². No Brasil, durante os anos 60, a contrarrevolução assumiu o caráter de urgência devido à mobilização da classe trabalhadora e ao acirramento das condições sociais²⁵³. Assim, a burguesia nacional ao apoiar o golpe de 1964 demonstrou a sua debilidade revolucionária²⁵⁴.

Partimos do pressuposto de que com o início da transição em direção à democracia em 1974, a contrarrevolução assumiu uma feição mais amena já que a gênese desse processo foi em uma conjuntura não radicalizada e controlada.

1. A Contrarrevolução Democrática (1974-1979)

O nosso recorte temporal, nesse capítulo, situado entre 1974-1979 correspondeu a uma nova fase da ditadura, em que se buscava nas palavras do então presidente Ernesto Geisel, ‘um aperfeiçoamento democrático gradual e seguro²⁵⁵’. A partir de 1974 iniciou-se a transição política da ditadura para a democracia simultaneamente em outras localidades como a Grécia, Espanha e Portugal²⁵⁶ e isso prosseguiu nos anos 80 devido à redemocratização no Cone Sul e

²⁵⁰ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.11.

²⁵¹ Ibidem. p.294.

²⁵² Florestan Fernandes indica dois tipos de contrarrevolução: a ‘quente’ e a ‘fria’. A fase ‘quente’ pode ser quando a contrarrevolução burguesa assume feições mais radicais; por outro lado, a fase fria é definida em que a situação está sobre controle. Cf. LIMA, Kátia. A obra sociológica de Florestan Fernandes: capitalismo dependente e contrarrevolução preventiva. In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009, Campinas. *Anais do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels*, 2009. p.05.

²⁵³ LEMOS, op.cit., p.11.

²⁵⁴ DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, São Paulo, v. 16, p. 77-107, 2007.p.91.

²⁵⁵ Discurso do presidente Ernesto Geisel para o seu ministério em 19 de março de 1974. In: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985-5ª ed-* Rio de Janeiro: Record, 2010.p.138

²⁵⁶ Cf. POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

também pelo desmembramento da União Soviética. Nesse texto, usamos o conceito de ‘Contrarrevolução Democrática’²⁵⁷ para abordar o caso brasileiro.

Esse trabalho parte da hipótese de que o golpe empresarial - militar de 1964 e o regime ditatorial que se estabeleceu posteriormente teve o sentido contrarrevolucionário preventivo. O conceito de ‘contrarrevolução democrática’ é usado pelo historiador Renato Lemos, em que o período da ditadura situado entre 1964-1988 é dividido em dois grandes momentos. Tendo como base essa periodização, a primeira fase foi colocada entre 1964-1974 recebe o nome de ‘Contrarrevolução Terrorista’ cuja característica central foi a feição do ‘Terrorismo de Estado’ que visava derrotar o comunismo, o nacionalismo civil e militar, populismo e movimento de massa²⁵⁸.

A primeira subfase (1964-1968) corresponde à estruturação do ‘Terrorismo de Estado’, através da instrumentalização da Polícia Federal, Departamentos estaduais de ordem política e social (DOPS), polícias civis e militares, além da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Implantaram-se também estruturas e práticas para fortalecer o Estado, como os atos institucionais e o “decurso de prazo” na apreciação pelo Legislativo, dos projetos via Executivo. Subordinaram-se o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, por meio de cassações de mandatos e determinações restritivas emanadas de atos institucionais. Utilizou-se ao máximo a legislação sindical vigente, promovendo a intervenção em entidades da classe trabalhadora, a destituição de dirigentes e criando maiores obstáculos à promoção de greves legais. No aspecto econômico destacamos o enxugamento do fluxo monetário, por meio do arrocho salarial e creditício, os estímulos à vinda de capital estrangeiro de empréstimo e de investimento e a criação de poderosos instrumentos de potencialização da centralização de capitais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que retirou a estabilidade do trabalhador²⁵⁹. Essas duas características não podem ser entendidas separadamente, já que o Estado passou por uma modificação, principalmente no aparato repressivo, e isso pode ser esclarecido para garantir que as reformas econômicas citadas fossem efetuadas. Nesse raciocínio era necessário retirar setores (sindicalistas, militares nacionalistas, movimento estudantil, parlamentares, comunistas) que tinham vínculo com o governo anterior e, portanto, impedir qualquer tipo de oposição à política econômica. Para

²⁵⁷ Cf LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.

²⁵⁸ Ibidem. p.15.

²⁵⁹ Ibidem. p.15-16.

isso a coerção era fundamental e foi exercida através das cassações políticas, instauração de inquéritos policiais militares, intervenção nos sindicatos, leis que impediam greves, prisões e o monitoramento feito pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

A segunda subfase (1968-1974) da ‘contrarrevolução terrorista’, Renato Lemos a denomina como o “fastígio do regime” pelos seguintes elementos políticos: o aperfeiçoamento do aparato repressivo com a criação da Operação Bandeirante (OBAN) e posteriormente a institucionalização do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e, os atos institucionais nº 13 e 14 que respectivamente instituíram as penas de banimento, perpétua e de morte²⁶⁰. No plano jurídico, as inovações mais expressivas foram ampliação da Lei de Segurança Nacional (9/1969), a Emenda Constitucional nº. 1 (10/1969), que modificou a Carta de 1967 e os decretos-leis n. 1001, n. 1002 e 1003, que implantou o novo Código Penal Militar, o Código do Processo Penal Militar e nova organização judiciária militar. A partir dessa estrutura, o Estado conseguiu derrotar as “oposições extrassistêmicas” e alcançando assim a meta política mais importante dessa fase. Na área econômica os militares também conseguiram alcançar suas metas estratégicas devido ao período de grande crescimento da economia brasileira, conhecido como “milagre econômico²⁶¹”.

A segunda fase da ditadura, “Contrarrevolução democrática” situada entre 1974-1988, apresentava como meta estratégica “a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito²⁶²”, ou seja, a partir dessa afirmação defendemos a ideia de que a transição era um instrumento para a dominação política e de classe. A primeira subfase (1974-1978) corresponde ao projeto de transição colocada a partir do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Destaco essa subfase, dado que se enquadra quase em todo o recorte temporal da dissertação. Sobre essa subfase, para concretizar a meta central, o objetivo estratégico foi a “formação de um centro conservador no cenário político nacional que desse suporte e legitimidade à nova forma de dominação que se pretendia construir²⁶³” e “para os setores de esquerda socialista críticos da transição comandada pelo governo, o procedimento

²⁶⁰ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.15-16.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Ibidem. p.17

²⁶³ Ibidem.

era a costumeira violência estatal, pela aplicação dos poderes que o Ato Institucional nº-5(AI-5) conferia ao chefe do Executivo²⁶⁴.

A segunda subfase (1978-1988) começou com a decretação da Emenda nº 11 que, entre outras determinações, revogou os atos institucionais e complementares – cuja ausência foi compensada pelo estabelecimento das “medidas de emergência” e outras “salvaguardas” do Estado –, extinguiu as penas de morte, banimento e prisão perpétua e determinou as regras gerais para a extinção dos partidos políticos e a formação de novos partidos. É de suma importância essa subfase porque nela tratava-se das forças que governariam até as eleições presidenciais de 1989²⁶⁵. O término da contrarrevolução democrática tem como marco a Constituição de 1988 que significou um novo pacto sob outro regime político. Renato Lemos a classificou como uma:

definição provisória, de uma construção híbrida, que combina traços liberal-democráticos e democrático-autoritários. Seu texto consagra avanços significativos, em termos de ampliação da base representativa do regime, como o reconhecimento do direito de voto para os analfabetos e subalternos militares, e em termos da liberdade de organização popular, com a supressão de vários elementos da estrutura sindical corporativista herdada da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Por outro lado, superdimensiona o papel das Forças Armadas, preservando muitas de suas prerrogativas. A Constituição representa, ainda, a concretização de uma reforma proposta pelos críticos da democracia liberal: o reforço dos poderes do Executivo. Cumpriu este papel, em especial, com a criação da Medida Provisória, pela qual o presidente da República, sob alegação de urgência e relevância, pode baixar uma medida que só depois será apreciada pelo Congresso. Durante a ditadura, essa função foi cumprida pelos decretos-leis²⁶⁶.

Esclarecida a periodização, a minha hipótese é de que a transição para o regime democrático foi um instrumento de dominação política. Sobre essa questão, é fundamental indicar de que forma ocorreu a saída da ditadura. Nessa lógica defendemos que a transição foi determinada e regulada pelos interesses das classes dominantes²⁶⁷. Argumento que por trás da direção burguesa do processo, a meta estratégica da transição era manter as condições de dominação de classe na mudança de regime político²⁶⁸; de certa maneira podemos afirmar que

²⁶⁴ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.18

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ Ibidem. p.19-20.

²⁶⁷ Apesar de Florestan Fernandes indicar que a transição teve origem nas contradições entre as classes dominantes, a qual discordo, dialogo com esse autor pelo fato dele chamar a atenção para a direção classista da transição visando produzir uma democracia que a favorecesse. FERNANDES, Florestan. *Revolução ou Contra Revolução*. *Contexto*, São Paulo, n. 5, p. 21, mar. 1978.p.23.

²⁶⁸ LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.

o projeto de transição foi vitorioso porque o caráter de classe e de Estado permaneceu sendo burguês e capitalista respectivamente²⁶⁹. A essência era conservar os elementos primordiais de dominação da ditadura empresarial-militar tais como: política econômica, função política dos militares e desmobilização da classe trabalhadora²⁷⁰.

Por fim, é importante destacar a diferença entre projeto *versus* processo. Na análise de um caso de ‘Transição pelo alto’ é preciso levar em consideração os esforços das classes dominantes em preservar o poder tanto quanto a capacidade de resistência de alguns setores da sociedade. Entende-se que no Brasil, o projeto de redemocratização dos setores dominantes entrou em conflito com o conjunto de certas forças sociais e políticas. A transição, por esse viés, pode ser vista como um processo não linear “marcado por avanços e recuos, por movimentos contraditórios e oscilações nem sempre previsíveis”²⁷¹. No Brasil, os setores dirigentes foram obrigados a reconsiderar as suas ações e táticas devido, por exemplo, a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, a reativação do movimento estudantil e operário, e até mesmo pela resistência imposta pela chamada “Comunidade de Informações” (isto é, os setores militares mais diretamente ligados à repressão), que via atentados e outras ações, fez com que o governo reagisse²⁷² contra isso. Todavia, essas pressões políticas apenas influíram na duração do processo e não conseguiram impor modificações significativas em seu sentido e na sua direção²⁷³.

Como visto acima, defendo a ideia de que a transição foi um mecanismo para a dominação política e de classe. Nesse segundo capítulo, explico como o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) contribuiu para isso. Entendemos que o seu governo pode ser caracterizado pela etapa inicial da institucionalização das instituições políticas e também pela repressão. Justificamos isso porque, a partir da análise desses aspectos nos baseamos para entender o contexto que envolveu a coerção contra o movimento grevista em Santos (1980).

²⁶⁹Cf. SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: *República do capital/capitalismo e processo político no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

²⁷⁰MONTEIRO, Tiago. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.p.15.

²⁷¹DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. *Dados* (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.p.334.

²⁷²Refiro-me quando o governo teve que tomar medidas no que consta ao controle de prisioneiros políticos, remanejamento de comandantes militares e a não tolerância com a quebra de hierarquia militar após o caso do atentado ao Riocentro em 1981.

²⁷³HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

2. A formulação da transição

O historiador britânico Eric Hobsbawm descreveu os anos 70 como a década do ‘desmoronamento’²⁷⁴, em outras palavras, um período de crise do sistema capitalista, caracterizado pela falência do modelo adotado em 1945 pautado nos instrumentos keynesianos e de Bretton-Woods²⁷⁵. O que pretendemos pontuar é que mesmo o Brasil não estando naquele momento em um período de crise, a formulação da ‘democracia restrita’ brasileira nos anos 70 tem relação com a conjuntura internacional.

Continuando nas palavras de Eric Hobsbawm, este defende que simultaneamente ao fim da ‘Era de ouro’ do capitalismo, no início dos anos 70 houve uma nova onda de revoluções, seguida pela crise dos sistemas comunistas no Ocidente nos anos 80. Podemos citar como exemplos revolucionários: a ‘experiência socialista’ do governo Salvador Allende no Chile (1970-1973); a Revolução dos Cravos (1974), em Portugal; os movimentos de libertação na África que levavam alguns países recém-libertados a simpatizarem com o socialismo, como o caso de Angola que se autoproclamou um Estado socialista em 1975; e na Ásia, evidencia-se a retirada das tropas dos Estados Unidos da América (EUA) do Vietnã e a unificação desse país sob um regime comunista²⁷⁶.

O que nos permite dizer que aconteceu uma ‘contrarrevolução’ nos anos 70, é que diante da crise do capitalismo “as elites orgânicas dos países capitalistas mais avançados começaram a pensar em inovações táticas e estratégicas para superar a crise econômica e a ingovernabilidade do mundo²⁷⁷”. Podemos citar como exemplos contrarrevolucionários, o golpe militar no Chile, em 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet e a política contrarrevolucionária em Portugal para reverter a Revolução dos Cravos.

2.1 Os conflitos militares

Depois de colocado a conjuntura externa, visamos indicar o contexto brasileiro e a periodização em relação a formulação para a saída dos militares do poder. Eli Diniz discutindo a respeito do tema agrupa duas perspectivas divergentes: a primeira defende que a pressão da sociedade foi um elemento que proporcionou mudanças, tendo como principal

²⁷⁴Segundo Eric Hobsbawm, a terceira etapa do breve século XX, que se inicia nos anos 70 é chamada de “desmoronamento”, ou seja, indicando uma perspectiva de crise. HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.p.393-562.

²⁷⁵HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.15.

²⁷⁶HOBBSAWM, op. cit., p. 436-437.

²⁷⁷HOEVELER, op. cit., p.20.

argumento a crise econômica. A saída dos militares do poder, desta maneira, estaria vinculada as contradições no campo econômico e conseqüentemente haveria tensões, aumento da insatisfação social, revitalização dos movimentos populares as quais aniquilariam a sustentação da ditadura²⁷⁸. A outra perspectiva explica o início da transição a partir da autonomia dos setores dirigentes e a antecipação as pressões da sociedade e, portanto, indica a capacidade dos militares em direcionar a saída do poder²⁷⁹.

Nesse texto dialogamos com a ‘visão estratégico conservadora²⁸⁰’ em que a gênese da transição ocorreu em uma conjuntura favorável para a ditadura militar e partiu da iniciativa dos setores que se encontravam no poder. Nesse sentido, concordamos com a ideia apontada por Diniz em que destaca a “autonomia do núcleo dirigente e a sua capacidade de assumir a iniciativa da transição e se antecipando a qualquer pressão²⁸¹” e, portanto a elaboração do projeto distensionista não comportava uma situação de crise interna²⁸².

Essa premissa é importante para situar o caso brasileiro como o de “transição pelo alto²⁸³” em que as classes dominantes mantêm a iniciativa e traçam a direção do processo. O que queremos pontuar inicialmente é de que “a articulação e o desencadeamento da distensão tem vinculação com a situação favorável desfrutada pelo regime durante o governo Médici²⁸⁴”, ou seja, o cenário para o início da transição no Brasil era conveniente devido aos êxitos na área econômica e militar, respectivamente por causa do milagre econômico e pela derrota da esquerda armada²⁸⁵. Um dos argumentos para confirmar essa tese, foi que a vinda do cientista político Samuel Huntington ao Brasil, em 1972 e a elaboração do documento ‘Abordagem da descompressão política’ em que sugere uma maneira pela qual os militares voltariam para os quartéis, demonstra a intenção dos setores do próprio regime em iniciar a

²⁷⁸DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. *Dados* (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.p.330-331.

²⁷⁹ Ibidem. p.332.

²⁸⁰Cf CARDOSO, Fernando Henrique. “Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro)”. *Revista de Cultura Política*, nº 3, São Paulo, Cedec e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

²⁸¹DINIZ, op.cit., p.332.

²⁸² Alguns textos indicam que a distensão começou em função de uma crise, devido a crise do petróleo em 1973 e a derrota da ARENA nas eleições legislativas em 1974. Ver KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.p.14.

²⁸³Cf O’DONNELL, Guillermo. “Transições, continuidades e alguns paradoxos”. In: Reis, Fábio Wanderley e O’Donnell, Guillermo. (orgs.) *Democracia no Brasil*. Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

²⁸⁴ CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989.p.02.

²⁸⁵OLIVEIRA, E. R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994.p.23.

abertura política²⁸⁶. Outro indício foi a eleição²⁸⁷ de Ernesto Geisel à presidência da República, já com a intenção de iniciar a distensão política, devido ao fato da transição ter sido pensada antes da sua eleição e colocada em prática logo após o início do seu mandato²⁸⁸.

Um dos pontos levantados na historiografia, sobre a eleição de Ernesto Geisel foi o apoio de algumas correntes militares para viabilizar a sua indicação. Eliezer Rizzo de Oliveira defende a ideia de que o grupo castelista se articulou dentro do governo Emílio Médici (1969-1974), destacando-se a figura do Ministro do Exército, Orlando Geisel, o qual foi fundamental para possibilitar a eleição do seu irmão garantindo legitimidade. Isso se justifica porque o então Ministro do Exército ao derrotar a esquerda armada ganhou apoio político, evitando assim que outra corrente militar pudesse colocar o seu candidato²⁸⁹. Desta forma, havia certo consenso dentro das Forças Armadas e isso explica porque alguns setores percebiam a necessidade em sair do poder. Ficou claro, que o início dos anos 70, era o melhor momento para iniciar e formular a abertura política, no entanto dois fatores devem ser considerados: as disputas internas nas Forças Armadas e a influência da Comissão Trilateral através do cientista político Samuel Huntington.

O fator militar para o início da transição não pode ser atribuído a um pensamento democrático dentro das Forças Armadas. Uma das hipóteses é de que a motivação militar correspondeu a disfunções castrenses causadas pela “presença do aparelho militar no núcleo do poder de Estado²⁹⁰” e, então um dos motivos aparentes da saída dos militares do poder foi para resolver os problemas internos.

Usamos como base o estudo de João Roberto Martins Filho²⁹¹, em que analisa as tensões castrenses desde o golpe de 1964 até a crise sucessória do presidente Arthur Costa e Silva, em 1969. Em seu estudo ele defende a ideia de que a dinâmica política das Forças

²⁸⁶CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walder de. *O Drama da Sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.p.127.

²⁸⁷Em 1974 pela primeira vez o partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro, apresentou um candidato para concorrer às eleições presidenciais. O nome indicado foi de Ulysses Guimarães que ficou conhecido como o “anticandidato”, devido à impossibilidade de vitória. Ernesto Geisel (ARENA) foi eleito com 406 votos contra 76 dados a Ulysses Guimarães (MDB).

²⁸⁸MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: O projeto militar: 1973-1979*. Campinas SP: Papirus, 1995. p.68.

²⁸⁹OLIVEIRA, E. R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994.p.58.

²⁹⁰MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

²⁹¹ João Roberto Martins Filho faz uma crítica à concepção dualista em torno da polarização política dentro das Forças Armadas. Demonstra, nesse raciocínio, a existência de pelo menos quatro correntes militares: castelista, linha-dura, albuquerqueista e palaciano. Para mais detalhes ver *Ibidem*. p.112- 121.

Armadas assume diferentes formas dependendo do tipo de Estado e de regime²⁹². No caso brasileiro, o regime pós 1964, sendo uma ditadura bonapartista, segundo o autor, o elemento de crise é estrutural, ou seja, a partir do momento em que o domínio se desloca para o aparelho repressivo não há o elemento da estabilidade, e, portanto as crises políticas nas ditaduras militares são um componente perene devido a sua incapacidade de articular a hegemonia²⁹³. Uma das manifestações de crise ocorreu no próprio aparelho de Estado, que teve como desdobramentos cisões e conflitos entre os militares.

O prólogo dessas divergências foram os desdobramentos negativos envolvendo a escolha do marechal Humberto Castelo Branco para o cargo de presidente da República, em abril de 1964, instaurando um conflito entre os ‘castelistas’ e os ‘costistas’. Após a retirada de João Goulart da presidência da república, assumiu de forma interina o presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli, contudo o governo de fato ficou sob a direção do Comando Supremo da Revolução, formado pelos ministros das três forças armadas: general Artur Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Melo. Um dos debates naquele momento era a eleição do novo presidente, e Artur Costa e Silva era contrário a candidatura de Castelo Branco e defendia adiar a votação²⁹⁴.

Durante o governo Castelo Branco (1964-1967), após a cassação dos militares nacionalistas, o conflito castrense foi caracterizado pelas divergências em torno das punições e das cassações políticas e nas “contradições despertadas na hierarquia pela disputa sucessória²⁹⁵”. A pressão de dentro da caserna veio da jovem oficialidade e algumas das suas reivindicações encontraram eco nos ‘herdeiros civis do regime²⁹⁶’ tal como na alta hierarquia militar. Esse grupo composto de jovens oficiais e que estava na oposição ao governo Castelo Branco (1964-1967) recebe o nome de ‘linha dura’ e apresentava como uma de suas principais características, um maior rigor na depuração do sistema político²⁹⁷. Outra zona de conflito foi a campanha para a sucessão presidencial envolvendo o Ministro da Guerra Arthur Costa e Silva que enfrentava resistência de militares castelistas. A sua estratégia era alinhar as suas concepções com os setores da linha- dura, já que nos episódios em que os militares mais

²⁹²MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.p.37-39.

²⁹³ Ibidem. p.41.

²⁹⁴ Renato LEMOS. Artur Costa e Silva. In: ABREU, Alzira Alves de et all(coords). *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

²⁹⁵ MARTINS FILHO, op.cit., p.53.

²⁹⁶ Um dos herdeiros seria o governador da Guanabara e político da UDN Carlos Lacerda.

²⁹⁷ Isso significa que queriam aumentar as cassações políticas e eram contrários a concessão de habeas corpus concedidos a acusados pelos Inquéritos Policiais Militares.

radicais pressionaram, como por exemplo, a favor da cassação do senador Juscelino Kubitschek (PSD), o ministro demonstrou que as suas posições coincidiam com essa corrente. Esse elemento de disputa sucessória é um indicativo fundamental para compreender os conflitos militares como um fator de crise permanente a partir de 1964. O apoio militar a Arthur Costa e Silva é de caráter difuso e heterogêneo, embora o Ministro do Exército não pertencesse à linha-dura tinha o apoio desses setores e também do grupo palaciano. A justificativa é de que essas correntes mesmo apresentando divergências, se uniam em relação ao anticastelismo; e segundo João Roberto Martins Filho, a partir do apoio dos quartéis e das correntes militares apontadas, a candidatura e vitória de Costa e Silva eram irreversíveis²⁹⁸.

Após a vitória de Arthur Costa e Silva, o seu governo (1967-1969) inicialmente foi caracterizado pela unidade militar devido à união das facções militares para reprimir a manifestação estudantil e operária em 1968 e nesse episódio acabaram colocando em segundo plano a discordância entre eles. A unanimidade se pautava em medidas para conter o movimento dos estudantes e ao mesmo tempo impedir qualquer tipo de rearticulação de políticos que tinham sido punidos, referindo-se claramente à Frente Ampla²⁹⁹.

Após a decretação do AI-5, a cizânia castrense, entrou novamente em cena. Um dos exemplos mais citados pela literatura³⁰⁰ sobre as tensões entre o governo e a caserna, foi o episódio envolvendo a sucessão do general Arthur Costa e Silva em 1969, porque segundo Martins Filho “entre o súbito afastamento do presidente Costa e Silva e a resolução da crise sucessória constituem, talvez o período mais rico e complexo para a observação da dinâmica militar das crises políticas da ditadura³⁰¹”. Esse fato demonstra um acirramento da disputa entre as facções dentro das Forças Armadas (FFAA), sob a justificativa de que os pleitos para eleger o Presidente da República acabavam gerando uma aguda tensão no meio militar.

A partir desses fatos, fica claro que uma das características quando as FFAA ocupam a direção do Estado, ao transformar o posto de Presidente da República um cargo a ser disputado pelos militares, é a formação de blocos políticos castrenses para ter acesso ao

²⁹⁸MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.p.75

²⁹⁹Movimento político lançado oficialmente em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar “pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”. Era composta por Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek.

³⁰⁰ Ver CAMARGO, Aspásia e GOÉS, Walder de. *O Drama da Sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984. CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989.

³⁰¹MARTINS FILHO, op.cit., p.175.

poder³⁰². Nesse raciocínio, Aspásia Camargo e Walder de Góes dialogam com a ideia do cientista político Samuel Finer para defender a hipótese de que “toda força militar tende a se dividir quando exerce diretamente o poder político, pois passa a abrigar em seu bojo, nessas condições, a luta típica dos partidos³⁰³”.

Na sucessão presidencial de 1969 tratava-se de duas forças políticas: a primeira baseada na força dos quartéis, representada pela figura do General Albuquerque Lima³⁰⁴ e a segunda através da hierarquia e alta oficialidade³⁰⁵. O problema foi o fato da candidatura de Albuquerque Lima representar a média oficialidade, assim causando um problema de hierarquia com os oficiais mais antigos:

Cedo, sua candidatura procurou se apresentar como canal para a expressão tanto das cisões verticais nas Forças Armadas, como das tensões horizontais entre as três forças. Em oposição à alternativa Albuquerque Lima iria se constituir uma frente defensora do princípio da hierarquia como fundamento para a solução da crise sucessória, bem como da variante de regime militar que almejavam. O nome do general Médici aparecia como o pólo de aglutinação dos partidários dessa via³⁰⁶.

A intenção era anular as pretensões do Ministro do Interior cuja medida preliminar no que diz respeito à hierarquia, foi a sua não promoção em 1969 a General de Exército³⁰⁷. A atuação da alta cúpula das Forças Armadas foi fundamental para resolver essa questão porque controlou o processo de sucessão presidencial, restringindo o colégio eleitoral e impondo a hierarquia, através de um escrutínio reservado nas três armas entre os oficiais gerais para que fosse escolhido um novo presidente, sendo ele o general Emílio Médici³⁰⁸.

A partir desse panorama de crises militares dentro do aparato militar, um dos objetivos com a transição era dar fim a essas disputas, contudo mesmo com a política de distensão, iniciada a partir de 1974, as tensões e conflitos entre os militares não encerraram.

2.2 A Comissão Trilateral e o início da distensão política

³⁰²CAMARGO, Aspásia e GOÉS, Walder de. *O Drama da Sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.p.129.

³⁰³A referência colocada pelos autores é FINER, Samuel. *The man of horseback*, Londres, PallMall Press, 1962.

³⁰⁴ Era General de Divisão (três estrelas) e ocupava o cargo de Ministro do Interior (1967-1969). Para mais informações. Cf ABREU, Alzira Alves de et all(coords). *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

³⁰⁵MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.p.159.

³⁰⁶ Ibidem. p.185.

³⁰⁷ Nesse episódio das promoções militares, o general Emílio Médici foi promovido a general de exército, passando a frente do general Albuquerque Lima.

³⁰⁸Para mais detalhes Cf MARTINS FILHO, op.cit., p.185-186.

Entendemos que simultaneamente ao processo de transição da ditadura para o regime democrático no Brasil, nos anos 70, o sentido da democracia estava sendo reformulado. O ponto de partida dessa releitura foi quando os teóricos ‘elitistas’ passaram a criticar o modelo de democracia até então existente, caracterizada pelo excesso de demanda popular, a qual gerou uma crise nas democracias entre 1945-1970. Essa reformulação teve certo impacto na formulação da transição no Brasil, através da figura de Samuel Huntington.

O argumento é de que esse sistema tinha chegado ao seu limite, sendo assim os Estados Unidos, Europa e Japão estavam condenados a uma ‘crise de democracia’. O documento, segundo Eliel Machado, que sinalizou essa mudança foi o relatório da Comissão Trilateral chamado ‘The crisis of democracy’, publicado em 1975, o qual indicou a seguinte visão da entidade sobre as democracias naquele momento:

excesso de pressão popular nas decisões dos governos, que teria gerado, economicamente, inflação por incrementos salariais e déficits orçamentários, e politicamente, uma ingovernabilidade geral. O diagnóstico da CT era alarmista: a democracia estaria seriamente ameaçada, e algo teria que ser feito para evitar seu fim. A ‘onda democrática’ que varreu o mundo após a Segunda Guerra teria chegado então ao seu fim pela incapacidade dos sistemas políticos em controlar fatores como aumento do nível de sindicalização e greves. A insistência em antigos mecanismos políticos da democracia e a incapacidade de modernização dos sistemas políticos seriam os motivos pelos quais a democracia estaria sendo ameaçada agora em grande parte do mundo ocidental. Por isso a grande tarefa colocada para os Estados seria uma reelaboração da democracia, mas agora em democracias ‘viáveis’ ou mesmo ‘restritas’³⁰⁹.

Antes de indicarmos as bases da nova perspectiva de democracia no Brasil, é importante falar um pouco sobre a Comissão Trilateral. A Comissão Trilateral foi fundada em 1973, pelo magnata David Rockefeller e era composta pelos principais empresários, banqueiros e políticos dos três principais blocos econômicos: Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão e tinha como fim elaborar políticas comuns para os três blocos³¹⁰.

A importância da CT para este trabalho é de que essa instituição tinha um programa político para os países do Terceiro Mundo em que se tratava em fortalecer as forças capitalistas, juntar elementos políticos com setores empresariais e promover democracias

³⁰⁹HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de decompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.23.

³¹⁰Sobre o tema ver ASSMAN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam (orgs.). *A Trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979. HOEVELER, R. C. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

restritas e estáveis³¹¹. Nesse último aspecto a estratégia era incentivar processos de democratização, visando transformar as ditaduras em ‘democracias viáveis’, porém a existência de uma alternativa civil moderada era uma condição importante³¹². Isso ocorria em um contexto em que o conceito de democracia estava sendo remodelada pelos liberais, em que se destaca a influência da teoria democrática do cientista político Joseph Schumpeter a qual caracteriza a democracia como uma ‘seleção de lideranças’, pautada pela manutenção de direitos individuais mínimos e exclusão da garantia de direitos sociais e da participação popular na política³¹³.

Acrescento o fato de que a CT estava preocupada com as revoluções no Terceiro Mundo e em relação à América Latina isso se traduzia pelo temor do surgimento de movimentos de massa que poderiam derrubar as ditaduras e atrapalhar o capital com ou sem a interferência da URSS³¹⁴. Podemos associar essa afirmação com a perspectiva da contrarrevolução preventiva no continente, já que segundo a visão da CT as transições deveriam ser controladas pelas elites conservadoras³¹⁵. Um elemento chave para entender as mudanças para a democracia, nesse viés restrito, foi a tentativa em conservar o enfraquecimento dos principais órgãos de representação da classe trabalhadora, como por exemplo, partido e sindicatos³¹⁶. O discurso de Andrew Young³¹⁷ na Guatemala em maio de 1977 indica o tipo de transição almejada pela CT, em que defendia a seguinte posição: “no limiar de uma nova época de esperança (...) devemos conjugar o conceito de desenvolvimento com o conceito de liberação”. Essa declaração reforça a ideia de “Transição pelo alto” almejada pela CT, já que era mais favorável uma transição negociada como foi feita na Espanha do que uma transição por colapso conforme na Revolução dos Cravos (1974), em Portugal³¹⁸.

A relação entre a CT e a transição brasileira é explicada pela vinda ao Brasil de um membro importante dessa entidade no início dos anos 70, o cientista político e professor da

³¹¹ HOEVELER, R. C. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.p.302.

³¹² Ibidem. p.319

³¹³HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.15.

³¹⁴ Ibidem. p.24-25.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ MACHADO, Eliel. Limites da "democracia procedimental" na América Latina. *Revista Mediações* (UEL), v. 13, p. 260-282, 2008.p.267.

³¹⁷ Membro da Comissão Trilateral e do governo Jimmy Carter (1977-1981). Tinha atuado ao lado de Martin Luther King no movimento de defesa dos direitos dos negros.

³¹⁸HOEVELER, op.cit., p.301.

Universidade de Harvard, Samuel Huntington³¹⁹. Um desses encontros foi com o chefe do Gabinete Civil Leitão de Abreu, demonstrando que os militares já pensavam em iniciar a política de distensão antes do início do mandato do presidente Ernesto Geisel em 1974. O resultado dessas conversas foi a elaboração do documento ‘Abordagens da descompressão política’, escrito por Samuel Huntington em que discutia a maneira pela qual poderia ser realizada a transição política no Brasil. Ruy Mauro Marini, nesse sentido, associa justamente o interesse dos EUA através da presença desse cientista político:

o assessoramento dos EUA se demonstrou presente nas conversas do Ministro do Gabinete Civil Leitão de Abreu com o professor Samuel Huntington. A meta era propiciar o restabelecimento do jogo parlamentar e partidário, sob a tutela das Forças Armadas³²⁰.

Segundo as recomendações da CT, as ditaduras na América Latina deveriam ser direcionadas para democracias restritas. Em nosso caso de estudo, para que isso ocorresse os militares brasileiros deveriam iniciar e controlar o processo de redemocratização que permitisse a construção de um regime democrático liberal e não houvesse a mobilização popular. Partindo desse pressuposto, a democracia após a ditadura deveria ser caracterizada pelo baixo grau de participação política, limitando-se aos períodos eleitorais e ao mesmo tempo privando os espaços decisórios de qualquer presença ativa das massas populares. Esse regime democrático deveria se consolidar pela apatia e desmobilização política dos cidadãos e por eleições regulares disputadas, na prática, por elites políticas a favor da ordem³²¹. Uma das finalidades desse capítulo é demonstrar que o processo de fortalecimento das instituições políticas e a repressão contra a esquerda e movimentos sociais contribuiriam para a formação da ‘democracia blindada’ no Brasil. A ‘democracia blindada’ se define pela combinação equilibrada entre coerção e consenso e apresentam “estruturas de funcionamento cada vez mais fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses das classes dominantes³²²”.

Como nos interessa traçar relações entre a perspectiva institucionalista e a transição, nossa hipótese é de que uma das estratégias usadas foi o fortalecimento e a canalização dos conflitos políticos via instituições. Pode-se afirmar que o governo Ernesto Geisel tinha como

³¹⁹ É importante ressaltar as suas vindas ao Brasil nos anos 60. Cf LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 559-590, 2015.

³²⁰MARINI, Ruy Mauro. Brasil: da ditadura a democracia 1964-1990, 1991. Disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/071_brasil_dictadura_democracia.html. Acessado em 26/04/2017.

³²¹DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). *Libertas* (UFJF. Online), v. 12, 2012.p.14.

³²² Ibidem. p.02.

método preservar a dominação por “estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado em longo prazo³²³“. Um ponto interessante nessa afirmativa é sobre como o Estado capitalista conservou a dominação de classe, na mudança de regime político:

O fundamental é que o processo decisório continue centralizado no poder Executivo, os militares continuem controlando, mesmo à distância, os centros de poder real, a atividade dos partidos políticos fique restrita aos períodos eleitorais, o poder do Legislativo permaneça pouco mais que ornamental³²⁴.

A partir dessa citação fica claro a importância de elementos institucionais tais como: eleição, partidos políticos e o aumento do poder do Legislativo, que podem ser definidos como mecanismos de controle da sociedade pelo Estado³²⁵. A escolha, segundo Adriano Codato, foi de um sistema mais estável e controlado, onde os partidos e a eleição não colocassem a ordem em risco.

Retomando a relação de Samuel Huntington e da perspectiva institucionalista com a formulação da política distensionista no Brasil, um dos argumentos nesse sentido foi a conjuntura apontada em ‘Abordagens da descompressão política’, em que era compatível com a situação brasileira, porque havia tanto continuidade administrativa quanto estabilidade política³²⁶. A fórmula básica era realizar a descompressão de forma gradual e segura, sempre mantendo o controle perante o processo de mudança de regime político. Por outro lado, o receio era a perda do comando, a qual traria como consequências a desordem, o colapso do regime e até mesmo um retrocesso. No documento Huntington cita como exemplo as crises políticas que resultaram no Ato institucional nº 2(AI-2) e no Ato institucional nº 5(AI-5)³²⁷. As concepções de Samuel Huntington e da Comissão Trilateral convergiam na defesa de um processo de transição caracterizado pelo controle do governo e um sentido restrito.

Para Renato Lemos o que fundamenta a tese de Samuel Huntington é a perspectiva de Schumpeter sobre a ‘seleção de lideranças’ porque nas suas recomendações:

Huntington assume, no documento, três acepções do termo ‘descompressão’, distintas, porém combinadas no plano lógico. A primeira corresponde à institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, muito especialmente, na Presidência, mas também no Congresso e em

³²³ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.185.

³²⁴ Ibidem. p.91.

³²⁵ CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), Curitiba - PR, v. 25, p. 83-106, 2005.p.98.

³²⁶ LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 559-590, 2015.p.571.

³²⁷ Arquivo Paulo Nogueira Batista. HUNTINGTON, Samuel. Abordagens da descompressão política. p.03.

cargos estaduais, e para elaboração de decisões entre os grupos pertinentes na formulação de políticas públicas. A segunda, ao alargamento da participação na escolha de autoridades públicas e na elaboração de políticas, de modo a representar mais grupos de interesses legítimos e mais setores da população no processo governamental. A terceira, à liberalização de restrições em curso – de direitos individuais políticos e civis – e uma aberta discussão pública de questões governamentais e políticas ³²⁸.

Outros autores também pensaram em como realizar a transição com base na institucionalização. Podemos mencionar a comunicação do cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos; seu texto remete ao ano de 1973³²⁹ em uma conferência com o título ‘Estratégias de descompressão política³³⁰’, no Seminário sobre Problemas Políticos do Instituto de Pesquisas Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC), cujo objetivo era apontar um caminho viável para a saída da ditadura, tendo como público alvo os membros do Congresso Nacional. A partir desses dados infere-se, mais uma vez, que o governo já estava pensando em como articular o início da transição antes do início do mandato do presidente Ernesto Geisel. A recomendação do cientista político em resumo foi a combinação de repressão política, liberdades graduais controladas e negociação política com setores moderados da oposição³³¹.

A principal finalidade do texto era buscar uma solução não revolucionária para substituir a ditadura e para isso era necessário mudar a forma de obter a estabilidade, já que até então isso era conquistado através da repressão política. A solução para o cientista político é o caminho institucionalista, sendo esse um instrumento para inviabilizar e neutralizar “aqueles conflitos que são típicos da organização política das comunidades humanas³³²”. Esse mesmo ponto foi colocado por Samuel Huntington em ‘Abordagens de Descompressão Política’ quando indica que o principal objetivo era institucionalizar a estabilidade. Entendo que no contexto de formulação de saída do regime ditatorial, essa seria uma maneira para amenizar a luta de classes por intermédio da eficiência e do fortalecimento das instituições políticas.

³²⁸ LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 559-590, 2015.p.575.

³²⁹ Sobre o autor destaco que na época realizava o curso de doutorado em ciências políticas na Universidade de Stanford com bolsa da Fundação Ford.

³³⁰ Segundo Renato Lemos, Wanderley Guilherme dos Santos teve como influência as concepções de Samuel Huntington. LEMOS, op.cit., p.580.

³³¹ Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen endossam também essa recomendação. Ver CAMPOS, Roberto. A opção política brasileira. In: CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974. p.255.

³³² SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.p.145.

Outra formulação que queremos pontuar foi feita por Roberto Campos³³³ e Mario Henrique Simonsen³³⁴, cuja preocupação era “institucionalizar a estabilidade, até agora acompanhada de certo grau de autoritarismo e coerção³³⁵”. Coloco esses autores na mesma chave analítica institucionalista por dialogarem com a perspectiva de Wanderley Guilherme dos Santos. O cerne da discussão era como substituir a dominação de classe até então caracterizada pelo uso prioritário da coerção por uma ‘solução não revolucionária’³³⁶. Essas formulações têm em comum a necessidade de acrescentar o fortalecimento das instituições políticas como um dos instrumentos para enfrentar a luta de classes. A produção desses textos tem relação com conjuntura inicial dos anos 70 caracterizada pelo ‘sucesso econômico’ por causa do milagre brasileiro e pela derrota da esquerda armada. Isso estava de acordo com os preceitos do próprio Huntington porque a transição “deveria ser iniciativa do próprio governo no momento mais oportuno, quando o crescimento econômico e a estabilidade política alcançada permitam-lhe exercer uma posição de força³³⁷”.

A seguir demonstro como ocorreu o início do processo de seleção de lideranças com o objetivo de formar um centro conservador para governar e o fortalecimento das instituições políticas através da valorização da eleição; a cooptação de setores da oposição moderada e pelo retorno ao pluripartidarismo.

3. A Institucionalização das instituições: fortalecimento eleitoral, a ‘seleção’ de lideranças e a reforma partidária.

Uma das características da “contrarrevolução democrática” foi a reativação da representação política e o fortalecimento do partido governista (ARENA). A ideia é de que tanto os partidos políticos quanto as eleições se fortificariam e ganhariam legitimidade; por outro lado qualquer tipo de manifestação fora dessa relação era entendido como “pressão inconveniente” e negativa para a manutenção da ordem e, assim, deveria ser combatida. A vitória eleitoral governista à longo prazo era importante devido à manutenção da transição,

³³³ Foi Ministro do Planejamento entre 1964-1967, durante o governo Castelo Branco. Durante o governo Geisel (1974-1979) foi embaixador do Brasil na Inglaterra e depois, nos anos 80, exerceu o cargo de senador pelo PDS. Cf Renato LEMOS; Vilma KELLER. Roberto de Oliveira Campos. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords). Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

³³⁴ Durante o governo Geisel foi Ministro da Fazenda. Vilma KELLER; Maria Cristina GUILDO. Mario Henrique Simonsen. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords). Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

³³⁵ CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.p.255.

³³⁶ Destaco que essa formulação foi colocada antes da Revolução dos Cravos.

³³⁷ HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.15.

mas também ao curto tempo para controlar os cargos executivos, indicar ministros e obter maioria parlamentar para conseguir aprovar as reformas necessárias e eleger o presidente da república³³⁸.

A valorização eleitoral, a meu ver, tem relação com um dos principais elementos do modelo de Joseph Schumpeter, uma vez que é uma maneira de selecionar as lideranças que irão governar, ou seja, a eleição é um mecanismo para viabilizar e legitimar esse objetivo estratégico. Isso também está presente na recomendação elaborada por Samuel Huntington, em que defende a institucionalização de métodos e procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos como no legislativo, nos governos estaduais e a na sucessão presidencial³³⁹. A partir das considerações acima, analisando em curto prazo, durante o governo Geisel (1974-1979), percebemos a necessidade de controle a todo custo para manter momentaneamente a hegemonia do partido governista, a Aliança Renovadora Nacional, através de várias manobras em função do avanço eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro.

As eleições legislativas, que ocorreram em 1974 foram marcantes, dado que de forma inédita, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) demonstrou um avanço em relação aos votos recebidos. Essas eleições foram as primeiras que ocorreram durante a abertura política e tiveram um aspecto diferente em relação às anteriores, devido a estratégia do governo em dar maior ênfase na legitimidade. Assim as eleições ocorreram em um ambiente mais 'livre', sendo permitido debate entre os candidatos no rádio e na televisão. O MDB aumentou significativamente a sua representação na Câmara dos Deputados de 87 para 165 (o aumento foi de 28% para 44%) enquanto a ARENA diminuiu a sua quantidade de 223 para 199. Um dos desdobramentos foi de que a partir daquele momento o MDB poderia reprovar diretamente projetos e emendas do governo³⁴⁰. No Senado, onde houve eleição para 22 cadeiras o MDB ganhou 16 e ARENA ganhou apenas 6; o partido oposicionista aumentou de 7 para 20 enquanto a ARENA caiu de 59 para 46. Nas assembleias estaduais, o MDB assumiu o controle majoritário dos seguintes estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Acre, Paraná e Amazonas³⁴¹. Nessa nova situação, o governo teve que negociar e levar em

³³⁸ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.187.

³³⁹Arquivo Paulo Nogueira Batista, Fundo Hebert José de Souza. HUNTINGTON, Samuel. Abordagens da descompressão política. p.02.Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>.

³⁴⁰ Era necessário 2/3 para obter a aprovação.

³⁴¹ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985-5 ed-* Rio de Janeiro: Record ,2010. p.160-161.

consideração as reivindicações do MDB já que projetos no Congresso dependiam da aprovação desse partido.

A primeira reação foi a Lei Falcão em 1976. A razão dessa lei foi o diagnóstico feito pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) de que o acesso à televisão e ao rádio pelo MDB foi determinante para a derrota da ARENA no pleito de 1974 e que se não fossem tomadas as medidas necessárias, provavelmente iriam ocorrer novas derrotas nas próximas eleições³⁴². Isso traria como consequência imediata a não indicação dos governadores, a não aprovação de emendas e leis e colocaria em risco, mesmo sendo indireta, a sucessão presidencial de 1978. A partir desse raciocínio quatro meses antes das eleições municipais de 1976, o governo baixou a Lei Falcão que determinava que durante as campanhas para eleições municipais os candidatos não poderiam realizar debates nos meios de comunicação e se limitariam a apresentar o nome, número, o currículo e o partido. Desta maneira tentava-se impedir que o cenário ocorrido em 1974 se repetisse nos futuros pleitos, como por exemplo, o debate e as críticas feitas ao governo³⁴³. Nota-se, que a partir da Lei Falcão, um recuo em relação à postura adotada em 1974 e um indício sobre o sentido restrito da redemocratização.

A Lei Falcão, no entanto, não foi a única medida preventiva do governo para manter o controle da transição e evitar o avanço eleitoral do MDB; um outro mecanismo foi a ‘aprovação’ do ‘Pacote de Abril’, em abril de 1977. David Fleischer defende a ideia de que o objetivo desse casuísmo era fortalecer o governo nas eleições de 1978 e que para o novo governo ‘eleito’ pudesse prosseguir com a transição política, posto que se o MDB conquistasse maioria em 1978 poderia haver um retrocesso³⁴⁴. Esse ponto foi endossado pelo próprio Ernesto Geisel em depoimento, em que afirmou a preocupação em quais condições o seu sucessor governaria³⁴⁵, portanto, o Pacote de Abril viria para sanear os problemas causados pelo avanço eleitoral do MDB. A estratégia do governo, para impor o Pacote de Abril era demonstrar a inviabilidade da oposição em aprovar a Emenda nº 7³⁴⁶ para que Geisel pudesse fechar o Congresso e promover a modificação política necessária. A reforma do

³⁴² ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.190.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In: D’ ARAUJO, Maria Celina; SOARES, G. A. D. (Org.) *21 anos de regime militar, balanços e perspectivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.p.176.

³⁴⁵ CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *Ernesto Geisel*. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.p.394.

³⁴⁶Era um conjunto de pacote de medidas do Judiciário que determinava a criação do Conselho de Magistratura para disciplinar os juízes e a segunda medida era que policiais militares fossem julgados por Tribunais Militares. Cf ALVES, op.cit.p.192.

Judiciário não foi aprovada e o governo fechou o Congresso através do Ato Institucional nº 5. Após a reabertura da casa legislativa, foram aprovadas a Emenda Constitucional nº 7 - que tinha sido recusada pelo MDB - e a Emenda nº 8, a qual ficou conhecida como Pacote de Abril, sendo esse um conjunto de medidas que assegurariam o controle do governo e maioria eleitoral da ARENA. A partir dessa emenda, as eleições para os governos estaduais continuariam a serem escolhidas pela eleição indireta e a composição eleitoral que elegia os governadores foi modificada. Em relação ao poder legislativo, o quórum exigido para aprovar emendas era por maioria simples e não mais por 2/3 de aprovação e foi criado um tipo de senador eleito por voto indireto, o 'senador biônico'³⁴⁷. O Senado na eleição de 1978 seria renovado em 2/3, isso significava que em duas cadeiras em disputa, uma era escolhida pelo voto direto e a outra indiretamente, sendo esta preenchida por candidatos da ARENA. A indicação seria feita pelo mesmo colégio eleitoral que elegia o governador nos estados, o que garantiria uma maioria no Senado para o governo até 1986. Um dado interessante para afirmar o quanto o Pacote de abril foi importante, é de que nas eleições de 1978 se fossem mantidas as regras antigas, o MDB precisaria vencer apenas 17 das 46 cadeiras em disputa no Senado para obter maioria parlamentar. O número de cadeiras no Congresso Nacional foi modificado, sendo que os estados com maior quantidade de população tinham mais direito a cadeiras. Isso beneficiava a ARENA porque aumentava a representatividade no Nordeste onde o partido governista tinha mais votos³⁴⁸. Por fim, foi criado o estado de Mato Grosso do Sul desmembrando o estado de Mato Grosso, assim a ARENA ganhou mais 3 senadores e 4 deputados estaduais.

O MDB nas eleições para o Senado, em 1978, recebeu mais votos do que a ARENA, conquistando 4.3 milhões de eleitores, mesmo tendo mais votos só conquistou 9 cadeiras no Senado. A ARENA, por outro lado, que recebeu menos votos, acabou tendo 36 cadeiras, sendo 21 conquistadas por voto indireto em função do senador biônico³⁴⁹.

Uma característica institucionalista da transição no Brasil foi a cooptação de setores da oposição moderada, daí pode-se entender a relação com a 'seleção de lideranças'³⁵⁰ e isso demonstra como foi realizada a formação de um centro conservador.

³⁴⁷ Era o senador eleito pelo Colégio Eleitoral, assim a eleição desse cargo era realizada de forma indireta. Cf KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982. p.61.

³⁴⁸ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* Petrópolis: Vozes, 1984.p.195-196.

³⁴⁹ O único senador biônico eleito pelo MDB foi Ernani Amaral Peixoto, do Rio de Janeiro.

³⁵⁰ Uma das sugestões de Samuel Huntington para alcançar a estabilidade, no processo de institucionalização, foi incentivar a participação de todos os setores do país. Uma observação a ser feita, é de que somente os setores

A meta do governo Ernesto Geisel (1974-1979) era a “formação de um centro conservador no cenário político nacional que desse suporte e legitimidade à nova forma de dominação que se pretendia construir³⁵¹”. Defendemos a ideia de que a formação desse centro conservador é uma característica da nova roupagem da dominação de classe, pois mesmo os setores dominantes tendo regulado e determinado a forma de transição mais adequada³⁵², era fundamental a permanência de instituições e indivíduos ligados à ditadura no futuro regime democrático³⁵³ junto com setores da oposição moderada para manter os elementos essenciais de poder econômico e social. Esse é um traço típico de transições negociadas.

Uma figura importante na interlocução e na incorporação de setores da sociedade foi o senador da ARENA, Petrônio Portela, o qual foi responsável pela “Missão Portela” que tinha como objetivo dialogar com setores da sociedade civil buscando negociar as reformas político-institucionais que substituíssem o regime de exceção pelo estado de direito³⁵⁴.

Um dos mecanismos para atrair setores da oposição, era incorporar algumas de suas exigências para ampliar a base de sustentação governista³⁵⁵. Um dos exemplos foi a tolerância em relação a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974 e a revogação da censura prévia de forma gradual. A garantia desse apoio seria fundamental porque ao assegurar a participação da oposição eles se sentiriam representados por canais legítimos e não criticariam de forma radical o governo³⁵⁶. Um dos casos foi o partido de oposição, MDB, o qual teve como característica a interlocução com o governo e para conduzir a transição na defesa da própria institucionalidade e pela salvaguarda da ordem³⁵⁷.

mais moderados e que estavam de acordo com o governo poderiam participar, enquanto a classe trabalhadora e partidos de esquerda estariam excluídos.

³⁵¹ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.17.

³⁵² FERNANDES, Florestan. Revolução ou Contra Revolução. *Contexto*, São Paulo, n. 5, p. 21, mar. 1978.p.23.

³⁵³ Cf MONTEIRO, Tiago. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

³⁵⁴ Cf Vera CALICCHIO. Petrônio Portela. In: ABREU, Alzira Alves de et al.(coords). *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

³⁵⁵ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* Petrópolis: Vozes, 1984.p.186. Nesse mesmo ponto ver MONTEIRO, op.cit., p.15.

³⁵⁶ Arquivo Paulo Nogueira Batista. HUNTINGTON, Samuel. *Abordagens da descompressão política*. p.03.

³⁵⁷ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999. p.158.

David Maciel defende que o MDB teve uma atuação limitada na oposição porque era um partido institucional. A debilidade oposicionista do partido foi devido a hegemonia do setor moderado em contraposição a ala autêntica, esta considerada mais radical na oposição e que contava, inclusive, com a participação de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A derrota do setor mais radical na convenção do partido em 1975 foi determinante e demonstrou que a direção nacional era o setor menos combativo³⁵⁸. Essa postura indica os limites do MDB e, além disso, parte de seus integrantes eram contrários a participação do PCB no partido³⁵⁹. David Maciel cita uma declaração de Ulysses Guimarães, presidente do partido, em fevereiro de 1975, o qual defendia o ‘combate’ a organizações totalitárias. Nesse raciocínio, o PCB era uma entidade clandestina e a atuação desse partido não poderia ser um obstáculo para o processo de redemocratização.

A intenção do governo durante a transição era de forma gradual reativar a representação política no legislativo só que isso seria de forma limitada e seletiva. O filtro seria somente possibilitar diálogo com setores do partido que não implicassem em pressões contra a ordem, por outro lado, se fosse necessário, o poder executivo ainda tinha controle sobre o poder legislativo, via fechamento do Congresso como foi feito em 1977 pelo AI-5 e por cassações de mandatos.

Podemos concluir que o diálogo do governo limitou-se com os setores moderados do MDB e nos anos 80, percebe-se que essa oposição não apresentava ameaças a ordem porque nas eleições estaduais em 1982, vários membros moderados conseguiram sair vitoriosos nas urnas; como por exemplo, Franco Montoro em São Paulo e Tancredo Neves em Minas Gerais. O fato que traduz essa congruência de valores e perspectivas foi a formação da ‘Aliança Democrática³⁶⁰’, para disputar a sucessão presidencial em 1985, formada pelo PMDB e pela ‘Frente Liberal’, uma dissidência do PDS (partido governista).

Por fim, o último mecanismo de institucionalização foi o restabelecimento do pluripartidarismo, em 1979. Esse fato teve como antecedentes a Emenda Constitucional nº 11

³⁵⁸MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.154.

³⁵⁹ Ibidem. p.157.

³⁶⁰Na eleição presidencial de 1985, a Aliança Democrática foi composta pelo PMDB que indicou Tancredo Neves para presidente da república e pela Frente Liberal, dissidência do PDS, lançou para vice- presidente José Sarney.

e a lei da anistia. É importante ressaltar que tanto a lei da anistia quanto a reforma partidária, ambas em 1979, foram realizadas durante o governo João Figueiredo Batista (1979-1985).

A Emenda Constitucional nº 11, datada de 13 de outubro de 1978, foi considerada um marco importante durante o governo Geisel, porque revogou todos os atos institucionais e complementares baixados pelos militares. Entendemos que essa emenda foi um antecedente importante em relação a reforma partidária, devido a mudança na legislação, em que estabelecia novas regras para o estabelecimento de novos partidos. Para formar novos partidos, pelo menos 10% dos participantes deveriam estar no Congresso ou com o apoio expresso de 5% do eleitorado que tivesse votado na última eleição em 1978 para a Câmara dos Deputados³⁶¹. Outras modificações introduzidas foram: a revogação de todos os atos institucionais e complementares; foi proibida a remoção de juízes e a aposentadoria compulsória de funcionários públicos; o fim da pena de morte e de banimento; o retorno de *habeas corpus* para crimes políticos; e a suspensão da censura prévia.

Vários autores fizeram críticas sobre essa emenda porque criou o ‘Estado de Emergência’, que “confere ao presidente poderes para fazer praticamente tudo o que antes era permitido pelo AI-5³⁶²”. O argumento é de que durante a vigência do Estado de Emergência era permitida a suspensão de garantias legais, fim da imunidade parlamentar - sendo o réu denunciado pela Lei de Segurança Nacional poderia perder o mandato-, a aprovação de emendas e projetos do governo se não fossem votadas no Legislativo em torno de 45 dias, a entrega de processos à Justiça Militar aqueles que forem presos no período de vigência do Estado de Emergência, o governo federal poderia nomear governadores na área em questão, poderia suspender garantias legais, dar fim automático da liberdade de associação e censurar a imprensa.

Uma explicação para essa medida era para preservar os mecanismos de autodefesa da ordem, em delimitar a diferença entre oposição e contestação, ou seja, uma maneira preventiva para o futuro governo (no caso o governo do presidente João Figueiredo) encarar as manifestações populares contra a ditadura. Mesmo com o fim do AI-5 foram mantidos: a figura do decreto- lei, aprovação dos projetos de governo por decurso de prazo e as

³⁶¹FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas. In: SOARES, G. A. D. (Org.) ; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (Org.) . *21 anos de regime militar, balanços e perspectivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.p.179-180.

³⁶² KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982. p.92.

determinações do Pacote de Abril³⁶³. O depoimento de Ernesto Geisel coincide com essa posição, ao justificar o ‘Estado de Emergência’ devido a necessidade de o seu sucessor ter mecanismos para governar e assegurar a sua governabilidade e autoridade³⁶⁴.

O segundo antecedente foi a decretação da lei da anistia a qual fez parte da estratégia preventiva do governo para enfraquecer o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), porque “a questão da anistia era vinculada à perspectiva da reforma partidária e o retorno dos exilados políticos levaria a um desmantelamento do MDB³⁶⁵”.

Sobre a temática seguimos as considerações de Renato Lemos que defende a hipótese de que a tradição em torno da anistia política no Brasil é conciliatória e se constituiu como um instrumento da contrarrevolução preventiva no contexto das crises políticas, satisfazendo uma parte da oposição e facilitando a divisão dos setores contestadores³⁶⁶. Isso se explica porque a anistia atendia aos propósitos do governo em permitir o retorno ao Brasil dos exilados políticos visando fragmentar a frente oposicionista³⁶⁷. A estratégia consistia no fato de que o retorno das lideranças políticas, como por exemplo, Leonel Brizola que pretendia recriar o PTB, poderia dividir o campo da oposição eleitoral³⁶⁸ e ao mesmo tempo o objetivo era manter os membros do governo em um único partido. Uma informação que reforça essa ideia foi a alteração da lei das inelegibilidades, de modo a possibilitar a candidatura dos anistiados. Essa medida teve como consequências o enfraquecimento da oposição e a reunificação dos setores divergentes e dominantes em prol da manutenção do essencial ordem³⁶⁹.

Uma consideração colocada por alguns autores é de que a lei da anistia de 1979 foi negociada com setores da oposição moderada e, portanto, pode ser considerada como uma transação política. Porém, há indícios de que o MDB tinha um projeto mais limitado do que o

³⁶³MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.227.

³⁶⁴CASTRO, Celso (Org.); D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). Ernesto Geisel. 5a.. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.p.394-395.

³⁶⁵ MACIEL, op.cit., p.244.

³⁶⁶LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.p.292.

³⁶⁷ Essa tese, inclusive, já foi pontuada pelo General Golbery do Couto e Silva, um dos articuladores da transição e na época Ministro Chefe da Casa Civil. Cf SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.p.28

³⁶⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.p.134.

³⁶⁹LEMOS, loc. cit.

governo porque o retorno dos exilados políticos enfraqueceria o partido em função da fragmentação³⁷⁰.

No documento ‘Abordagens da descompressão política’, escrito por Samuel Huntington, nota-se a indicação em torno do fortalecimento dos partidos e a sugestão ao modelo de partido único. O cientista político utiliza o exemplo do México, Turquia e Japão, para afirmar que esses países conseguiram com êxito institucionalizar o seu modelo político, graças ao sistema partidário forte³⁷¹. Ele parte da ideia de que o partido político é fundamental, só que é necessário integrá-lo na sua estrutura: grupos sociais, econômicos, profissionais e burocráticos organizados. Até então, segundo a sua visão, os partidos políticos no Brasil eram coalizões fracas e mutáveis a personalidades e interesses localizados; e a partir dessa constatação propõe a criação de um partido que possa realizar essa função. Isso condiz com a ideia de transição de regime político, devido ao deslocamento da responsabilidade para o legislativo, ou seja, transferir o encargo de defesa da ordem para os outros partidos. Nesse sentido, David Maciel faz a seguinte definição:

seu conteúdo continuava informado pela mesma concepção de que os partidos detêm o monopólio da representação política, em detrimento de outros instrumentos de ação política, como os sindicatos, as entidades da sociedade civil etc. Ou seja, com a reforma partidária tratava-se de adaptar o sistema partidário à dinâmica assumida pelo conflito político, na passagem da distensão para a abertura, sem que a sua finalidade original fosse alterada³⁷².

Antes da reforma partidária em 1979, o presidente Geisel já sinalizava nessa perspectiva em fortalecer os partidos afirmando “que os reajustes necessários para o aperfeiçoamento democrático dependiam da motivação popular que deviam entregar esse papel aos partidos políticos³⁷³“. Após a reforma partidária feita pelo governo João Figueiredo (1979-1985), à exceção do Partido dos Trabalhadores, nota-se que todos os partidos tinham como objetivo garantir a ordem, inclusive o PMDB. Isso significa que essas novas agremiações partidárias assumiram a função exercida por MDB e ARENA e teriam que absorver as contradições sociais e conflitos políticos decorrentes da política

³⁷⁰PASSARINHO, Jarbas. “Proposta do MDB era mais restrita”, *Folha de S. Paulo*, 24 de agosto de 1999. Apud LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós 64. *Topoi*. (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n.n.5, p.287-231, 2002. p.294.

³⁷¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.323-324.

³⁷² SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.p.275.

³⁷³*Folha de São Paulo* 30/08/1974.

institucionalizada³⁷⁴. Outro elemento importante para caracterizar os partidos institucionais é o seu caráter contrarrevolucionário porque o seu intuito era impedir ao máximo a participação da classe trabalhadora na esfera política. Um fato que demonstra isso foi a restrição da reforma partidária de 1979, porque manteve a proibição do funcionamento de partidos(PCB e PC do B) que tinham vínculos a governos e entidades estrangeiras.

Para concluir, a ampliação da disputa eleitoral, a reintrodução de algumas liberdades civis e o retorno ao pluripartidarismo foram importantes para explicar como esses elementos contribuíram para minimizar a ‘pressão’ contra a ordem e ao mesmo garantir a manutenção do poder das classes dominantes. Como foi colocado nesse trabalho, vários autores institucionalistas estavam preocupados em modificar a maneira como era obtida a estabilidade política, até então marcada pela repressão política, a qual seria substituída pelo fortalecimento das instituições.

4. A repressão durante a transição

Nessa segunda parte desse capítulo, iremos indicar como a repressão estatal foi usada contra a esquerda e os movimentos de oposição. Meu intento é demonstrar que no período de abertura, a violência política era uma prática institucional do Estado e está associada a uma questão de classe e não simplesmente uma violação individual. A importância estratégica da coerção é de que os militares visavam uma transição controlada pela classe dominante e sem a mobilização popular, cuja meta estratégica era conservar a “dominação de classe na forma de um regime democrático restrito³⁷⁵”. Assim, no processo o qual acarretou na atual ‘democracia blindada’ brasileira, a repressão entre 1974-1988 através de prisões, cassações de mandatos, proibição de greves, tortura e restrição eleitoral teve um papel fundamental em coibir a atuação da oposição e ao mesmo tempo em manter as classes dominantes no poder ao final da transição política. Essa ideia é central para entender que o envio dos fuzileiros navais para reprimir os portuários de Santos em 1980 não foi um fato isolado, porque durante todo o governo Geisel (1974-1979) o aparato repressivo teve uma atuação expressiva. Portanto, ao mesmo tempo em que ocorria o processo de ‘liberalização’³⁷⁶, havia prisões,

³⁷⁴ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.p.275.

³⁷⁵ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.17

³⁷⁶ Significa o abrandamento da censura nos meios de comunicação, maior espaço para a atuação da classe trabalhadora, reintrodução de algumas salvaguardas importantes para indivíduos como o habeas corpus, retorno

desaparecimentos e vigilância aos sindicatos e ao movimento estudantil. Inicialmente, abordo a historiografia sobre o tema, e em seguida, indico o sentido da coerção no período e os setores atingidos.

4.1 Conflitos militares e a violência política

Na historiografia alguns trabalhos defendem a ideia de que a violência contra a esquerda e os movimentos de oposição (movimento estudantil, partidos comunistas e trabalhadores em greve) se explica porque o aparato repressivo era contrário à abertura política. E para manter a sua atuação a ‘comunidade de informações’, ameaçada com o início da redemocratização inventou inimigos para desestabilizar a transição. Coloco abaixo os trabalhos acadêmicos que analisam dessa forma a repressão durante a transição política.

Priscila Brandão, nessa perspectiva, afirma que ao anunciar o projeto de distensão o presidente Ernesto Geisel fez com que retornassem os conflitos políticos entre os militares³⁷⁷. A autora nesse sentido aponta que a comunidade de informações detinha um alto grau de autonomia política e a mudança de regime político iria justamente diminuir o seu poder de atuação³⁷⁸. Dessa forma, esses setores passaram a criar resistências ao projeto de distensão e para alcançar o seu objetivo inventaram inimigos, ou seja, a esquerda para combater³⁷⁹. Portanto para Priscila Brandão a coerção contra os setores de oposição no período de transição não era uma política institucional do Estado e sim apenas uma forma para a “comunidade de informações” boicotar a transição política.

Nessa mesma linha, Ronaldo Costa Couto aponta a oposição dos setores dos órgãos de repressão e de informação ao governo e coloca entre esses motivos a questão do revanchismo³⁸⁰. Esse autor sustenta a tese de que apesar da esquerda estar derrotada, os agentes vinculados a comunidade de informação criaram inimigos para sustentar as suas ações³⁸¹. Complementa ainda que os militares que estavam no poder evitaram enfrentar as ações desses setores³⁸². Nessa linha de raciocínio o autor entende que as ações repressivas do

de exilados políticos e tolerância com a oposição. Cf STEPAN, Alfred. *Os militares: Da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.12.

³⁷⁷ BRANDÃO, Priscila. *SNI e ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro. FGV, 2001.p.86.

³⁷⁸ Ibidem.

³⁷⁹ Ibidem.

³⁸⁰ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985-5ª ed.* Rio de Janeiro: Record ,2010.p.141.

³⁸¹ Ibidem. p.142

³⁸² Ibidem.

Estado contra a esquerda, que incluíam prisões e o uso da tortura, foram episódios isolados³⁸³. Assim sendo, a sua análise se resume em entender que a esquerda não tinha mais força política para atuar e era apenas “usada” para amenizar a oposição da “comunidade de informações e de segurança”.

A historiadora Samantha Quadrat, também defensora dessa hipótese, aponta o conflito entre os militares que desejavam a redemocratização contra setores castrenses mais radicais (linha – dura) que não queriam o retorno para os quartéis. Sobre essa disfunção nas Forças Armadas, os membros do aparato repressivo entendiam que a transição representava a “possibilidade de punição destes militares pelos atos praticados contra os direitos humanos e perdas salariais com o fim das gratificações especiais que estes agentes recebiam à parte do resto da corporação”³⁸⁴. A partir desse raciocínio, as ações do aparato repressivo tais como: atentados terroristas; prisões; desaparecimentos e tortura eram instrumentos para desestabilizar a transição³⁸⁵.

Outro trabalho que alude a essa tese é de autoria de Carlos Fico e afirma a existência de reações da comunidade de informações ao projeto de distensão política³⁸⁶. Igualmente aos textos aqui mencionados, Fico diminui a atuação da esquerda e reduz os atos repressivos a insatisfações dos militares da extrema direita que não concordavam com o fim da ditadura. Segundo, o historiador a situação do aparato de segurança no início da abertura política era a seguinte:

No início do governo Geisel, diante da ameaça de decadência dos órgãos de segurança, advinda tanto do projeto de distensão política quanto da visível fragilidade dos comunistas, o SISSEGIN empenhou-se em mostrar serviço e afirmar a necessidade de sua permanência, lançando mão de supostos planos de tomada do poder de autoria de uma frente de várias organizações comunistas³⁸⁷.

Recentemente várias dissertações e teses acadêmicas, procuraram estudar a violência política no período através de estudos de caso. Há três elementos que caracterizam esses trabalhos: o uso de uma ampla documentação para indicar a existência da atuação do aparato repressivo, uma análise liberal em torno da repressão e adotam a perspectiva da historiografia analisada acima.

³⁸³ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985-5ª ed.* Rio de Janeiro: Record, 2010. p.166.

³⁸⁴ QUADRAT, S. V. Os militares, a comunidade de informações e a abertura. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). *História Geral do Brasil*. 9ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.p.380.

³⁸⁵ Ibidem. p.381

³⁸⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.211.

³⁸⁷ Ibidem. 215.

A dissertação de Paulo César Gomes sob o título “A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)”, orientada pelo professor Carlos Fico, analisa como era feita a repressão contra os bispos católicos na década de 70. Há dois elementos que gostaria de destacar em relação a esse trabalho. O primeiro deles é de que tal como os autores que averiguaram de forma mais geral a coerção política, Paulo César Gomes afirma que a atuação do aparato policial se manteve durante o período de transição, mas isso só acontecia devido a existência dos conflitos militares, e, portanto, era fundamental ‘criar’ inimigos para manter a função repressiva. Nas palavras do autor:

Se a paulatina abertura do regime permitia que ele tivesse maior facilidade para protestar, isso não significou uma diminuição nas atividades dos órgãos de informações. Como vimos, o SISNI foi o último dos braços do aparato repressivo a ser desmontado e, quanto mais liberdades eram concedidas à sociedade civil, mais os agentes trabalhavam para justificar a sua permanência. De algum modo, o SNI sobrevivia quase exclusivamente da fabricação de seus próprios inimigos³⁸⁸.

O segundo elemento está associado à visão liberal, pois a partir do momento em que alguns bispos fizeram oposição foram vigiados pelo aparato repressivo. A posição de setores da Igreja Católica foi caracterizada pela denúncia de violação dos direitos humanos na imprensa estrangeira, a defesa dos presos políticos, o envolvimento com o movimento estudantil e operário e a articulação de alguns bispos, com destaque para D. Pedro Casaldáliga, no campo a favor dos posseiros. Paulo César Gomes afirma que a vigilância política em relação aos bispos se explica pela atuação desses setores contra a ditadura combinada com a necessidade de ‘criação’ de inimigos pelo sistema de segurança e pela sua atuação contra a ditadura.

Outra dissertação, também orientada pelo professor Carlos Fico, é de autoria de Abner Francisco Sótenos e tem o seguinte título “O movimento amigos de bairros (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)”. O objeto do autor é analisar a vigilância do aparato policial em relação aos movimentos populares de base e a articulação política de D. Adriano Hypólito na diocese de Nova Iguaçu. Em seu trabalho há uma grande quantidade de informes produzidos pelo DOPS-RJ em relação ao ‘Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu’, para demonstrar que havia uma espionagem aos movimentos citados (MAB,

³⁸⁸BEZERRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010. p.156-157.

movimentos populares, esquerda e lideranças religiosas). Igualmente a concepção de seu orientador sobre a violência no período de transição, explica que essa espionagem ocorreu pela atuação oposicionista³⁸⁹ do Movimento de Amigos de Bairros e também pelo fato dos militares vinculados ao aparato repressivo, necessitarem de ‘inimigos’ para justificar a sua permanência. Nesse sentido, argumenta e indica a existência dos conflitos intramilitares, porque a ‘linha dura’ estava ameaçada com os fatos ocorridos no DOI CODI do II Exército em SP, entre 1975-1976³⁹⁰ e, portanto a sua atuação tinha como objetivo desestabilizar o governo³⁹¹. Coloco abaixo as considerações do autor sobre a repressão política no período de transição:

Como exposto anteriormente, o período que se estendeu entre os anos de 1979 e 1982 foi aquele em que o Movimento de Amigos de Bairros (MAB), inclusive já transformado em Federação de Amigos de Bairros (FEMAB), sofreu as maiores incursões por parte dos agentes da comunidade de informações. Esse fato se deve, sem dúvida nenhuma, às projeções que a instituição passou a ter no cenário político brasileiro dos anos de distensão/abertura. Parece-nos sim tratar-se de uma relação causal, posto que neste cenário de enquadramento e/ou tentativa de desmantelamento do aparato repressivo pelo Governo Federal coube aos integrantes do referido aparato legitimar a sua existência³⁹².

A prática de superdimensionar o tamanho do “inimigo” também foi um expediente adotado pelos órgãos da comunidade de informações. Com isso, buscavam sensibilizar o alto escalão militar, o que compreendia obviamente a cúpula governamental, para que providências fossem tomadas, tendo em vista o risco que tais “inimigos” causariam à segurança nacional³⁹³.

Outro texto a ser considerado é a dissertação de mestrado de Pâmela de Almeida Resende sob o título “Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)” tem como objetivo analisar a documentação do DEOPS – SP e do SNI em relação aos movimentos a favor da anistia entre 1975-1983. Inicialmente, a autora afirma dois elementos importantes e que devem ser levados em consideração: o descontentamento do aparato repressivo com os rumos da transição e a articulação e mobilização dos movimentos que lutavam a favor da anistia³⁹⁴. Usando os relatórios do DEOPS-SP, afirma que uma das preocupações do aparato repressivo era de que

³⁸⁹ O autor chama a atenção para a articulação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Nova Iguaçu. SÓTENOS, Abner Francisco. *O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.p.129.

³⁹⁰ Refere-se as mortes de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho e a demissão de Ednardo D’ Avila Mello.

³⁹¹ SÓTENOS, op.cit., p.34.

³⁹² Ibidem. p.115.

³⁹³ Ibidem. p.116.

³⁹⁴ RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013. p.03.

os movimentos a favor da anistia se constituíam espaços de articulação e discussão política. Acrescenta também a atuação tanto do Movimento Feminino pela Anistia quanto do Comitê Brasileiro pela Anistia os quais denunciavam a violação de direitos humanos e queriam o fim do aparato repressivo da ditadura³⁹⁵.

Mesmo indicando o motivo da vigilância em relação aos movimentos a favor da anistia, tal como os outros trabalhos indicados, justifica a repressão citando o texto de Carlos Fico, de que os serviços de informação e de segurança precisavam ‘fabricar’ novos inimigos³⁹⁶:

Embora a ‘distensão política’ e as eleições, segundo a comunidade de segurança, tivessem servido para ampliar o ‘campo de ação para as forças subversivas’, na verdade, em meados dos anos 70, as organizações comunistas clandestinas adeptas da luta armada já estavam derrotadas. Assim, era indispensável, para os setores repressivos, encontrar novos inimigos. No contexto da distensão política, o caminho encontrado por tais setores foi acusar o enquistamento de membros do PCB no partido de oposição, o MDB, que assim se tornou a ‘bola da vez’. Muito atuou, nessa fase, o CIE, que preparou, em 1975, um longo documento estabelecendo conexões entre o MDB e o PCB (municinando, pois, os setores de segurança com motivos para prisões)³⁹⁷.

Por fim, associa essa conjuntura caracterizada por Carlos Fico em que o aparato repressivo precisava ‘encontrar’ novos inimigos para explicar a vigilância e o controle policial aos movimentos pró-anistia³⁹⁸.

Analisando de uma forma geral, qualquer ação repressiva, segundo esses autores, não era uma prática oficial do Estado e não combinava com a conjuntura de retorno a democracia. Maria Helena Alves afirmou, que “o período do governo Geisel caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política³⁹⁹“. Nesse vertente em que a repressão no período de transição é explicada pela atuação de setores militares contrários à transição, uma das alegações mais usadas são os fatos que envolveram o DOI CODI do II Exército em São Paulo, sob o comando do general Ednardo D’ Avila Mello. As prisões, torturas e mortes ocorridas naquela região tinham como objetivo enfraquecer a liberalização.

³⁹⁵ RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013. p.62-71.

³⁹⁶Ibidem. p.63

³⁹⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record,2001.p.134. Apud RESENDE, op.cit.p.63.

³⁹⁸Ibidem.

³⁹⁹ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.200.

A nossa análise é de que essa perspectiva tem uma visão liberal do processo de transição, pois a prática repressiva do Estado não podia coexistir com o período de abertura⁴⁰⁰. Outro ponto importante é de que essa visão considera que pelo fato dos ‘castelistas’ terem ocupado o poder, o que aconteceu a partir de 1974, é de que esses militares seriam mais ‘brandos’ e legalistas⁴⁰¹ e, portanto qualquer ato de violência não seria uma política de governo e sim um ato de rebeldia da ala mais radical.

Discordamos dessa perspectiva, a partir dos seguintes argumentos: 1) mesmo com as cisões militares, uma das características do governo Geisel foi o controle, tanto na repressão contra a esquerda quanto aos setores militares dissidentes; 2) há dados empíricos que demonstram o uso do aparato policial através: cassações políticas, assassinato, prisões, vigilância a sindicatos, manutenção da legislação repressiva e violência contra o movimento estudantil e sindical.

Nesse primeiro momento nossa intenção é indicar que a existência dos conflitos militares não anulou a repressão política e como o governo Geisel usou instrumentos para controlar esses setores dissidentes e contornar essa situação instável.

Durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979), houve várias manifestações de crise no aparelho militar. As crises militares foram manifestadas de três maneiras: a primeira forma foi através de sabotagens contra o governo e à redemocratização, como por exemplo, os atentados da extrema- direita; a segunda seria respeitando as regras vigentes do regime, como na tentativa de concorrer à presidência pelo Ministro do Exército Sylvio Frota em 1977 e a candidatura do general Euler Bentes Monteiro em 1978⁴⁰²; e a terceira por discordância entre instâncias do Estado e o governo, como no caso do Superior Tribunal Militar (STM), no final dos anos 70.

Primeiramente logo após os ‘anos de chumbo’(1968-1974)- período de maior repressão política- o aparelho repressivo se manteve intacto. A estratégia do governo em relação aos setores militares opositoristas era ao mesmo tempo conter os “bolsões radicais e

⁴⁰⁰ Bernardo Kucinski afirma que a política de cassações de mandatos políticos indicava que o governo estava abandonando a política de distensão. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982. p.47. Thomas Skidmore à medida que apontava mais dados sobre a repressão, afirmava que a liberalização estava ficando mais longe. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.332.

⁴⁰¹ KUCINSKI, op.cit., p.16.

⁴⁰² CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989. p.20-21.

manter o desempenho das funções repressivas do Estado⁴⁰³”. Essa análise é diferente daquela apresentada por Samantha Quadrat porque há uma separação, e não uma generalização, entre as ações do aparato repressivo contra a esquerda e as sabotagens da extrema-direita militar para afetar a transição. Nesse raciocínio usamos as considerações de Aloysio de Carvalho que defende a seguinte ideia:

Poderíamos supor que as prisões, torturas e mortes de dirigentes do PCB ocorridas entre 1973 e 1976, partido ao qual os dirigentes militares atribuíam influência na vitória do MDB nas eleições em novembro de 1974, fizeram parte de uma longa e planejada ação, contando com anuência da cúpula do poder. Nessa linha de interpretação se coloca também a ação repressiva que culminou no Massacre da Lapa, com mortes de dirigentes do PC do B em dezembro de 1976, quando o II Exército estava sob o comando do general Dilermando Gomes Monteiro, considerado moderado e íntimo colaborador de Geisel⁴⁰⁴.

O mesmo raciocínio não poderia ser aplicado às mortes do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 e do metalúrgico sindicalista Manoel Fiel Filho em janeiro de 1976, compreendidas mais como provocações do aparato repressivo, ficando a responsabilidade restrita aos oficiais do II Exército, sob o comando do general Ednardo d'Ávila. Portanto, desde que devidamente enquadradas dentro dos objetivos do projeto de distensão/abertura, as forças de segurança continuaram a ser peças fundamentais na defesa do Estado que carecia de legitimidade democrática. Elas constituíam um dos eixos de apoio do esquema de poder militar, que sempre se utilizou de um vasto arsenal de leis e de práticas autoritárias para restringir a participação popular e impedir a alternância no poder⁴⁰⁵.

Portanto, defendemos a ideia de que a repressão contra a oposição e a restrição aos excessos dos militares mais extremistas era uma das mais importantes características do governo Geisel.

Para lidar com essas divergências militares, a concentração de poderes na figura do presidente Ernesto Geisel foi fundamental para restabelecer a ordem e a hierarquia nos quartéis, e essa era uma condição para prosseguir com o processo de abertura política⁴⁰⁶. Os exemplos mais nítidos na área militar foram: as exonerações do Comandante do II Exército Ednardo d'Ávila Melo em 1975 e do Ministro do Exército Sylvio Frota em 1977 e a prisão do general Hugo de Abreu. Essas medidas são explicadas pela necessidade em manter o controle e também pelo fato desses militares “não adotarem a diretriz política do governo e por não

⁴⁰³ CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1980). *Dados* (Rio de Janeiro) Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 115-146, 2005.p.132.

⁴⁰⁴ *Ibidem*. p.133.

⁴⁰⁵ *Ibidem*. p.134.

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, E. R. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: Alain Rouquié. (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1991.p.114. CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), Curitiba - PR, v. 25, p. 83-106, 2005.p.93.

cumprirem à risca, em suas áreas de responsabilidade, as ordens presidenciais⁴⁰⁷”. Demonstrarei a seguir como o governo usou mecanismos para assegurar o comando sobre a oposição militar pela: demissão e substituição de militares contrários à transição, prisão de oficiais, mudanças no Alto Comando Militar e na Justiça Militar.

4.1.1. Os conflitos militares, a atuação da extrema-direita militar e a ‘autonomia’ dos órgãos de repressão

A primeira forma de conflito militar foi a atuação da extrema- direita⁴⁰⁸ que por meio de atentados estava tentando desestabilizar o governo para causar um retrocesso responsabilizando a esquerda⁴⁰⁹ pelas sabotagens⁴¹⁰. Os alvos dos atentados eram entidades, órgãos de imprensa, membros da Igreja Católica, parlamentares que de alguma forma estavam apoiando a liberalização.

É necessário esclarecer que algumas ações desses militares, que visavam desestabilizar a transição, devem ser atribuídas a setores ou correntes que atuavam dentro dos órgãos de repressão (SNI, DOI-CODI, CISA, CENIMAR, CIEX). Justifico isso, porque na historiografia há alguns trabalhos, como o de Stepan, que aludem a tese de que esses órgãos repressivos estariam atuando de forma autônoma em relação a hierarquia militar e institucionalmente contra o projeto de abertura. O que quero discorrer é de que não eram os órgãos repressivos, mas sim os militares de extrema-direita que estavam lotados nessas instituições é que praticavam esses atos. Alfred Stepan ao analisar as próprias prerrogativas institucionais indica que o Serviço Nacional (SNI), funcionava de forma autônoma, no seguinte sentido:

Parece que o SNI, a expressão institucional mais elaborada, no Brasil, da lógica do novo profissionalismo, distingue-se, em vários aspectos de seus congêneres no resto do mundo, particularmente, com respeito ao quase monopólio sobre operações e treinamento, ao direito, por lei, de o chefe do Serviço a assistir as reuniões de ministério, e ao direito de ter uma subdivisão oficial em cada repartição governamental, empresas estatais e em universidades, que pode inspecionar o

⁴⁰⁷PINHEIRO, Jorge. Geisel já vai tarde- Um Luís Bonaparte? *Versus*, São Paulo, nº 29, fevereiro de 1979.p.02-03.

⁴⁰⁸Para uma perspectiva que explica a atuação da extrema – direita à longo prazo Cf GUIMARÃES, Carlos Eduardo. *A Crise da Ditadura: a reação militar à abertura e o terrorismo de direita*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

⁴⁰⁹ Alguns militares mais radicais endossam a tese de que os atentados foram praticados por setores de esquerda; friso que não há nenhuma comprovação empírica séria e comprovada sobre esse dado. O general José Luiz Coelho Neto, em depoimento, afirma que os atentados poderiam ter sido obra do PCB e MR-8. Cf SOARES, G. A. D. (Org.) ; D'ARAUJO, Maria Celina Soares (Org.) ; CASTRO, Celso (Org.) . *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.202

⁴¹⁰GUERRA, Claudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.p.119.

andamento diário da máquina administrativa. Além disso, o SNI parece atuar como o seu próprio órgão de ligação, coordenação e prestação de contas⁴¹¹.

A questão para o cientista político estadunidense é de que a partir do próprio funcionamento do SNI, esse passaria a atuar a favor de seus interesses; no caso da abertura política, o seu posicionamento seria contrário, já que a democratização afastaria o órgão da sua posição privilegiada no poder⁴¹². Além do SNI, o mesmo autor indica que tanto o DOI CODI quanto os órgãos de informações das Forças Armadas, foram responsáveis pela erosão da hierarquia militar⁴¹³.

Discordamos dessas ideias, indicando o papel desempenhado pelos órgãos de informação e repressão durante o governo Ernesto Geisel. Inicialmente gostaria de ressaltar que não discordamos da existência dos conflitos militares; e sim da total contraposição entre o aparato policial e o governo. O primeiro argumento é de que esse mesmo aparelho repressivo considerado como ‘oposição’ desempenhou a função repressiva de acordo com os interesses do próprio regime. Isso ficou evidente em momentos em que o uso da violência por parte do Estado foi necessário, como por exemplo, na prisão, espionagem e assassinato de membros dos partidos de esquerda/ socialistas e de movimentos sociais. A segunda indagação é de que não é verídico o fato de que o Serviço Nacional de Informações fosse contrário à transição; pois o Ministro Chefe do SNI era o general João Figueiredo Batista, que era aliado do governo e em 1978 seria eleito Presidente da República, com apoio dos castelistas e do próprio presidente Ernesto Geisel. De acordo com esse raciocínio, se o SNI fosse contrário ao governo, seria muito pouco provável que seu comandante tivesse apoio governamental no próximo pleito presidencial. E terceiro, as sabotagens e atentados eram realizados por diversos grupos que atuavam de forma própria, sem qualquer vínculo com a posição institucional dos órgãos em que serviam⁴¹⁴. A organização desses setores que realizavam os atentados era caracterizada por grupos que atuavam distanciados entre si, mas com o mesmo objetivo e vinculados a um mesmo eixo ideológico⁴¹⁵. A divisão, no caso, era em ‘anéis’ com as suas respectivas funções: havia aqueles responsáveis pelas incursões e sabotagens; e o

⁴¹¹ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.33.

⁴¹² Ibidem. p.36.

⁴¹³ Ibidem. p.38.

⁴¹⁴O general Octávio Costa endossa essa ideia e ainda complementa que era muito difícil que os comandantes soubessem os líderes dos atentados. Cf SOARES, G. A. D. (Org.) ; D'ARAUJO, Maria Celina Soares (Org.) ; CASTRO, Celso (Org.) . *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.72.

⁴¹⁵ ARGOLO José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.p.245.

outro ficava com o encargo de planejamento⁴¹⁶. Acrescento que alguns desses grupos contavam com a participação de ‘civis⁴¹⁷’ no planejamento das ações e de empresas⁴¹⁸ que financiavam esses atentados.

4.1.2. O caso DOI CODI do II Exército *versus* hierarquia militar

O primeiro ponto a ser criticado é sobre o argumento da historiografia⁴¹⁹ envolvendo o DOI CODI do II Exército em São Paulo, comandado pelo general Ednardo D’Avila Melo que através de assassinatos dos presos políticos tentava desestabilizar o governo e a transição. Uma das táticas usadas por esses militares mais radicais era o extermínio dos prisioneiros políticos os quais eram apresentados oficialmente como suicídios, como no caso do jornalista Vladimir Herzog⁴²⁰, em outubro de 1975. Assim, a atuação do DOI CODI do II Exército, demonstra que a coerção não era legítima e, portanto qualquer ação do aparato repressivo, segundo a historiografia citada, era considerada um ato de rebeldia contra a transição. Aqui tento demonstrar que não se deve entender a violência política durante o período de abertura, analisando somente esse caso e generalizando todo o seu funcionamento e estrutura.

De acordo com o aparato jurídico as prisões efetuadas pelo DOI CODI eram “legais”. No caso do jornalista Vladimir Herzog a circunstância que envolveu a sua morte é amplamente questionada, contudo a lógica que envolveu o seu encarceramento não é. Antes da prisão de Herzog, o deputado estadual José Maria Marin (ARENA- São Paulo) pediu uma maior apuração e providência em relação à TV Cultura⁴²¹. Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura e no mesmo mês foi preso sob a acusação de pertencer ao PCB. É importante

⁴¹⁶Usamos como exemplo o ‘Grupo Secreto’. Para mais informações ver ARGOLO José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

⁴¹⁷Cláudio Guerra era agente da repressão e fazia parte de um grupo que planejava e executava os atentados. Em seu livro indica alguns simpatizantes que se reuniam no restaurante Angu do Gomes, no centro do Rio de Janeiro. Os citados foram: o ator Lúcio Mauro, Jece Valadão, Carlos Imperial, Baumgarten, Ciro Batelli, bicheiros como Castor de Andrade e Ivo Noal e Boni, chefe da direção de programação da TV Globo. A Casa dos Artistas desviava recursos para atividades ilegais, além do apoio do restaurante Angu do Gomes, da Irmandade da Santa Cruz dos Militares e da Tradição, Família e Propriedade. Cf GUERRA, Claudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.p.121-126.

⁴¹⁸Cita o apoio do Banco Mercantil, o Banco Sudameris e da Viação Itapemirim, do empresário Camilo Cola. A causa do financiamento é de que tanto os empresários quanto os bicheiros se beneficiaram da ditadura e queriam impedir a transição. Cf Ibidem.p.152.

⁴¹⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise* – SP: Ed.Brasil debates 1982. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

⁴²⁰ Vladimir Herzog era diretor do jornalismo da TV Cultura, emissora do governo do estado, e tinha sido indicado pelo secretário de Tecnologia e Cultura José Mindlin, aprovada pelo próprio governador Paulo Egídio. Sob a acusação de ser membro do PCB, foi intimado a comparecer ao DOI CODI do II Exército. Há indícios de que morreu devido ao excesso de tortura dentro da prisão.

⁴²¹Diário Oficial do estado de São Paulo, São Paulo, SP, 09 de outubro de 1975.p.62.

acentuar que naquele momento o governo estava realizando uma grande operação⁴²² contra esse partido visando o seu desmantelamento, ou seja, essa violência era institucional. O problema é que houve uma quebra na hierarquia militar e as mortes dos prisioneiros políticos naquela condição desgastava a imagem do governo. Logo, a lógica repressiva envolvendo as prisões e a operação contra o PCB era uma política oficial do Estado⁴²³.

Um argumento nesse raciocínio é de que mesmo com a demissão do comandante do II Exército, o general Ednardo D'Avila Mello, o Alto Comando do Exército deu total apoio ao presidente porque concordou em manter a unidade das Forças Armadas coesa e as práticas de segurança interna, sem aceitar os abusos e assassinato de prisioneiros políticos⁴²⁴. O general Dilermando Monteiro, o qual substituiu o general Ednardo D'Avila Mello, em entrevista coletiva à imprensa disse que o combate ao comunismo continuaria na mesma intensidade⁴²⁵. Esse dado sugere que um dos motivos da demissão foi o enfrentamento desse comandante com o governo devido às mortes ocorridas no DOI CODI do II Exército⁴²⁶ e não pela prática repressiva.

Pode se supor também que a demissão do general foi estratégica, pois uma das táticas do governo era substituir os comandos militares que fossem contrários à transição; no caso do II Exército foi colocado um militar de confiança do governo, o general Dilermando Monteiro, porque representava a adaptação da repressão ao período de transição, ou seja, manter a violência política sem excessos. A demissão também se explica pela preocupação do governo em obter o controle sobre os prisioneiros políticos. Desse modo, o que pesou na demissão do general foi o não respeito às normas militares em relação aos presos políticos. Há dois indícios sobre isso. O primeiro é um manuscrito de 1975, citado por Ronaldo Costa Couto, dirigido ao ministro chefe do SNI em que o governo exigia relatórios mensais sobre a situação dos prisioneiros⁴²⁷. A segunda evidência foi indicada por Elio Gaspari em que o governo mobilizou-se contra a 'autonomia' do aparato repressivo, devido a Diretriz de Atuação do

⁴²² Abordaremos a violência contra o PCB no final do capítulo.

⁴²³ Elio Gaspari transcreve em seu livro que o presidente Ernesto Geisel não era contra as prisões, mas sim como era realizada, "é preciso implantar uma política de prisões sem violência". Cf GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.p.409.

⁴²⁴ Cf *Folha de São Paulo* 24/01/1976. ABREU, Hugo. *O Outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.p.113.

⁴²⁵ *Estado de São Paulo* 24/01/1976.

⁴²⁶ Em janeiro de 1976, mais um prisioneiro político, o operário Manoel Fiel Filho foi encontrado morto nas dependências do DOI CODI do II Exército, nas mesmas condições que Herzog. Após esse fato ficou nítido a quebra de comando e hierarquia, já que para o governo não era aceitável que isso ocorresse novamente. O general Ednardo D'Avila Melo foi exonerado do cargo após esse fato.

⁴²⁷ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. 5 ed- Rio de Janeiro: Record, 2010.p.220.

CIE, que mantinha a estrutura da repressão, mas determinava que o Centro de Informações compartilhasse os dados sobre as operações que aconteciam nas regiões militares⁴²⁸. Nota-se que o governo Geisel tinha uma preocupação com a situação dos presos políticos porque nesse momento havia uma pressão interna, protagonizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) os quais lutavam pela libertação de presos políticos e denunciavam no exterior os casos de tortura. Havia também uma pressão externa devido a política de defesa dos ‘direitos humanos’⁴²⁹ do governo Jimmy Carter (1977-1981) e da Comissão Trilateral (CT). Uma das razões para essa política era a conjuntura estadunidense marcada pelo fracasso na Guerra do Vietnã, os escândalos de Watergate e a revelação pública das atuações da CIA, principalmente na retirada de Salvador Allende do poder no Chile. Esses fatos colocaram os Estados Unidos atrás da União Soviética no “conflito psicológico” durante a Guerra Fria⁴³⁰. Uma das ‘pressões’ usadas pelos EUA foi a proibição do fornecimento de armas e de assistência militar aos países que não respeitassem os direitos humanos⁴³¹.

4.1.3.O caso Silvio Frota

Walder de Góes defende a ideia de que a tentativa de candidatura do Ministro do Exército Silvio Frota foi um indício de crise militar no governo Geisel⁴³². O argumento é de que essa possível candidatura entrou em conflito com a proposta do governo sobre o funcionamento das Forças Armadas baseado em afastar os generais das decisões políticas, restabelecer a hierarquia dentro das FFAA e obediência ao Executivo Federal⁴³³. É um elemento importante para entender a dinâmica militar, pois como já ressaltamos nesse trabalho, a partir do momento em que as Forças Armadas assumiram a direção do Estado, isso acabou causando problemas internos devido à disputa pelo poder.

O conflito com o Ministro do Exército foi por causa da sua intenção em ser o sucessor de Ernesto Geisel na presidência da República que contou com o apoio dos militares mais

⁴²⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.p.403.

⁴²⁹ Essa política de defesa dos direitos humanos era seletiva porque só existia em lugares onde havia interesse dos Estados Unidos. Vários países que violavam os ‘direitos humanos’ continuaram a receber assistência militar estadunidense, tais como: Coreia do Sul, Irã, Filipinas e Zaire. HOEVELER, Rejane. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015. p.306

⁴³⁰Ibidem. p.303.

⁴³¹ Ibidem. p.305-306.

⁴³² GOÉS, Walder de. *O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.p.65.

⁴³³Ibidem. p.76.

radicais e se caso vencesse, poderia retardar o processo de transição⁴³⁴. Os indícios dessa postura foram: um confronto contra as decisões do presidente, como por exemplo, sobre as promoções militares e o apoio prévio de alguns parlamentares⁴³⁵ e de militares da reserva. O governo demonstrando a sua autoridade e não permitindo tal candidatura, o substituiu pelo general Fernando Bethlem, até então comandante do III Exército. Esse é um dos fatos que demonstram a autoridade do presidente, já que essa demissão ocorreu sem a consulta ao Alto Comando Militar e ao mesmo tempo possibilitou a candidatura presidencial governista, do general João Figueiredo Batista, em 1978⁴³⁶.

4.1.4. A eleição de 1978

As eleições parlamentares de 1978 eram fundamentais para o processo de transição porque seria a composição de forças que realizariam o final da transição⁴³⁷.

Esse pleito, diferentemente de 1974, ocorreu em um momento de várias mobilizações do movimento estudantil e do retorno da classe operária na cena política com as greves do ABCD Paulista. O Movimento Democrático Brasileiro era o partido que tinha mais candidatos dos setores populares e contava com a participação de membros das organizações

⁴³⁴MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.189.

⁴³⁵ Destaco os seguintes integrantes civis da linha dura Sival Boaventura; Siqueira Campos e Jorge Arbage. Sival Boaventura era deputado federal (ARENA-MG) e era considerado um dos principais porta-vozes de grupos políticos contrários à transição, fez várias críticas ao governo, como por exemplo, em outubro de 1976, acusou o ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, de ter tendências “socialistas e estatizantes”, contrárias aos “objetivos permanentes da Revolução de 1964” e em 1977 declarou publicamente apoio à candidatura de Sylvio Frota para ser o sucessor de Ernesto Geisel na presidência da República. Siqueira Campos deputado federal (ARENA-GO) foi um dos primeiros a manifestar apoio à candidatura de Sylvio Frota e afirmou que “a candidatura Frota era a continuidade da revolução”. Jorge Arbage deputado federal (ARENA-PA) Anticomunista destacou-se pelo combate ao que considerava “infiltração vermelha nas hostes do partido oposicionista” (Movimento Democrático Brasileiro). Em junho de 1977, integrou uma comissão da Arena que investigou o caso do pronunciamento do deputado oposicionista Marcos Tito que foi considerado um atentado aos princípios das instituições vigentes. Em setembro do mesmo ano, pediu providências às autoridades contra a revista ‘*Problemas Brasileiros*’, editada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), acusando-a de divulgar ideais socialistas por ter publicado um editorial intitulado “Totalitarismo político”. Era um dos articuladores de Sylvio Frota para o cargo de presidente da República. Cf Alzira Alves de ABREU et al (coords.) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em 21/11/2017; Gustavo LOPES. Jorge Arbage. In: ABREU, Alzira de et al(coords). *Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro – pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴³⁶COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985-5ª ed*. Rio de Janeiro: Record, 2010.p.232

⁴³⁷ Renato Lemos chama a atenção de que a partir de 1978 com a emenda constitucional nº 11 que determinou o fim dos atos institucionais e a extinção dos partidos políticos e a formação de novos, seriam as forças políticas que terminariam a transição. Cf LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.18

de esquerda que colocavam seus quadros para concorrer eleições pela sigla oposicionista ou até mesmo apoiando candidatos do partido de oposição⁴³⁸. Foi à primeira eleição em que funcionaram em conjunto a Lei Falcão (1976) e o Pacote de Abril (1977), usados para manter o controle da representação política⁴³⁹.

A ARENA tanto no Senado quanto na Câmara Federal foi vitoriosa porque conquistou a maioria parlamentar, sendo que só foi possível devido aos mecanismos colocados pelo Pacote de Abril, e, portanto, teria condições de aprovar emendas e projetos sem necessitar do apoio da oposição⁴⁴⁰.

A eleição presidencial de 1978 foi mais um indício de crise militar; isso porque o candidato do governo, o general João Figueiredo Batista (ARENA) enfrentou uma candidatura militar, representada pelo general Euler Bentes Monteiro (MDB). O general João Figueiredo, foi escolhido como o sucessor de Geisel porque ocupou cargos na alta cúpula do Estado desde 1969, sendo chefe do Gabinete Militar do governo Médici e chefe do SNI no próprio governo Geisel. A chapa oposicionista intitulada ‘Frente Nacional pela Redemocratização’, tinha o apoio de militares dissidentes⁴⁴¹ e ex-governistas⁴⁴².

Para concretizar, a vitória do governo, era indispensável a preservação do controle militar para passar a capacidade de direção política para o governo seguinte. A primeira tarefa era esvaziar as dissidências militares e isso ocorreu através da punição disciplinar, como no caso do coronel Rui Castro e Tenente Coronel Tarcisio Nunes Ferreira os quais eram do Movimento Militar Democrático Constitucionalista e foram punidos por declarar publicamente as suas posições políticas. Eles foram presos respectivamente em agosto de 1977 e março de 1978⁴⁴³. Outro militar punido foi o general Hugo de Abreu, ex-chefe de Gabinete Militar do governo Geisel, por ter enviado cartas a chefes militares em que defendia

⁴³⁸ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999. p.232.

⁴³⁹ Ibidem. p.235.

⁴⁴⁰ Ibidem. p.235-236.

⁴⁴¹ Um dos nomes mais expressivos era o general Hugo de Abreu, chefe do Gabinete Militar do governo Ernesto Geisel até 1978.

⁴⁴² Destaco a figura de Severo Gomes, que ocupou o cargo de Ministro da Agricultura entre 1966-1967 e Ministro da Indústria e do Comércio entre 1974-1977. Foi responsável pela articulação da campanha oposicionista em São Paulo. Cf Mauro MALIN; Marcelo COSTA. Severo Gomes. In: ABREU, Alzira de et al(coords). *Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro – pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁴³MACIEL, op.cit., p.222.

as suas posições e criticava o candidato oficial⁴⁴⁴. O general também foi preso pela publicação de seu livro ‘O Outro lado do poder’ em abril de 1979⁴⁴⁵.

4.1.5. O caso do Superior Tribunal Militar

A partir de 1977 ocorreu um processo de ‘autonomização’ do Superior Tribunal Militar (STM) através do avanço de posições liberais. Isso se demonstrou pela crítica a prática da tortura, pela concessão de *habeas corpus* aos prisioneiros políticos contrariando a lei de segurança nacional. Essa postura foi exercida pelos generais Rodrigo Otávio Jordão, Augusto Fragoso, almirante Júlio Bierrembach e o civil Gualter Godinho.

A questão é de que algumas críticas foram feitas publicamente pelo general Rodrigo Otávio Jordão e entraram em conflito com a autoridade do presidente Ernesto Geisel. As críticas eram contra a Lei de Segurança Nacional, Doutrina de Segurança Nacional, a defesa da anistia e de uma nova constituição⁴⁴⁶.

A reação do governo Geisel foi impedir a ascensão do general Rodrigo Otávio à presidência do Superior Tribunal Militar⁴⁴⁷, em março de 1979.

4.1.6. Mudanças no Alto Comando Militar

O Alto Comando Militar era composto pelo Ministro do Exército, o chefe do Estado Maior, os 4 comandantes do exército e os 5 chefes do departamento (todos generais de 4 estrelas). Participam sem direito a voto os comandantes militares da Amazônia e do Planalto⁴⁴⁸.

Uma das funções deste órgão era enviar ao presidente a lista de generais a serem promovidos. Uma das estratégias usadas pelo governo Geisel foi ampliar a possibilidade de escolha dos generais a serem promovidos pelo executivo federal. Na análise de Eliezer Rizzo de Oliveira, a partir dessa mudança em 1978, as nomeações e o comando do Exército ficaram mais dependentes do presidente⁴⁴⁹.

⁴⁴⁴ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999. p.222.

⁴⁴⁵ Ibidem.

⁴⁴⁶ Ibidem. p.190-191.

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982. p.69.

⁴⁴⁹ OLIVEIRA, E. R. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: Alain Rouquié. (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1991.p.135

O mecanismo usado pelo governo foi à possibilidade de excluir os nomes que estavam nos primeiros lugares das listas e dessa forma poderia selecionar os nomes que fossem mais convenientes, ou seja, o governo ignoraria a ordem de colocação e de promoção dos militares para escolher aqueles que fossem mais próximos politicamente⁴⁵⁰. Essa manobra tem como explicação o contexto marcado pela exoneração do Ministro do Exército, Sylvio Frota, pelos atentados praticados por militares da extrema- direita e a eleição presidencial de 1978 com a candidatura do general Euler Bentes Monteiro pelo MDB a qual contava com apoio de alguns setores militares⁴⁵¹. Segundo Eliezer Rizzo de Oliveira, esse mecanismo fora usado para colocar João Figueiredo Batista como general de Exército⁴⁵² e possibilitar a sua candidatura como sucessor de Ernesto Geisel⁴⁵³.

5. A repressão política como uma prática institucional durante a transição (1974-1979)

Antes de analisarmos a repressão política colocada em prática no governo Ernesto Geisel (1974-1979), é fundamental entender quem se encontrava na direção do governo e do Estado. Primeiramente iremos demonstrar o sentido da repressão política do governo Geisel e, além disso, traçar relações entre a perspectiva institucionalista com as ações do aparato policial-militar. No final, indicaremos os setores atingidos pela repressão tais como: o movimento estudantil, partidos de esquerda (PCB e PC do B), deputados cassados, desaparecimentos e assassinato de figuras políticas importantes, para demonstrar que a repressão contra os portuários de Santos não foi uma política isolada dos governos de transição.

Aqui recuperamos a trajetória de alguns ministros para indicar o perfil dos setores ligados ao aparato repressivo que estavam no governo a partir de 1974. Utilizamos a leitura de Felipe Demier sobre as considerações teóricas de Nahuel Moreno:

Para o autor, de linhagem trotskista, se o método adequado para se desvendar a natureza de um Estado seria o de procurar pela classe (ou casta) que o detém, o

⁴⁵⁰ No final de 1978 a composição do Alto Comando Militar era a seguinte: Fernando Bethlem (Ministro do Exército), Samuel Correa (Chefe do Estado Maior), José Rabello (Comandante do I Exército), José Fragomeni (Comandante do II Exército), Antônio Bandeira (Comandante do III Exército), Argus Lima (Comandante do IV Exército), Walter Pires, José Rocha, Rui Couto, Ernani Ayrosa, Hernani Bergqvist(chefes de departamento), Heitor Almeida(Comandante da Amazônia) e Rossalvo Jansen(Comandante do Planalto). KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.p.72.

⁴⁵¹ OLIVEIRA, E. R. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: Alain Rouquié. (Org.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1991.p.148

⁴⁵²Uma dos problemas em relação à candidatura de João Figueiredo era o fato de ser general de divisão (três estrelas) e sendo eleito presidente da República poderia gerar um problema de hierarquia dentro das Forças Armadas porque estaria abaixo do posto de general de exército (quatro estrelas).

⁴⁵³OLIVEIRA, op.cit.,p.136.

caminho para se definir um regime político deveria conduzir o investigador para o âmbito das instituições estatais⁴⁵⁴.

Já no que diz respeito aos governos, Moreno os entende como “homens de carne e osso que, em determinado momento”, se encontram “à cabeça do Estado e de um regime político”. Neste caso, a pergunta apropriada ao pesquisador político seria: quem governa?⁴⁵⁵.

Nessa parte inicial nos concentramos em recuperar a trajetória do ministério militar indicado por Ernesto Geisel. Identifiquei alguns traços tais como: militares que tinham conspirado no período democrático (1946-1964); militares historicamente ligados à área de informação e repressão e oficiais- generais que conseguiram pacificar setores castrenses que não obedeciam à hierarquia.

No ministério do Exército, o sucessor de Orlando Geisel, foi o general Vicente de Paulo Dale Coutinho. O general ficou no governo até maio de 1974, em função da sua morte por parada cardíaca. Antes de 1964 fez parte da Cruzada Democrática⁴⁵⁶ e durante a crise da renúncia de Jânio Quadros em 1961, ficou responsável pela ‘Operação Cruzeiro’, a qual visava impedir o deslocamento do III Exército que apoiava a posse de João Goulart. Foi favorável ao golpe de 1964, e quando promovido a general de exército, em 1971, foi comandante do IV Exército e responsável pela repressão naquela área, nos ‘anos de chumbo’⁴⁵⁷. Foi nomeado Ministro do Exército, por Ernesto Geisel, em 1974 e um dos motivos foi à ligação com Orlando Geisel. Na Marinha de Guerra, o indicado foi o Almirante Geraldo Henning⁴⁵⁸. Em novembro de 1955, quando era subchefe do estado maior do comando da Esquadra, estava a bordo do Cruzador Tamandaré ao lado do comandante Almirante Pena Boto, conspirando contra a posse de Juscelino Kubitschek. No Ministério da Aeronáutica, houve a manutenção do Brigadeiro Joelson de Araripe Macedo que ocupava o cargo de ministro desde 1971. Essa permanência pode ser entendida devido a sua atuação no controle de setores militares mais ‘extremistas’ como no caso do brigadeiro João Paulo

⁴⁵⁴DEMIER, Felipe. A Ditadura Bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. *Outros Tempos*, v. 11, p. 166-182, 2014.p.168.

⁴⁵⁵Ibidem. p.169

⁴⁵⁶ Movimento organizado em 1952 para concorrer às eleições do Clube Militar. A Cruzada Democrática ocupou a presidência do Clube Militar entre 1952- 1956 e retornou em 1962. Coincidindo as suas posições e atuações com a União Democrática Nacional, também é conhecido como a “UDN de farda”. Foi importante na conspiração para a derrubada de Getúlio Vargas em 1954, na tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek e apoiou o golpe de 1964. Cf Sérgio LAMARÃO. A Cruzada Democrática. In: ABREU, Alzira de et al (coords.)*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁵⁷ Cf Alzira Alves de ABREU et al (coords.)*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em 12/05/2017.

⁴⁵⁸ Cf Alzira Alves de ABREU et al (coords.)*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em 12/05/2017.

Burnier⁴⁵⁹ o qual foi substituído pelo major-brigadeiro Faber Cintra, no comando da III Zona Aérea. Afastou vários militares que tinham cargos importantes no Ministério da Aeronáutica e que eram ligados ao antigo ministro Márcio de Sousa Melo⁴⁶⁰, como por exemplo, a saída do brigadeiro Carlos Dellamora e do tenente-brigadeiro Armando Serra de Meneses; respectivamente dos cargos de chefe do Centro de Informações de Segurança (CISA) e comandante do Estado-Maior da Aeronáutica⁴⁶¹.

Para o cargo de chefe do gabinete militar, a primeira escolha tinha sido o general Dilermando Monteiro, contudo devido a um acidente não pode assumir, e quem se responsabilizou pela pasta foi o general Hugo de Abreu, o qual tinha sido opositor ao governo Getúlio Vargas (1951-1954) e da posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart⁴⁶². Em 1970 assumiu o comando da Brigada Paraquedista e teve uma importante atuação no controle das crises internas geradas por esses militares⁴⁶³, tendo o epíteto do “homem que pacificou os para- quedistas”⁴⁶⁴. Na área da repressão a Brigada Paraquedista teve atuação, sob o seu comando, no combate à Guerrilha do Araguaia⁴⁶⁵. O Serviço Nacional de Informações (SNI) ficou a cargo do general João Figueiredo Batista. No regime pós 1964, podemos identificar a sua trajetória como o ‘oficial de informações’ porque foi chefe da agência do SNI no Rio de Janeiro (1964-1966), na época em que Golbery do Couto e Silva, era o ministro do órgão, posteriormente no governo Arthur e Costa e Silva, foi comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo; comandante do III Exército; chefe do Gabinete Militar (1969-1974) e finalmente a indicação para ocupar o maior cargo no SNI.

⁴⁵⁹ Fez parte do ‘Grupo Secreto’ que promovia atentados no final dos anos 60. Ficou conhecido devido ao seu envolvimento no chamado “caso Para-Sar”. Esse plano consistia em eliminar sumariamente as pessoas, que atiravam objetos contra a polícia, do alto dos edifícios do centro do Rio de Janeiro durante as manifestações estudantis iniciadas com a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em março de 1968; incluía, em seus planos, a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro, em frente ao terminal rodoviário Novo Rio, na hora do rush e por fim, o sequestro de 40 políticos, militares e líderes estudantis. Cf Alzira Alves de ABREU et al (coords.)*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em 05/11/2017.

⁴⁶⁰ Um dos motivos da demissão de Márcio Sousa e Melo foram as repercussões envolvendo tortura e o desaparecimento do estudante Stuart Angel Jones nas dependências da Base Aérea do Galeão. Ocorreu quando o brigadeiro João Paulo Burnier era o comandante da III Zona Aérea.

⁴⁶¹ Cf Alzira Alves de ABREU et al (coords.)*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em 12/05/2017.

⁴⁶² ABREU, Hugo. *O Outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.p.14-15.

⁴⁶³ Alguns integrantes da Brigada Paraquedista se recusaram a participar do desfile de sete de setembro porque eram contrários a troca entre os prisioneiros políticos e o embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick.

⁴⁶⁴ ABREU, op.cit., p.21.

⁴⁶⁵ Cf Alzira Alves de ABREU et al (coords.)*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em 12/05/2017.

No ministério civil, a figura de destaque foi o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, considerado um dos articuladores da transição. Uma observação importante a se fazer é de que não estamos considerando e atribuindo a transição a figura desse general e nem “gestos e atitudes de certos indivíduos – chave⁴⁶⁶”. A sua trajetória antes de 1964 remete à ocupação de cargos na Escola Superior de Guerra (ESG); a redação do Manifesto dos Coronéis⁴⁶⁷ em 1954; oposição à posse de Juscelino Kubitschek e a conspiração para impedir a admissão de João Goulart em 1961 ao cargo de presidente da República. Após o fracasso do ‘golpe’ em 1961, foi para a reserva e articulou-se como uma das lideranças do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁴⁶⁸. A partir do golpe empresarial- militar de 1964, criou o Serviço Nacional de Informações e foi o primeiro ministro chefe do órgão (1964-1967); relegado e fora de cargos governamentais durante os mandatos de Arthur Costa e Silva e Emílio Médici, retornou a cena política no início dos anos 70, apoiando a candidatura do general Ernesto Geisel⁴⁶⁹.

Desde o início do seu mandato, o governo Geisel dava indícios sobre a importância da manutenção da ordem, tendo a seguinte fórmula: “máximo de desenvolvimento possível com mínimo de segurança indispensável⁴⁷⁰”. Segundo a Anistia Internacional no ano de 1975, 2 mil pessoas foram detidas no Brasil e 700 permaneceram na cadeia, isso indica que a distensão política não significou o fim das práticas policiais discricionárias⁴⁷¹.

A explicação para a repressão durante o período de abertura política é pela própria natureza da transição feita no Brasil⁴⁷². Argumento que a meta estratégica mais importante da transição era mudar o regime político e manter a dominação de classe⁴⁷³, ou seja, o caráter de classe permaneceu sendo burguês e capitalista⁴⁷⁴. Nesse raciocínio a meta era manter os

⁴⁶⁶ VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, Curitiba/PR, n.17, p. 53-60, 2001.p.54.

⁴⁶⁷ Manifesto dos Coronéis em 1954 que era contra o aumento de 100% do salário. Um dos seus desdobramentos foi a saída do ministro do Trabalho João Goulart.

⁴⁶⁸ Para entender o papel do IPES no golpe contra o presidente João Goulart ver DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

⁴⁶⁹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.p.141.

⁴⁷⁰ OLIVEIRA, E. R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. 1. ed. Campinas: Editora Papyrus, 1994.p.60.

⁴⁷¹ MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p.69.

⁴⁷² Nos baseamos em Renato Lemos quando este afirma que a anistia só pode ser entendida à luz da transição para o regime democrático. Cf LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós 64. *Topoi*. (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n.5, p.287-231,2002. p.293.

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: *República do capital/capitalismo e processo político no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.p.34.

elementos essenciais de dominação da ditadura empresarial - militar tais como: política econômica, função política dos militares, e desmobilização da classe trabalhadora⁴⁷⁵. Portanto, a própria essência da transição era contrarrevolucionária e contrária à articulação dos partidos de esquerda e a mobilização da classe trabalhadora.

Essa concepção de democracia restrita tem relação com as formulações institucionalistas citadas na primeira parte desse capítulo. Wanderley Guilherme dos Santos recomenda o uso de instrumentos para coibir “excessos cometidos” e comportamentos exagerados. Entendo isso como uma orientação para manter o aparato repressivo do Estado para coibir as ‘áreas não liberadas’, ou seja, a classe trabalhadora combativa, os partidos de esquerda e movimentos sociais.

Outro conselho foi a permanência do aparato repressivo durante a concessão de liberdades democráticas, justificando que a liberalização sem controle poderia provocar uma recompressão; assim entende-se que essas ‘liberdades’ e o regime proposto era restrito e a repressão era institucional⁴⁷⁶. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

O poder público precisa, pois estar armado para responder à violação da liberdade responsável antes que o exercício irresponsável dos comportamentos libertados provoque a acumulação dos problemas, gerando a simultaneidade das pressões⁴⁷⁷.

Se o poder público não estiver dotado de instrumentos de correção específicos, relativos ao abuso da liberdade, só lhe restará, face à multiplicidade e simultaneidade das demandas, o recurso à coação generalizada ao exercício legítimo da liberdade, configurando o retorno a uma política de recompressão⁴⁷⁸.

O último ponto converge à perspectiva de vários autores, entre eles o general Golbery do Couto e Silva, Samuel Huntington e Wanderley Guilherme dos Santos, na incorporação gradual de setores intermediários da sociedade. É importante pontuar que a cooptação desses setores fora do governo, somente seria realizada se as reivindicações girassem em torno das liberdades civis⁴⁷⁹. Nessa perspectiva a diástoles⁴⁸⁰, seria caracterizada pela liberalização

⁴⁷⁵MONTEIRO, Tiago. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.p.15.

⁴⁷⁶A mesma afirmação foi feita antes por HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.38. LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 559-590, 2015.p.583.

⁴⁷⁷SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.p.156.

⁴⁷⁸Ibidem.

⁴⁷⁹LEMOS, op.cit., p.580.

⁴⁸⁰ Na comunicação de Golbery do Couto e Silva datada de 1980, o militar usa o termo sístoles- movimento de contração do coração- significa a centralização do poder; enquanto o termo diástoles – movimento de

progressiva do controle, como por exemplo, o fim gradual da censura e pela presença da repressão política em função de ‘inevitáveis excessos’⁴⁸¹. Logo a fórmula básica era a concessão de algumas medidas liberais combinada com a repressão e simultaneamente a ‘seleção de lideranças’, através do voto. Essa frase do presidente Ernesto Geisel, traduz o que pontuamos acima:

O governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político – que se requer, ao contrário, lento, meditado e progressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo⁴⁸².

Ainda sobre a lógica da coerção, fica claro que o projeto distensionista legitimava a punição aos ‘elementos subversivos’ sem ferir as leis da institucionalidade ditatorial e, portanto os métodos da repressão não poderiam ultrapassar para recursos excessivos. Segundo David Maciel, esse legalismo era estrategicamente importante para o governo pelo fato de reforçar o diálogo com o campo liberal da oposição que pleiteava a bandeira dos ‘direitos humanos’ e da liberalização, mas ao mesmo tempo sensível ao anticomunismo⁴⁸³.

Um dos argumentos para ratificar essa ideia foi de que a estrutura do aparato repressivo existente (DOI CODI, SNI, Serviço de Informação das Forças Armadas e a Lei de Segurança Nacional de 1969) desde o final dos anos 60, foi conservada em quase todo o período do governo Ernesto Geisel. Algumas alterações começaram a ser feitas, como por exemplo, a reforma na Lei de Segurança Nacional⁴⁸⁴, aprovada em dezembro de 1978. Essa lei indicou a permanência da Doutrina de Segurança Nacional no prosseguimento da transição e manteve na essência os mesmos preceitos da lei anterior⁴⁸⁵, como por exemplo, a definição da ‘segurança nacional’ pela prevenção da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária. Foi na vigência dessa lei que houve a repressão ao movimento grevista no

relaxamento do coração- expressa a descentralização do poder. Sobre a diástoles, entendo que corresponde ao período de abertura política. Cf SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

⁴⁸¹SILVA, op.cit., p.25.

⁴⁸² Ernesto Geisel, Discursos, vol I, 1974, pp.150-156, discurso pronunciado em 1º de agosto de 1975. Apud OLIVEIRA, E. R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. 1. ed. Campinas: Editora Papyrus, 1994.p.62.

⁴⁸³ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999. p.169.

⁴⁸⁴ Essa lei substituiu a Lei de Segurança Nacional de 1969.

⁴⁸⁵A alteração em relação à lei anterior foi à diminuição das penas que acabou tendo como desdobramento a libertação de inúmeros presos políticos.

porto de Santos, em 1980, e uma de suas características foi à precaução em relação ao ‘inimigo interno’:

A Segurança Nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva⁴⁸⁶.

A segurança interna, integrada na segurança nacional, corresponde às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país⁴⁸⁷.

A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais⁴⁸⁸.

A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que vise à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação⁴⁸⁹.

A contribuição da análise da Lei de Segurança Nacional para esse trabalho é fundamental porque no capítulo 3 iremos indicar como essa lei contribuiu para a violência contra os portuários santistas durante a greve em 1980. Além disso, explicaremos de que com a vigência dessa lei é difícil sustentar que a ditadura encerrou em 1979⁴⁹⁰.

Em seguida demonstraremos os setores atingidos pela repressão política durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979) como: o movimento estudantil, PCB, PC do B, desaparecimentos políticos, cassações de mandatos políticos e assassinato. É importante frisar que essa coerção era uma política de Estado e não tinha qualquer vínculo com as sabotagens e atentados praticados pela extrema- direita para boicotar a transição.

5.1. Atuação da esquerda

Sobre a atuação da esquerda durante o período de transição é necessário levar em consideração que a derrota da luta armada, no início dos anos 70, foi uma pré-condição para o processo de autocrítica no combate desses grupos de esquerda à ditadura⁴⁹¹. Nesse assunto, é

⁴⁸⁶ Brasil. Lei n. 6.620, 17 de dezembro de 1978.

⁴⁸⁷ Ibidem.

⁴⁸⁸ Ibidem.

⁴⁸⁹ Ibidem.

⁴⁹⁰ Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, a ‘ditadura civil- militar’ encerrou em 1979 devido a Emenda Constitucional n° 11 que determinou o fim do AI -5 e dos outros atos institucionais e complementares. AARÃO, Daniel Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2000.p.69.

⁴⁹¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Editora Ática, 1998.p.230.

importante também destacar a mudança de perspectiva no campo da esquerda entre o final dos anos 60 e no decorrer da década seguinte.

A Primavera de Praga (1968), a rebelião estudantil na França de Maio (1968) e a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976) trouxeram grandes impactos e influenciaram diversas matizes no campo da esquerda e da política⁴⁹². No Brasil, essa transformação teve três elementos principais: crítica ao stalinismo e aos partidos comunistas, a incorporação das novas ideias e práticas decorrentes da experiência política do ano de 1968 e a autocrítica da luta armada⁴⁹³.

Em síntese a perspectiva da esquerda após a luta armada apresentou dois pontos importantes: a rejeição à violência e a valorização da singularidade⁴⁹⁴. Essa ‘nova’ esquerda então fez um processo de autocrítica à luta armada e se inseriu na luta política investindo na pauta ‘democrática’. Situando a nova perspectiva após a autocrítica, a historiadora Maria Paula Araújo:

A ferida da luta armada abriu campo para a visceral rejeição à violência que, em contraste com década anterior, marcou a esquerda no Brasil e no mundo, a partir de meados dos anos 1970. No Brasil, ainda sob ditadura militar, grupos, partidos e organizações rearticularam-se, buscando uma nova inserção na vida política do país, forçando a legalidade, procurando espaços abertos e públicos de atuação. A partir daí, um novo conjunto de organizações políticas se formou desvinculado da opção pela luta armada e permeado por novos debates- em especial – pela discussão em torno da tática de enfrentamento da ditadura militar. A luta democrática, sua importância, seus impasses, limites e alcances tornou-se a questão central⁴⁹⁵.

Vale acrescentar que na década de 70, havia uma divisão na esquerda sobre a estratégia de oposição à ditadura militar. Por um lado, havia organizações como o PCB, PC do B e MR 8 que procuravam inserir o movimento operário no quadro da frente democrática o qual estava incluído o MDB. Tanto o PC do B quanto o MR-8 aderiam à tese do PCB de que seria mais viável uma política de alianças com vários setores, inclusive parte da burguesia, na luta contra a ditadura⁴⁹⁶.

Para outras organizações de esquerda o apoio a burguesia era visto com ressalvas porque prevalecia a estratégia de mobilização dos trabalhadores independentes, tendo em

⁴⁹² ARAUJO, M. P. N. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.p.15.

⁴⁹³ Ibidem. p.17.

⁴⁹⁴ Ibidem. p.97.

⁴⁹⁵ Ibidem. p.98.

⁴⁹⁶ FREDERICO, Celso (org). *A esquerda e o movimento operário (1964- 1984)*. V. 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p.145.

vista a criação de um partido popular. Diferentemente da outra corrente, esses grupos não valorizavam tanto a participação na frente democrática, porque entendiam que a luta a favor das liberdades democráticas estava sendo conduzidas por uma orientação liberal- burguesa e defendiam a autoafirmação e autonomia do movimento operário, sendo só assim para “evitar a diluição da perspectiva classista na frente democrática e a consequente descaracterização ideológica nas ilusões do democratismo burguês⁴⁹⁷”. As organizações que defendiam essa perspectiva eram a Convergência Socialista, o MEP, a APML e a OCML-PO⁴⁹⁸.

A seguir propomos uma periodização em relação à repressão durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). A primeira parte se situa entre 1974-1977 e inclui a vigilância contra as antigas organizações e inclui a coerção ao PCB e PC do B, assassinato de políticos, cassação de mandatos e desaparecimentos. O segundo momento entre 1977-1979, é caracterizado pela retomada dos movimentos de massa e após as ações policiais contra o PCB e PC do B, os alvos passaram a ser aqueles movimentos que entraram na cena política no final dos anos 70, tais como: o movimento estudantil, os sindicatos que aderiram ao ‘ novo sindicalismo’ e novas organizações de esquerda, como a Convergência Socialista(CS).

5.2. A repressão entre 1974-1977

O Partido Comunista Brasileiro foi uma das organizações de esquerda mais atingida pela violência política durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). Embora não exista nenhum estudo específico em relação à repressão contra o PCB no período de abertura, há duas razões plausíveis para isso: a primeira seria pelo contexto internacional, devido a crise da ditadura portuguesa e a Revolução dos Cravos em Portugal (1974) e a segunda, olhando mais internamente pela possível interferência do partido na transição política.

Renato Lemos chama a atenção para a análise da transição que estava ocorrendo em Portugal e o protagonismo do Partido Comunista Português (PCP) na luta pela democracia durante a ‘Revolução dos Cravos’, em abril de 1974⁴⁹⁹. É possível que a atuação do PCP na saída da ditadura salazarista em Portugal, tenha alertado os militares brasileiros⁵⁰⁰ sobre um

⁴⁹⁷ FREDERICO, Celso(org). *A esquerda e o movimento operário (1964- 1984)*. V. 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p. 149.

⁴⁹⁸ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999. p.233.

⁴⁹⁹ LEMOS, Renato *A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)*. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. p.233.

⁵⁰⁰ Respondendo a pressões da OAB e do setor progressista da Igreja Católica contra a tortura, o comandante do III Exército, general Oscar Luís da Silva, se referiu aos acontecimentos em Portugal para justificar a repressão

eventual protagonismo do PCB através da vitória nas urnas e isso, poderia causar problemas para o projeto de transição traçado pelos militares⁵⁰¹.

O motivo interno que pode explicar a repressão contra o PCB foi à candidatura de seus membros através do MDB e o apoio aos candidatos desse partido⁵⁰². De fato, o PCB defendia o apoio ao partido oposicionista e a formação de uma frente ampla que valorizava o processo eleitoral como instrumento de combate à ditadura⁵⁰³. Em abril de 1974, o Comitê Central do PCB justificando a participação nas eleições afirmou o seguinte:

Porque elas (eleições) representam uma das poucas possibilidades legais de ação de massas contra o regime fascista, porque nelas milhões de brasileiros terão de votar e poderão manifestar o seu protesto. Na campanha eleitoral as forças antifascistas poderão promover debates com o povo, nos locais de trabalho e moradia, denunciando o regime fascista, do governo Geisel e seus agentes. O processo eleitoral será uma oportunidade para a classe operária e o povo ampliarem a luta pela elevação dos salários, pela reforma agrária radical, pela defesa dos interesses nacionais e pelo restabelecimento dos direitos democráticos⁵⁰⁴.

A eleição legislativa que ocorreu em novembro de 1974 se configurou como um marco porque a ARENA foi derrotada e segundo um dos relatórios do SNI, a “atuação das esquerdas em prol dos candidatos do MDB foi uma campanha bem articulada e inteligente⁵⁰⁵”. Após a derrota da esquerda armada e a conjuntura marcada pelo insucesso do partido governista nas eleições, o PCB virou alvo dos militares.

Os órgãos de repressão e de informação desencadearam uma onda de violência contra as organizações de esquerda que participaram do processo eleitoral, particularmente o PCB⁵⁰⁶. Em análise sobre o caráter da repressão, David Maciel chama a atenção de que mesmo na ilegalidade e atuando dentro dos mecanismos de disputa política reativados pelo projeto distensionista (partidos, eleições e parlamento), a coerção esteve na ordem do dia⁵⁰⁷.

A repressão foi caracterizada pela prisão, tortura, desaparecimentos e eliminação física dos militantes, principalmente daqueles que faziam parte do comitê central, desse modo a

contra o PCB. Cf SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.343.

⁵⁰¹ LEMOS, Renato *A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)*. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.p.234.

⁵⁰² Cf SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.342.

⁵⁰³ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.123.

⁵⁰⁴ CARONE, Edgard. *P.C. B (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982. p.150.

⁵⁰⁵ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.p.471.

⁵⁰⁶ MACIEL, op.cit., .p.155.

⁵⁰⁷ *Ibidem*. p.156.

‘Operação Radar’⁵⁰⁸ foi o principal instrumento usado pelo regime ditatorial para liquidar o PCB. Em 1974 desapareceram David Capistrano Costa, José Roman⁵⁰⁹ e João Massena Melo respectivamente em março e abril. Em janeiro de 1975, o governo mediante a ‘Operação Radar’ descobriu a localização das gráficas do PCB, onde rodava o jornal do partido, que teve como desdobramento a intensificação do aprisionamento de seus militantes⁵¹⁰. O inquérito, divulgado no final de 1975, indiciava 105 pessoas por terem ligação com o partido, incluindo os deputados federais Marcelo Gatto (MDB- SP) e Nelson Fabiano (MDB-SP) e o deputado estadual Alberto Goldman (MDB-SP)⁵¹¹. Durante a ‘Operação Jacarta’⁵¹² foram presos os jornalistas Sérgio Gomes da Silva e Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho. Entre 1975-1977, registram-se o assassinato de vários membros que faziam parte do Comitê Central do PCB, Elson Costa em MG, Hiran de Lima Pereira, Nestor Veras⁵¹³, Itair José Veloso, Jose Montenegro de Lima, Pedro Jeronimo de Souza e Lourenço Camelo de Mesquita. Em síntese, Milton Pinheiro faz a seguinte afirmação:

foram 39 militantes assassinados, nas mais diversas modalidades, desde o primeiro momento do golpe até o começo da chamada distensão do regimes militar. Para além dessas mortes, o PCB teve centena de presos que passaram pela mais atroz tortura, sem falar nas dezenas de exilados que foram viver em várias partes do mundo⁵¹⁴.

A Resolução de organização do Comando Central do PCB, escrito em dezembro de 1975, destacou a violência política que atingiu a sua estrutura orgânica porque metade dos membros Comitê Central entre efetivos e suplentes tinha sido encarcerada, torturada e

⁵⁰⁸ Segundo Milton Pinheiro, foi uma operação desencadeada pelo DOI-CODI do II Exército e teve outros nomes nos estados brasileiros e ocorreu entre 1973-1977. Tinha como objetivo destruir o aparato político orgânico do PCB através de prisões, assassinatos e tortura. PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.p.34.

⁵⁰⁹ José Roman foi preso quando foi buscar David Capistrano na cidade de Uruguaiana. Roman desapareceu após a prisão e David Capistrano, também nunca mais apareceu. Cf Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade (volume III). – Brasília: CNV, 2014. p.1617.

⁵¹⁰ Foram presos Marco Antonio Tavares Coelho, Jarbas Rocha dos Santos e Ruth Simis. Folha de São Paulo 15/05/1975; GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.25.

⁵¹¹ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.155.

⁵¹² Foi um desdobramento da ‘Operação Radar’ no estado de São Paulo. Destaca-se também a ‘Operação Barriga Verde’ ocorreu em Santa Catarina e ocasionou na prisão de 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB. Conferir www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/partido-comunista-brasileiro/42-militantes-comunistas-presos-na-operacao-barriga-verde/ acessado em 21/11/2017.

⁵¹³ O ex-agente da repressão, Claudio Guerra, em depoimento afirmou que executou pessoalmente Nestor Veras na cidade de Belo Horizonte em abril de 1975. GUERRA, Claudio. *Memórias de uma guerra suja*. Topbooks. Rio de Janeiro, 2012. p.39

⁵¹⁴ PINHEIRO, Milton. A ditadura militar no Brasil (1964-1985) e o massacre contra o PCB. São Paulo, 04 de novembro de 2012. Disponível em http://resistir.info/brasil/massacre_pcb.html. Apud LEMOS, Renato A *campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)*. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.p.232.

assassinada. A explicação interna pela repressão foi o papel desempenhado pelo partido nas eleições legislativas em novembro de 1974⁵¹⁵. É importante chamar a atenção de que o partido considerou a vitória da oposição no pleito eleitoral em 1974, uma razão para a modificação da correlação de forças na cena política brasileira⁵¹⁶.

O documento “Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior⁵¹⁷”, feito pelo SNI em março de 1974, logo após a posse do presidente Ernesto Geisel, fez um breve balanço do partido até aquele momento e afirma que mesmo sofrendo algumas derrotas, as suas atividades persistiam. De acordo com esse relatório o PCB:

Possuindo maior experiência, mais organização e maior atuação junto às massas do que os demais tem o PCB possibilidades de ainda se expandir, bem como de reduzir a sua vulnerabilidade no confronto com os órgãos de segurança⁵¹⁸.

Sendo a organização que tem maiores possibilidades de influir na comunização no país, faz-se necessária sua neutralização a curto prazo, para que se evitem maiores complicações no futuro⁵¹⁹.

Por fim, diferentemente dos trabalhos que indicam que o PCB foi ‘fabricado’ como um inimigo a ser combatido pelo aparato repressivo, há indícios de que o regime ditatorial se preocupava com as organizações que não aderiram à luta armada e a repressão contra esse partido era uma política oficial do Estado.

Em relação ao PC do B, Jean Sales indica que a ‘Guerrilha do Araguaia’ é um referencial porque era a estratégia do partido no enfrentamento à ditadura. Após a derrota, houve uma inflexão na estratégia e a inserção na luta pela redemocratização do país passou a ser a principal bandeira do partido⁵²⁰. Iremos nos concentrar na afirmação de Jacob Gorender em que ressalta os sérios efeitos para a organização após a derrota no Araguaia, já que a repressão se acentuou sobre o partido através da prisão e assassinato de vários membros do Comitê Central.

⁵¹⁵ CARONE, Edgard. *P.C. B(1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982. p.173.

⁵¹⁶ PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.p.34.

⁵¹⁷ Agradeço ao professor Renato Lemos pela referência à documentação.

⁵¹⁸ Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 0055/10/AC/74. 28 março de 1974. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acessado em 22/11/2017.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História (São Paulo)*, v. 26, p. 340-365, 2007.p.341.

Nessa perspectiva de reformulação, o PC do B através do Comitê Central divulgou a ‘Carta circular’ que determinava um trabalho mais junto com as massas e o abandono da perspectiva que guiava o partido através da luta armada⁵²¹. Contudo, essa nova orientação não era uma unanimidade porque havia uma corrente representada por Ângelo Arroyo a qual defendia que a militância seria pela agitação das massas e no preparo para a guerrilha. A outra corrente defendida por Pedro Pomar seguia um caminho diferente, porque o partido deveria seguir as orientações do Comitê Central⁵²².

Uma característica importante foi a valorização do processo eleitoral, através do MDB. A orientação era o voto no partido de oposição onde não haveria candidatos do PC do B, com exceção a políticos do MDB que se aproximassem da ARENA, onde o voto deveria ser em branco ou nulo⁵²³. Segundo o jornal do partido ‘A classe operária’ a resolução do Comitê Central do partido era a defesa da assembleia constituinte livremente eleita, abolição de todos os atos e leis de exceção e anistia geral⁵²⁴.

Sobre a repressão contra o PC do B, o documento “Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior”, feito pelo SNI em março de 1974, informava o seguinte sobre o PC do B naquele momento:

Entretanto, apesar de bastante desgastado, não perdeu em operacionalidade, uma vez que continua estruturando o trabalho de campo em outras áreas. A derrota de Marabá poderá, em certos aspectos, representar a inviabilidade da implantação da guerrilha rural em nosso território. É ainda provável que tal pensamento se torne válido para todas as organizações, tendo em vista a grande importância por elas atribuída à região do ‘Bico do Papagaio’ como área estratégica⁵²⁵.

Destaco que no momento em que a reformulação estava sendo discutida internamente, houve o assassinato de vários membros do Comitê Central, esse episódio ficou conhecido como a ‘Chacina da Lapa’, que ocorreu em dezembro de 1976⁵²⁶. Nossa ideia é de que esse episódio configura a repressão como uma política oficial do governo Geisel com o objetivo de

⁵²¹SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História (São Paulo)*, v. 26, p. 340-365, 2007.p.342.

⁵²²Ibidem.

⁵²³Ibidem. p.345.

⁵²⁴Ibidem.

⁵²⁵ Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 0055/10/AC/74. 28 de março de 1974. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acessado em 22/11/2017.

⁵²⁶ O episódio consistiu na invasão de uma casa no bairro da Lapa em São Paulo, onde acontecia a reunião do Comitê Central. Em entrevista o general Leônidas Pires Gonçalves, na época chefe do Estado –Maior do I Exército, a delação e o pagamento de suborno à Manoel Jover Telles, membro do partido, é indicado como decisivo para a atuação do II Exército no assassinato dos líderes do PC do B. Cf <https://www.youtube.com/watch?v=pUC9SpfXMKo> . Acessado em 22/11/2017.

desmantelar a organização do partido. Segundo o depoimento de Cláudio Guerra o episódio foi realmente uma ‘chacina’, pois não houve qualquer tipo de confronto. Os dirigentes do PC do B, Ângelo Arroyo, João Batista Drummond e Pedro Pomar foram assassinados⁵²⁷. Foram presos na ocasião os seguintes militantes do partido: Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Joaquim Celso de Lima, Maria Trindade e Wladimir Pomar.

O desaparecimento de membros da oposição também foi uma característica dos primeiros anos do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Contrariando a ideia de Bernardo Kucinski de que os desaparecimentos estão associados à distensão política, ou seja, foram praticados em função da insatisfação de setores militares contrários ao fim da ditadura militar⁵²⁸, há indícios sobre a anuência e consentimento do governo sobre os desaparecimentos⁵²⁹. Pode-se especular que a prática de desaparecimento era uma política oficial e em alguns casos se enquadram na participação do Brasil, na Operação Condor⁵³⁰.

O desaparecimento⁵³¹ de militantes da esquerda aumentou consideravelmente no início dos anos 70, segundo Kucinski 32 pessoas desapareceram entre setembro de 1973 e setembro de 1975⁵³². Os desaparecidos, segundo o levantamento de Bernardo Kucinski em grande maioria pertenciam ao PCB e PC do B, partidos que estavam sendo perseguidos pelos militares e também militantes de organizações que tinham participado da luta armada, como a Ação Libertadora Nacional(ALN)⁵³³.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil teve uma atuação importante na questão dos desaparecidos porque se articulou para cobrar uma posição do governo perante ‘a crise dos desaparecidos’. Um fato importante, nesse contexto, foi a entrega da lista com o nome dos 22 desaparecidos políticos ao general Golbery do Couto e Silva pelo cardeal Evaristo Arns. Desses 22 nomes, apenas 1 não tinha sumido no governo Geisel⁵³⁴. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) também pressionou ao pedir a instauração de uma

⁵²⁷ GUERRA, Claudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.p.67.

⁵²⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.p.42.

⁵²⁹ Elio Gaspari retrata uma conversa entre Ernesto Geisel e um militar com o nome de ‘Pedrozo’. Nesse diálogo, o presidente pergunta sobre 4 argentinos e 3 chilenos que atravessavam a fronteira, Pedrozo respondeu que todos haviam sido ‘liquidados’. Cf GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.p.387

⁵³⁰ A Operação Condor era uma aliança político militar entre as ditaduras na América do Sul, cuja função era articular e realizar de forma coordenada a repressão no continente.

⁵³¹ Não analiso os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia por não ter relação com a transição política.

⁵³² KUCINSKI, op.cit., .p.44

⁵³³ Segundo o levantamento feito por Bernardo Kucinski 11 desaparecidos faziam parte do PCB, 6 pertenciam a ALN e 2 ao PC do B. *Ibidem*.p.46.

⁵³⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.331.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar violações a direitos humanos⁵³⁵. A resposta do governo foi uma nota escrita pelo Chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, a qual se isentava sobre qualquer responsabilidade por tais atos⁵³⁶”. Essa declaração reconheceu que os indivíduos desaparecidos são ‘subversivos’ e reiterou de que os mesmos eram procurados pelo governo para “que os elementos condenados pela nossa Justiça, a fim de que venham cumprir as penas que lhes foram impostas⁵³⁷”. A partir dessa frase, abstrai-se a informação de que o governo desconhecia o paradeiro dos ‘desaparecidos’. No decorrer do mesmo texto, os militares argumentam que as denúncias de violação de direitos humanos os quais eram acusados, na realidade, era uma campanha do ‘Movimento Comunista Internacional. Transcrevo abaixo os trechos que indicam essa posição do governo Ernesto Geisel (1974-1979):

Assim vencido, o inimigo retroagiu ao processo da luta psicológica, fazendo desencadear com o máximo de alarde uma campanha visando a uma vez denegrir as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, lançando sobre os integrantes dos nossos órgãos de segurança a pecha de assassinos de humildes e pacíficos cidadãos⁵³⁸.

São utilizadas (a questão dos desaparecidos) para a campanha difamatória contra o Brasil no exterior, como parte integrante da guerra psicológica planejada pelo Movimento Comunista Internacional, várias organizações, entre outras, a Frente Brasileira de Informações sob a direção de Miguel Arraes e Márcio Moreira Alves e comitês em vários países europeus⁵³⁹.

Essa atitude indica que ‘os desaparecimentos’ era uma prática oficial e, portanto, não pode ser considerado um ato destabilizador dos militares contrários à transição. Há outro documento, este datado do início de 1976, produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) que apresenta os mesmos argumentos colocados pelo General Golbery do Couto e Silva. Esse informe faz um histórico das denúncias de violação de direitos humanos no exterior desde o final dos anos 60 e ratifica que todas as provas e indícios de tais crimes representam uma “campanha do Movimento Comunista Internacional com a finalidade de colocar no banco dos réus aqueles responsáveis por derrotar as organizações subversivas”⁵⁴⁰.

⁵³⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.32.

⁵³⁶Ibidem. p.32-39. Disponível em <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/documento-produzido-por-golbery-sobre>.

⁵³⁷ Ibidem.

⁵³⁸ Ibidem.

⁵³⁹ Ibidem.

⁵⁴⁰Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 022/16/AC/76. 26 janeiro de 1976. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/escritos/. Acessado em 22/11/2017.

As fontes aqui apresentadas sugerem que o desaparecimento de organizações da esquerda era uma política oficial, pois no contexto estava em andamento operações para desestruturar tanto o PCB quanto o PC do B e pela documentação citada, o governo e os órgãos de informação tinham o mesmo posicionamento. Nesse sentido, os desaparecimentos de prisioneiros políticos não podem ser entendidos como um ato de rebeldia do aparato militar para boicotar a transição.

A cassação de mandato político também foi uma prática repressiva do governo Ernesto Geisel. Indicamos abaixo os tipos de cassação que ocorreram no período: cassação indireta; suposta vinculação com o PCB e por críticas a revogação de mandatos.

Um tipo de cassação 'indireta' pode ser atribuído ao deputado Francisco Pinto (MDB-Bahia), que pertencia à ala autêntica do MDB⁵⁴¹. O motivo da sua cassação foi o seu discurso na Câmara dos Deputados que insultava o presidente chileno, o general Augusto Pinochet o qual esteve presente na posse de Ernesto Geisel, como "fascista e opressor do povo chileno". Foi cassado pela Lei de Segurança Nacional devido a ofensas a um chefe de estado estrangeiro⁵⁴². Foi condenado com a perda de mandato, seis meses de detenção e pagamento de multa⁵⁴³.

Houve cassações de políticos que estavam supostamente envolvidos com o PCB. Vale ressaltar que o partido comunista inseria seus membros para concorrer pelo MDB. Nesse caso, podem-se citar os exemplos do deputado federal Alberto Marcelo Gato (MDB-SP) e do deputado estadual Nelson Fabiano (MDB- SP) ⁵⁴⁴. Ambos foram cassados com base no AI-5. Alencar Furtado (MDB-PR) que simbolizava a maior vitória dos autênticos do MDB e era a liderança do partido na Câmara, foi cassado e estava na relação de deputados associados com o PCB⁵⁴⁵. O deputado federal do MDB Nadyr Rosseti (MDB- RS), eleito com o apoio do PCB⁵⁴⁶, perdeu o mandato por ter criticado os militares⁵⁴⁷. Houve também o caso da cassação

⁵⁴¹MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.118.

⁵⁴²SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.333.

⁵⁴³COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. 5 ed- Rio de Janeiro: Record ,2010.p.157.

⁵⁴⁴MACIEL, op.cit., p.156.

⁵⁴⁵GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.425-426.

⁵⁴⁶Ibidem. p.261-262.

⁵⁴⁷MACIEL, Loc.cit.

do deputado federal Lysâneas Maciel (MDB-RJ) porque fez um discurso criticando a cassação de dois deputados gaúchos⁵⁴⁸.

A morte de Juscelino Kubitschek inaugurou uma série de atentados contra outras figuras importantes, como por exemplo, João Goulart em 06 de dezembro de 1976 e Carlos Lacerda em 21 de maio de 1977. Uma das razões para essas três mortes, seria uma eventual candidatura de ambos nas futuras eleições e podem estar vinculadas a ‘Operação Condor’.

Juscelino Kubitschek morreu em 22 de agosto de 1976 em um acidente de carro na rodovia Presidente Dutra. Um dos motivos para a sua eliminação pelos militares era o receio de que pudesse ser candidato nas próximas eleições. Recentemente a Comissão da Câmara Municipal de SP abriu uma investigação para apurar as circunstâncias da morte de JK. O debate é de que há suspeitas de que os militares estejam envolvidos na morte de JK e do seu motorista Geraldo Ribeiro, um dos argumentos indicados foi à existência de uma ‘perfuração’ (tiro cujo projétil era de uso exclusivo do Exército) no crânio do motorista do presidente. Isso explica porque o carro do presidente perdeu a direção e foi para a pista oposta e acabou se chocando com o caminhão. Essa versão inocenta o motorista do ônibus que socorreu o ex-presidente, Josias Nunes de Oliveira, que em depoimento negou ter se chocado com o carro de JK e afirmou ter recebido proposta financeira e pressão das autoridades policiais para assumir que era o responsável pelo acidente⁵⁴⁹. Nos debates da Comissão da Verdade, a Câmara Municipal de São Paulo defendeu a tese de que o acidente foi provocado pelos militares e produziu um dossiê chamado ‘Relatório JK’ para embasar a sua ideia. Há também informações de que o laudo oficial teve vários equívocos. A outra tese indica que o acidente foi casual e que a perfuração no crânio do motorista de JK tinha sido um prego que se soltou do caixão. A Comissão Nacional da Verdade defende essa tese. Além dessas explicações, a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da cidade de São Paulo, contrariando a Comissão Nacional da Verdade (CNV) vincula a morte de JK à ‘Operação Condor’. A principal razão para a eliminação de Juscelino Kubitschek era pelo fato dele representar grande perigo porque significaria um ‘retorno ao passado de agitação política⁵⁵⁰’. Indica-se a participação do DINA (Dirección de Inteligencia Nacional) e do coronel Manuel Contreras

⁵⁴⁸MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.265-266.

⁵⁴⁹www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/05/interna_cidadesdf,397120/comissao-da-verdade-reescreve-historia-do-acidente-que-matou-jk.shtml

⁵⁵⁰ São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Relatório sobre a morte de Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2014.p.319.

(comandante do DINA) com o Serviço Nacional de Informações, chefiado pelo general João Figueiredo Batista. Em uma carta de Manuel Contreras ao chefe do SNI, datada de 1975, tinha a seguinte informação:

Compartilho da sua preocupação pelo possível triunfo do Partido Democrata nas próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Também temos conhecimento do reiterado apoio dos democratas a Kubitschek e Letelier, o que no futuro poderia influenciar seriamente na estabilidade do Cone Sul de nosso hemisfério. O plano proposto por você para Coordenar nossa ação contra certas autoridades eclesásticas e conhecidos políticos socialdemocratas e democratas-cristãos da América Latina e da Europa, conta com nosso decidido apoio⁵⁵¹.

Em depoimento recente, o adido militar chileno no Brasil, Márcio Callafange na década de 80 afirmou que uma possível candidatura era perigosa porque poderia significar um retorno “ao temido passado⁵⁵²”.

O ex- presidente João Goulart morreu em 06 de setembro de 1976 no município de Corrientes na Argentina. Segundo o CISA, o presidente planejava regressar ao Brasil após as eleições municipais de 1976. O informe também diz que Jango passava por sérios problemas de saúde e foi em Londres realizar tratamento médico⁵⁵³. A justificativa para sua morte é de que havia o receio de que retornasse ao Brasil para concorrer às eleições. A sua morte também pode estar vinculada à articulação da ‘Operação Condor’. O ex-agente de inteligência do governo uruguaio Mario Neira Barreiro afirmou recentemente de que Jango foi assassinado à pedido do governo brasileiro:

Passei três anos gravando coisas do Jango, pensando em roubar a fazenda dele, o ouro que ele guardava. Mas então eu sou um ladrão fracassado. Por quê? Eu não roubei nada dele, como ladrão ou bandido eu não me dei bem. Foi uma operação muito prolongada que, no princípio, a gente não sabia que tinha como objetivo a morte do presidente Goulart⁵⁵⁴.

Por que o Jango foi o perigo de toda essa história e foi decidida sua morte? Porque o Jango era perigoso por aquele jogo de cintura. Era um político que se aliava a qualquer um para conseguir o objetivo de levar o Brasil novamente a uma democracia⁵⁵⁵.

⁵⁵¹ São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Relatório sobre a morte de Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2014.p.320-321.

⁵⁵² https://istoe.com.br/37781_PALAVRA+DE+MILITAR/ acessado em 16/11/2017.

⁵⁵³ Centro de Informações a Serviço da Aeronáutica. Retorno ao Brasil- elemento cassado- João Goulart. 29 de novembro de 1976. Disponível em <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/02/jango-saudade-da-patria-Page-1.jpg>

⁵⁵⁴ <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/25028/jango+foi+envenenado+pela+operacao+condor+revela+ex-agente+secreto+uruguaio.shtml>

⁵⁵⁵ Ibidem.

A suposta ‘Operação Escorpião’⁵⁵⁶ foi feita para matar João Goulart, com autorização do presidente Ernesto Geisel e teria contado com a participação e o financiamento do governo dos Estados Unidos, através da CIA⁵⁵⁷.

Carlos Lacerda morreu em maio de 1977 por problemas de saúde, logo após se internar no Rio de Janeiro. Há suspeitas de que a sua morte, tenha sido planejada pela ‘Operação Condor’, a mesma que supostamente assassinou Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Se confirmada essas hipóteses de que houve uma articulação das ditaduras do Cone Sul através da ‘Operação Condor’ para assassinar Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda é possível explicá-las de acordo com o tipo de transição política que ocorria no Brasil. Os militares não desejavam uma eventual candidatura desses políticos, que já tinham tentado se articular politicamente pela ‘Frente Ampla’⁵⁵⁸ nos anos 60. Na conjuntura dos assassinatos a participação eleitoral estava sendo ampliada e um possível retorno eleitoral, principalmente de Jango e JK, teria como significado um retorno a um passado caracterizado pelas ‘agitações políticas’ e esse elemento não era viável porque poderia atrapalhar a transição ‘pelo alto’.

5.3. A repressão entre 1977-1979

A (re) entrada de novos atores na cena política, no final dos anos 70, tais como: o movimento estudantil, classe operária⁵⁵⁹, novas organizações de esquerda (Liga Operária/Convergência Socialista) e movimentos sociais, fez com que os órgãos de informação passassem a monitorá-los e reprimi-los. Iremos indicar abaixo como o Estado combateu o movimento estudantil e a Convergência Socialista. A justificativa é ao demonstrar como o Estado atuou contra esses setores é importante para analisar e caracterizar como seu deu a repressão contra os portuários na greve de 1980.

⁵⁵⁶ Recebeu esse nome porque os agentes de inteligência substituíram os remédios cardíacos usados por João Goulart por uma substância venenosa.

⁵⁵⁷ *Folha de São Paulo* 27/01/2008.

⁵⁵⁸ Foi lançado oficialmente em 28/10/1966, o qual fazia oposição à ditadura e contava com a participação de Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Foi extinta em abril de 1968 pelo Ministro da Justiça Luís Antônio Gama e Silva. Cf Sérgio LAMARÃO. Frente Ampla. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords). Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵⁵⁹ Será tratado no 3º capítulo.

A grande pauta do movimento estudantil era o restabelecimento da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁵⁶⁰. O início de 1977 foi marcado por várias greves nas universidades em que as pautas até então eram de caráter acadêmico, como por exemplo: aumento de bolsa, diminuição de carga horária, verbas estudantis e oposição ao corte de orçamento universitário⁵⁶¹. Foi a partir de 1º maio de 1977, que o movimento estudantil ganhou mais força quando houve a prisão de oito militantes da Liga Operária (Marcia Basseto Paes, Adamir Marini, Fernando Antônio Oliveira Lopes, Anita Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Gravina, José Maria de Almeida e Celso Brambilla) por distribuírem convites para o dia do trabalhador. Posteriormente a esse fato, várias universidades paulistanas (USP e PUC) entraram em greve, almejavam a soltura dos presos e defenderam as liberdades democráticas⁵⁶². As manifestações que até então tinham começado somente por questões universitárias, passaram a ganhar contornos políticos⁵⁶³. No dia 05 de maio de 1977, 10.000 estudantes saíram às ruas em São Paulo e em carta aberta à população promoveram o seguinte manifesto:

Hoje, consente quem cala: basta às prisões; basta de violência. Não mais aceitamos mortes como as de Wladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e Alexandre Vannucchi Leme. Não aceitamos que as autoridades maltratem e mutilem nossos companheiros. Não queremos aleijados heróis como Manuel da Conceição.

Hoje, viemos às ruas para exigir a imediata libertação dos nossos companheiros operários – Celso Brambilla, Márcia Basseto Paes, José Maria de Almeida e Ademir Marini – e os estudantes – Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Júlio Gravina – presos sob a alegação de subversão. Hoje, neste país, são considerados subversivos todos aqueles que reivindicam os seus direitos, todos aqueles que não aceitam a exploração econômica, o arrocho salarial, o alto do custo de vida, as péssimas condições de vida e trabalho. Todos aqueles que protestam contra as contínuas violências policiais. Subversivos enfim, são considerados os que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos movimentos da população. Hoje, não mais suportamos as correntes. Exigimos das autoridades o respeito às liberdades de manifestação, expressão e organização de todos os setores oprimidos da população. Queremos falar com os que nos oprimem. E entendemos que a melhor maneira de falarmos e de lutarmos contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através dos sindicatos e entidades livres de nossas organizações independentes. Na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo os estudantes criaram as suas entidades livres (DCEs Livres). Livres, porque não nos submetemos às leis impostas pelas autoridades que não querem aceitar eleições livres e diretas, que impedem a nossa liberdade de manifestação e organização. Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos

⁵⁶⁰Em abril de 1964, a sede da UNE foi saqueada e incendiada pelos militares. Desde então colocada na ilegalidade pela Lei Suplicy.

⁵⁶¹MULLER, Angelica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.139-140.

⁵⁶² Ibidem. p.141-142. Em relação as prisões falaremos no tópico sobre a repressão contra a Convergência Socialista.

⁵⁶³ Ibidem.

companheiros presos não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutam pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar os seus direitos. É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: Fim às torturas, prisões e perseguições políticas; libertação imediata dos companheiros presos; anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados; pelas liberdades democráticas⁵⁶⁴.

A manifestação ocorrida em São Paulo em maio de 1977, pela USP e PUC foram reprimidas pelo secretário de segurança pública, coronel Erasmo Dias. Angelica Muller em seu texto cita um relatório do Serviço Nacional de Informações sobre a articulação do movimento estudantil:

Os dados disponíveis indicam que os ativistas no meio estudantil, orientados e apoiados por comunistas e radicais do partido opositorista continuarão pressionando os estudantes no sentido da realização de *atos públicos* contra a ditadura e em favor da anistia geral e liberdades dos presos políticos. (...) para impedir que essas concentrações evoluam para níveis indesejáveis, ensejando, inclusive, o surgimento de *mártires*, torna-se importante a neutralização dos líderes e das minorias organizadas e o esclarecimento da opinião pública⁵⁶⁵.

Nesse mesmo mês de maio, também se destacou a greve estudantil na Universidade de Brasília devido a punição de 16 estudantes por participarem de atos políticos, pelo reitor da Universidade de Brasília José Carlos de Azevedo. A greve se iniciou em 31 de maio de 1977 e teve grande repercussão quando o movimento estudantil da UNB entregou uma carta a primeira –dama dos EUA Rosalynn Carter, em que denunciou a situação vivida no Brasil e o desrespeito aos direitos humanos⁵⁶⁶. O reitor impôs recesso escolar durante 32 dias, contudo a greve continuou. Foi instaurado um inquérito na universidade e decidiu-se expulsar 30 alunos e suspender 34 estudantes⁵⁶⁷. As manifestações estudantis foram fundamentais no primeiro semestre de 1977 e deram visibilidade em todo o país, o próximo passo foi tentar organizar e estruturar mecanismos que pudessem representar esse movimento⁵⁶⁸.

A violência contra os estudantes pode ser caracterizada como preventiva, ou seja, para evitar que causasse uma crise durante a abertura política. Ressalto que o impedimento de passeatas do movimento estudantil, a prisão de estudantes e a vigilância policial foram as

⁵⁶⁴Folha de S. Paulo 06 maio 1977. Cf MULLER, Angelica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.142.

⁵⁶⁵Serviço Nacional de Informações. Apreciação Sumária n. 17, de 11.05.1977. AEG/CPDOC (CANCIAN, Renato, *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 104). Apud Ibidem. p.144.

⁵⁶⁶Ibidem. p.147.

⁵⁶⁷Ibidem. p.149.

⁵⁶⁸Ibidem. p.152.

práticas repressivas. Um dado interessante, em relação a violência, foi a afirmação do chefe da Casa Militar do governo Geisel, o general Hugo de Abreu, de que os órgãos de informação estavam monitorando o movimento dos estudantes desde 1977. O objetivo era evitar que o movimento estudantil ocorrido em Brasília⁵⁶⁹, em maio de 1977, atingisse proporções maiores e causasse outros movimentos semelhantes pelo restante do país⁵⁷⁰.

A coerção persistiu e o aparato de vigilância monitorou os principais líderes estudantis que estavam se deslocando para o III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) realizado em Belo Horizonte. Muitos desses militantes nem chegaram a capital mineral, porque foram presos.⁵⁷¹ Após o ocorrido, em setembro de 1977 foi organizada uma grande assembleia na PUC SP e ali foi anunciado a realização do III ENE cuja única pauta era a reorganização do movimento estudantil em que teve como saldo:

A proposta aprovada foi a formação da Comissão Pró-UNE, integrada por todos DCEs e entidades municipais e estaduais. A referida comissão teria como tarefa coordenar as lutas estudantis em nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promovendo o debate em torno da sua reconstrução, bem como organizar a realização do IV ENE⁵⁷².

Em vários encontros estudantis uma das características da repressão foi a violência física e a prisão dos estudantes. Esse preceito também ocorreu nessa assembleia ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 22 de setembro de 1977, durante a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes. A assembleia estudantil, que estava organizando uma comissão para recriar a UNE, foi interrompida porque as tropas policiais comandadas pelo coronel Erasmo Dias invadiram a universidade⁵⁷³. Segundo Maria Helena Alves mais de três mil estudantes foram detidos e quarenta e um foram processados na Lei de Segurança Nacional⁵⁷⁴.

⁵⁶⁹ Sobre a repressão na UNB, destaca-se a figura do reitor da universidade e capitão da marinha José Carlos Azevedo.

⁵⁷⁰ ABREU, Hugo. *O Outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.p.64-65

⁵⁷¹MULLER, Angelica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p.168.

⁵⁷² Ibidem. p.170.

⁵⁷³MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p.68.

⁵⁷⁴ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.207.

Em maio de 1979 no Centro de convenções de Salvador, foi realizado o congresso que resultou na recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Mesmo a entidade não tendo sido reconhecida pelo governo⁵⁷⁵, os estudantes decidiram eleger uma diretoria provisória.

Segundo Angelica Muller, a recriação da UNE teve um caráter simbólico na conjuntura de articulação a favor do retorno ao regime democrático e ao mesmo tempo a UNE foi a primeira entidade de massa a se reestruturar⁵⁷⁶. O aparato repressivo vigiava os estudantes e sabiam dos objetivos do movimento, os lugares que poderiam abrigar o congresso e quais as entidades e as chapas que participariam do Congresso, segundo o relatório:

Durante a realização do Congresso, os estudantes estão anunciando o debate de temas políticos diversos, assim como a adoção, pela classe estudantil, de uma série de medidas: reconstrução da UNE, protesto para a exigência de melhores condições de ensino por parte das universidades, decretação de greve por todos os estudantes universitários do país, para por fim aos decretos 477 e 228, elaboração de um estatuto mínimo para a UNE, fixação da data e processo eleitoral para a diretoria da UNE e exigir do governo maiores liberdades democráticas⁵⁷⁷.

Para encerrar, é importante frisar o papel da repressão política na tentativa de impedir a reestruturação do movimento estudantil, desde a realização de greves por pautas estudantis até na realização de assembleias e passeatas para restabelecer a UNE. Tal como a violência contra o PCB, PC do B, essa prática também era institucional e não era praticada pelos conflitos militares existentes.

A gênese da Convergência Socialista (CS) remete a derrota do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), porque após o fracasso dessa organização os principais militantes foram para o exílio⁵⁷⁸. No início dos anos 70, esse grupo de exilados foi para o Chile e depois para Argentina⁵⁷⁹ onde tiveram contatos com militantes trotskistas. A partir disso, foi fundada em janeiro de 1974 a Liga Operária que tinha como objetivo voltar ao Brasil e organizar um movimento político legal, amplo, aberto e socialista que conseguisse atrair outros setores da

⁵⁷⁵ KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.p.108.

⁵⁷⁶ MULLER, Angelica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p.185-186.

⁵⁷⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Informações. Seção de produção de informações de segurança interna. Relatório sintético de informações. *Congresso Pró Reconstrução da UNE*, de 15 de maio de 1979.

⁵⁷⁸ MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. *A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.p.56.

⁵⁷⁹ Segundo Rodrigo Cesar Magalhães na Argentina os exilados conheceram Nahuel Moreno, fundador do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), ligado à fração bolchevique da IV Internacional. *Ibidem*. p.57.

esquerda. A principal tarefa da Liga Operária era formar um partido de base proletária e socialista, na legalidade, assim rompendo com o bipartidarismo existente no Brasil⁵⁸⁰.

Um dos principais instrumentos de atuação da Liga Operária no Brasil foi o jornal ‘Versus’. Esse jornal tinha o caráter mais ‘alternativo’ entre a ‘imprensa alternativa’ e isso se deu em virtude do fato de ter uma nova proposta de fazer jornalismo, onde, por exemplo, o desenho gráfico era um elemento diferencial em relação aos outros periódicos. Outro aspecto peculiar é de que se concentrava nos aspectos culturais da sociedade, principalmente na realidade latino- americana a qual era o maior objetivo de seus artigos, fotos, poemas e quadrinhos⁵⁸¹. Esse caráter cultural da Versus mudou em meados da década de 70, devido ao ‘entrismo’ realizado pela Liga Operária, porque jornal seria usado como um veículo de propaganda política dessa organização. Portanto, o Versus passou a ser o veículo político das ideias da Liga Operária e o seu início foi gradual, pois às vezes incorporava militantes na redação e ora se responsabilizava por um artigo do jornal⁵⁸².

A Liga Operária deu lugar a Convergência Socialista, formalmente em 28 de janeiro de 1978 e na Convenção Nacional do partido defendeu o seguinte:

o partido socialista teria por objetivo a edificação no Brasil de uma sociedade sem classes, o que deveria ser alcançado por meio da passagem do poder aos trabalhadores, da coletivização dos meios de produção e da planificação da economia. O manifesto apresentava ainda uma extensa lista de propostas e reivindicações que incluíam o pleno restabelecimento das liberdades democráticas, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a adoção de uma política externa independente e anti-imperialista, a defesa do nível de vida da classe trabalhadora, a criação de uma central sindical de âmbito nacional, o combate a todos os tipos de discriminação e o apoio à luta de todos os setores oprimidos⁵⁸³.

Em relação à repressão contra a Liga Operária/ Convergência Socialista, conforme já apontamos no tópico sobre o movimento estudantil, oito militantes⁵⁸⁴ foram presos por distribuírem o jornal ‘Faísca’ em 1º de maio de 1977. O material distribuído denunciava a inflação, o desemprego e o cotidiano de repressão fabril. Entre as palavras de ordem destacavam-se as que condenavam o desemprego e as que chamavam os trabalhadores aos

⁵⁸⁰ MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. *A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.p.57.

⁵⁸¹ Ibidem.p.61.

⁵⁸² Ibidem. p.62.

⁵⁸³ André COUTO. Convergência Socialista. In: ABREU, Alzira Alves de et all(coords). *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵⁸⁴ Marcia Basseto Paes, Adamir Marini, Fernando Antônio Oliveira Lopes, Anita Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Gravina, José Maria de Almeida e Celso Brambilla foram presos nessa ocasião. Conferir o seguinte documentário “A Convergência Socialista e a ditadura militar”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zZc9I7xMoZY&t=378s>

sindicatos para cobrarem deles ‘posição ativa contra as dispensas’⁵⁸⁵. A alegação para a prisão foi à distribuição de material ‘subversivo’, contudo os encarceramentos dos militantes dessa organização se acentuaram e tratava-se de um ataque coordenado contra a Liga Operária⁵⁸⁶.

Um evento que marcou a trajetória da Convergência Socialista⁵⁸⁷ foi a repressão durante a realização da convenção nacional em agosto de 1978 em que deveria ser lançado oficialmente o programa do Partido Socialista e conseqüentemente seria criado um partido operário e socialista. Através da ‘Operação Lótus’ ocorreram várias prisões⁵⁸⁸ dos membros da Convergência Socialista, participantes dessa convenção, e isso acabou inviabilizando a concretização da criação do partido. Portanto, a atuação do Estado foi responsável por desarticular politicamente naquele momento a Convergência Socialista já que acabou desorientando a organização e deixando a liderança nas mãos de dirigentes menos experientes⁵⁸⁹.

Uma das justificativas para a coerção contra a Convergência Socialista era de que estava em processo de organização um partido operário e de massa e diferentemente das demais organizações não estava pensando em autocrítica e até então não tinha sido tão afetada pela repressão política. Além disso, tinha certo apoio pela grande veiculação do jornal Versus e contava com sedes públicas nas principais capitais do país⁵⁹⁰. Naquele contexto, a Convergência Socialista tinha atuação importante no movimento estudantil e sindical, nesse último caso a atuação era justamente na vanguarda do movimento e atuou também no sindicato dos bancários, metalúrgicos e professores⁵⁹¹.

A perspectiva em formar um partido operário e socialista não acabou dando certo e a Convergência Socialista apesar de ter sofrido com a repressão, foi uma das organizações responsáveis pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Usando as concepções de

⁵⁸⁵FARIA, Marcos Moutta de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.p.49-50.

⁵⁸⁶ Ibidem. p.52

⁵⁸⁷ Também se apresentava como Partido Socialista dos Trabalhadores.

⁵⁸⁸ Em torno de 25 membros do Comitê Executivo foram presos, inclusive o dirigente trotskista argentino Nahuel Moreno. Havia a possibilidade da deportação de Nahuel Moreno para a Argentina, que naquele momento também era uma ditadura, e então contra isso, foi realizada uma greve de fome pelos prisioneiros políticos. A campanha deu certo e Moreno foi para a Colômbia. Cf <https://www.pstu.org.br/35-anos-das-prisoas-da-convergencia-socialista/>. Acessado em 22/11/2017.

⁵⁸⁹ FARIA, op.cit., p.77.

⁵⁹⁰MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. *A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.p.74.

⁵⁹¹ Ibidem. p.75.

Rodrigo Magalhães, a formação do PT foi a grande herança do projeto original da Convergência Socialista a qual tinha tentado implementar⁵⁹².

Por fim demonstramos as principais características do governo Ernesto Geisel, cuja principal meta era a saída da ditadura de forma lenta, segura e gradual, mantendo os interesses das classes dominantes com a mudança de regime político. Além do mais, chegamos também a conclusão de que mesmo sendo uma transição em direção ao regime democrático, a violência política servia para inibir os setores mais críticos ao governo e a política de abertura.

⁵⁹² MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. *A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.p.85.

Capítulo 03.

A repressão política contra a greve no porto de Santos em 1980

Em pronunciamento público já salientei que a Revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômio do desenvolvimento e da segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante. Em termos mais precisos pode dizer-se que a ação estratégica da Revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a Nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável⁵⁹³.

O presente capítulo tem como objetivo entender a lógica da violência política usada contra a greve realizada no porto de Santos em 1980⁵⁹⁴. Inicialmente iremos abordar o contexto em que essa greve esteve envolvida, já que a partir do final da década de 70 houve a reentrada da classe operária na cena política, com o advento do ‘novo sindicalismo’. Desse modo abriu-se um novo momento marcado por paralisações e reivindicações operárias em todo o país, em que teve como destaque as greves no ABCD paulista. O segundo passo é descrever o histórico do movimento paredista no porto de Santos em 1980, através de jornais locais e pela pouca literatura existente. Essas fontes irão permitir analisar o impacto do ‘novo sindicalismo’ e da greve de Santos no processo de transição.

Em seguida passa-se para o estudo da repressão política caracterizada pelos treinamentos dos fuzileiros navais na ocupação do porto, realizado desde 1977, e a ocupação do mesmo durante a greve de março de 1980. Uma das explicações a serem apresentadas é de que as greves poderiam atrapalhar o direcionamento da ‘transição pelo alto’ e, além do mais, os operários eram considerados como ‘inimigo interno’, pelos militares, tendo como base teórica a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Assim sendo, a interferência da Marinha em Santos se insere em um quadro mais amplo caracterizado: pela conjuntura de mudança de regime político iniciado e controlado pelas classes dominantes, pela disseminação da concepção de que paralisações tinham como significado a fomentação da subversão interna e

⁵⁹³GEISEL, Ernesto. *Discursos*, volume I, Brasília, Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, 1975.p.32-33.

⁵⁹⁴ Essa greve tem a sua importância histórica devido ao fato de ter sido a primeira que ocorreu no porto depois do golpe de 1964.

pelo começo das diversas intervenções castrenses em movimentos grevistas na década de 80⁵⁹⁵.

O capítulo se encerra no debate sobre o ‘revisonismo’ o qual estabelece uma nova periodização para o término da ditadura e busco fazer uma breve discussão crítica das variáveis dessa perspectiva.

1. A reentrada dos trabalhadores na cena política

O marco fundamental da reentrada dos trabalhadores na cena política foi a sucessão de greves iniciadas a partir de maio de 1978, na região do ABCD Paulista. Por um lado, os desdobramentos positivos para a classe operária foram a irrupção de inúmeras greves⁵⁹⁶, que incluía desde trabalhadores fabris até setores assalariados da classe média que reivindicavam aumento salarial e modificações na estrutura sindical. Por outro lado, através da repressão, ficou claro que a transição de regime político e, por conseguinte a futura democracia não atendia às demandas da classe operária. Antes de abordar o impacto do ‘novo sindicalismo’ no contexto da abertura política, irei discorrer brevemente a situação dos sindicatos e trabalhadores após o golpe de 1964 até o ressurgimento do movimento grevista no final da década de 70.

Um elemento importante em relação aos sindicatos foi a repressão política imediata após o golpe de 64. Para entender a dinâmica da violência contra os trabalhadores partimos do pressuposto de que a ditadura empresarial- militar, a datar de abril de 1964, representou a tomada do Estado por uma articulação formada por setores militares e empresários, ambos ligados à tríade: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), membros do extinto Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Escola Superior de Guerra (ESG) os quais tinham conspirado contra João Goulart desde a sua posse em setembro de 1961⁵⁹⁷. Após a retirada de João Goulart do poder pelo golpe, esses mesmos setores do capital e das Forças Armadas

⁵⁹⁵ Para conferir um balanço factual das ingerências castrenses ver GRACIOLLI, Edilson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro de 1988*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Campinas: UNICAMP, 1994. p.146-147.

⁵⁹⁶ No início de 1978 registram-se 118 greves e no auge do movimento em 1987 ocorreram 2188 movimentos parciais. Sobre o quantitativo no período entre 1978- 1991 ver NORONHA, E. “Greve e estratégias sindicais no Brasil”. In *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no fim do século*. São Paulo, Scritta, 1994.p.331. Apud MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.p.120.

⁵⁹⁷ Segundo René Dreifuss o período entre 1961-1964 corresponde à tentativa do bloco multinacional associado em destituir o Executivo e impedir o avanço político das forças populares. É válido dizer que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais foi fundado oficialmente em 02 de fevereiro de 1962. O general Golbery do Couto e Silva, insatisfeito com a posse de João Goulart em setembro de 1961, se retira do Exército para fundar o IPES. DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.p.107.

ocuparam os principais postos da administração estatal para realizar várias reformas⁵⁹⁸ que visavam aprofundar o capitalismo no Brasil. René Dreifuss sobre essa inflexão afirma que:

a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós 64 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPES que forneceu as diretrizes e orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós 64, e muitas dessas diretrizes políticas haviam sido desenvolvidas pela elite orgânica empresarial e durante sua vitoriosa campanha de 1961 a 1964. Os tecno- empresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados⁵⁹⁹.

O controle direto do aparelho de Estado, através dele, dos outros setores das classes dominantes e das classes dominadas na sociedade foi, se não a forma mais completa de levar à frente os interesses do grande capital pelo menos a forma mais eficiente e segura à disposição dos interesses financeiros- industriais multinacionais e associado. Resumindo, após 64 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada⁶⁰⁰.

O bloco multinacional associado que assumiu o controle do Estado, além de aprofundar o capitalismo almejava ao mesmo tempo controlar o movimento dos trabalhadores que tinha se mobilizado de forma inédita no início dos anos 60. Segundo Florestan Fernandes, uma das características do regime contrarrevolucionário instaurado em 1964 foi impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada, assim era fundamental frear a crescente participação política da classe trabalhadora⁶⁰¹. Um dos elementos presentes a curto prazo⁶⁰² sobre o golpe foi de que o governo do então presidente João Goulart (1961-1964), em alguns aspectos era contrário aos interesses do grande capital, como por exemplo,

⁵⁹⁸ Durante o Congresso das Reformas de Base, realizado em janeiro de 1963, foram apresentadas as demandas empresariais visando uma modernização conservadora. Foram revelados projetos que envolviam reformas em vários setores: reforma eleitoral, legislativa, administrativa, da estrutura política, do judiciário, política exterior, reforma agrária, legislação trabalhista, participação dos lucros das empresas, distribuição de renda, política de bem – estar e previdência Social, educação, habitação, sanitária e saúde pública, reforma monetária e bancária, tributária, orçamentária, legislação antitruste, política de comércio exterior, serviços de utilidade pública e reforma da empresa privada. Cf DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.p.244.

⁵⁹⁹ Ibidem. p.417.

⁶⁰⁰ Ibidem. p.419.

⁶⁰¹ FERNANDES, Fernandes. Revolução ou Contra Revolução. *Contexto*, São Paulo, n. 5, mar. 1978.p.21.

⁶⁰² Segundo Renato Lemos, os elementos explicativos sobre o significado do golpe burguês- militar e o regime que se seguiu pode ser buscado em uma análise que cruza fatores de longo, médio e curto prazo, no período entre 1914-1989. Cf LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.02

em relação ao controle das remessas de lucros para o exterior e pode-se supor, portanto, que esse é um elemento importante para entender a deposição de Jango⁶⁰³.

Vale registrar a frequência de greves durante o início da década de 60, e que a demanda desse movimento era tanto por questões econômicas, reivindicando melhores salários, quanto por razões políticas, como a greve geral de junho de 1962 em que se defendia a formação de um ministério que apoiasse as suas exigências⁶⁰⁴. E a mobilização do operariado se desvincilhava cada vez mais do controle político e ideológico das estruturas corporativas. Em síntese, o movimento dos trabalhadores defendia medidas de caráter nacional e melhorias nas condições de vida e de trabalho: luta contra inflação, realização de uma reforma agrária, reforma bancária, reforma eleitoral, repúdio a política financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), defendia a lei que garantia a greve, restrição à remessa de lucros, fortalecimento da Petrobrás e apoio à lei que instituiria o décimo terceiro salário⁶⁰⁵.

Como visto acima, nos anos 60 a mobilização dos trabalhadores teve um grande impacto na conjuntura política em que apoiava as reformas de base e através das greves contornava a estrutura sindical vigente. Uma das condições para o bloco multinacional associado colocar em prática, após golpe de 1964, o seu projeto de reformas era conter esse movimento operário mais combativo⁶⁰⁶ e também era necessária uma nova configuração para os sindicatos. Para concretizar esse objetivo, a primeira etapa foi “um ataque direto⁶⁰⁷” às entidades dos trabalhadores, através da prisão das lideranças mais radicais, pela destituição e intervenção governamental nos sindicatos e a alocação de lideranças governistas na direção dos sindicatos. O período entre 1964-1965 foi um dos mais repressivos contra os operários que tinham uma posição mais progressista, e nesse contexto a violência contra o movimento sindical estava inserida na chamada ‘Operação Limpeza⁶⁰⁸’, onde vários setores envolvidos ou que tinham apoiado o governo de João Goulart (1961-1964) foram reprimidos. Podemos

⁶⁰³ Essa lei determinava que 90% do lucro das empresas estrangeiras deveriam ficar no Brasil. ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 21.

⁶⁰⁴ Entre 1961-1963, o Brasil era uma República Parlamentarista, cujo Primeiro Ministro exercia o poder Executivo.

⁶⁰⁵ DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.p.306.

⁶⁰⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.101.

⁶⁰⁷ SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, v. 1, p. 269-309, 2008. p.281.

⁶⁰⁸ ALVES, op.cit., p.56.

citar como exemplos: militares nacionalistas⁶⁰⁹, estudantes ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE)⁶¹⁰, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas e políticos ligados, principalmente, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A segunda etapa foi dar uma nova configuração a longo prazo ao movimento sindical caracterizada pelo ‘assistencialismo⁶¹¹’ e restringir totalmente a atividades políticas, ou seja, era fundamental que o Estado aumentasse o controle sobre os sindicatos e fizesse novas leis. Para atender às novas exigências, após o golpe de 1964, houve transformações na estrutura do Estado brasileiro no que diz respeito ao setor sindical, já que foram instituídas novas leis e regras, tais como: o controle dos fundos e recursos da Previdência cuja administração não estava mais com os sindicatos, a institucionalização da Lei de Greve⁶¹², nomeação de interventores nos sindicatos no lugar dos dirigentes mais radicais, a política de arrocho salarial, a perda da estabilidade do trabalhador pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a vigilância policial, na época feita pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) nos estados e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Após o período compreendido entre 1964-1967, caracterizado pela repressão estatal e pela política intervencionista nos sindicatos, o governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969) foi um momento marcado no sentido da renovação sindical e da mobilização dos trabalhadores⁶¹³. Isso é justificado pelo surgimento de movimentos intersindicais, entre os quais se destacava o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA) que fazia oposição à política de arrocho salarial instituída no governo anterior e também pela realização das greves em Contagem (MG) e Osasco (SP)⁶¹⁴.

O grande mérito do Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA) foi o fato de ter sido o único movimento relevante formado pelos trabalhadores nesse período que criticava as

⁶⁰⁹ Vários militares nacionalistas foram cassados. Cf VASCONCELOS, Claudio Bezerra. *A política repressiva a militares após o golpe de 64*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

⁶¹⁰ A sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada após o golpe de 1964. Com a Lei Suplicy (1964), a entidade foi colocada na ilegalidade e toda a representação do movimento estudantil foi colocada sob o controle do Ministério da Educação.

⁶¹¹ SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, v. 1, p. 269-309, 2008. p.282-283.

⁶¹² Essa lei regulamentava as condições para a realização de greves. Na prática acabou limitando os movimentos grevistas. Cf Brasil. Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm. Acessado em 17 de setembro de 2017.

⁶¹³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.p.106.

⁶¹⁴ *Ibidem*. p.107-108.

políticas governamentais, como no caso o arrocho salarial. A gênese dessa organização está associada a vários encontros regionais que ocorreram a partir da Campanha Nacional de Proteção contra o Arrocho Salarial em 1967. As federações e confederações só aderiram, para neutralizar o movimento e não permitir que tivesse uma tendência mais radical. Essa organização não teve êxito por causa da vigilância dos ‘pelegos’ que entraram no movimento, pelo controle das forças policiais e devido ao isolamento político⁶¹⁵.

Sobre as greves que ocorreram em 1968, estas só foram possíveis devido ao avanço de oposições sindicais, pois tanto em Contagem quanto em Osasco chapas de oposição venceram as eleições e a principal reivindicação era o aumento de salário. Em ambos os casos, houve repressão policial e as greves foram derrotadas⁶¹⁶.

Após o fracasso do Movimento Intersindical contra o Arrocho Salarial e as derrotas das greves de Osasco e Contagem, alguns autores caracterizam a atividade grevista durante os ‘anos de chumbo⁶¹⁷’ (1968-1974), como uma ‘longa’ fase de silêncio por causa da realização de poucas greves, pela homologação de reajustes salariais concedidos pelo governo e pela consolidação da função assistencialista dos sindicatos⁶¹⁸. Em síntese, esse foi o momento em que os trabalhadores mais sofreram com o arrocho salarial e a coerção estatal, além da ausência de mobilização política. A nova função ‘assistencialista’ dos sindicatos se consolidou com a vigilância e controle dos órgãos policiais, e em relação a essa particularidade Marcelo Badaró explica o seguinte:

Em inícios dos anos 70, tratou de valorizar um ‘novo’ modelo de atuação sindical, pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinado com as ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva⁶¹⁹.

Nessa acepção é importante chamar a atenção para o fato de que além da repressão ter tido um papel fundamental para manter esse modelo, houve o apoio ‘voluntário’ de certa parte dos operários por causa da relação entre os serviços assistenciais prestados pelos sindicatos com a propaganda do ‘milagre brasileiro’, ou seja, a função desses sindicatos era cooptar os

⁶¹⁵SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, v. 1, 2008. p.287-288.

⁶¹⁶ Ibidem. p.289-293.

⁶¹⁷ É considerado o período mais repressivo durante a ditadura e iniciou-se após o AI-5 e durou até o final do governo Emílio Garrastazu Médici em 1974.

⁶¹⁸ ALMEIDA, M. H. T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: Maria Hermínia Tavares de Almeida; Bernardo Sorj. (Org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.p.293.

⁶¹⁹MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.111.

operários e neutralizar as suas ações políticas⁶²⁰. Apesar desse contexto de maior repressão, destacou-se a mobilização por parte da ‘Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo’ (OSMSP) que enfrentou a proposta sindical e de arrocho salarial da ditadura⁶²¹.

Até a emergência do ‘novo sindicalismo’ no final da década de 70, o movimento dos trabalhadores foi atingido pela repressão do Estado, através de prisões, destituição de diretorias mais radicais, pela restrição às greves, e por um novo modelo de sindicato marcado pelo assistencialismo cuja função era impedir as atividades políticas. Uma das explicações para a importância atribuída ao ‘novo sindicalismo’ é de que rompeu com esse modelo assistencial dos sindicatos e marcou uma nova etapa na história da luta dos trabalhadores.

1.1. O ‘novo sindicalismo’

Neste tópico o objetivo é demonstrar o impacto do ‘novo sindicalismo’ no processo de ‘transição pelo alto’⁶²². Em relação ao nosso objeto de estudo, é fundamental demonstrar o contexto⁶²³ que envolveu a greve no porto de Santos em março de 1980, já que anteriormente ocorreram duas paralisações marcantes na região do ABCD paulista respectivamente em 1978 e 1979⁶²⁴. Da mesma forma, é fundamental analisar as principais reivindicações e elementos dessas greves e o comportamento do Estado, para entender que o movimento dos portuários e a violência em Santos não foram fatos isolados.

Os setores operários que iniciaram a mobilização a partir do ‘novo sindicalismo’ (1978-1988) através das greves, não eram os mesmos do início da década de 60. Até os anos 60, o movimento operário e as paralisações eram constituídos e conduzidos basicamente por trabalhadores de serviços coletivos prestados pelo Estado, como no caso dos ferroviários, portuários e setores assalariados de empresas estatais. Esse perfil do movimento operário sofreu uma transformação por causa do desenvolvimento e da modernização do

⁶²⁰MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.112.

⁶²¹ Ibidem. p.114.

⁶²² Segundo Marcelo Badaró o projeto de ‘transição pelo alto’ concebido pelos militares enfrentou a resistência do movimento operário, por causa do ‘novo sindicalismo’, e teve como desdobramentos a criação do PT (1980) e da CUT (1983). Ibidem. p.118.

⁶²³ Ressalto que nesse mesmo momento o movimento dos trabalhadores no campo também se rearticulava, nessa direção. Destaco a realização do III Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais em 1979 em que se defendia: reforma na legislação sindical almejando uma maior autonomia e a realização da reforma agrária. Ocorreram também greves no campo, como a greve protagonizada pelos boias-frias na Bahia no final dos anos 70. Cf MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.262. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982. p.146.

⁶²⁴ No ano de 1980 a greve no ABCD paulista foi em abril e, portanto após a greve dos portuários em Santos.

capitalismo brasileiro, que se iniciou a partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-1961), que teve como desdobramentos: a triplicação do operariado industrial, concentração dos trabalhadores em grandes unidades fabris, diversificação e multiplicação do mercado de trabalho para a classe média, modificação das relações de trabalho no campo e a formação de uma extensa quantidade de novos setores operários⁶²⁵.

No final da década de 70, as greves foram lideradas justamente por essas novas categorias, como no caso do setor automobilístico (destaque para os metalúrgicos), setores da classe média e também pelos trabalhadores rurais⁶²⁶. Vale ressaltar que o setor operário tradicional foi o mais atingido pela repressão após 1964, e em grande parte permaneceu nas mãos de dirigentes pelegos e não conseguiu mobilizar tanto quanto as outras categorias e nem liderar as greves nas décadas de 70 e 80⁶²⁷.

Para explicar a eclosão do ‘novo sindicalismo’ durante a transição política, corroboramos a ideia de que esse movimento estava associado ao “acúmulo de experiências de resistência nas fabricas e por um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura⁶²⁸”. Acrescenta-se a isso a associação entre a conjuntura marcada pelo alto índice de desemprego, crise econômica e por outro lado, pela presença constante da coerção do Estado por intermédio da legislação sindical⁶²⁹. Como decorrência dessa articulação, houve alguns indícios da insatisfação dos operários com o ‘cotidiano fabril’ durante a ditadura empresarial-militar. A primeira demonstração ocorreu através de sabotagens, boicotes e diminuição no ritmo de produção, e isso se justifica pelos baixos salários e pela intensa atividade de trabalho, e essas ações representavam a reação contra a opressão diária. Outro instrumento importante foram as pequenas paralisações que duravam pouco tempo e posteriormente retornavam ao trabalho. É importante citar, nessa ideia, as campanhas salariais promovidas pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema⁶³⁰ ao longo da década de 70, em separado da

⁶²⁵ ALMEIDA, M. H. T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: Maria Hermínia Tavares de Almeida; Bernardo Sorj. (Org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.287.

⁶²⁶ Ibidem. p.285.

⁶²⁷ O setor mais tradicional é o de transportes. SANDOVAL Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994. p.130.

⁶²⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.119.

⁶²⁹ Ibidem. p.120.

⁶³⁰ Desde a década de 70, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, sob a direção de Paulo Vidal, teve uma postura distinta em relação a outros sindicatos, porque já negociava em separado com os patrões sem a tutela da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo. Outro indício importante foi a realização de um congresso de trabalhadores promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do em que foi aprovada a “Carta de São Bernardo” a qual criticava a estrutura sindical vigente e proclamava a independência do

Federação dos Metalúrgicos do estado de São Paulo. Essas demandas prévias dos metalúrgicos estiveram presentes nas greves de 1978-1979 na luta pelo reajuste salarial e a livre negociação entre os sindicatos e empregadores, sem a tutela de dirigentes governistas e do Estado⁶³¹.

Para Marcelo Badaró um dos méritos do ‘novo sindicalismo’ foi ter colocado em questionamento muitas das bases sobre as quais se sustentava o Estado corporativo o que incluía o controle sobre as organizações trabalhistas e assim, destoava do modelo ‘assistencialista’ preconizado pela ditadura. As reivindicações eram: a institucionalização das comissões de fábrica, a representação nos processos de tomada de decisões no local de trabalho, a defesa do direito do sindicato negociar os dissídios coletivos com os patrões sem a intervenção do Estado⁶³² e a criação da figura do delegado sindical. Essas medidas visavam diminuir a interferência do Estado nos sindicatos e aumentar a representatividade dos próprios trabalhadores. A importância das comissões de fábrica, a qual pode ser definida como uma forma de representação sindical no local de trabalho, ganhou importância a partir de 1964 porque os sindicatos deixaram de ser o instrumento que defendia as reivindicações dos trabalhadores. A partir da repressão fora da fábrica os operários passaram a entender o local de trabalho como fundamental na defesa dos seus interesses. Portanto, em muitas indústrias formaram-se grupos informais que almejavam negociar com os patrões em separado da tutela sindical. Nessa leitura as comissões de fábrica eram um instrumento indispensável para enfraquecer a estrutura sindical existente. Outra solicitação operária era a criação do ‘delegado sindical’ que visava debilitar a autoridade dos empregadores e fortalecer a organização das bases. O reconhecimento do delegado sindical, na realidade, queria institucionalizar um direito já existente e representar a ligação entre as comissões de fábrica e o sindicato. Fica evidente que uma das estratégias era romper com o controle do Estado em relação às representações políticas dos trabalhadores⁶³³.

Em entrevista ao programa *Vox Populi* exibido na TV Cultura, em 1978, a principal referência do ‘novo sindicalismo’, Luís Inácio Lula da Silva afirmou que o movimento deveria ser apolítico, sob o argumento de que a área sindical pré 1964 teria se envolvido

sindicato em relação à essa estrutura. Cf KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982. p.119.

⁶³¹ ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.15-17.

⁶³² MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.148-149.

⁶³³ *Ibidem*. p.150-151-152.

bastante em política ao invés de defender os interesses dos trabalhadores⁶³⁴. Apesar dessa afirmativa, sustento que as paralisações que ocorreram em 1978 e 1979 impactaram o processo de transição política, pois essas greves não estavam no projeto de transição pelo alto planejado pelos militares. Isso se explica pela natureza da modificação do regime político brasileiro cuja meta estratégica era a permanência das classes dominantes no poder e a manutenção do capitalismo ao final do processo. Argumento que um dos sentidos do golpe empresarial-militar de 1964, quando o bloco multinacional associado tomou o Estado, foi enfraquecer politicamente os trabalhadores e direcionar essa classe para uma direção antimobilizadora e não revolucionária. A perspectiva, mesmo com a saída da ditadura, era manter essa caracterização do movimento sindical. Mesmo o ‘novo sindicalismo’ não tendo apresentado elementos radicais, as inúmeras paralisações, pelo alto grau de mobilização, poderiam atrapalhar o direcionamento da ‘transição pelo alto’.

Por esse ângulo, apesar de toda vigilância ao movimento sindical pelo aparato repressivo, os militares não contavam com o retorno da classe trabalhadora na cena política e tampouco o alto índice de paralisações⁶³⁵. Logo após as greves de maio de 1978, o governo Ernesto Geisel (1947-1979), decretou uma nova lei antigreve, em 1978, para frear o movimento porque não permitia paralisações em setores considerados ‘essenciais⁶³⁶’. Chamo a atenção para o fato de que um dos elementos da redemocratização era a negociação com setores moderados da oposição, mas não incluía as reivindicações dos operários⁶³⁷. Esse aspecto tinha, por um lado cooptar essa oposição através do comprometimento da realização de medidas liberais tais como: anistia, pluripartidarismo e fim da censura, mas por outro lado preservar a estrutura sindical vigente. Então, a transição política tinha um recorte de classe, onde os setores dominantes manteriam a sua posição no novo regime democrático e os trabalhadores continuariam recebendo baixos salários e sendo controlados pela tutela dos sindicatos. E justamente quando a classe trabalhadora não aceitou mais essa condição, o Estado reprimiu as greves através da vigilância policial, pelo poder Judiciário decretando a ‘ilegalidade’ do movimento, intervenção das Forças Armadas e articulação coercitiva com o patronato.

⁶³⁴ SILVA, Luis Inácio Lula da. Entrevista ao programa Vox Populi na Tv Cultura, 1978. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0WxBBoejv3w>.

⁶³⁵ Sobre o quantitativo de greves ver NORONHA, E. “Greve e estratégias sindicais no Brasil”. In *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no fim do século*. São Paulo, Scritta, 1994.p.331. Apud MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.120.

⁶³⁶ Falaremos mais sobre essa lei no decorrer do capítulo. Cf Brasil. Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978.

⁶³⁷ ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.126.

A greve de maio de 1978 foi fundamental porque “recolocou os trabalhadores na cena política e deu início a uma nova etapa na trajetória do movimento operário brasileiro”⁶³⁸. Uma das alegações para justificar essa importância foi o fato de que a ocorrência das greves representaria uma contestação aos instrumentos que limitavam a ação grevista, como no caso da Lei Antigreve de 1964 e ao mesmo tempo rompia com a inércia do movimento sindical⁶³⁹, e nesse sentido, ultrapassou os limites políticos e econômicos.

A greve que deu início a esse movimento, datada de 12 de maio de 1978⁶⁴⁰, a qual ocorreu na Saab-Scania, no ABC Paulista, foi de caráter espontâneo e sua lógica foi ditada pelo cotidiano operário e, portanto não contava com uma direção consciente, tanto que a paralisação não contou inicialmente com a liderança do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Isso significa que a greve não teve qualquer ideiação prévia e deliberada, e dessa forma, ocorreu a partir da realidade cotidiana do mundo fabril marcada pela exploração do trabalho⁶⁴¹.

A pauta das greves que sucederam a partir de 1978 pode ser dividida em dois tipos: a primeira demanda era econômica por causa da luta a favor do reajuste salarial e a segunda era contrária ao controle do Estado em relação aos sindicatos. A reivindicação econômica tem como antecedente a realização de várias campanhas promovidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema contra o arrocho salarial e principalmente o estudo promovido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁶⁴², que teve como base um relatório do Banco Mundial, o qual afirmava que os índices de inflação do ano de 1973⁶⁴³ foram manipulados pelo governo, e, portanto, os

⁶³⁸ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.p.217.

⁶³⁹SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, v. 1, p. 269-309, 2008. p.296.

⁶⁴⁰ A greve iniciou em 12 de maio na fábrica da Saab Scania em São Bernardo do Campo e contou com a adesão de 2.500 trabalhadores. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.p.116.

⁶⁴¹ ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.45.

⁶⁴² Ressalto que desde o início dos anos 70 havia uma diferença entre os dados divulgados pelo governo e os índices divulgados pela DIEESE. Cf *O Movimento* 25/09/1977.

⁶⁴³ O índice apresentado oficialmente foi de 15%, mas na realidade correspondia a 22%. Isso na prática significava que os salários ficariam defasados com o índice real da inflação. A perda correspondeu entre 18% e 34% dos salários. Cf KUCINSKI, op.,p.120.

aumentos salariais deveriam ser maiores⁶⁴⁴. Os índices de produtividade também foram manipulados o que conseqüentemente rebaixou os ganhos salariais dos trabalhadores⁶⁴⁵.

A principal demanda desse movimento era o aumento salarial em torno de 20% e isso era fundamental porque os trabalhadores foram os mais prejudicados com a distorção dos índices já que os salários não acompanharam o aumento da produtividade e da inflação⁶⁴⁶. É importante ressaltar que mesmo com essa campanha a favor do aumento salarial, feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a greve foi iniciada pelas bases e, portanto, sem a iniciativa do sindicato, cujo papel durante a greve foi negociar com os patrões⁶⁴⁷. A paralisação não ficou restrita à fábrica da Saab Scania e se espalhou por outras montadoras na mesma região, como no caso da Ford, Volkswagen e Mercedes Benz. Ricardo Antunes defende a ideia de que mesmo o reajuste salarial sendo a principal motivação da greve, isso indicava simultaneamente a conotação política do movimento, sob o argumento de que o questionamento direto à política econômica de arrocho salarial tinha representatividade e dimensão política⁶⁴⁸.

Além dessa questão envolvendo a defesa do aumento salarial, outros elementos estiveram presentes na greve tais como: oposição ao intervencionismo estatal nos sindicatos, defesa da democratização, autonomia e liberdade sindical, direito à greve e negociação direta entre os sindicatos e os patrões. Embora essas pautas estivessem mais fortes nas greves de 1979-1980, indica-se mais uma maneira de luta contra a superexploração do trabalho. Em síntese, nessa perspectiva de luta contra o arrocho salarial, a luta contra o controle dos sindicatos e o despotismo fabril apareciam de maneira incipiente⁶⁴⁹.

O movimento paredista de maio de 1978 e as paralisações subseqüentes trouxeram inflexões na conjuntura de mudança de regime político, porque foi colocada na agenda de transição às demandas dos trabalhadores até então ignoradas tanto pelo governo quanto pela oposição partidária representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para Ricardo Antunes, a greve teve como mérito demonstrar o caráter excludente do processo de transição, já que foi tratada de forma violenta pelo Estado e, também, indicar os limites do

⁶⁴⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.399-400.

⁶⁴⁵ *Ibidem*.

⁶⁴⁶ *O Movimento* 25/09/1977.

⁶⁴⁷ ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.23.

⁶⁴⁸ *Ibidem*. p.31.

⁶⁴⁹ *Ibidem*. p.27-28.

liberalismo parlamentar, caracterizado pela sua incapacidade de incorporar as reivindicações do mundo fabril⁶⁵⁰. Vale acrescentar que as greves não ficaram restritas à demanda de aumento salarial, porque contestavam os instrumentos de controle do Estado sobre os sindicatos e posteriormente avançaram na construção, junto com outros segmentos⁶⁵¹, no sentido da formação de uma representação partidária, o Partido dos Trabalhadores⁶⁵² (PT).

O segundo momento das greves ocorreu no início de 1979, novamente na região do ABCD Paulista, em plena mudança da presidência da República do então presidente Ernesto Geisel (1974-1979), para o general João Figueiredo Batista (1979-1985). Tal como a greve de 1978, esse movimento também teve como identidade a experiência comum da exclusão social e política em um período ditatorial⁶⁵³. Antes da eclosão dessa greve, destaca-se a articulação prévia dos patrões na coerção, uma circular da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), na época, continha instruções para os empregadores sobre como lidar com o movimento grevista. Nesse documento a sugestão era não pagar as horas paralisadas, os trabalhadores não deveriam permanecer dentro das fábricas para facilitar a repressão, ou seja, a intenção era impedir e pressionar os trabalhadores⁶⁵⁴.

A greve⁶⁵⁵ foi iniciada e liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e foi motivada devido à recusa do patronato em relação à proposta de aumento salarial. As reivindicações eram econômicas e trabalhistas: 34% de aumento salarial acima do índice de inflação, piso de salário igual a três salários mínimos, reconhecimento e estabilidade para os delegados sindicais, redução da jornada de trabalho, reajustes trimestrais e a defesa da autonomia dos sindicatos e o direito à greve⁶⁵⁶.

Em comparação com o ano anterior, essa greve apresentou alguns elementos interessantes: o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em torno da liderança de Luís Inácio da Silva, passou a atuar mais próximo do local de trabalho,

⁶⁵⁰ ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.37.

⁶⁵¹ Pode-se citar, por exemplo, setores progressistas da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação e a Convergência Socialista.

⁶⁵² MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiás, 1999.p.219.

⁶⁵³ ALMEIDA, M. H. T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: Maria Hermínia Tavares de Almeida; Bernardo Sorj. (Org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.p.300.

⁶⁵⁴ Ricardo Antunes comenta que a sugestão para a demissão de certo número de grevistas era para gerar uma ‘ insegurança’ e isso poderia gerar o fim da greve. Cf *Tribuna Metalúrgica*, n. 49, novembro de 1978. Apud ANTUNES, op.cit., p.39-40.

⁶⁵⁵ A greve teve início com os metalúrgicos de São Bernardo e logo se espalhou para o ABCD Paulista, com adesão de aproximadamente 240.000 mil trabalhadores.

⁶⁵⁶ ANTUNES, op.cit., 41-42.

programou a realização de várias assembleias e formou uma comissão para discutir o reajuste salarial⁶⁵⁷. Outro elemento importante a partir dessa greve foi o fato de ter estimulado outros movimentos semelhantes em outras categorias e desdobrou-se em uma série de paralisações⁶⁵⁸ no restante do país, pois entraram em greve diversas categorias: metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, trabalhadores rurais e mineiros, trabalhadores do transporte urbano, comerciantes, bancários, professores, engenheiros, médicos, funcionários públicos. Nesses últimos exemplos nota-se a adesão de trabalhadores da classe média e de que o movimento grevista não se limitou aos operários e aos trabalhadores rurais⁶⁵⁹.

As exigências sobre o controle do Estado em relação ao sindicato estavam presentes nessas greves como no reconhecimento de representantes sindicais para concorrer com os ‘pelegos’ que ainda se encontravam na liderança do movimento e a defesa da criação do cargo de delegado sindical.

Analisando a greve, os sindicatos protagonistas nesse movimento, localizados no ABCD Paulista, romperam com a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e isso significava na prática que a tutela do Estado não estava mais em tão pleno funcionamento. Corroboramos a ideia de Ricardo Antunes sobre o significado político da greve, porque teve maiores impactos e dimensão política do que em relação ao ano de 1978 e novamente, a simples ocorrência das greves tinha um efeito simbólico, pois afirmava o não reconhecimento das leis que restringiam paralisações⁶⁶⁰. A partir desse movimento, alguns autores chamam a atenção para a incompatibilidade das greves com a forma pela qual a transição política era conduzida, porque o governo tinha somente o compromisso em ampliar a interlocução entre o bloco de poder e o Estado, mas sem estender isso às classes subalternas⁶⁶¹. O desfecho das greves de 1979 apresentou alguns pontos positivos e foi importante para a classe trabalhadora, pois conseguiu demonstrar o seu lado político ao defender a oposição à estrutura sindical atrelada ao Estado, a conquista da autonomia sindical, a luta contra a opressão e a organização do trabalho dentro das fábricas, e isso abriu caminho para a realização da campanha salarial em

⁶⁵⁷ ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.44.

⁶⁵⁸ Segundo David Maciel em torno de 3 milhões de trabalhadores entraram em greve em todo o país. MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.p.261.

⁶⁵⁹ Ibidem.

⁶⁶⁰ ANTUNES, op.cit., p.55.

⁶⁶¹ MACIEL, op.cit., p.259.

1980⁶⁶². Por fim, de fato o ‘novo sindicalismo’ não alterou a estrutura sindical, mas teve alguns méritos, como a mudança na política salarial do governo e a liberdade do sindicato em negociar diretamente com o patronato através de comissões formada pelos trabalhadores⁶⁶³ e enfraqueceu o controle do Estado nas negociações trabalhistas e de reajustes salariais.

2. A greve dos portuários em Santos (1980)

Neste tópico iremos abordar a greve em Santos que ocorreu em março de 1980. Na realização desta pesquisa notei uma ausência de trabalhos acadêmicos específicos e, por isso, irei dialogar com o único texto sobre o tema: “Santos 1980: portuários em greve- nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda”, autoria de Adriana Gomes Santos e Antonio Fernandes Neto. Utilizei os seguintes jornais santistas ‘A Tribuna’ e ‘A Cidade de Santos’ e os periódicos ‘O Estado de São Paulo’ e ‘Folha de São Paulo’. Tentarei responder alguns questionamentos que me parecem fundamentais sobre esse movimento paredista, como: Quais as causas para a greve? E quem iniciou a greve?

A seguir indicarei como começou a greve no porto de Santos, as motivações e a atuação dos sindicatos e das bases portuárias na deflagração do movimento e em seguida explicarei o sentido da repressão nessa paralisação.

2.1. Causas para a greve

O motivo central da greve foi a reivindicação de aumento por salário. Essa solicitação tem como antecedente uma mudança na política salarial do governo, lei nº 6.706 de 30 de outubro de 1979, regulamentada em março de 1980 a qual determinava o reajuste semestral que buscava esvaziar os efeitos da inflação anual e estabelecia o ganho por produtividade. Essa medida de reajuste semestral de salário, feita após as greves de 1978 e 1979 iniciadas no ABCD Paulista, era para enfraquecer e impedir novas paralisações⁶⁶⁴.

No dia 02 de março de 1980 ocorreu uma assembleia decisiva para a greve, que contou com a presença de 4 mil operários e foi aprovada a proposta de Benedito Furtado, que

⁶⁶² ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.61.

⁶⁶³ ALMEIDA, M. H. T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: ALMEIDA, M. H. T.; SORJ, Bernardo. (Org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.p. 303-304.

⁶⁶⁴ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.87-88.

consistia na reivindicação de 15% de aumento salarial⁶⁶⁵ acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) por produtividade e, ademais, defendia a manutenção da gratificação individual por produtividade⁶⁶⁶. Comparando com as greves que emergiram com o ‘novo sindicalismo’, o movimento paredista dos portuários em Santos foi feito por um setor mais tradicional, ou seja, não foram apenas os setores modernos que se articularam contra a ditadura e o arrocho salarial. Após a decisão da assembleia, a Companhia de Docas de Santos apresentou uma contraproposta no reajuste salarial de 8%, que não foi aceita pelos trabalhadores do porto⁶⁶⁷. Outro debate naquele momento era sobre o aumento e recordes de produtividade da Companhia de Docas de Santos, enquanto a empresa concedia baixos reajustes salariais⁶⁶⁸. Às vésperas da paralisação santista, os operários discutiam as estratégias da greve, caso a empresa não cedesse suas reivindicações. A discussão era em torno de 3 formas de greve: a primeira proposta foi a ‘greve branca’ onde os trabalhadores chegariam ao local de trabalho, bateriam o ponto, mas se recusariam a trabalhar tal como foi feito na greve de maio de 1978 no ABCD Paulista, a segunda seria a greve mais ‘tradicional’ com a utilização de piquetes visando impedir a entrada de relutantes na área do porto e a terceira seria uma ‘greve de consciência’ onde não haveria piquetes para evitar a repressão por parte do Estado⁶⁶⁹. No dia 16 de março de 1980, reunidos em assembleia no Ginásio Antônio Guenaga, em que estiveram presentes 12.500 doqueiros, decidiu-se a favor da deflagração da greve no porto⁶⁷⁰.

2.2 Os dirigentes sindicais, os sindicatos e a greve

Os principais dirigentes sindicais na área portuária de Santos são caracterizados pela sua atuação ‘pelega’, entre os quais podemos citar: Walter Menezes, presidente da Federação nacional dos portuários, Arlindo Borges Pereira, Secretário da Federação Nacional dos Portuários, fez parte do Ministério dos transportes na década de 70 e foi colocado no cargo com o aval dos militares, Romulo Augustus Pereira de Souza⁶⁷¹ que era um elemento ligado à ditadura e foi vice- presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes

⁶⁶⁵ Segundo cálculos da DIEESE o aumento da produtividade dos trabalhadores de Santos teria que ser 18%. *Jornal do Brasil* 19/03/1980.

⁶⁶⁶ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.98-99.

⁶⁶⁷ *A Tribuna* 06/03/1980.

⁶⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁶⁹ *Cidade de Santos* 14/03/1980.

⁶⁷⁰ *Cidade de Santos* 17/03/1980.

⁶⁷¹ Em seu livro de memórias indica que a empresa para qual trabalhava (Netumar do ramo da navegação) tinha a opinião de que seria ótimo o mesmo estar no sindicato. A referência sobre o livro é PEREIRA DE SOUZA, Romulo Augustus. *Memórias de um pelego*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

Marítimos, fluviais e aéreos e José Dias Trigo, presidente do sindicato dos condutores de veículos rodoviários, que frequentou os cursos do Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), portanto recebeu uma educação e orientação anticomunista. Na véspera da greve o posicionamento de alguns dirigentes sindicais indica a veracidade da caracterização colocada acima: Rômulo de Souza, antes do movimento, em negociação com as autoridades em Brasília declarou para a imprensa que as negociações estavam em andamento e bem encaminhadas, portanto a sua intenção era descartar qualquer possibilidade de greve⁶⁷². O secretário da Federação Nacional dos Portuários, Arlindo Borges Pereira, afirmou que a contraproposta apresentada pelo governo deveria ser obrigatoriamente aceita pelos sindicatos, ou seja, preferia uma negociação e estar ao lado do governo ao invés de apoiar os trabalhadores e paralisar do porto⁶⁷³.

Em contraposição aos dirigentes pelegos, no final dos anos 70, surgiu uma nova geração de dirigentes sindicais na Baixada Santista que, além de atuar no movimento sindical, destacavam-se no movimento estudantil e em organizações de esquerda. Essa nova geração de dirigentes sindicais era representada por Benedito Furtado e Nobel Soares⁶⁷⁴ e essa nova vanguarda tinha influência da Unidade Sindical (Unidade Portuária), organização orientada pelo PCB e MR-8 e também pela Convergência Socialista⁶⁷⁵.

Esses setores, diferentemente dos pelegos, eram favoráveis ao início da greve no porto de Santos. Nesse sentido, na votação da assembleia que contava com a presença de mais de 7 mil operários⁶⁷⁶, em torno de 60% da categoria, para votar o início ou não da paralisação, a partir da leitura das fontes, ficou muito clara a posição da direção do sindicato em adiar a discussão em torno do início da greve, enquanto as bases operárias sindicalizadas com o apoio dessas figuras mais combativas, queriam o início da paralisação⁶⁷⁷. Destaca-se Nobel Soares que defendeu abertamente a paralisação e nota-se que a base operária não seguiu as orientações dos dirigentes sindicais, portanto, a greve ocorreu por pressão dos portuários e não por parte do sindicato. A assembleia votou e aprovou o início imediato do movimento

⁶⁷² *A Tribuna* 06/03/1980.

⁶⁷³ *Ibidem*.

⁶⁷⁴ Era militante da Convergência Socialista (CS) e na época da greve no porto de Santos era membro do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁶⁷⁵ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.118.

⁶⁷⁶ No total de 12.500 trabalhadores no porto, aproximadamente 7.000 estiveram presentes na assembleia. *Folha de São Paulo* 18/03/1980.

⁶⁷⁷ *A Cidade de Santos* 17/03/1980.

paredista, a não tolerância à punição aos grevistas e que a greve seria por tempo indeterminado⁶⁷⁸.

As repercussões surtiram efeito no primeiro dia de greve, pois houve a paralisação de outros serviços no porto, desde a movimentação de cargas até funcionários de escritórios, contabilizando um total de 35 mil trabalhadores parados. Além disso, durante a greve a imprensa diariamente registrou os prejuízos causados ao grande capital por causa do porto parado, sendo o custo diário para os armadores entre 10 a 15 mil dólares por dia⁶⁷⁹. Adiante, a partir desse tipo de noticiário falaremos sobre o quanto a imprensa foi contrária à greve, no tópico abaixo tentarei explicar o sentido da violência política contra os portuários de Santos.

3. Repressão à greve de Santos em 1980

Mediante um diálogo elevado e franco que se quer, assim, respeitoso e construtivo, entre as autoridades e as entidades de classe, esperamos que nunca venham a medrar desconfianças, ressentimentos e tensões insuportáveis, prejudiciais à própria dinâmica do desenvolvimento acelerado em que estamos empenhados⁶⁸⁰.

Neste tópico a abordagem será no seguinte ponto: identificar o pensamento dos militares, vinculado à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para entender o sentido do uso da repressão contra a greve no porto santista. O nosso objeto de estudo, a intervenção militar em movimentos grevistas no contexto de transição política, não é muito estudado, porém tentamos explicar essa interferência castrense associando-se à forma da redemocratização ocorrida no Brasil. O caso mais conhecido foi a intervenção do Exército em Volta Redonda em novembro de 1988⁶⁸¹ durante a greve na Companhia de Siderúrgica Nacional (CSN). Alguns autores⁶⁸² ao analisarem a repressão, explicam-na apenas como uma reação à greve e também por causa das relações do movimento operário com os partidos de esquerda e movimentos sociais. Neste texto indicamos que a intervenção das Forças Armadas não era somente uma reação do Estado ao movimento grevista, pois entendemos que está relacionada com a conjuntura de transição e chamamos a atenção particularmente para o caso de Santos,

⁶⁷⁸ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.135.

⁶⁷⁹ *Folha de São Paulo* 19/03/1980.

⁶⁸⁰ Discurso proferido em Brasília por Ernesto Geisel no dia 1º de maio de 1974, dia universal do trabalhador. In GEISEL, Ernesto. *Discursos*, volume I, Brasília, Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, 1975.p. 86.

⁶⁸¹ Em 09 de novembro de 1988 durante a invasão do Exército à Companhia de Siderúrgica Nacional (CSN), houve o assassinato de 3 operários decorrentes da entrada dos militares.

⁶⁸² GRACIOLLI, Edilson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro de 1988*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Campinas: UNICAMP, 1994. GANDRA, Marco Aurélio. *Cidade “vermelha” do aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda*. Dissertação de mestrado em história. Niterói: UFF, 2009.

pois ali havia um treinamento militar voltado para combater as greves no porto, estando os fuzileiros navais previamente preparados. Argumentamos também que a visão dos militares em relação ao movimento grevista era fundamental para entender a dinâmica da coerção.

A contrarrevolução terrorista que se iniciou em 1964 implantou o ‘Terrorismo de Estado’⁶⁸³, e a sua razão está diretamente ligada à ameaça da classe trabalhadora aos setores dominantes. Isso remete ao momento histórico do Brasil no início dos anos 60, caracterizado pela atuação política das massas do campo e da cidade e pela proposta do bloco nacional reformista de ampliar a democracia restrita existente para um regime democrático mais amplo. Isso foi suficiente para a realização de uma contrarrevolução preventiva em março de 1964. Um dos pilares do Estado após 1964 foi o ‘Terrorismo de Estado’, ou seja, um instrumento de reafirmação da luta de classes por parte dos setores dominantes que inicialmente almejavam impedir o ‘avanço’ político da classe trabalhadora e “derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital- trabalho e da distribuição da riqueza social⁶⁸⁴”.

O ‘Terrorismo do Estado’ é distinto das outras categorias de violência porque viola o direito e extrapola a legalidade constitucional⁶⁸⁵ e mesmo tendo um alvo específico, os movimentos populares e a classe trabalhadora, é preciso ir além dessa visão. A hipótese a ser defendida aqui é de que a repressão do Estado, através da doutrina de segurança nacional, atendeu aos interesses do grande capital e do bloco multinacional associado que assumiu o Estado em 1964. Neste trabalho, diferentemente da concepção de que a natureza da repressão seja apenas analisada como sendo uma violação individual⁶⁸⁶, a análise a ser feita aqui visa compreender até que ponto a doutrina de segurança nacional estava associada aos interesses do grande capital, principalmente em relação à violência contra o movimento operário.

3.1. A doutrina de segurança nacional, desenvolvimento econômico e os interesses do grande capital.

⁶⁸³ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.15.

⁶⁸⁴PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de doutorado em História. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.p.76.

⁶⁸⁵ Ibidem. p.73.

⁶⁸⁶ Essa visão foi colocada recentemente nos debates da Comissão Nacional da Verdade e as suas subjacentes entre 2012 e 2014 sob o bordão “nunca mais”. Para uma crítica nesse viés ver LEMOS, Renato. Sob o signo do corvo: A Comissão Nacional da Verdade e o bordão “nunca mais”. Comunicação apresentada a Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://blog.esquerdaonline.com/?p=1621>.

A queda do então presidente João Goulart em abril de 1964 e a tomada do poder pelos militares não pode ser entendida por uma visão dualista e liberal em que há a separação entre os militares e civis. Isso aparece quando alguns trabalhos indicam que após o golpe os militares assumiram o poder e afastaram os civis do núcleo de decisão política⁶⁸⁷. Discordando dessa ideia, como já apontamos anteriormente baseado na obra de René Dreifuss⁶⁸⁸, o golpe de 1964 representou uma articulação do bloco multinacional associado que envolveu militares ligados a Escola Superior de Guerra (ESG) e empresários associados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Defendo a ideia de que o ponto de interseção entre esses dois setores foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) cujo lema ‘desenvolvimento e segurança’ tem um importante significado na dinâmica política-econômica do regime ditatorial.

O contexto da elaboração da ‘segurança nacional’ tem relação com fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e a bipolarização do poder entre União Soviética e Estados Unidos. O fim desse conflito, com a vitória dos aliados, trouxe grandes modificações no campo da doutrina militar devido ao fato das técnicas até então conhecidas terem ficado ultrapassadas com o confronto e foi necessária a elaboração de novos estudos frente à nova realidade do mundo⁶⁸⁹. Assim, estava na ordem do dia a elaboração de uma doutrina que correspondesse a uma nova situação, pois por um lado a União Soviética avançava no Oriente e ao mesmo tempo, os Estados Unidos planejava unir o Ocidente sob a sua hegemonia⁶⁹⁰. Em relação ao Brasil, a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao lado dos Aliados, principalmente dos Estados Unidos na campanha da Itália é um fato importante porque estreitou laços entre os militares dos dois países. Após a guerra alguns oficiais militares do Brasil⁶⁹¹ que se identificaram com a perspectiva modernizante- conservadora no processo de desenvolvimento se reuniu na Escola Superior de Guerra (ESG) e a relação com os militares estadunidenses se intensificou. A fundação da Escola de Superior de Guerra⁶⁹², oficialmente

⁶⁸⁷ BORGES FILHO, N. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.16

⁶⁸⁸ DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶⁸⁹ MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.11.

⁶⁹⁰ *Ibidem*. p.14.

⁶⁹¹ René Dreifuss lista os nomes desses oficiais: Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz, Cordeiro de Farias e Juarez Távora. DREIFUSS ,op.cit., p.77-78.

⁶⁹² O primeiro comandante da Escola de Superior de Guerra foi o general Cordeiro de Farias.

em 1949, teve a colaboração de oficiais dos Estados Unidos e foi inspirada no National War College⁶⁹³.

Nesse processo de reformulação, em meados da década de 40, os Estados Unidos modificaram a sua estrutura do aparato repressivo pela aprovação da Lei de Segurança Nacional que criou órgãos como o Conselho de Segurança Nacional e a Agência Central de Inteligência (CIA) e unificou os departamentos de Guerra e da Marinha ao Departamento de Defesa⁶⁹⁴. Uma das características da Guerra Fria (1947-1991), era a noção de segurança coletiva e isso se traduziu na realização de uma aliança interamericana de defesa contra a subversão, e um dos desdobramentos foi a influência estadunidense sobre a América Latina, tanto que posteriormente foram criados órgãos para cooptação, como no caso da Organização dos Estados Americanos (OEA). A partir dessa aliança foram assinados acordos de assistência militar⁶⁹⁵ e operações navais dos países da América Latina em conjunto com os Estados Unidos. Surgiram também em Washington o Colégio Interamericano de Defesa e na zona de ocupação do Canal do Panamá, criou-se a Escola do Exército Americano para as Américas⁶⁹⁶.

A defesa contra a agressão externa ao continente era liderada pelos EUA, contudo uma das grandes preocupações era com o ‘inimigo interno’, e segundo Alfred Stepan após 1945 imperou o ‘novo profissionalismo’ e uma das funções dos militares era referente à ‘segurança interna⁶⁹⁷’. Um dos desdobramentos foi a preocupação com a ascensão dos movimentos sociais e dos trabalhadores, e no caso brasileiro, a ideologia de segurança nacional defendia a relação entre o desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa⁶⁹⁸ e, portanto, uma questão chave era de que “não pode haver segurança nacional, sem um alto grau de desenvolvimento econômico⁶⁹⁹”. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundamental nesse processo e incorporou os valores empresariais e de desenvolvimento econômico e influenciou bastante o fundamento dos militares:

⁶⁹³ MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.12.

⁶⁹⁴ Ibidem. p.14-15.

⁶⁹⁵ No caso do Brasil, um fato que atesta essa aproximação ideológica foi o acordo militar de 1952 entre Brasil e EUA o qual previa a eliminação de barreiras alfandegárias e incentivos fiscais na participação da empresa privada. E também criticava o controle estatal em relação aos recursos estratégicos. Nos anos 50, a União Democrática Nacional (UDN) e um grupo de militares chamado ‘a Cruzada Democrática’ defendia a entrega da exploração do petróleo as empresas ligadas ao capital estrangeiro. DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.p.79.

⁶⁹⁶MARTINS, op.cit., p.15.

⁶⁹⁷ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.22

⁶⁹⁸ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.33

⁶⁹⁹ Ibidem. p.48.

Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não políticas. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de construção nacional foram disseminadas entre as Forças Armadas brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial⁷⁰⁰.

O binômio ‘ Segurança e Desenvolvimento’ foi um dos lemas mais importantes da ditadura após 1964, e a tese central era de que o desenvolvimento do Brasil deveria vir associado à segurança⁷⁰¹. Nesse sentido havia um modelo de desenvolvimento capitalista defendido pela Escola Superior de Guerra (ESG), que pode ser caracterizado pela participação do capital multinacional, pelo investimento no complexo industrial militar, um Estado forte e a necessidade do controle social. A cientista política Maria Helena Alves fez a seguinte análise:

Trata-se de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado numa aliança entre capitais de Estado multinacionais e locais. O manual da ESG considera a contribuição das corporações multinacionais positiva para o desenvolvimento econômico, de um país, apesar de poder gerar considerável oposição interna⁷⁰².

A segurança, como elemento do conceito de “desenvolvimento com segurança”, implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional⁷⁰³.

O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população. Os programas de educação, segundo a ESG, devem ocupar-se sobretudo com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e industrialização. Outros programas voltados para necessidades básicas ,como habitação de baixo custo, saúde pública e educação primária, são considerados menos prioritários⁷⁰⁴.

A partir das citações acima, golpe empresarial militar em 1964 não pode ser reduzido a uma simples quartelada e nem somente aos militares. É algo mais amplo que incluiu um amplo projeto de reformas, defendido pela burguesia multinacional- associada, a qual estava interligada aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e representava um modelo para o desenvolvimento do capitalismo do país⁷⁰⁵. Assim havia uma congruência

⁷⁰⁰ DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.p.79

⁷⁰¹ MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.38.

⁷⁰² ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.51.

⁷⁰³ *Ibidem*.

⁷⁰⁴ *Ibidem*.

⁷⁰⁵ MARTINS, op.cit., p.41-42.

de valores entre os empresários ligados ao IPES/ IBAD com os militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG).

A conexão entre esses dois setores ocorria, por exemplo, na Escola Superior de Guerra (ESG), através de palestras de personalidades ligadas ao IPES/IBAD como Roberto Campos⁷⁰⁶, Lucas Lopes, Eugênio Gudim e Octávio Bulhões⁷⁰⁷ os quais discursavam a favor de valores liberais- desenvolvimentistas⁷⁰⁸. Outro dado que indica essa relação intrínseca é de que muitos oficiais militares ocupavam cargos na diretoria de companhias e alguns eram acionistas em empresas privadas⁷⁰⁹. A presença militar no complexo IPES/ IBAD era extremamente relevante, tanto que o general Golbery do Couto e Silva, após ter ido para a reserva após a posse de João Goulart em 1961, foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), cuja organização estava no epicentro da articulação empresarial-militar que retirou Jango do poder⁷¹⁰.

Defendo que a doutrina de segurança nacional foi um dos alicerces que permitiu processo de acumulação capitalista durante o regime ditatorial. Isso só tem sentido se levarmos em conta os setores que assumiram o Estado em abril de 1964⁷¹¹, isto é, militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG) e os empresários ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e ao capital estrangeiro. O Estado ampliou o seu papel a favor do capitalismo, financiando o grande capital e investindo nos setores considerados menos rentáveis. Ao mesmo tempo reformulou o sistema bancário- financeiro, e tributário e fiscal, promoveu uma completa reforma na legislação salarial, previdenciária e social, tudo com o objetivo de acelerar a acumulação do capital. Os salários foram arrochados, foi criado o Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Brasil se tornou o grande paraíso para as multinacionais. Os desdobramentos são evidentes, a concentração de renda aumentou, o salário teve uma grande queda e isso se acentuou com o sucesso do milagre econômico⁷¹². O grande capital foi o principal beneficiado pelo golpe de 1964 justamente porque essas medidas aumentaram à acumulação capitalista, só que para garantir isso, o Estado teve que

⁷⁰⁶ Foi Ministro do Planejamento entre 1964-1967.

⁷⁰⁷ Foi Ministro da Fazenda entre 1964-1967.

⁷⁰⁸ DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.p.78.

⁷⁰⁹Ibidem. René Dreifuss chama a atenção para o aumento da presença de militares nos conselhos de diretoria de multinacionais após 1964.

⁷¹⁰ Ibidem. p.361.

⁷¹¹ MELO, D. B. Ditadura civil militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós 1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, 2012.p.49.

⁷¹² MARTINS, op.cit., p.48-49.

aprimorar o aparato repressivo⁷¹³. A violência do Estado que teve como base ideológica a guerra revolucionária formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro⁷¹⁴. E, portanto, não pode ter sido coincidência que o ápice do crescimento do produto interno bruto (PIB), durante ‘o milagre econômico’, tenha coexistido com os ‘anos de chumbo’(1968-1974)⁷¹⁵. Então, o binômio ‘segurança e desenvolvimento’ da Escola Superior de Guerra (ESG) teve um papel fundamental não na defesa contra a influência soviética durante a Guerra Fria (1947-1991), mas sim para garantir a acumulação capitalista e justificar a violência interna usada contra os trabalhadores urbanos e do campo, estudantes, partidos de esquerda, políticos, militares nacionalistas e membros da luta armada.

Os valores dos tecno- burocratas do IPES/IBAD eram equivalentes aos dos militares ipesianos e ibadianos. Na ditadura empresarial- militar pós 1964, vários desses militares ocuparam cargos ligados à área de segurança. Podemos citar entre estes: o próprio general Golbery do Couto e Silva, ministro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) entre 1964-1967, João Bina Machado comandante do IV Exército em 1971 e do I Exército entre 1971-1972, Walter Pires de Carvalho Ministro do Exército entre 1979-1985, João Figueiredo Batista ministro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) entre 1974-1978, Leônidas Pires Gonçalves Ministro do Exército entre 1985-1990, Danilo Venturini diretor chefe da Escola Nacional de Informações (ESNI) entre 1974-1976, Octávio de Medeiros ministro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) entre 1978-1985 e Erasmo Dias secretário de segurança pública em São Paulo entre 1974-1978⁷¹⁶. Nesse trabalho entendemos que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é um elemento importante para entender a dinâmica do regime ditatorial pós 1964, e, portanto discordamos da ideia de que após o golpe essa ideologia tenha perdido a sua importância nas políticas colocadas em prática pelos governos

⁷¹³ Em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), pelo general Golbery do Couto e Silva. Em 1969 foi criada a Operação Bandeirante (OBAN) e posteriormente criou-se o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) nas quatro regiões militares. Nas Forças Armadas foram criados o Centro de Informações do Exército (CIEEX) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e aprimorado o já existente Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Na parte jurídica podemos citar a lei antigreve de 1964, a lei Suplicy contra os estudantes, as leis de segurança nacional (1967 e 1969) e o Ato Institucional nº 5.

⁷¹⁴ Demian Melo chama a atenção para a relação entre o capital e o aparato repressivo citando o filme “Cidadão Boilesen” o qual o empresário Henning Boilesen, conspirador do golpe de 1964 e membro do IPES, contribuiu para a formação da OBAN e além dele, Delfim Netto também aparece como um dos articuladores do sistema DOI CODI. Sobre a repressão as greves no ABCD Paulista, houve o financiamento do empresariado paulista à polícia civil e militar. MELO, D. B. Ditadura civil militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós 1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, 2012. p.49.

⁷¹⁵ Ibidem. p.50.

⁷¹⁶ Os nomes citados estão listados na obra de René Dreifuss. Cf DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.p.364.

militares⁷¹⁷. Apesar da Escola Superior de Guerra (ESG)⁷¹⁸ ter ficado afastada geograficamente do núcleo do poder sediado em Brasília e o comandante da Escola não ser membro do Alto Comando Militar⁷¹⁹, essa instituição conservava a sua importância para os militares. Alfred Stepan defende a seguinte percepção:

a ESG permaneceu a instituição chave responsável pela sistematização, reprodução e disseminação do corpus oficial da DSN e seu relacionamento com a polis. Assim, embora não fosse um centro de iniciativa, era a fonte autorizada da ideologia militar para os militares enquanto instituição. Torna-se portanto ,extremamente importante estudar a evolução da doutrina da ESG durante a abertura, porque todo o sistema de ensino e socialização, dominado pelos militares, que produziu as Leis de Segurança Nacional usaram os documentos oficiais da ESG como base doutrinária⁷²⁰.

Os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) não ficaram restritos à Escola Superior de Guerra (ESG). A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) foi responsável por difundir a doutrina ao promover conferências, seminários, debates e cursos por todo o país e levar os princípios da Escola Superior de Guerra (ESG) a outros segmentos políticos, civis, e empresariais⁷²¹. Esse pensamento também esteve presente e influenciou os currículos de outras escolas militares brasileiras, como a Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME) a qual no início dos anos 60 já contava em maior parte da sua grade horária com aulas e palestras sobre ‘a segurança interna e o comunismo⁷²²’. Outro polo de difusão dos ideais da doutrina de segurança nacional foi a educação, através de currículos e da disciplina ‘Moral e Cívica’ e isso era facilitado pelo monopólio das emissoras de televisão as quais estavam alinhadas com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pela propaganda e doutrinação maciça⁷²³.

Como já pontuamos, o grupo militar ‘ipesiano’/ ‘ibadiano’ o qual tinha vínculo com os ideais da doutrina de segurança nacional, ocuparam cargos importantes no alto escalão do governo e no aparato repressivo. Nesse raciocínio, essa ideologia após 1964 já estava inserida nas entranhas do Estado brasileiro, e um exemplo disso foi a reformulação do aparato repressivo. O SNI, o DOPS nos estados, os serviços de inteligência das Forças Armadas (CIEX, CENIMAR e CISA) e o sistema DOI-CODI estavam alinhados com a perspectiva de ‘conflito interno’ e isso era o argumento usado para reprimir estudantes, operários,

⁷¹⁷Para Carlos Fico houve uma decadência da Escola Superior de Guerra após o início da ditadura. Cf FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.p.41

⁷¹⁸ A Escola Superior de Guerra encontra-se localizada na cidade do Rio de Janeiro.

⁷¹⁹ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.58.

⁷²⁰ Ibidem.

⁷²¹ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.34

⁷²² STEPAN, Alfred. *Militares na política: As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p.133.

⁷²³ MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.55.

camponeses, organizações e partidos de esquerda e militares nacionalistas. As leis de segurança nacional⁷²⁴ formuladas durante o período ditatorial definem claramente a ênfase na segurança interna e na punição ao “crime” cometido contra a ordem econômica, social e política dominante, sendo que a infração na realidade é contra as classes dominantes alinhadas com o Estado. Na defesa da ordem e do desenvolvimento capitalista no Brasil, esse método está presente nas leis de segurança nacional⁷²⁵ em que a ênfase é sobre o ‘inimigo interno’:

A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva⁷²⁶.

A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, fôrma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país⁷²⁷.

A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação⁷²⁸.

Para concluir, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a coerção contra o ‘inimigo interno’ estava alinhada com o desenvolvimento e aumento da acumulação capitalista, e a sua ideia de ‘desenvolvimento nacional’ e de soberania da nação era uma farsa. Uma vez que o crescimento econômico se baseou no crescimento da dívida externa e posteriormente o governo se submeteu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e além do mais uma das consequências do ‘milagre brasileiro’ foi à ampliação da desigualdade e da concentração de renda no Brasil.

3.2. O movimento grevista como o ‘inimigo interno’

Neste tópico defendemos a tese de que um dos elementos importantes para entender a violência contra a greve, o treinamento dos fuzileiros navais em Santos e a ocupação do porto durante a greve em 1980, foi a caracterização do movimento grevista como ‘inimigo interno’ pelas Forças Armadas. À hipótese, na qual as greves e as reivindicações operárias ocorridas a partir do ‘novo sindicalismo’ não estavam incluídas no projeto de transição, acrescenta-se que havia ainda uma concepção de guerra adotada pela Escola Superior de Guerra (ESG), na qual o movimento grevista era um inimigo a ser combatido.

⁷²⁴ Refiro-me as leis de 1967, 1969, 1978 e 1983.

⁷²⁵ A exceção é a lei de 1983.

⁷²⁶ Brasil. Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.

⁷²⁷ Ibidem.

⁷²⁸ Ibidem.

A Escola Superior de Guerra (ESG) defende a existência de várias modalidades de guerra, a primeira incluindo um inimigo ‘externo’ e a segunda é referente ao inimigo ‘interno’ o qual atua dentro das fronteiras nacionais. No primeiro caso está incluída: a ‘guerra clássica’ definida como “guerra exterior entre nações e estados⁷²⁹”. No segundo caso, há dois tipos de conflito: ‘a guerra insurrecional’, conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e a ‘guerra revolucionária’ definida como ‘normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação⁷³⁰’. Em relação à ‘guerra revolucionária’, o conceito de ‘guerra total’ onde o conflito não envolve apenas o confronto militar, mas inclui a política, economia, cultura e mobiliza todos os recursos do Estado ou nação envolvidos e que estão presentes não apenas soldados e também civis. A visão de guerra da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se desdobra em função desse conceito, então, por exemplo, os conflitos sociais não têm origem na exploração das massas populares, mas as greves e lutas políticas são explicadas pela ‘infiltração comunista’⁷³¹. A existência do ‘inimigo interno’ está associada à ‘guerra revolucionária’. Além disso, o conflito não se limita mais contra outro país e sim no interior das fronteiras nacionais. Contudo, essa guerra não é declarada de forma oficial, pois é fomentada pelo ‘comunismo internacional’ e este recruta a população do ‘país alvo’. Por consequência, toda a população torna-se suspeita e precisa ser vigiada, controlada, perseguida e até mesmo eliminada⁷³². Essa visão estabeleceu a vigência de antagonismos e ‘pressões’ oriundas do ‘inimigo interno’ e isso foi utilizado como argumento para controlar toda a população. Esse elemento é uma característica do ‘Terrorismo de Estado’.

A segurança interna, segundo o manual da Escola Superior de Guerra, é aquele que garante o fracasso dos ‘antagonismos’ e ‘pressões’. De acordo com o manual:

Segurança interna, integrada na Segurança Nacional, é o grau de garantia que o Estado proporciona à Nação, contra os antagonismos ou pressões de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no âmbito interno do país⁷³³.

Uma dessas pressões é justamente feita pelo movimento grevista e, portanto as reivindicações e as paralisações mais radicais são enquadradas nessa leitura e identificadas

⁷²⁹ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.37.

⁷³⁰ *Ibidem*.

⁷³¹ MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.28-29.

⁷³² ALVES, *op.cit.*, p.37-38.

⁷³³ Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978*.p.262.

como ‘inimigo interno’ e havia, desse modo, um fundamento para o uso da violência política. Os momentos de ‘pressão’ estão relacionados com o movimento operário em caso de: ‘distúrbios civis’ e ‘ greves ilegais’, então a partir dessas situações, havia legitimidade do ponto de vista militar para o uso da repressão⁷³⁴. No nosso objeto de estudo, a greve em Santos em 1980 é vista como um momento de ‘pressão’ e era necessário, via coerção acabar com o movimento.

Com o início da transição da ditadura para o regime democrático, a doutrina de segurança nacional (DSN) sofreu algumas modificações. Nos anos 60, a visão da ideologia de segurança nacional era de que a democracia e os regimes socialistas eram antagonistas, porém já no final dessa mesma década os teóricos da ESG passaram a entender que o sistema de partido único era um elemento marxista e, desse modo, era necessário ampliar o número de partidos políticos⁷³⁵. Analisando o manual da Escola Superior de Guerra de 1977-1978, notamos a valorização dos valores democráticos e uma das características do regime político é a seguinte:

Os componentes da expressão política variam quanto às funções que desempenham e ao modo de exercê-las, segundo se tenha adotado um regime político democrático, autocrático ou totalitário. No regime democrático adotam-se os princípios da divisão e harmonia de poderes e pluralidade de partidos políticos⁷³⁶.

Essa valorização do regime democrático continua presente no manual tanto que os componentes da Expressão Política do Poder Nacional eram: o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e os partidos políticos. O manual da ESG indica que uma das razões para o funcionamento do Estado de Direito era:

a independência e harmonia desses sistemas de órgãos, os quais por antiga tradição, recebem a designação de Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não obstante nenhum dos três poderes possuir o monopólio de qualquer dessas funções básicas. Participam uns e outros das atividades inerentes às diversas funções, embora cada um deles possuía uma área de ação predominante⁷³⁷.

Então, havia um pequeno avanço, porque teoricamente poderia haver partidos de oposição⁷³⁸. Essa perspectiva ‘democrática’ avança, de modo que nos anos 80 a doutrina explica a legitimidade da atuação da ‘oposição’, porque esta passou a ser uma peça central do regime democrático⁷³⁹. As modificações no discurso e do pensamento da Doutrina de

⁷³⁴ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.44.

⁷³⁵ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.59

⁷³⁶ Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978*.p.118.

⁷³⁷ Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978*.p.120.

⁷³⁸ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.60.

⁷³⁹ *Ibidem*.

Segurança Nacional permitiram a incorporação de alguns conceitos, os quais são identificados com um modelo mais liberal tais como: oposição, participação, partidos de oposição e eleições⁷⁴⁰. Vale chamar a atenção para o fato de que essa análise só é possível em função da conjuntura marcada pela transição da ditadura para a democracia.

Um elemento importante nessa inflexão é que ao mesmo tempo em que valorizava elementos liberais e democráticos, os militares formulavam instrumentos de autodefesa dessa mesma democracia. Podemos citar exemplos como a Lei de Segurança Nacional de 1983⁷⁴¹, a decretação das ‘salvaguardas de emergência’ e a delimitação entre ‘oposição’ e ‘contestação’⁷⁴². A atuação oposicionista dentro dos preceitos legais é legítima e permitida, por outro lado a ‘contestação’ é identificada “como um ataque sistemático ao regime, sendo, portanto, ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado que derivam do princípio de autodefesa⁷⁴³”. Essa diferença e a identificação dos setores considerados no campo da ‘contestação’ ficaram explícitas em alguns textos e por declarações da alta oficialidade na época. O general Golbery do Couto e Silva, considerado um dos estrategistas da política de abertura, defende que diversos setores deveriam se ‘reeducar’ para a ‘convivência democrática’, nesse sentido entendo que as ‘pressões’, na linguagem da Doutrina de Segurança Nacional, deveriam se enquadrar no modelo de ‘oposição’ e não na perspectiva de ‘contestação’. Nas palavras do general:

Na verdade, todos nós, precisamos reeducar-nos para a convivência democrática. Assim, por exemplo, poder-se-ia; na frente militar, pôr desde logo um paradeiro a pronunciamentos inconvenientes que possam ser interpretados como sinal de fraqueza do governo ou divisionismo nas Forças Armadas; depois na frente sindical, liquidar-se um vigoroso movimento grevista que, preferindo a opção revolucionária da confrontação à opção democrática da negociação, extravase para a contestação de caráter político, desmoralizando-lhes as principais lideranças e também os chefes de entidades auxiliares que saindo de seu campo de ação legítimo e legal, indevidamente se intrometam no episódio; mais tarde na frente estudantil, desconhecer entidades não legalmente representativas, alianças estranhas de mestres e alunos e quaisquer pressões contestatórias em relação a medidas anunciadas pelas autoridades competentes, levando tranquilamente a seu termo; a seguir na frente parlamentar, coibir manifestações agressivas e impróprias, apelando para as adequadas providências legais; finalmente na frente dos meios de comunicação, reprimir atuação ilegal pelos meios que na justiça se ofereçam⁷⁴⁴...

⁷⁴⁰ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p.61.

⁷⁴¹ Permanece em vigência até os dias atuais.

⁷⁴² STEPAN, op.cit., p.62.

⁷⁴³ Ibidem.

⁷⁴⁴ Esse texto foi um discurso do general na Escola Superior de Guerra no início dos anos 80. SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional o poder executivo e geopolítico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1981.p.33-34.

Remetendo ao nosso objeto de estudo, na área da Marinha, há a declaração do comandante do 1º Distrito Naval⁷⁴⁵, vice-almirante Alfredo Karam⁷⁴⁶, em que defende o mesmo princípio de readaptação e reeducação das ‘pressões’, tal como foi colocado pelo general Golbery. Em declaração ao jornal ‘O Estado de São Paulo’, após a greve dos portuários santistas em março de 1980 e durante a vigência da paralisação protagonizada pelos metalúrgicos do ABC Paulista, em abril de 1980, defendeu o seguinte: “Nesta fase difícil que o país atravessa, todos os setores da sociedade devem se juntar esforços para promover o bem estar social⁷⁴⁷”. Essa declaração pode ser interpretada como um recado para o movimento grevista para cessar o movimento. Vale chamar a atenção que essa declaração do almirante foi durante um treinamento dos fuzileiros navais no porto de São Sebastião, norte do estado de São Paulo, e era veiculada a hipótese da intervenção da Marinha nas paralisações do ABCD Paulista⁷⁴⁸. Sendo assim, a repressão era uma prática oficial do Estado brasileiro e ocorria amplamente na transição de regime democrático, onde as medidas liberais⁷⁴⁹ retornaram gradualmente, mas a violência contra ‘o inimigo interno’ permaneceu.

3.3. Repressão às greves no ABCD Paulista em 1978 e 1979

A repressão contra os grevistas em Santos, em março de 1980, não foi isolada, já que nas paralisações no ABCD Paulista, em 1978 e 1979, a coerção estava na ordem do dia. Agora iremos analisar como foi feita a repressão contra o movimento operário nesse período.

De praxe, o primeiro passo no encaminhamento da violência era através do aparato jurídico, quando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com apoio do Ministério do Trabalho, decretava a greve como ‘ilegal’. Isso é importante devido ao fato de que a ‘doutrina de segurança nacional’ identificava a ‘ilegalidade’ como um elemento da ‘guerra revolucionária’, e conseqüentemente legitimava a violência.

Isso ocorreu nas greves de 1978, com a decretação da ilegalidade da greve, mas não houve prisões e nem a intervenção nos sindicatos. Um dos desdobramentos foi a criação, pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), do decreto lei nº 1.632 em agosto de 1978, o qual ampliava os serviços considerados ‘essenciais’, que estavam proibidos de fazer greve, tais

⁷⁴⁵ Os fuzileiros navais responsáveis pelos treinamentos e pela ocupação do porto de Santos em 1980 eram do 1º Distrito Naval, localizado no Rio de Janeiro.

⁷⁴⁶ Foi Ministro da Marinha entre 1984 e 1985.

⁷⁴⁷ *Estado de São Paulo* 25/04/1980.

⁷⁴⁸ *Estado de São Paulo* 25/04/1980.

⁷⁴⁹ Podemos citar: o retorno do pluripartidarismo, anistia, fim da censura e eleições diretas para governadores em 1982.

como: serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e indústrias pré escolhidas pelo governo⁷⁵⁰. Além dessa extensão, visando impedir novos movimentos paredistas, a lei estabelecia punição aos indivíduos que participassem de greves e que poderia, inclusive, acarretar em demissão do trabalhador por justa causa. Atingia também os dirigentes sindicais porque estabelecia punição àquele que incentivasse movimentos grevistas⁷⁵¹. Os trabalhadores, através de alguns sindicatos reagiram a essa lei, como por exemplo, durante o ‘Encontro Intersindical Independente Nacional’, em que manifestaram o seu repúdio à lei antigreve de 1978⁷⁵².

Após as greves de 1978, o governo e o patronato estavam mais preparados para enfrentar novas ações grevistas e nota-se o incremento das práticas repressivas do Estado nas paralisações no ano de 1979. Tal como no ano anterior, após o segundo dia de greve no ABCD Paulista, foi decretada a ilegalidade pelo Tribunal Regional de Trabalho (TRT) e em seguida o Ministério do Trabalho abriu inquérito para apurar ‘infiltração comunista’ na greve⁷⁵³. Ricardo Antunes defende a ideia de que a ilegalidade do movimento evidenciava a preparação de uma ação repressiva por parte do Estado, que culminou com a intervenção nos sindicatos⁷⁵⁴. A primeira proposta de negociação foi recusada pelos trabalhadores e posteriormente o governo decretou a intervenção nos três sindicatos do ABCD Paulista. A intenção dessa medida era enfraquecer o movimento e retirar o controle do sindicato daqueles dirigentes que lideravam a greve⁷⁵⁵. Um dos desdobramentos foi a ausência da principal liderança, Luís Inácio Lula da Silva do movimento e, além disso, houve a prisão de 200 grevistas⁷⁵⁶. A figura de Lula era tão importante que durante a sua ausência ficou evidente a falta de um comando ou liderança capaz de substituí-lo. Diante desse quadro, Lula retornou à liderança do movimento⁷⁵⁷ e comandou o final da greve propondo uma trégua de 45 dias, período em que seria negociado o reajuste salarial e, caso não ocorresse, haveria uma nova greve. O problema é que essa proposta não foi unânime entre os trabalhadores e se voltava

⁷⁵⁰ Brasil. Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978.

⁷⁵¹ Brasil. Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978.

⁷⁵² *A Tribuna* 09/08/1978.

⁷⁵³ ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.46.

⁷⁵⁴ *Ibidem*.

⁷⁵⁵ MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999. .p.260.

⁷⁵⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.p.414-415.

⁷⁵⁷ ANTUNES, op.cit., p.48-49.

contra a espontaneidade da massa que era a favor da continuidade do movimento ⁷⁵⁸. Para concluir, em 1979, registra-se o assassinato de cinco operários que estavam em greve, causadas pelo aparato repressivo estatal⁷⁵⁹.

Até então a coerção praticada pelo aparato repressivo teve como práticas: a decretação da ilegalidade da greve pela Justiça do Trabalho, a intervenção nos sindicatos, o afastamento dos dirigentes sindicais, a ameaça de demissão pela lei antigreve de 1978 e até mesmo a eliminação física dos operários. Outro elemento importante relacionado à violência política era o alinhamento das grandes empresas com o aparato repressivo do Estado, particularmente nas medidas coercitivas contra as greves durante o período de transição. Especialmente a partir de 2012, com o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), várias informações interessantes em torno da atuação do grande capital na repressão vieram à tona. Em 1983, as empresas localizadas na região do Vale do Paraíba se articularam formando o ‘Centro Comunitário de Vigilância’(CECOSE), entidade organizada por empresários que contava com a participação de 25 empresas, sendo 14 multinacionais como a Ford e Johnson & Johnson. Integrada por chefes de segurança dessas empresas e por militares do Exército, Aeronáutica, Polícia Militar, Civil e Federal, o seu objetivo era trocar informações dos trabalhadores envolvidos em atividades grevistas⁷⁶⁰.

Outro caso notório foi a montagem de um aparato de segurança pela empresa alemã Volkswagen. O sistema de segurança interno da Volks, usado para vigiar os trabalhadores da empresa, foi montado pelo criminoso nazista Franz Paul Stangl chefe do campo de concentração de Treblinka. Stangl era fugitivo de guerra e foi preso no Brasil em 1967 e extraditado para a Alemanha. Mesmo não tendo indícios de que a empresa sabia que Stangl era um fugitivo de guerra, a vigilância perante aos trabalhadores continuou. No lugar de Stangl, assumiu o coronel do Exército Adhemar Rudge que chefiou a seção de segurança de junho de 1969 até 1991⁷⁶¹. A CNV indicou que a empresa colaborou com a repressão porque,

⁷⁵⁸ ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.p.51.

⁷⁵⁹ Destaca-se a repressão a greve dos metalúrgicos de São Paulo que resultou no assassinato do operário Santo Dias da Silva, baleado pela Polícia Militar paulista, durante a realização de um piquete.

⁷⁶⁰BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2) p.66.

⁷⁶¹AMORIM, Felipe e MACHADO, Rodolfo. CNV: Sistema da Volkswagen para vigiar funcionários na ditadura foi criado por criminoso nazista. Operamundi, 2014. Disponível em operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/38816/cnv+sistema+da+volkswagen+para+vigiar+funcionarios+na+ditadura+foi+criado+por+criminoso+nazista.shtml.

entre as evidências, há uma lista com nomes de empregados enviados ao DOPS⁷⁶². Há também o relato do operário Lúcio Bellentani de que houve tortura dentro da sede da empresa⁷⁶³. Um dos desdobramentos dessa informação foi o questionamento dos acionistas críticos⁷⁶⁴ sobre o envolvimento da empresa com a repressão política no Brasil durante a ditadura militar.

Portanto, além do fato do grande capital ter se beneficiado com as medidas do regime ditatorial, através da política de arrocho salarial, criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, proibição de greves e criação de fundos para empresas privadas pelo sistema Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP)⁷⁶⁵, nota-se uma íntima colaboração entre o Estado brasileiro e as empresas nacionais⁷⁶⁶ e estrangeiras⁷⁶⁷ para coibir greves e qualquer tipo de movimentação política da classe trabalhadora. Como já dito, havia uma congruência de interesses entre o Estado e a burguesia multinacional associada por meio de leis, do aparato repressivo e da ideologia de segurança nacional, visando aumentar a acumulação de capital e apassivar o movimento operário mais combativo tornando-o meramente um fantoche na homologação de aumentos salariais pré-determinados.

Para concluir, sobre o nosso objeto de estudo, o porto de Santos era administrado por uma empresa privada, a Companhia de Docas de Santos, a qual pertencia à família Guinle, desde o século XIX. Durante os trabalhos da comissão da verdade, entre 2012-2014, também foram apresentados uma série de indícios⁷⁶⁸ que indicam a ação dessa empresa na violência política, uma vez que monitorava os trabalhadores do porto. Posteriormente a Companhia de

⁷⁶²WINTER, Brian. Documentos sugerem que empresas estrangeiras auxiliaram ditadura no Brasil. Agência Reuters, 2014. Disponível em <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN0G51SR20140805?sp=true>

⁷⁶³AMORIM, Felipe e MACHADO, Rodolfo. CNV: Sistema da Volkswagen para vigiar funcionários na ditadura foi criado por criminoso nazista. Operamundi, 2014. Disponível em operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/38816/cnv+sistema+da+volkswagen+para+vigiar+funcionarios+na+ditadura+foi+criado+por+criminoso+nazista.shtml.

⁷⁶⁴Essa associação dos acionistas críticos é um grupo sem fins lucrativos que possui ações nas 25 maiores empresas na Alemanha.

⁷⁶⁵MELO, D. B. Ditadura civil militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós 1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, 2012.p.50

⁷⁶⁶Entre as empresas controladas pelo Estado vale citar a existência das Assessorias de Segurança e Informações e da Divisão de Segurança e Informação que atuavam dentro de ministérios civis, empresas do Estado e autarquias. Podemos citar como exemplos: a Petrobrás, a Companhia de Segurança Nacional, a Embraer e Companhia do metropolitano de São Paulo. No caso das empresas privadas nacionais: a siderúrgica Aliperti e a Cobrasma.

⁷⁶⁷Podemos citar: a Volkswagen, Ford, e Johnson & Johnson, Siemens, Mercedes Benz, Rapistan. Várias dessas empresas foram chamadas pelas comissões da verdade para esclarecer os vínculos com a repressão.

⁷⁶⁸Segundo depoimento de Nobel Soares, ex-sindicalista, a comissão da verdade, indica a vigilância no porto por um grupo chamado de “70”. As formas de repressão eram desde sumiço de trabalhadores por um tempo, transferências e rebaixamentos. Disponível em <http://www.ptalesp.org.br/noticia/p/?id=7242#.VQwaOtLF9A0>

Docas do Estado de São Paulo⁷⁶⁹ teve que prestar esclarecimentos sobre o caso⁷⁷⁰. É importante chamar a atenção que durante noventa e dois anos de concessão do porto à família Guinle ocorreu inúmeras intervenções dos fuzileiros navais para conter greves e, portanto, é um dado que indica como o Estado beneficiou diretamente a Companhia de Docas de Santos.

3.4. Repressão à greve no porto de Santos

A nossa hipótese sobre a repressão aos portuários de Santos na greve em 1980 é de que havia dois tipos de repressão: a primeira foi através de um monitoramento prévio dos trabalhadores e treinamento dos fuzileiros navais, visando uma possível intervenção no porto em caso de paralisação, a segunda forma foi através da violência imediata em que se destacaram a atuação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) declarando a ilegalidade da greve e a ocupação do porto pela Marinha de Guerra.

Sobre a vigilância anterior à greve, mesmo após um período intenso de repressão ao movimento operário compreendido entre 1964-1968, o aparato repressivo não deixou de acompanhar a área sindical. Em entrevista de Lula à Vox Populi/ Tv Cultura, em 1978, o coronel Erasmo Dias⁷⁷¹ declarou o seguinte:

Nós participamos ativamente entre 1962-1965 acompanhamos a atividade sindical e em particular a Baixada Santista na época do Fórum Sindical de Debates e temos acompanhado desde lá até agora todo o movimento sindical⁷⁷².

A citação acima é um indício de que o monitoramento do movimento sindical mesmo estando na maior parte do período ditatorial desarticulado politicamente era observado de forma perene e, nesse sentido, era uma atividade característica do aparato de vigilância do Estado. O que especulamos é uma possível interação do acompanhamento dos trabalhadores e sindicatos do porto com os treinamentos realizados pelos fuzileiros navais em Santos que se iniciou em 1977, ou seja, três anos antes da greve dos portuários. Analisando os ‘despachos’ do presidente Ernesto Geisel, a historiadora Ângela de Castro Gomes, indica um ininterrupto

⁷⁶⁹ Atualmente a Companhia de Docas do Estado de São Paulo, empresa de capital privado, administra o porto de Santos.

⁷⁷⁰ WINTER, Brian. Comissão da Verdade chama Volkswagen e Embraer para depor. Exame, 2015. Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/comissao-da-verdade-chama-volkswagen-e-embraer-para-depor>.

⁷⁷¹ Durante os anos 60, o coronel Erasmo Dias era comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, em Guarujá (SP) e estava entre os líderes da conspiração, na Baixada Santista, contra o governo do então presidente João Goulart (1961-1964). Na ocasião do golpe empresarial-militar de em 1964, Dias chefiou a ocupação da refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (SP). É considerado uma peça chave na repressão na região após o golpe. No ano de 1978, data da entrevista, era Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Cf Marcelo COSTA. Antônio Erasmo Dias. In: ABREU, Alzira Alves de *et al*(coords). Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro- pós 30. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁷⁷² SILVA, Luis Inácio Lula da. Entrevista ao programa Vox Populi na Tv Cultura, 1978. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0WxBBoejv3w&t=399s>.

acompanhamento do aparato de vigilância ao movimento paredista, e um dos sindicatos que estavam sendo controlados era o dos Estivadores de Santos, considerado pelo governo uma categoria rica, forte e tradicionalmente politizada e que necessitava de observação⁷⁷³.

Analisando alguns prontuários, feitos pelo Departamento Estadual de Ordem e Política Social de São Paulo (DEOPS), percebe-se que a repressão englobava a Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, que tinha como responsabilidade conter e vigiar os trabalhadores do porto. Esse monitoramento individual tem como elementos: um histórico detalhado dos trabalhadores e o seu envolvimento político, a presença em eventos, seu engajamento nas assembleias dos trabalhadores e em alguns casos, o posicionamento individual em relação às paralisações do ABCD Paulista⁷⁷⁴.

Destaco também o monitoramento prévio a Nobel Soares, uma das lideranças grevistas em 1980. Em seu prontuário há o seu histórico político o qual tinha sido candidato a presidente do sindicato dos empregados da administração dos serviços portuários de Santos e que não conseguiu se eleger, o registro da autoria de panfletos convocando os trabalhadores para assembleia e sugerindo a paralisação do porto. Além disso, demonstrava a sua participação como líder estudantil em apoio às greves no ABCD Paulista e por fim, o seu discurso no dia nacional do portuário em que homenageou os trabalhadores cassados pela ditadura e defendeu a autonomia e a organização política dos trabalhadores como um instrumento de viabilização da luta operária⁷⁷⁵. Às vésperas da greve em março de 1980, havia um informe da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Transporte que alertava sobre a atuação de Nobel Soares na assembleia do dia 07 de março, o qual indicava que o seu pronunciamento tinha sido totalmente contrário à proposta da Companhia de Docas de Santos⁷⁷⁶.

Outro elemento que indica um monitoramento prévio foi a frequente observação nos relatórios policiais de inúmeras assembleias realizadas pelos portuários de Santos, em que eram discutidos alguns benefícios como a gratificação salarial sobre férias e proventos

⁷⁷³ GOMES, Ângela de. Abertura política e controle sindical: trabalho e trabalhadores no arquivo de Ernesto Geisel. In: *Dossiê Geisel*/Celso Castro e Maria Celina D' Araujo, organizadores: Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 2002.p.11.

⁷⁷⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo: DOPS/Santos. 'Luiz Antônio Vieira Braga'. Prontuário nº 4279, 1979.

⁷⁷⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo: DOPS/Santos. 'Nobel Soares de Oliveira'. Prontuário nº 11.069, 1984.

⁷⁷⁶ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.97.

atrasados⁷⁷⁷. O DEOPS monitorava os trabalhadores que faziam parte da ‘Comissão dos oito’, esta formada a partir das assembleias realizadas em 1978⁷⁷⁸, para o pagamento atrasado de 13º salário e a luta a favor da liberação de 50% do valor dos depósitos do FGTS com o governo. Nesse mesmo ano, como de praxe, o DEOPS acompanhava e monitorava os componentes das chapas que iriam concorrer às eleições no Sindicato dos Estivadores de Santos⁷⁷⁹.

O segundo dado que indica uma estratégia preventiva em relação à greve no porto de Santos foi a realização de treinamentos dos fuzileiros navais. A ocupação e defesa dos portos são tarefas importantes para essa corporação, tanto que em seu livro oficial há o registro destacado de que entre 1985-1987 ocorreram várias operações de segurança dos portos⁷⁸⁰. Contudo, sabemos que a intervenção nos portos não se limitou apenas a esse período e que também incluiu vários treinamentos visando ocupar as instalações portuárias. Segundo essa mesma obra de caráter oficial, a razão para a ocupação dos portos nos anos 80 foi em virtude da paralisação dos trabalhadores⁷⁸¹.

Esses treinamentos militares podem ser justificados pela tese do ‘inimigo interno’, já que entendemos que as operações e movimentos contra a ‘guerrilha’ no porto, na realidade destinavam-se a ‘distúrbios civis’ e ‘sabotagens’ causados pelas greves, ou seja, o ‘guerrilheiro’ nesse caso era o trabalhador portuário. Esses treinamentos caracterizavam uma operação preventiva, pois caso ocorresse greve no porto, os fuzileiros navais estariam previamente aptos para agir.

Registra-se o primeiro treinamento dos fuzileiros navais em Santos em novembro de 1977. Essa operação teve como nome ‘Aragem IV’ e consistiu em testar a capacidade de deslocamento marítimo dos fuzileiros navais alocados no 1º Distrito Naval⁷⁸² para a cidade de Santos. Na área portuária, já ocupada pelos militares da Marinha, os exercícios eram

⁷⁷⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo: DOPS/Santos. ‘José Raimundo de Souza’. Prontuário nº 3.673, 1979.

⁷⁷⁸ Ibidem.

⁷⁷⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo: DOPS/Santos. ‘Milton Aparecido Francisco’. Prontuário nº 8.562, 1978.

⁷⁸⁰ BIELINSKI, Alba Carneiro. *Os fuzileiros navais na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.p.118.

⁷⁸¹ Ibidem.

⁷⁸² Em 1963 foi criado o Grupamento dos Fuzileiros Navais em Santos com o propósito de auxiliar a Capitania dos Portos e a cidade de Santos em casos de calamidade pública. Em 1976 o Grupamento dos Fuzileiros Navais em Santos foi excluído. Cf Cidade de Santos 18/03/1976.

chamados de anti- guerrilha⁷⁸³. O relato do periódico ‘A cidade de Santos’, é bem ilustrativo nos tipos de exercícios realizados contra o ‘inimigo interno’:

Para testar estas manobras, que visam testar a segurança dos portos são usados, fuzileiros navais, marinheiros da capitania dos portos e até mesmo guarda portuários que, em trajes civis, tentam sabotar os principais pontos do cais⁷⁸⁴.

....os fuzileiros navais continuam praticando as mais variadas manobras no porto, entre elas a de controle dos distúrbios civis executada por um pelotão de 42 homens⁷⁸⁵.

Em 1979 foram realizados novos treinamentos. Oficialmente ocorriam duas operações simultâneas: A ‘Operação Aragem’ em terra a qual visava o ‘inimigo interno’ e a ‘Operação Arrastão’ realizada no mar visava à ameaça vinda de outro país. Sobre a ‘Operação Aragem’, novamente ocorreu a ocupação do porto de Santos em pontos estratégicos pelos fuzileiros navais do 1º Distrito Naval⁷⁸⁶. A partir desses treinamentos militares nota-se que o Estado estava engajado na defesa da propriedade da Companhia de Docas de Santos, empresa de capital privado, assim essa empresa era beneficiada com esses treinamentos, pois os fuzileiros atuavam caso o trabalho no porto estivesse paralisado. Na leitura dos jornais há a informação de que durante as manobras, a guarda portuária vinculada à Companhia de Docas de Santos estava articulada desde o adestramento em operações contra a ‘guerrilha’ até o fornecimento de viaturas⁷⁸⁷.

É importante ressaltar que essas ‘invasões’ dos fuzileiros navais⁷⁸⁸ não se limitaram ao porto de Santos, pois era uma operação em nível nacional e que incluía a ocupação de diversos terminais portuários⁷⁸⁹. Em 1978 registra-se o mesmo tipo de operação e também com o nome ‘Aragem’ na ocupação do Porto de São Sebastião, localizado no litoral norte do estado de São Paulo, pelos fuzileiros navais e, segundo o vice- almirante Paulo de Bonoso Duarte Pinto, o objetivo era “prevenir a interrupção da rede portuária em caso de greve e

⁷⁸³ *A Tribuna* 29/11/1977.

⁷⁸⁴ *A Cidade de Santos* 01/12/1977.

⁷⁸⁵ *A Cidade de Santos* 01/12/1977.

⁷⁸⁶ *A Tribuna* 23/05/1979.

⁷⁸⁷ *A Tribuna* 29/11/1977//; *A Tribuna* 30/11/1977.

⁷⁸⁸ Igualmente ao caso santista, registra-se a ocupação do Porto de Vitória pelos fuzileiros navais visando defender as instalações portuárias. Cf *Revista Marítima Brasileira* 1978. Houve também a ocupação do porto de Angra dos Reis, no sul fluminense, inclusive com os mesmos nomes usados na operação em Santos, em 1979, Arrastão e Aragem. A meta era proteger as instalações portuárias e os terminais das Petrobrás. Cf *Revista Marítima Brasileira* 1979.

⁷⁸⁹ Os portos eram considerados áreas de segurança nacional. Segundo a Lei de Segurança Nacional de 1978 era considerado crime “Comprometer a Segurança Nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Forças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações”. Cf BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.

depredações das instalações⁷⁹⁰”. Nesse caso, diferentemente de Santos, foi usado como argumento que a maioria do petróleo consumido pelo país na época passava pelo Terminal Marítimo Almirante Barroso (Porto de São Sebastião) e igualmente era responsável pelo funcionamento de três grandes refinarias: Capuava, Presidente Bernardes e Planalto⁷⁹¹. Nessa mesma fonte há a informação de que tanto o Exército quanto a Aeronáutica também realizavam treinamentos e ocupações em lugares estratégicos, como a ‘Operação Saci 78’ em que 2.500 soldados do I Exército em conjunto com aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), testaram a capacidade de deslocamento para a cidade de Macaé⁷⁹², sede da Bacia de Campos onde existem importantes instalações petrolíferas. Essa atuação prévia dos fuzileiros navais pode ser explicada pela mentalidade do ‘inimigo interno’, tanto que no Manual da Escola Superior de Guerra uma das medidas recomendadas é a ‘atitude preventiva’, a qual:

Busca evitar que se crie e amplie no país o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo. Deve ter caráter permanente e a maior intensidade possível, dentro dos meios existentes. Quando a situação exigir que as medidas preventivas já consideradas no quadro do Desenvolvimento Nacional, sejam submetidas a um planejamento especial para atender a uma exigência da conjuntura, caberá a Expressão Política orientar tal planejamento, que está caracterizando a atitude preventiva⁷⁹³.

A atitude preventiva visa a enfrentar os tipos de ação adversa que se caracterizam predominantemente como perturbação da ordem, incluindo os propiciados pelo quadro das calamidades públicas- que possam vir a comprometer o exercício dos poderes constituídos e o cumprimento da lei, ameaçando as populações, propriedades públicas e bens privados⁷⁹⁴.

Com o início da greve no dia 17 de março de 1980, a primeira reação do Estado, logo no segundo dia de paralisação, foi anunciar a chegada dos fuzileiros navais para assegurar as instalações portuárias. Então, os mesmos fuzileiros do 1º Distrito Naval que tinham realizado os treinamentos desde 1977, ocuparam o porto e, assim, podemos chegar à conclusão de que havia uma preparação prévia, em caso de paralisação⁷⁹⁵. Oficialmente a função dos fuzileiros navais era proteger as instalações portuárias. Porém, em declaração à imprensa, o capitão dos portos Antônio Cezar de Andrade afirmou que os fuzileiros navais também atuariam para proteger os trabalhadores que quisessem retornar ao trabalho e que qualquer piquete realizado dentro da faixa portuária seria combatido pela Marinha⁷⁹⁶. Essa ação era pertinente à estratégia adotada e refletia o treinamento dos fuzileiros navais na ocupação dos principais

⁷⁹⁰ O Estado de São Paulo 16/08/1978.

⁷⁹¹ O Estado de São Paulo 16/08/1978.

⁷⁹² O Estado de São Paulo 16/08/1978.

⁷⁹³ Escola Superior de Guerra. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978.p.264.

⁷⁹⁴ Escola Superior de Guerra. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978.p.266.

⁷⁹⁵ Cidade de Santos 18/03/1980.

⁷⁹⁶ Cidade de Santos 19/03/1980.

pontos estratégicos e o combate a ‘guerrilha’ no porto, o que com essa declaração infere-se pelos piquetes.

No dia 19 de março os portuários votaram a favor da continuidade da greve e recusaram a proposta enviada pela Companhia de Docas de Santos⁷⁹⁷. Desse modo, os dirigentes sindicais pelegos e o governo foram derrotados porque a proposta de aumento salarial não foi aceita.

No dia seguinte à recusa dos portuários em retornarem ao trabalho, foi usado o segundo instrumento de repressão à greve dos portuários de Santos em 1980, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou favorável a ilegalidade da greve, a pedido do Ministro do Trabalho Murilo Macedo⁷⁹⁸. Observamos que esse mesmo preceito foi usado na repressão às greves no ABC Paulista, já que a ‘greve ilegal’ representava uma justificativa para atuação do aparato repressivo do Estado. O argumento para decretar a ilegalidade da greve teve como base a lei antigreve de 1978 por ‘afetar atividade essencial e de interesse para a segurança nacional’. Nesse mesmo dia, Murilo Macedo em declaração à imprensa santista advertiu que, com a confirmação da ilegalidade da greve, os grevistas poderiam ser demitidos⁷⁹⁹. Um dos desdobramentos para os portuários com a decretação da ilegalidade da greve é de que o governo se negaria oficialmente a negociar. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) fixou em 6% a proposta de aumento salarial sobre a produtividade⁸⁰⁰.

A partir da ilegalidade do movimento, o governo começou a radicalizar contra os grevistas. No dia 21 de março, o capitão dos portos de Santos recebeu ordens do governo federal para colocar em funcionamento o porto, mesmo com a continuidade da greve. A administradora do porto obteve autorização para contratar novos empregados e cogitou a possibilidade de intervenção no sindicato e a demissão em massa dos grevistas. Nessa ‘operação desmancha greve⁸⁰¹’, caracterizada pela presença dos fuzileiros navais no porto, ameaça de intervenção no sindicato, demissão em massa e a possibilidade de um acordo em piores condições do que aquele indicado pela Companhia de Docas de Santos, os portuários

⁷⁹⁷ Com a proposta o valor salarial chegaria a CR\$ 852,43. Cf SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.162-164-165.

⁷⁹⁸ O pedido da decretação da ilegalidade da greve ocorreu no terceiro dia do movimento. *Cidade de Santos* 18/03/1980.

⁷⁹⁹ *Cidade de Santos* 18/03/1980.

⁸⁰⁰ Era um valor bem abaixo dos 15% pedido pelos trabalhadores. Folha de São Paulo 21/03/1980.

⁸⁰¹ Termo usado por SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.175.

decidiram fazer uma nova assembleia. Apesar da declaração de José Berenguer⁸⁰² de que não negociaria com os grevistas e de que seguiria com a lei, ou seja, de que a única proposta possível era o aumento de 6%, a empresa recuou e sinalizou em manter a proposta de aumento salarial anterior⁸⁰³.

Um elemento importante durante a paralisação do porto foi a atuação da grande imprensa em represália ao movimento grevista em Santos. As consequências negativas da greve eram noticiadas diariamente, como por exemplo: “prejuízo diário para a economia nacional de Cr\$ 1,3 bilhões”, “uma queda expressiva no faturamento das exportações de café” e “a paralisação no porto de Santos vai causar um encarecimento de produtos internos com o custo extra com transporte⁸⁰⁴”. Por outro lado, outros setores da sociedade apoiaram e solidarizaram a favor da greve em Santos, tanto partidos políticos⁸⁰⁵ quanto outros sindicatos⁸⁰⁶.

A pressão do grande capital foi um componente decisivo para o fim desse movimento. Analisando a imprensa escrita, várias declarações tanto da burguesia quanto do alto escalão do governo convergiam no mesmo sentido, de que a paralisação do porto causava grande prejuízo à ‘economia nacional’ e afetava a importação⁸⁰⁷ e exportação⁸⁰⁸. Contudo, a preocupação era muito mais política do que econômica porque se tratava da primeira greve após 1964 e havia o receio de que houvesse a volta do histórico movimento combativo dos portuários de Santos, e, além disso, que se articulasse com os metalúrgicos do ABCD Paulista, já que naquele momento discutia-se a viabilidade de uma nova paralisação naquela região. A declaração de Arthur João Donato, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) é sintomática:

⁸⁰² É uma figura importante na repressão aos trabalhadores porque o mesmo esteve presente no repasse da informação dos trabalhadores ao DOPS, como apontado no primeiro capítulo.

⁸⁰³ SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.177

⁸⁰⁴ Essas manchetes estiveram presentes nos seguintes periódicos: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade de Santos e a Tribuna.

⁸⁰⁵ O PT e o PMDB de São Paulo se manifestaram a favor da greve. Folha de São Paulo 20/03/1980.

⁸⁰⁶ Os seguintes sindicatos apoiaram o movimento grevista em Santos: Metalúrgicos de Guarulhos, Trabalhadores das Indústrias Químicas do Estado de São Paulo, desenhistas de São Paulo, conferentes de carga e descarga do Rio Grande do Sul, petroleiros do Rio de Janeiro, metalúrgicos de Santo André, petroquímicos de Duque de Caxias e Campinas, bancários de Belo Horizonte e dos motoristas de guindastes do Espírito Santo. Folha de São Paulo 20/03/1980.

⁸⁰⁷ Importadores de produtos químicos e insumos para fertilizantes também pressionavam para o fim da greve. SANTOS; FERNANDES NETO, op.cit., p.150.

⁸⁰⁸ Ibidem. Adriana Gomes Santos e Antônio Fernandes Neto comentam também pressão foi exercida por empresários do comércio exterior e outras empresas como a Associação Nacional dos Fabricantes de Celulose, empresa alemã Volkswagen, empresas de navegação e exportadores de café. A Companhia de Docas de Santos por não dar fim a greve, foi criticada publicamente pela Associação dos Exportadores Brasileiros.

A paralisação arbitrária e ilegal no porto de Santos, as anunciadas iniciativas dos metalúrgicos do ABC e, ainda, a solidariedade deixada patente por outros grupos tornam evidente que não estamos mais defrontando reivindicações salariais ou benefícios trabalhistas, mas um grupo de pretensos líderes trabalhistas que revelaram, afinal, suas incomensuráveis ambições políticas e que, já sem discrição ou recato, demonstram lançar-se a uma luta nefanda, qual seja, a de implantar uma ditadura⁸⁰⁹.

A 'Folha de São Paulo', através de seu editorial, também demonstrou preocupação com a movimentação dos portuários santista e lembrou:

A greve dos portuários merece, entretanto, uma consideração mais detida. É inegável que a sua deflagração tende a gerar certa apreensão no país. Em primeiro lugar porque, antes de 1964, os sindicatos dos portuários eram os mais fortes e ativos do Brasil e suas campanhas salariais e paralisações terminaram sendo um dos principais fatores de mobilização das forças que depuseram o governo João Goulart⁸¹⁰.

Primeiro, apesar de não ter ocorrido prisões e enfrentamentos durante a greve, a simples presença dos fuzileiros navais ocupando os principais pontos estratégicos do porto, demonstra que a sua função era eminentemente repressiva⁸¹¹, porque estavam prontos para atuar principalmente após a decretação da ilegalidade da greve pelo TRT. Segundo, a ameaça de demissão dos grevistas e de intervenção no sindicato, a pressão do grande capital e da imprensa foram elementos coercitivos e decisivos para o término do movimento. Terceiro, os dirigentes sindicais pelegos contribuíram para dar fim à greve e isso só reforça a ideia de que a paralisação só iniciou e sustentou-se pela atuação das bases operárias. Após a 'operação desmanche greve', os trabalhadores deveriam decidir pela continuidade da greve ou não. A primeira articulação foi feita pelo prefeito de Santos, Paulo Gomes Barbosa, que não autorizou o uso do Ginásio Antonio Guenaga para a realização da assembleia com a participação de todos os trabalhadores do porto. O objetivo era justamente dividir os portuários e, portanto as assembleias realizadas no dia 21 de março ocorreram de forma separada em cada sindicato⁸¹².

A segunda articulação foi feita pelos presidentes dos sindicatos. José Dias Trigo, presidente do Sindicato dos rodoviários tentou antecipar o fim da greve. Os trabalhadores se recusaram, pois a maioria estava inclinada a votar a favor da manutenção da greve. Após

⁸⁰⁹ O Estado de São Paulo 19/03/1980. Apud SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.p.51

⁸¹⁰ *Folha de São Paulo* 19/03/1980. p.02

⁸¹¹ SANTOS; FERNANDES NETO op.cit., p.153.

⁸¹² *Ibidem*. p.178.

tumultos e exclusão dos setores mais combativos, foi aprovado o fim da greve⁸¹³. Essa atuação dos dirigentes sindicais foi registrada pela própria imprensa a qual condenava à greve. Na edição da revista ‘Veja’, em março de 1980, em que há um balanço da greve, a revista afirma que ‘foram necessários a colaboração, o choro e a malícia do sindicato para convencer os portuários de que não conseguiram o que queriam⁸¹⁴’.

Para concluir, mesmo não tendo ocorrido prisões, demissões e morte de trabalhadores portuários durante a greve, o ‘acerto de contas’ ficou para após a greve. Em 11 de setembro de 1980, Nobel Soares, uma das lideranças mais combativas daquele movimento, foi demitido da Companhia de Docas de Santos. Isso foi para impedir que em Santos se formasse, com uma liderança atuante, uma corrente sindical nos moldes do ‘novo sindicalismo’ que surgiu no ABCD Paulista⁸¹⁵. Não se pode desprezar o histórico das greves no porto santista e, nesse sentido, a preocupação do governo era de que o movimento dos portuários não se politizasse⁸¹⁶. Uma das apreensões dos órgãos de informação era a influência política do Partido dos Trabalhadores (PT) na Baixada Santista. Segundo relatórios do DOPS de Santos, Nobel Soares era vigiado durante a greve:

...o nominado é tido como um dos baluartes na deflagração do movimento grevista de paralisação total das atividades portuárias; destaca-se pelo significativo proselitismo de esquerda que desenvolveu, principalmente durante a realização das reuniões preparatórias para a eclosão do referido movimento paredista. Ao lado de Benedito Furtado de Andrade, Nobel configura como um dos idealizadores do denominado Pacto de Unidade Portuária, movimento que congregou os quatro sindicatos de portuários servidores da Companhia Docas de Santos, do qual se originou a decretação no porto de Santos⁸¹⁷.

Curiosamente, o ano de 1980 é marcante para o porto de Santos. Primeiramente pelo fato de ter ocorrido a primeira greve desde 1964 e também porque marcou o fim da concessão da administração do porto para a empresa de capital privado, Companhia de Docas de Santos, sendo que a partir de novembro seria administrado pela empresa estatal, Companhia de Docas do Estado de São Paulo⁸¹⁸. Por isso, outra motivação para a demissão de Nobel Soares era entregar de forma ‘limpa’, ou seja, uma medida de saneamento político, já que o porto estava

⁸¹³SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015. p.178.

⁸¹⁴ Veja 26/03/1980.

⁸¹⁵ SANTOS; FERNANDES NETO op.cit.p.207.

⁸¹⁶ Ibidem.

⁸¹⁷ Ibidem.

⁸¹⁸ Na direção da CODESP ficaria Sergio da Costa Matte e fora convidados para o Conselho Executivo da CODESP os empresários paulistas Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho e Antônio Manoel de Carvalho. Cf SANTOS; FERNANDES NETO op.cit.p.212.

encaminhado para a Companhia de Docas do Estado de São Paulo⁸¹⁹. A vigilância em relação a Nobel Soares permaneceu mesmo após a demissão como demonstra o prontuário do DOPS de Santos o qual registra a sua atividade política no decorrer da década de 80⁸²⁰.

Por fim, a violência contra os portuários durante a greve em Santos, demonstra que essa prática era institucional durante o período de transição do regime ditatorial para um regime democrático. No caso das paralisações em Santos a coerção esteve presente por meios jurídicos através da decretação da ilegalidade do movimento e pela presença dos fuzileiros navais. Durante a greve, o Ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, declarou que a ocorrência e os problemas decorrentes da greve seriam ‘o preço a se pagar pela democracia⁸²¹’. Com essa afirmativa, podemos refletir sobre que tipo de democracia vivemos hoje e apesar da mudança na correlação de forças de um regime ditatorial para a democracia é importante ressaltar que mesmo no regime democrático atual, o Estado permanece sendo burguês e com inúmeros instrumentos coercitivos para lidar com greves, movimentos sociais e setores populares⁸²². Em vista disso, pode-se afirmar que a mentalidade militar em relação ao ‘inimigo interno’ se conserva e transcende a mudança de regime político.

4.O revisionismo e a ‘ditadura cronológica’⁸²³

Neste último tópico irei refletir sobre a produção historiográfica revisionista que defende o término da ditadura em 1979. Justifico esse tema porque esta perspectiva entra em conflito com o recorte cronológico do objeto de estudo apresentado nesta pesquisa.

O termo ‘revisionismo’ apareceu originalmente na intervenção de Eduard Bernstein (1850-1932) na social- democracia alemã entre o final do século XIX e início do XX. Esse conceito foi resgatado no século XX durante os debates do movimento comunista internacional e chegou a ter um significado pejorativo. Os historiadores usaram o termo revisionismo por outra perspectiva, cujo sentido é a reinterpretação, revisão de processos

⁸¹⁹SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015. p.211.

⁸²⁰ Arquivo Público do Estado de São Paulo: DOPS/Santos. ‘Nobel Soares’. Prontuário nº 11.069, 1984.

⁸²¹ *Estado de São Paulo* 18/03/1980.

⁸²² No regime democrático atual, as Forças Armadas atuam contra o inimigo interno através da Garantia da Lei e da Ordem desde 2013. É autenticada e antecedida pela função das Forças Armadas definida pela Constituição de 1988 e pela Lei Complementar nº 97, de 1999. Suas atuações recentes foram a ocupação do Complexo do Alemão, das favelas da Maré e na repressão contra a as greves dos trabalhadores na Usina Hidrelétrica Belo Monte. Para uma discussão sobre a o atual regime de dominação classista e a atuação do aparato policial ver LEMOS, Renato. *A transitividade da transição: da ditadura à democracia GLO*. 2014. Acessível em <http://blogconvergencia.org/?p=2442>.

⁸²³ Daniel Aarão chama essa periodização clássica de ‘ditadura cronológica’. Título usado no artigo AARÃO, Daniel Reis Filho. A ditadura cronológica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A3 - A3, 26 mar. 2014.

históricos cujas narrativas e explicações até então eram consensuais, como no caso das narrativas realizadas pelo próprio Estado e em explicações acadêmicas⁸²⁴. Nesse raciocínio, Demian Melo demonstra que o revisionismo pode ser progressista, como no caso da Revolução Russa (1917) em que o termo ‘revisionismo’ refere-se a um conjunto de trabalhos que a partir dos anos 60 se opôs as interpretações anticomunistas dos ‘cold warriors’ estadunidenses. Enquanto os ‘cold warriors’ simplificaram a explicação da tomada do poder pelos bolcheviques como um “golpe” com pouco enraizamento social, um historiador revisionista Moshe Lewin desconstruiu tal ideia e contestou a tese de que o stalinismo era um desdobramento natural do leninismo, já que os últimos textos tinham um caráter não burocrático. Para os historiadores ‘cold warriors’, esses revisionistas eram tidos como ‘esquerdistas’⁸²⁵. Portanto, diferentemente do sentido negativo do revisionismo no século XIX, a operação de revisão historiográfica pode ser progressista.

O trabalho do historiador francês François Furet, em torno da Revolução Francesa (1789) é um exemplo atual do revisionismo. O principal objetivo desse autor é desqualificar o conceito de revolução.⁸²⁶ A produção historiográfica desse historiador coincide com o momento histórico marcado pela derrota do socialismo, com a comemoração do bicentenário da Revolução Francesa (1989), e uma das suas teses era de que o período jacobino (1793-1794) significou uma “derrapagem” do processo revolucionário. Essa afirmação indica uma conotação teleológica já que o processo histórico francês deveria se dirigir para uma democracia e justamente o período jacobino atrapalhou esse percurso. A relação entre as ideias do historiador francês de que a revolução havia terminado coincide com a ideia de Francis Fukuyama, pois houve a substituição do tema da revolução pela democracia. A ideia é de que o aspecto revolucionário deveria ser transformado em uma maldição e simultaneamente o regime democrático seria o único e possível futuro desejável⁸²⁷. A desqualificação da revolução era um tema importante, no final da década de 80, pois naquele momento em função do fato da economia de mercado ter alcançado um grau de superioridade, qualquer tipo de mudança radical na história seria entendido como perigoso. O único sentido revolucionário era creditado durante o colapso do regime soviético e as revoltas eram

⁸²⁴MELO, D. B. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea (Introdução). In: MELO, D. B. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2014.p.19

⁸²⁵ Ibidem.

⁸²⁶Ibidem. p.21-22.

⁸²⁷Ibidem. p.25.

apresentadas pela grande mídia como *revoluções* apenas com o sinal invertido, ou seja, em direção ao capitalismo e a democracia⁸²⁸.

O revisionismo sobre o golpe de 1964⁸²⁹ e a ditadura ganhou mais evidência durante a (des) comemoração dos 40 anos do golpe (2004) em que os textos revisionistas trabalharam com a hipótese de que o então presidente João Goulart e os movimentos sociais também foram responsáveis pelo golpe, uma vez que estavam encaminhando um golpe e, portanto, não tinham nenhum apreço pela democracia⁸³⁰. Essas “novas” interpretações revelam um “empobrecimento” intelectual e o conservadorismo político na produção acadêmica nos últimos anos⁸³¹.

O primeiro autor a ser debatido aqui é Daniel Aarão Reis⁸³². No início dos anos 2000, em seu livro ‘Ditadura militar, esquerdas e sociedade’ uma de suas ideias é de que a ditadura iniciou em 1964 e terminou em 1979, ou seja, essa proposta era bem distinta da periodização consensual⁸³³. O argumento central de Daniel Aarão é de que a partir de 1979, todos os atos institucionais foram abolidos, destacando-se o fim do Ato Institucional nº5 e, portanto a partir desse momento o Estado de exceção deixou de existir e o Brasil passou a ser um Estado de direito ‘precário’⁸³⁴. Textualmente afirma que a ditadura acabou em 1979 e até 1988 seguiu-se um período de transição, caracterizado pelo ‘entulho autoritário’⁸³⁵ e terminou devido à promulgação de uma nova constituição. Nesse livro, Daniel Aarão não aprofunda essa

⁸²⁸ MELO, D. B. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea (Introdução). In: MELO, D. B. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.26.

⁸²⁹ Cf FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano O tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸³⁰ Para uma visão crítica sobre esse revisionismo em torno do golpe de 1964 ver TOLEDO, Caio Navarro de. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista* (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 19, p. 27-48, 2004. DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, D. B. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. MELO, D. B. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão (versão ampliada). In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁸³¹ MELO, op.cit., 158.

⁸³² Fez parte do MR- 8 durante a ditadura e participou do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick. Atualmente é professor de História da Universidade Federal Fluminense.

⁸³³ Isso é considerado uma nova forma de periodização da ditadura porque o período consensual é de que durou entre 1964 -1985, cujo marco final foi a posse de José Sarney na presidência da República.

⁸³⁴ AARÃO, Daniel Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000, p.69.

⁸³⁵ O autor quer dizer que esse Estado de direito precário convivia com as leis que foram feitas durante o período da ditadura.

questão, apenas aponta em poucas páginas essa formulação. Transcrevo abaixo os trechos que indicam essa nova periodização:

Nossa escolha recai em 1979, quando deixou de existir o Estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e foi aprovada a anistia, ensejando a volta do exílio dos principais líderes das esquerdas brasileiras. Daí em diante, abriu-se um período de transição até 1988, quando a aprovação de uma nova Constituição restabeleceu as condições de um pleno estado de direito em nosso país⁸³⁶.

O AI-5, por decisão da própria ditadura, expirou no último dia de 1978. Assim, como o ano novo, em 1979 o país reingressou no Estado de Direito- ainda precário porque apoiado em uma Constituição imposta, a de 1967, em uma emenda constitucional espúria, arrancada, sob ameaça, em 1969, em toda a uma constelação de leis e decretos que formavam, como se chamou deste então, um verdadeiro entulho autoritário. Mas a ditadura aberta já não existia mais. O país e a ditadura respiravam⁸³⁷.

Em artigos posteriores, datados de 2014, ano em que se completou 50 anos do golpe empresarial- militar e da publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, Daniel Aarão Reis desenvolveu essa ideia e passou a criticar aqueles que delimitavam o final da ditadura em 1985. Basicamente a reflexão do autor é de que os analistas, historiadores e cientistas políticos que defendem a periodização tradicional (1964-1985) o fazem, por entenderem a ditadura apenas como ‘militar’ e quando um civil, José Sarney, assumiu o cargo de presidente da República, determinou o término da ditadura ‘militar’⁸³⁸. E, além disso, para Daniel Aarão Reis, esses autores têm o interesse em esconder que os ‘civis’⁸³⁹ tinham apoiado o golpe e a ditadura.

O apoio dos ‘civis’ ao golpe de 1964 é uma tema central para esse historiador e um dos motivos para expor a crítica acima é validar a sua hipótese sobre o apoio da sociedade ao regime ditatorial. A sua ideia é de que a lei da anistia (1979) proporcionou um ‘pacto de sociedade’, com o argumento de que um dos silêncios referentes a essa lei foi o apoio da sociedade ao golpe de 64 e a ditadura⁸⁴⁰. Defende essa hipótese, indicando o exemplo das Marchas da Família com Deus pela Liberdade no pós-golpe de 1964, altos índices de

⁸³⁶ AARÃO, Daniel Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.p.11.

⁸³⁷ *Ibidem*. p.69.

⁸³⁸ *Idem*. A ditadura civil- militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2012.

⁸³⁹ Segundo o autor, esse apoio ficou visível devido as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e de várias instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Associação brasileira de imprensa (ABI). Ainda acrescenta a participação da imprensa e lideranças políticas e empresariais. *Idem*. A ditadura cronológica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A3 - A3, 26 mar. 2014.

⁸⁴⁰ *Idem*. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.p.173-174.

popularidade do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e a expressiva votação no partido governista, a ARENA⁸⁴¹.

Refletindo sobre as ideias desse historiador, nota-se que Daniel Aarão Reis define o regime ditatorial apenas pelos critérios caros ao liberalismo. Assim, uma ditadura só existe quando os governantes “podem editar ou revogar as leis pelo exercício arbitrário de sua vontade⁸⁴²”. O instrumento que representava essa característica eram os atos institucionais e o período após 1979 é interpretado como democrático porque houve o restabelecimento das eleições livres, não havia mais presos políticos, existia alternância do poder, livre organização sindical, partidária e de imprensa⁸⁴³, e o movimento a favor das ‘Diretas Já’ não poderiam ter ocorrido se o Brasil ainda fosse uma ditadura⁸⁴⁴. Ainda na sua crítica à ‘ditadura cronológica’ acrescenta que a escolha em 1985 agrada aos setores da esquerda porque também quiseram caracterizar a ditadura apenas como ‘militar’ para legitimar a sua luta contra esse regime⁸⁴⁵.

O segundo autor a ser colocado aqui é o historiador Marco Antonio Villa, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e que, como Daniel Aarão Reis, defende o ‘encurtamento’ da ditadura. Chamo a atenção para o fato de que a operação revisionista realizada por Villa é muito mais pobre teoricamente do que o trabalho de Daniel Aarão.

Em meados de 2009, em uma coluna do jornal ‘Folha de São Paulo’⁸⁴⁶ chamada ‘Ditadura à brasileira’, Marco Antonio Villa defendeu a tese de que o regime ditatorial brasileiro não pode ser comparado aos regimes congêneres no Cone Sul, porque teve elementos próprios e não estava ligada à Guerra Fria (1947-1991) e nem ao Imperialismo estadunidense⁸⁴⁷.

Sobre o encurtamento da ditadura, vai além da tese de Daniel Aarão, visto que segundo Villa este regime existiu entre 1968-1978. O ponto central é de que a ditadura só existiu enquanto durou o Ato Institucional nº 5 e o período entre 1964-1968, devido à

⁸⁴¹ AARÃO, Daniel Reis Filho. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.p.173-174. Para uma crítica a essa tese ver MELO, D. B. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão (versão ampliada). In: MELO, D. B. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁸⁴² Idem. A ditadura cronológica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A3 - A3, 26 mar. 2014.

⁸⁴³ Idem. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.p.177.

⁸⁴⁴ Idem. A ditadura civil- militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2012.

⁸⁴⁵ Idem. A ditadura cronológica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A3 - A3, 26 mar. 2014.

⁸⁴⁶ Cf VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2009.

⁸⁴⁷ Ibidem.

movimentação cultural, não pode ser considerado um regime de exceção⁸⁴⁸. Eis os argumentos de Villa: entre 1964-1968 o Congresso Nacional se manteve aberto, assim como as assembleias legislativas e câmaras municipais e, apesar das cassações, ainda era espaço de discussão e de crítica ao regime⁸⁴⁹; ocorreram eleições diretas para governador em 1965 e para a prefeitura em alguns municípios. Além disso, ainda segundo Villa, existia liberdade de imprensa, pois os jornais de oposição faziam críticas e as editoras publicavam livremente seus livros, mesmo sofrendo perseguição pelos órgãos de repressão, e a música popular brasileira teve um período de ouro entre 1964-1968, já que ocorreram diversos festivais da canção que consagraram uma nova geração de cantores e compositores. Os cineastas do ‘Cinema Novo’ que fazia críticas ao regime militar puderam exibir seus filmes no exterior, apesar da censura. E, por último, a célebre passeata dos 100 mil, em 1968, apesar das faixas ‘abaixo à ditadura’ não poderia ocorrer em um país ditatorial.⁸⁵⁰ Em relação ao término da ditadura, adota como marco final o ato Institucional nº 5, em 1978, em conjunto com a lei da anistia e a realização das eleições diretas em 1982. Todos esses elementos foram determinantes para o fim do regime ditatorial⁸⁵¹.

Analisando os textos de Villa sobre a ditadura, a principal característica das suas obras é relativizar o período ditatorial. Abordando o caso brasileiro como atípico, a normalização é determinada quando compara com outros regimes ditatoriais no Cone Sul, exaltando as medidas mais ‘brandas’. O curioso é que no momento em que supostamente não houve ditadura, Marco Antonio Villa indica elementos na mesma frase que não sustentam a sua hipótese, por exemplo, se referindo à Passeata dos 100 mil em 1968 afirma: “apesar das faixas abaixo a ditadura, paradoxalmente, não poderia ocorrer um país ditatorial⁸⁵²“. Cito abaixo alguns trechos que indicam a tese relacionada à relativização da ditadura:

Enquanto a ditadura argentina fechou cursos universitários, no Brasil ocorreu justamente o contrário. Houve uma expansão do ensino público de terceiro grau por meio das universidades federais, sem esquecer várias universidades públicas estaduais que foram criadas no período, como a Unicamp e a Unesp, em São Paulo⁸⁵³.

Ocorreu enorme expansão na pós-graduação por meio da ação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), especialmente, e da FAPESP

⁸⁴⁸VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira: 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014.p.11.

⁸⁴⁹ Ibidem. p.370-371.

⁸⁵⁰ Ibidem. p.371-372.

⁸⁵¹ Ibidem. p.11

⁸⁵² Ibidem. 372.

⁸⁵³ Idem. *Ditadura à brasileira. Folha de São Paulo*, São Paulo, 2009.

(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em São Paulo. Ou seja, os governos militares incentivaram a formação de quadros científicos em todas as áreas do conhecimento concedendo bolsas de estudos no Brasil e no exterior. As ditaduras do Cone Sul agiram dessa forma? ⁸⁵⁴.

Essa passagem otimista em relação ao fim do Ato Institucional nº5 também está presente na obra de autoria de Ronaldo Costa Couto ‘História Indiscreta da ditadura e da abertura’, no seguinte trecho:

Na passagem do poder, em 1979, o saldo líquido acumulado vai ser apreciável. A censura à imprensa terá acabado, o AI-5 desaparecido, a oposição política estará revitalizada, as Forças Armadas em ordem, a repressão sob controle, a tortura de presos políticos eliminada. O país já estará discutindo ,com relativa liberdade e marcante campanha da oposição, a anistia política ampla, geral e irrestrita. Ela virá nos primeiros meses do governo Figueiredo⁸⁵⁵.

Agora tentarei demonstrar o que sustenta esse revisionismo em torno do encurtamento da ditadura e indicar que essa proposta de periodização é insuficiente. Em relação ao revisionismo de Daniel Aarão, iremos abordar a sua visão sobre a democracia a qual é caracterizada apenas “dentro dos marcos e limites da política liberal-democrática⁸⁵⁶” e o quanto isso influencia na sua perspectiva em torno da periodização.

Caio Navarro de Toledo defende que a visão democrática liberal é fundamental para explicar o revisionismo acadêmico sobre a ditadura. Uma das referências desses autores revisionistas, referente ao golpe de 1964, é sobre a acusação de golpismo dos movimentos sociais e da esquerda porque ao defenderem as reformas de base não estariam adeptos a democracia vigente⁸⁵⁷. Entendo que essa perspectiva teórica em torno da democracia deve ser levada em conta também para entender o sentido da periodização que determina o final da ditadura em 1979. Nesse sentido é fundamental, como indica Demian Melo em seus textos, a relação entre a conjuntura e a perspectiva teórica desses historiadores revisionistas.

Essa valorização da democracia tem relação com a conjuntura no início da década de 90, caracterizada crise da esquerda, pela hegemonia neoliberal e a derrota do socialismo⁸⁵⁸.

⁸⁵⁴ VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2009.

⁸⁵⁵ Sobre Ronaldo Costa Couto uma das hipóteses para essa sua ideia é de que o mesmo ocupou vários cargos importantes no governo José Sarney (1985-1990). Foi Ministro do Interior entre 1985-1987, Ministro Chefe do Gabinete da Presidência da República entre 1987-1989 e Ministro do Trabalho entre 1988- 1989. COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 2010.p.135

⁸⁵⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista* (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 19, p. 27-48, 2004.p.47.

⁸⁵⁷ Ibidem.

⁸⁵⁸ MELO, D. B. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea (Introdução). In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2014.p.161.

Não a toa nesse contexto, houve a publicação do artigo do economista Francis Fukuyama ‘sobre o fim da história’, o qual acreditava no triunfo definitivo do capitalismo e da democracia liberal como o ápice da evolução humana e o cenário social ideal⁸⁵⁹.

A perspectiva de que a democracia liberal representa o cenário social ideal está presente nas obras dos revisionistas em torno do golpe de 1964⁸⁶⁰. A concepção de Argelina Figueiredo⁸⁶¹ em opor democracia à reformas condiz exatamente com as contrarreformas do neoliberalismo⁸⁶².

Nesse espírito em que a democracia é a única e melhor forma possível de governo, a visão de Daniel Aarão é de que o regime democrático se pauta por elementos institucionais⁸⁶³ e liberais. O seu raciocínio é simples, no momento em que o Ato Institucional nº 5⁸⁶⁴, considerado o mais repressivo, e os demais atos institucionais são abolidos, há automaticamente uma maior ‘liberdade’. E a partir desse fato, a ‘sociedade respirava’ mais aliviada, nas palavras do autor, porque havia o funcionamento do pluripartidarismo, eleições livres, retorno dos exilados políticos e livre organização sindical. Demonstrarei abaixo que mesmo nessa análise liberal, os argumentos colocados tanto por Daniel Aarão quanto Marco Antonio Villa são insuficientes, portanto mesmo com o fim do AI-5, o regime político ainda era ditatorial.

Primeiro, mesmo com o fim do Ato Institucional nº 5 e dos demais atos isso não modificou as características essenciais do regime⁸⁶⁵, e vale acrescentar que a mesma emenda que instituiu o término dos atos institucionais, sincronicamente, criou a figura do ‘Estado de Emergência’. Essas salvaguardas tinham como meta preservar a integridade do Estado quando fosse gravemente ameaçado ou atingido por ‘fatores de subversão’⁸⁶⁶. E justamente, durante a vigência do estado de sítio, o Estado poderia executar as seguintes medidas, que indicam o

⁸⁵⁹MELO, D. B. A miséria da historiografia. *Outubro* (São Paulo), São Paulo, v. 14, p. 111-130, 2006.p.113.

⁸⁶⁰Ibidem. p.128.

⁸⁶¹ FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁸⁶²MELO, op.cit., p.161-162.

⁸⁶³ MELO, D. B. Ditadura civil militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós 1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, 2012.p.40.

⁸⁶⁴ Entre as suas determinações: proíbe a concessão de habeas corpus para os prisioneiros políticos, o presidente da República poderia determinar Estado de Sítio e fechar o Poder Legislativo por tempo indeterminado e legislar no período em que não estivesse funcionando, intervir nos estados e municípios sem restrições e cassar mandatos políticos durante 10 anos. Brasil. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Acessível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

⁸⁶⁵LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.14.

⁸⁶⁶ Brasil. Emenda Constitucional nº 11,13 de outubro de 1978.

seu caráter repressivo: a suspensão da liberdade de reunião e de associação, apreensão em domicílio, intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais, censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações, fim das imunidades dos deputados federais e senadores e diversões públicas e uso ou ocupação temporária de bens das autarquias empresas públicas sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, bem como a suspensão do exercício do cargo, função ou emprego nas mesmas entidades⁸⁶⁷. A partir das medidas citadas, pode-se afirmar que “os poderes do estado de emergência incluídos no pacote de reformas reproduziam muitos dos que constavam dos recém-revogados atos institucionais⁸⁶⁸”. Nessa mesma linha de raciocínio, parafraseando Bernardo Kucinski esse pacote de reformas, instituídos através da Emenda nº 11, representou “quase” o fim do AI-5⁸⁶⁹.

O “Estado de Emergência” foi utilizado pelo presidente João Figueiredo nas vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, executado pelo General Newton Cruz⁸⁷⁰. Portanto, a partir das medidas citadas acima, podemos afirmar que a tese “otimista” de Aarão e Villa que caracteriza o contexto político, após 1979, com mais liberdade pode ser revitalizada, porque a atuação política da oposição continuava muito restrita e assim pode-se questionar toda a validade das liberdades democráticas destacada por esses autores.

Segundo, é inconcebível apontar que a anistia, o pluripartidarismo e a realização das eleições diretas em 1982 foram elementos suficientes para o funcionamento de um Estado de Direito. Argumento que os revisionistas não levam em consideração que a anistia e a reforma partidária tiveram como objetivo enfraquecer o partido de oposição, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para manter a hegemonia do Partido Democrático Social (PDS). Os partidos de esquerda ainda se encontravam na ilegalidade e estavam sendo coagidos pelo Estado por tentar se reorganizar dentro da “legalidade”, como o caso da Convergência Socialista (CS). A realização das eleições diretas em 1982 só foi possível devido às medidas preventivas utilizadas pela ditadura para frear a ascensão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), usando a Lei Falcão e o “Pacote de Abril”, que, entre suas medidas, criou o “senador biônico” que era eleito de forma indireta. Os candidatos oposicionistas vencedores em 1982 não eram uma ameaça à contrarrevolução democrática.

⁸⁶⁷ Brasil. Emenda Constitucional nº 11,13 de outubro de 1978.

⁸⁶⁸ ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 219

⁸⁶⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982. p.88

⁸⁷⁰ O general Newton Cruz era Comandante Militar do Planalto durante o governo Figueiredo. Durante a votação da Emenda Dante de Oliveira, na capital federal, executou as seguintes medidas de “emergência”: proibição de manifestações pró Diretas Já e a prisão de integrantes do movimento estudantil.

Terceiro lugar, a violência política permaneceu após 1979 e o movimento operário foi o setor mais atingido, tanto no governo João Figueiredo Batista (1979-1985), quanto no governo José Sarney (1985-1990). Durante a greve no ABCD Paulista em 1980, por exemplo, Luís Inácio Lula da Silva e outros dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional de 1978⁸⁷¹. Nesse sentido, segundo informações do general Gustavo Moraes Rego a “grande motivação” dos órgãos de informação era o “perigo Lula”, ou seja, o movimento grevista⁸⁷². Também em depoimento, o ex- Ministro Chefe do SNI General Ivan de Souza Mendes, justificou a vigilância sobre o movimento sindical, entre 1985-1990. Segundo o general:

A gente sabia, mais ou menos, através dos participantes e do histórico das motivações da greve, quando ela transcendia a defesa do legítimo interesse dos trabalhadores e passava a atender a outros interesses. Ai estava caracterizada a ameaça, e isso não é difícil de verificar. É preciso apenas haver acompanhamento. A gente tomava conhecimento de todas as greves e verificava quais as que tinham curso normal e quais as que mereciam maior preocupação”(...) “Nós fazíamos relatórios mensais sobre a situação de segurança interna, e havia uma espécie de resumo sobre as greves. Isso porque, como já mencionei, as greves foram muitas e muito frequentes. Tínhamos que ter uma atenção especial voltada para esse assunto⁸⁷³.

Essa funcionalidade da repressão política, diferentemente do que defendem os autores revisionistas, não ocorreu em um regime democrático e vigorava muito além dos atos institucionais, até porque a constituição vigente era a de 1969 e os instrumentos repressivos tais como as leis antigreve de 1964 e de 1978 permaneceram em pleno funcionamento e estavam ligadas à ditadura. Daniel Aarão chama essas leis que permaneceram de ‘entulho autoritário’, sendo somente revogadas pela Constituição de 1988. Chamamos a atenção de que é contraditório afirmar a existência de um regime democrático, cujos instrumentos e a funcionalidade remetem à modalidade de Estado ditatorial. Outro argumento contra as ideias de Villa e Daniel Aarão, como lembrou Demian Melo⁸⁷⁴, é a perda do sentido histórico na explicação de eventos envolvidos diretamente com a ditadura, como no caso dos atentados

⁸⁷¹ *Folha de São Paulo* 22/04/1980

⁸⁷² SOARES, G. A. D. (Org.) ; D'ARAUJO, Maria Celina Soares (Org.) ; CASTRO, Celso (Org.) . *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.96

⁸⁷³ *Ibidem*. p.156-158.

⁸⁷⁴ MELO, D. B. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão (versão ampliada). In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.p.179.

praticados pela extrema- direita⁸⁷⁵ e a campanha das Diretas Já⁸⁷⁶, realizadas entre 1984-1985, cujo significado simbólico era o repúdio ao regime ditatorial.

Os setores que apoiaram o golpe de 1964 e que se beneficiaram do regime ditatorial, como no caso da mídia corporativa, tiveram total interesse nas teses tanto de Marco Antonio Villa quanto de Daniel Aarão porque respectivamente defendem uma relativização da ditadura. A justificativa é de que as posições dessas instituições em relação de apoio ao golpe, nada menos refletia as posições da sociedade brasileira. Esses órgãos de comunicação tiveram interesse na visão de que no caso João Goulart estaria atacando a democracia porque era uma visão que buscava justificar a sua posição no apoio ao golpe. Assim, os órgãos da imprensa sentiram-se confortáveis para reconstruir a memória sobre a sua participação no golpe e na ditadura⁸⁷⁷. Em relação a esse tema uma observação sobre Marco Antonio Villa⁸⁷⁸ é pertinente porque tem bastante acesso e influência nos meios de comunicação. Escreve em jornais e revistas da grande imprensa de viés ideológico e partidário bem definidos, como ‘O Globo’, ‘Veja’, ‘Isto é’ e está presente em programas de rádio, como a ‘Jovem Pan’ em São Paulo e é membro do ‘ Instituto Millenium⁸⁷⁹’.

Portanto, procurei demonstrar através de alguns exemplos, que certos setores da sociedade foram atingidos pela coerção política. Dessa forma a perspectiva liberal que esses autores adotam se demonstra insuficiente, pois principalmente a “liberdade democrática” tão destacada não era tão ampla, principalmente em relação aos trabalhadores, em um período em que “não havia mais ditadura”. Sendo assim, com base no que foi exposto aqui, o período ditatorial de fato não se encerrou em 1979 e a transição para o regime democrático (1974-1988) ocorreu em um regime ditatorial o qual somente viria a se encerrar com a promulgação da Constituição de 1988⁸⁸⁰. Então, somente com uma nova Constituição foi possível abolir

⁸⁷⁵ Os atentados da extrema- direita militar tinha como motivação sabotar a transição. O fato mais conhecido foi à tentativa fracassada de atentado durante as comemorações do dia do trabalhador no Riocentro, no final de abril em 1981. Resultou na morte do sargento Guilherme Pereira do Rosário envolvido no atentado.

⁸⁷⁶ Campanha nacional que defendia o direito ao voto direto nas eleições presidenciais. Houve manifestações em várias cidades reivindicando tal direito. Mesmo com essa pressão, a Emenda Dante de Oliveira, a qual determinaria essa demanda, foi derrotada.

⁸⁷⁷ MELO, D. B. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão (versão ampliada). In: MELO, D. B. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.p.181.

⁸⁷⁸ A publicação do artigo ‘ Ditadura à brasileira’, em 2009, foi no jornal ‘ A Folha de São Paulo’.

⁸⁷⁹ A partir do próprio site o Instituto Millenium é definido por uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo. Cf <http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acessado em 06/10/2017.

⁸⁸⁰ LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de

formalmente os mecanismos de coerção do regime ditatorial, já que a dominação de classe continuaria a partir das regras do Estado capitalista e do regime democrático. Contudo, é importante não perder de vista que a Nova República está inserida na “Contrarrevolução preventiva” iniciada em 1964 e os seus elementos de dominação permaneceram intactos⁸⁸¹, como: a presença da militarização do estado, através do Serviço Nacional de Informações, do Conselho de Segurança Nacional e da repressão e o espaço restrito das de atuação política das classes subalternas e dos trabalhadores⁸⁸².

Através deste capítulo demonstramos a importância política do ‘novo sindicalismo’ e, mesmo, não sendo um movimento radical teve impacto na transição restrita planejada pelos militares. Em relação a Santos, a grande questão era de que a intervenção militar durante a greve no porto contava com uma preparação prévia através dos treinamentos. Tinha ainda um arcabouço teórico baseado na ‘guerra revolucionária’ defendida pela Doutrina de Segurança Nacional a qual entendia o movimento grevista como um ‘inimigo interno’. Portanto, as intervenções castrenses não somente no porto, mas também em outras paralisações protagonizada pelos trabalhadores durante toda a década de 80 contavam com essa perspectiva e que o Estado estava preparado para enfrentá-la.

Por fim, o término do AI-5 não é suficiente para demonstrar o fim da ditadura, primeiro porque mesmo nos argumentos dos revisionistas, são incapazes de sustentar a sua tese. E segundo, há uma diferença conceitual entre Estado e regime político e nessa ideia os instrumentos de coerção que permaneceram funcionando entre 1978-1988 faziam parte da estrutura repressiva do Estado e do regime ditatorial. Além disso, não analisam uma série de evidências que mesmo com a mudança de regime político e o advento da Nova República, a classe dominante permaneceu no poder.

Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.19

⁸⁸¹ Sobre esse aspecto de continuação ver MONTEIRO, Tiago Francisco. *A Nova República e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012.

⁸⁸² Ibidem. p.44-51.

Conclusão

O processo de transição política prosseguiu na década de 80 até a promulgação de uma Constituição em 1988. Através do presente trabalho a repressão contra os portuários em greve no porto de Santos, em 1980, está associada à forma de transição ‘pelo alto’ realizada pelos militares desde 1974 em que a mobilização popular não seria permitida. A leitura desse texto permite ter uma visão diferente acerca do processo de transição, pois ao contrário de grande parte da literatura especializada, aqui parte do pressuposto de que os militares iniciaram o projeto de mudança de regime político e um dos seus alicerces foi a repressão política.

A intervenção militar no porto de Santos, durante a greve em 1980, é explicada pelo tipo de transição realizada no Brasil, em que uma das principais características era a direção dos militares nesse processo. Com o objetivo de manter as classes dominantes ao final da redemocratização e a substituição da ditadura por uma ‘democracia restrita’, a repressão política tinha um papel fundamental em impedir a mobilização dos movimentos sociais e da classe trabalhadora entre 1974-1988, pois poderia atrapalhar os rumos da transição. Para isso, além de debater com a historiografia que não atribui a violência como uma política oficial do Estado, indicamos quais partidos e movimentos foram reprimidos pelo aparato repressivo estatal. Nessa conjuntura em que a violência era uma política institucional, realizaram-se treinamentos dos fuzileiros navais para ocupar o porto de Santos em caso de greve. Nesse sentido, a coerção não tinha somente a função de impedir a mobilização de setores da oposição e estava incluída em uma perspectiva mais ampla onde a transição seria somente pautada pelo fortalecimento das instituições políticas e os conflitos políticos canalizados pela institucionalização, sem qualquer tipo de ameaça ao Estado.

O debate colocado nesse trabalho também permite entender não somente a repressão como uma característica importante do processo de transição, mas também a relação entre a atuação das Forças Armadas nos movimentos grevistas, um elemento recorrente na década de 80. As greves eram entendidas como um movimento de ‘pressão’ e os grevistas eram considerados como ‘inimigo interno’ pelos militares, e além do mais, a área dos portos era considerada como área de segurança nacional. Esse é um ponto importante devido ao fato da historiografia que trata do assunto apenas associa o movimento grevista como opositor e se localiza apenas como uma violência contra a liberdade individual. Nessa dissertação demonstramos que os militares treinavam, mesmo antes das greves de 1978 no ABCD paulista, para agir em caso de paralisação e a sua atuação pode ser entendida através da forma

pela qual a transição foi concebida, a repressão política no período e o entendimento dos militares em relação às greves.

No primeiro capítulo observamos que desde o início da montagem do porto capitalista em Santos no século XIX, a Companhia de Docas de Santos se fortaleceu devido ao auxílio do Estado, desde concessão para alargar a área do porto e até o envio de forças militares para conter os trabalhadores em greve. Sobre o movimento grevista, também foi possível indicar o grande número de paralisações e a capacidade de mobilização dos portuários santistas. No começo da década de 60, o Fórum Sindical de Debates e o Comando Geral dos Trabalhadores tiveram atuação destacada em Santos pelas greves políticas e a favor das reformas de base, propostas pelo então presidente João Goulart. No processo do golpe de 1964, com base no livro de René Dreifuss, ‘A conquista do Estado’, destacamos a participação do proprietário da Companhia de Doca de Santos, Cândido Guinle de Paula Machado na conspiração para depor o Jango da presidência. Após a tomada do poder pelos militares em abril de 1964, utilizando a documentação da Companhia de Docas do Estado de São Paulo⁸⁸³, disponível no Arquivo Nacional, a empresa que administrava o porto informava ao aparato policial sobre a movimentação dos trabalhadores no porto auxiliando a repressão política.

No segundo capítulo analisando a transição política defendemos a ideia de que foi um processo em que os militares e as classes dominantes tinham como propósito mudar o regime político e manter as condições de dominação de classe. Para isso a conservação do aparato policial durante a transição era fundamental para coibir qualquer tipo de mobilização da classe trabalhadora, não é a toa que as greves ocorridas nas décadas de 70 e 80 foram reprimidas pelo Estado. Para endossar essa ideia, citamos alguns trabalhos que não atribuem sentido a coerção política nesse período e que também não relacionam com o contexto de mudança de regime político. Indicamos vários casos⁸⁸⁴ que indicam que a violência era uma política institucional e, portanto, havia um histórico de repressão durante a transição e isso não pode ser descartado na análise da greve do porto de Santos em 1980.

No terceiro capítulo tratamos especificamente de que como sucedeu a greve no porto de Santos em 1980. A paralisação foi motivada por aumento de salário e, apesar, da direção do sindicato ter tentado desmobilizar o movimento, a base dos portuários conseguiu aprovar e sustentar a greve. Indicamos o envio dos fuzileiros navais para o porto de Santos, já que desde

⁸⁸³ Empresa estatal que assumiu o lugar da Companhia de Docas de Santos em novembro de 1980.

⁸⁸⁴ Citamos a repressão contra o PCB, PC do B, Convergência Socialista, movimento estudantil e participação do Brasil na Operação Condor.

1977 realizavam treinamentos caso houvesse alguma paralisação. Justificamos que o movimento grevista, tendo como base teórica a doutrina de segurança nacional, era visto pelos militares como um ‘inimigo interno’ e isso era mais uma razão para o envio dos fuzileiros navais para Santos. Nesse sentido, a repressão em Santos na greve dos portuários não foi isolada já que ocorreram várias intervenções militares devido a mobilização dos trabalhadores urbanos caracterizada pela realização de inúmeras paralisações por diversos setores, a fundação de centrais sindicais e a ocorrência de greves gerais.

O ponto de partida dessa pesquisa era analisar a relação entre a transição e a ocupação realizada pelos fuzileiros navais no porto de Santos em 1980. Um dos desafios da pesquisa era ver o quanto os trabalhadores do porto eram vigiados antes da greve para que houvesse uma coerência com os treinamentos dos fuzileiros navais. Claro, que o histórico combativo dos trabalhadores do porto era importante, mas era preciso fazer a relação entre a vigilância policial e o adestramento militar. Embora não ter sido possível ir ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), o que certamente poderia enriquecer mais o trabalho, através dos arquivos digitalizados já foi possível indicar a vigilância aos trabalhadores do porto santista. Nessa questão, uma dificuldade encontrada foi o fato do acervo da Companhia de Docas do Estado de São Paulo (CODESP), disponível no Arquivo Nacional, estar incompleto. Outro ponto importante foi através de fontes militares, a Revista Marítima Brasileira, indicar a realização desses treinamentos dos fuzileiros navais em vários portos do país no final da década de 70. O que não foi possível alcançar nessa pesquisa foi a análise da documentação referente aos fuzileiros navais localizada no Museu dos Fuzileiros Navais, localizado no Rio de Janeiro.

Fontes e bibliografia:

1) Fontes primárias

1.1) Arquivos e fundos consultados

Arquivo da Marinha

Arquivo Nacional

Arquivo Paulo Nogueira Batista

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Biblioteca da Escola Superior de Guerra

Museu Casa de Benjamin Constant

1.2) Periódicos

A Cidade de Santos

A Tribuna

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

O Estado de São Paulo

O Movimento

Revista Marítima Brasileira

1.3) Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de et al.(coords). Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

1.4) Documentos Oficiais

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. *Textos temáticos* / Comissão Nacional da Verdade (volume II). – Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos* / Comissão Nacional da Verdade (volume III). – Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.

BRASIL. Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 09 de outubro de 1975.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978.

SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Relatório sobre a morte de Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2014.

1.5) Endereços eletrônicos

www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/05/interna_cidadesdf,397120/comissao-da-verdade-reescreve-historia-do-acidente-que-matou-jk.shtml acessado no dia 01 de julho de 2017.

www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/partido-comunista-brasileiro/42-militantes-comunistas-presos-na-operacao-barriga-verde/ acessado no dia 14 de fevereiro de 2018

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/comissao-da-verdade-chama-volkswagen-e-embraer-para-depor> acessado no dia 10 de fevereiro de 2018.

<http://www.forte.jor.br/2013/03/17/corpo-de-fuzileiros-navais-embarca-para-santos> acessado no dia 28 de junho de 2017.

https://istoe.com.br/37781_PALAVRA+DE+MILITAR acessado no dia 14 de fevereiro de 2018

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/25028/jango+foi+envenenado+pela+operacao+condor+revela+ex-agente+secreto+uruguaio.shtml> acessado no dia 14 de fevereiro de 2018

<https://www.pstu.org.br/35-anos-das-prisoas-da-convergencia-socialista/> acessado no dia 14 de fevereiro de 2018

http://resistir.info/brasil/massacre_pcb.html acessado no dia 14 de fevereiro de 2018.

<https://www.ufmg.br/brasildoc/> acessado no dia 14 de fevereiro de 2018 .

1.6) Filmes e documentários

A convergência Socialista e a Ditadura Militar. Direção de Equipe de Comunicação do PSTU (2011).

Cidadão Boilesen. Direção de Chaim Litevsky (2009).

1.7) Entrevistas

General Leônidas Pires Gonçalves, Entrevista ao jornalista Geneton Moraes em 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pUC9SpfXMKo>

Luís Inácio Lula da Silva. Entrevista ao programa Vox Populi na Tv Cultura, 1978. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0WxBBoejv3w>

2) Fontes secundárias

2.1) Livros, teses, dissertações, monografias e artigos

AARÃO, Daniel Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2000.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.

_____. A ditadura civil- militar. O Globo, Rio de Janeiro, 2012.

_____. A ditadura cronológica. Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 26 mar. 2014.

ABREU, Hugo. *O Outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ALMEIDA, M. H. T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: Maria Hermínia Tavares de Almeida; Bernardo Sorj. (Org.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMORIM, Felipe e MACHADO, Rodolfo. CNV: Sistema da Volkswagen para vigiar funcionários na ditadura foi criado por criminoso nazista. Operamundi, 2014.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

ARAÚJO, Braz José de. *Operários em luta. Metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ARAUJO, M. P. N. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ARGOLO José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto Machado. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ASSMAN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam (orgs.). *A Trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BEZERRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Os fuzileiros navais na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.

BORGES FILHO, N. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *Brasil Republicano*. 1ed. Rio: Civilização Brasileira, 2003

BRANDÃO, Priscila. *SNI e ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro. FGV, 2001.

CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walder de. *O Drama da Sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.

CAMPOS, Roberto. A opção política brasileira. In: CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro)”. *Revista de Cultura Política*, nº 3, São Paulo, Cedec e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CARONE, Edgard. *P.C. B (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989.

_____. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1980). *Dados* (Rio de Janeiro) Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 115-146, 2005.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Ernesto Geisel*. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), Curitiba - PR, v. 25, p. 83-106, 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro*. Brasil de Fato, São Paulo, 11 de março de 2014.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985-5ª ed.* Rio de Janeiro: Record, 2010.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, São Paulo, v. 16, p. 77-107, 2007.

_____. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). *Libertas* (UFJF. Online), v. 12, 2012.

_____. A Ditadura Bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. *Outros Tempos*, v. 11, p. 166-182, 2014.

_____. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. *Dados* (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FARIA, Marcos Moutta de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. Revolução ou Contra Revolução. *Contexto*, São Paulo, n. 5, p. 21, mar. 1978.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano O tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FINER, Samuel. *The man of horseback*, Londres, PallMall Press, 1962.

FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In: D' ARAUJO, Maria Celina; SOARES, G. A. D. (Org.) *21 anos de regime militar, balanços e perspectivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

FREDERICO, Celso (org). *A esquerda e o movimento operário (1964- 1984)*. V. 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GEISEL, Ernesto. *Discursos*, volume I, Brasília, Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, 1975.

GITAHY, M. L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos, 1889-1908*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

GOÉS, Walder de. *O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar- burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Ângela de. Abertura política e controle sindical: trabalho e trabalhadores no arquivo de Ernesto Geisel. In: *Dossiê Geisel/Celso Castro e Maria Celina D' Araujo*, organizadores: Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Editora Ática, 1998.

GRACIOLLI, Edilson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro de 1988*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: volume 3: Maquiavel notas sobre o estado e a política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

GRANDA, Marcos Aurélio Ramalho. *Cidade vermelha do aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GUERRA, Claudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.

GUIMARÃES, Carlos Eduardo. *A Crise da Ditadura: a reação militar à abertura e o terrorismo de direita*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

HOVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

_____. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

HONORATO, Cezar Teixeira. *O Polvo e o Porto: A Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. 2. ed. Curitiba: Prismas, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.

_____. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.

_____. Sob o signo do corvo: A Comissão Nacional da Verdade e o bordão “nunca mais”. Comunicação apresentada a Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

_____. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 559-590, 2015.

_____. *A transitividade da transição: da ditadura à democracia GLO. 2014*. Acessível em <http://blog.esquerdaonline.com/?p=2442>.

_____. *A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)*. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Kátia. A obra sociológica de Florestan Fernandes: capitalismo dependente e contrarrevolução preventiva. In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009, Campinas. *Anais do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels*, 2009.

MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

MACHADO, Eliel. Limites da "democracia procedimental" na América Latina. *Revista Mediações* (UEL), v. 13, p. 260-282, 2008.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. *A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. Brasil: da ditadura a democracia 1964-1990, 1991. Disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/071_brasil_dictadura_democracia.html. Acessado em 26/04/2017.

MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: O projeto militar: 1973-1979*. Campinas SP: Papyrus, 1995.

MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, D. B. A miséria da historiografia. Outubro (São Paulo), São Paulo, v. 14, p. 111-130, 2006.

_____. Ditadura civil militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós 1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, 2012.

_____. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea (Introdução). In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão (versão ampliada). In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. *Revista Mundos do Trabalho* (online), v. 8, p. 131-147, 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart e As Lutas Sociais No Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho : a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MONTEIRO, Tiago. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MULLER, Angelica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. “Transições, continuidades e alguns paradoxos”. In: Reis, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo. (orgs.) *Democracia no Brasil*. Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, E. R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. 1. ed. Campinas: Editora Papyrus, 1994.

_____. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: Alain Rouquié. (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e ciências humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

PEREIRA, Astrogildo. “*Silvério Fontes: Pioneiro no Marxismo no Brasil*”. Estudos Sociais. 1962.

PEREIRA DE SOUZA, Romulo Augustus. *Memórias de um pelego*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PINHEIRO, Jorge. Geisel já vai tarde- Um Luís Bonaparte? *Versus*, São Paulo, nº 29, fevereiro de 1979.

QUADRAT, S. V. Os militares, a comunidade de informações e a abertura. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). *História Geral do Brasil*. 9ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: *República do capital/capitalismo e processo político no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História (São Paulo)*, v. 26, p. 340-365, 2007.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política & Sociedade*, v. 1, p. 269-309, 2008.

SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Santos, 1980: Portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: *Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

_____. *A Carga e a Culpa. Os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968)*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

SOARES, G. A. D. (Org.) ; D'ARAUJO, Maria Celina Soares (Org.) ; CASTRO, Celso (Org.) . *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SÓTENOS, Abner Francisco. *O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

STEPAN, Alfred. *Militares na política: As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *Os militares: da abertura à Nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *A “moscouzinha” brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954)*. São Paulo: Associação Editorial Humanas: Fapesp, 2007

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *As falácias do revisionismo. Crítica Marxista (São Paulo)*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 27-48, 2004.

TRIGUEIROS, Nanci Novo e. *As intersindicais de trabalhadores na Baixada Santista: O Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VASCONCELOS, Claudio Bezerra. *A política repressiva a militares após o golpe de 64*. Doutorado (Doutorado em História)- Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. Folha de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. *Ditadura à brasileira: 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014.

VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, Curitiba/PR, n.17, p. 53-60, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WINTER, Brian. Documentos sugerem que empresas estrangeiras auxiliaram ditadura no Brasil. Agência Reuters, 2014.